UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marina Garcia de Oliveira

**Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros:
práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o
Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marina Garcia de Oliveira

**Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros:
práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o
período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Duarte Dantas

São Paulo

2013

Resumo

Esta dissertação se propõe a analisar o significado político da concessão de títulos de nobreza no Brasil, de 1808 a 1840, compreendendo, portanto, tanto o período em que o Brasil fazia parte do império português, quanto o Primeiro Reinado e o Período Regencial. Dá-se especial ênfase à estratégia política que norteou as concessões de títulos por d. João e d. Pedro I, incluindo os critérios utilizados por cada um dos monarcas, as características dos títulos concedidos, bem como as pessoas que foram nobilitadas em cada um dos reinados. Desta forma, busca-se evidenciar os diferentes critérios que nortearam as concessões feitas por pai e filho, respondendo, por um lado, a expectativas distintas por parte dos agraciados, e, por outro, a diferentes conjunturas políticas que demandavam a construção de redes de apoio ao monarca em momentos muito específicos. Finalmente, se, de fato, a nobreza se manteve por todo o Império brasileiro, sua permanência, bem como a continuidade, ou não, de outras práticas e instituições até então usuais e a ela direta ou indiretamente vinculadas (algumas delas claramente heranças de Antigo Regime), foram intensamente debatidas durante o Período Regencial. Assim, depois das reformas efetuadas após a abdicação, quando da ascensão do segundo monarca, os títulos continuaram a ser distribuídos, mas, doravante, seguindo expressamente o espírito da Constituição.

Palavras-chave: Títulos de nobreza, política, Brasil, elites, monarquia, Império

E-mail da autora: marina.gar@ig.com.br

Abstract

This thesis intends to analyze the political meaning of the concession of nobility titles in Brazil, from 1808 to 1840, comprising, thus, both the period during which Brazil was part of the Portuguese Empire as well as the First Reign and the Regency Period. Special emphasis is given to the political strategy that informed the concession of titles by d. João and d. Pedro I, including the criteria employed by each monarch, the characteristics of the titles conceded, as well as the people who were ennobled in each of the reigns. Thereby, the different criteria, which guided the concessions made by father and son, are carefully dealt with, responding, on one hand, to distinct expectations by those bestowed with a title and, on the other hand, to different political situations which demanded the formation of alliances in order to support the monarch in very specific moments. Ultimately, if, in fact, there was a nobility throughout the whole Brazilian Empire, its endurance, as well as the continuity or discontinuity of other customary practices and institutions directly (or indirectly) related to the nobility (some of which were clearly heritages of the *Ancien Regime*) were fiercely questioned and discussed during the Regency Period. Therefore, following the reforms made after the abdication, upon the rise of the second monarch, the titles kept being distributed, though, hereafter, according explicitly to the spirit of the Constitution.

Keywords: Nobility titles, politics, Brazil, elites, Monarchy, Empire

Aos meus avós, Anézio (*in memoriam*), Helena (*in memoriam*),

Geraldo (*in memoriam*) e Alayde.

Agradecimentos

Durante os anos que culminaram na escrita desta dissertação, tive o apoio de diversas pessoas e instituições, sem as quais este trabalho não teria chegado ao fim. Primeiramente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por ter financiado esta pesquisa, permitindo minhas viagens de pesquisa para o Rio de Janeiro. Agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo do Itamaraty e do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis pela ajuda na localização e consulta da documentação. Sou grata também aos funcionários das bibliotecas da FFLCH-USP e do IEB-USP e da secretaria da pós-graduação.

Sou eternamente grata à minha orientadora, Monica Duarte Dantas, que me ensinou, desde a escrita da primeira versão do projeto de pesquisa, a ser historiadora. Não sei se aprendi tudo o que ela ensinou, mas, com certeza, aprendi muita coisa com ela nesses últimos anos, e espero continuar aprendendo nos próximos anos também. Sem suas leituras atentas, idéias e sugestões bibliográficas, a pesquisa certamente não teria se desenvolvido do modo como se desenvolveu.

Agradeço às professoras Maria Odila Leite da Silva Dias e Miriam Dolhnikoff pelas sugestões feitas no exame de qualificação. Depois da qualificação, a pesquisa ganhou um novo recorte cronológico e um novo rumo. Agradeço à professora Maria Odila por ter sugerido que eu incluísse o período Joanino na pesquisa. Agradeço também ao professor Denis Antônio de Mendonça Bernardes (*in memoriam*) pelas sugestões bibliográficas sobre Luiz do Rego Barreto.

Agradeço a todos os meus colegas da graduação e pós-graduação, pela amizade, pela troca de experiências e pelo constante debate que a FFLCH é capaz de proporcionar aos seus alunos. Não poderia deixar de agradecer especialmente alguns amigos, ainda que corra o risco de deixar outros de fora. Daniel Mota, Matheus Melo Barcelos, Lorena Leite, Marina de Araújo, Laís Olivato, Indara Mayer e Valdir Santos foram amigos presentes desde o início da graduação e fundamentais em diversos momentos da minha trajetória universitária. À Ana Priscilla Barbosa, agradeço pela amizade e boa companhia. À Flavia Uliana Lima, agradeço pela amizade e pelo estímulo para que minhas leituras em inglês melhorassem significativamente. À Gabrieli Simões, companheira de ofício, agradeço pelo estímulo, pela amizade, pela boa

companhia durante as minhas visitas à UNICAMP e por toda a ajuda que me deu nos últimos anos.

Ao Leonardo dos Reis Gandia, por ter compartilhado suas preciosas informações sobre o duque de Caxias, pelo estímulo e amizade, além de ter discutido historiografia do Império durante o almoço. Ao Filipe Nicoletti, pelo apoio e incentivo, especialmente nos últimos meses de redação desta dissertação. À Vivian Chieregati Costa, por compartilhar as alegrias e angústias da vida acadêmica.

Finalmente, duas amigas de longa data e cruciais para o andamento dessa pesquisa são Alessandra Oliveira Soares e Jéssica Manfrim de Oliveira. A elas agradeço pela companhia, amizade, carinho e bom humor, além de terem acompanhado de perto o andar e todos os percalços desta pesquisa, me ouvirem, pacientemente, falar dos “meus nobres”, e por compartilharmos o mesmo olhar para o mundo na condição de historiadoras.

Se não fosse minha família, dificilmente, eu estaria aqui. Agradeço meus pais, irmãs, tios, tias, primos e avós. Um agradecimento especial à minha mãe, Raquel, por ter valorizado todas as minhas conquistas, por ter me apoiado durante todos esses anos e encontrado sempre uma luz, onde eu não via mais nada, por ter escutado, com atenção, todas as minhas descobertas, aprendido um pouco mais sobre os “meus nobres”, e principalmente, por ter feito de mim quem eu sou. O seu apoio e incentivo foram decisivos para que este trabalho nascesse. Às minhas irmãs, Carol e Camila, presenças constantes na minha vida, por fazerem da minha vida uma alegria, por me manterem informada de tudo o que acontece no mundo, por compartilharem comigo sentimentos e lembranças que só é possível entre irmãs; e à Camila, agradeço pela leitura e comentários, muitos deles divertidos, dos capítulos desta dissertação.

Finalmente, pessoas queridas e muito especiais se foram desse mundo, e deixaram muita saudade... Ao meu avô Anézio, por ter me ensinado, desde pequena, a desfrutar da maravilhosa arte de ouvir histórias, com ele aprendi coisas que os livros não ensinam. Incentivou-me a fazer História, mas partiu poucos meses antes de me ver formada. Foi um privilégio da minha parte e das minhas irmãs termos sido netas dele. À minha avó Helena, por ter me deixado aproveitar ao máximo as maravilhas de ser neta, mas que partiu quase dez dias antes desta dissertação estar terminada. Ao vô Geraldo, que nos deixou quando eu ainda era uma criança de colo, mas sinto que ele nos guia e nos protege de onde está. À vó Alayde, pelas perguntas e curiosidades sobre a minha

pesquisa e a importância, afinal de contas, de tudo o que leio e escrevo. A eles, dedico esta dissertação.

Sumário da dissertação

Introdução	9
Capítulo 1: D. João e a política: a nobilitação como estratégia para manutenção do Império português.....	23
1.1. Entre portugueses d'aquém e d'além mar	30
1.2. A nobilitação como reflexo da conjuntura política	48
1.3. Entre títulos e cargos: a recusa de Luiz do Rego Barreto e política joanina de nobilitação	60
Capítulo 2: Estado Monárquico em Construção: Política, Rivalidade e Distinções (1822-1831).....	76
2.1. O cuidadoso manejo dos títulos nobiliárquicos por d. Pedro I: entre aceitações e recusas	79
2.2. Titular para governar: d. Pedro I e a nobilitação dos senadores no Primeiro Reinado.....	107
2.3. Ministros, filhos, amante e alguns mais	134
Capítulo 3: Da Abdicação à Maioridade: a política em torno dos títulos de nobreza ..	147
3.1. Uma monarquia sem rei, uma monarquia sem títulos de nobreza.....	150
3.2. O Legislativo em meio a discussões sobre mercês e privilégios.....	171
3.3. Uma nobreza constitucional para um Estado monárquico liberal	185
Anexo I: Manifesto de Joaquim Gonçalves Ledo contra a criação da nobreza brasileira, publicado em setembro de 1822	205
Fontes	210
Bibliografia:.....	214

Introdução

Querendo Dar hum publico testemunho do alto apreço em que Tenho os serviços prestados pela Viscondessa de Santos, Primeira Dama da Imperatriz, Minha muito Amada e Prezada Mulher, tratando da Minha muito Amada e Querida Filha a Duquesa de Goiás, desde que Me Dignei entregar-lhe e Querendo Fazer-lhe Mercê em atenção a tão distintos serviços, que sobremaneira os tem penhorado Meu coração; e Me obrigão a mostrar-lhe o quanto estão em Minha Imperial Lembrança. Hei por bem Fazer-lhe Mercê do Título de marquessa de Santos, em sua vida. Palácio do Rio de Janeiro em doze de outubro de mil oitocentos e vinte seis, quinto da Independência e do Imperio – José Feliciano Fernandes Pinheiro.

[Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 209.]

Tomando em Consideração os merecimentos e serviços dos Meus Conselheiros d'Estado, e as provas que tem continuado a dar-Me de fidelidade e adesão á Minha Augusta Pessoa. E Querendo Eu por isso novamente Distingui-los e Eleva-los: Hei por bem Fazer-lhes mercê em suas vidas dos Titulos indicados na relação que com este baixa assignada por José Feliciano Fernandes Pinheiro do meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Imperio. Palácio do Rio de Janeiro em doze de outubro de mil oitocentos e vinte seis, quinto da Independência e do Imperio – José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Relação dos Conselheiros d'Estado a quem Sua Magestade Imperial Houve por bem Fazer-lhe dos Titulos que nella se declaram, por decreto da data desta.

O Visconde de Baependi, de Caravelas, de Inhambupe, de Maricá, de Nazareth, de Paranaguá, de Queluz, de Santo Amaro: marqueses dos mesmos titulos.

O Visconde do Fanado: marquez do Sabará.

O Barão de Lages: conde do mesmo titulo.

[Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 205-206.]

De conteúdos distintos e nobilitando figuras cujas histórias de vida não poderiam ser mais diferentes, esses dois decretos de concessão de títulos de nobreza foram publicados em uma mesma ocasião, 12 de outubro de 1826, data do aniversário do primeiro imperador do Brasil. De início, merece destaque o conteúdo de cada um dos decretos, bem como a consideração de que, enquanto o primeiro deles foi redigido para agraciar uma só pessoa, diga-se de passagem, a amante do monarca, o segundo contemplava dez conselheiros de Estado, ou seja, homens da política cuja justificativa de merecimento permitia que fossem agraciados todos em um mesmo decreto.

1826 foi um ano estratégico no que se refere à concessão de títulos por parte de monarca, não só porque ele nobilitou (e legitimou) sua filha (fruto de seu relacionamento com sua amante, agraciada ela mesma com um marquesado) com o mais elevado título do Império, o de duquesa, mas também, e fundamentalmente, por d.

Pedro I ter nobilitado um número significativo de políticos que haviam sido nomeados para o Senado em janeiro daquele ano.

Contudo, tais títulos não foram os primeiros concedidos por d. Pedro I, tampouco os que inauguraram uma nobreza em terras brasílicas. Em 1808, quando o então príncipe regente d. João e a Família Real portuguesa chegaram aos trópicos, foram concedidos os primeiros títulos de nobreza, no caso a pessoas que acompanharam a casa real na travessia do Atlântico ou a figuras que, permanecendo no velho continente, desempenhavam funções políticas em Portugal. Quanto àqueles que residiam então na América, fossem eles naturais d'aquém ou d'além mar, d. João não se mostrou especialmente preocupado em lhes conceder títulos. Passaram-se quatro anos, desde o desembarque na Bahia, até que a primeira "brasileira" fosse agraciada, a viúva do negociante Brás Carneiro Leão, Ana Francisca Maciel da Costa, que recebeu o título de baronesa de São Salvador de Campos, o mais baixo da escala nobiliárquica, em dezembro de 1812¹.

Ainda que, de modo geral, a historiografia considere que d. João utilizou-se de estratégias de cooptação das elites do centro-sul para governar, a concessão de títulos de nobreza não foi parte integrante dessa estratégia. Durante sua permanência no Brasil, o regente e depois rei fez uso de duas estratégias paralelas para governar, concedendo títulos para pessoas cujos interesses estavam ligados à monarquia portuguesa, e nomeando para o exercício de cargos e postos administrativos na América as elites do centro-sul². Além disso, a nobilitação praticada por d. João respondeu a uma política de manutenção do Império luso-brasileiro, de tal forma que, ainda que fisicamente distante de Portugal, os títulos nobiliárquicos foram, em sua larga maioria, concedidos para portugueses residentes aquém e além-mar.

¹ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 44. Deve-se destacar que, grande parte das informações sobre os titulados e a data das nobilitações foram extraídas de *Graças Honoríficas Conferidas no Brasil, 1808-1891*. Esse material foi elaborado por pesquisadores do Arquivo Nacional, na década de 1970, sob coordenação do então Chefe do Serviço de Pesquisa Histórica dessa instituição, José Gabriel Calmon da Costa Pinto. Esse material encontra-se inédito, sob guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), que, mediante um convênio com o Arquivo Nacional, está responsável pela revisão e preparação do material para publicação. Trabalho este que já está em fase de finalização.

² Maria Odila Leite da Silva Dias, "A interiorização da metrópole", in *idem*, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005; Camila Borges da Silva, *O Símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, p. 37-38; p. 151-152. Maria de Fátima Silva Gouvêa, "As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro", in István Jancsó (org.), *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.

Manter o império unido e não se atritar com uma antiga nobreza foram preocupações de d. João durante toda a sua estadia na América, até abril de 1821. Assim, durante os 13 anos em que permaneceu no Rio de Janeiro, o regente e depois rei agraciou 120 pessoas, para as quais ofertou um total de 145 distinções. Dessas 145, 25 foram títulos de barão, 31 de visconde, 49 de conde, 12 de marquês, 3 de duque, 11 vidas (concedidas em ocasião diferente do título de nobreza), uma de honras de grandeza para visconde, duas de privilégios de marquês³, uma de mercê de juro e herdade, cinco privações, duas restituições, uma de assentamento⁴, uma confirmação de senhorios e uma conservação do título.

Ainda sobre as concessões, é válido destacar que, algumas delas, remetiam a práticas condizentes com uma nobreza de Antigo Regime, como a confirmação/renovação de títulos⁵ pelo monarca, a concessão de comendas e de rendimentos financeiros, e a oferta de títulos de juro e herdade⁶. Contudo, tais concessões não configuraram a totalidade dos títulos ofertados, tampouco a larga

³ Os privilégios de marquês compreendiam o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda e precedências nas cerimônias que houvesse na corte. Tais concessões serão tratadas, com mais vagar, no capítulo 1 desta dissertação.

⁴ Tratava-se do assentamento de 700.000 réis, a ser pago anualmente, pelo Almojarifado dos Vinhos da cidade de Lisboa.

⁵ Para o uso dessas terminações, concessão e confirmação/renovação, nos baseamos no trabalho de Nuno Gonçalo Monteiro, por ser o mais recente sobre a temática da nobreza. Assim, para um primeiro título ofertado, utilizamos o termo concessão, e para os demais títulos, de designação e grau idênticos, mas de graduação diferente, utilizamos os termos “renovação” e “confirmação”. Contudo, esses dois termos não são referentes aos casos de homens que receberam títulos idênticos aos de seus pais, mas por não terem sido de juro e herdade, foram alvo de novas concessões. Um exemplo disso é o título de 1º e 2º conde de Linhares, ofertado a d. Rodrigo de Sousa Coutinho e a seu filho, d. Vitório de Sousa Coutinho, duas concessões distintas, já que o título do filho não estava vinculado ao título do pai. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.

⁶ Os títulos nobiliárquicos definidos como sendo de juro e herdade eram aqueles acompanhados por privilégios financeiros, como rendimentos e isenção de impostos, e/ou por privilégios fundiários, como comendas, das quais era possível também obter rendimentos. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, houve uma preocupação da Coroa, ao longo do Antigo Regime, em conceder “competências jurisdicionais”, de tal forma que foram criadas novas vilas para serem concedidas a titulados. Além disso, sobre o prestígio e distinção conferidos por um título nobiliárquico, esse historiador afirma que, na passagem do século XVIII para o XIX, “depois e imediatamente abaixo de um título, intitular-se senhor de uma terra era uma distinção que conferia uma graduação nobiliárquica, evocativa de outros tempos, e mantinha a sua eficácia simbólica e social, independentemente do seu exercício prático”. Além disso, Fernanda Olival pondera que “premiar e punir eram dois atributos essenciais do domínio, da capacidade para governar súbditos”, de tal forma que, através da concessão de privilégios e mercês, o monarca assegurava a obediência de seus súditos. Finalmente, Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que o conceito de mercê é importante para a compreensão da monarquia do Antigo do Regime, pois a mercê era uma forma de remuneração dos serviços prestados e sua concessão era dependente da vontade do rei. Nuno Gonçalo Monteiro, “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. Revista Almanack Braziliense, nº 2, São Paulo, novembro de 2005, p. 13. Sobre as mercês e o papel do monarca do Antigo Regime, Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 20. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 221, respectivamente.

maioria, já que apenas 40 pessoas receberam títulos (mercês ou privilégios) que poderiam ser caracterizados como de Antigo Regime.

As demais pessoas agraciadas por d. João receberam títulos com características “modernas”, ou seja, nobilitações que representavam apenas uma distinção honorífica ao agraciado. Alguns deles, contudo, para além de um título deste cariz, também receberam mais de uma vida em seus títulos (não necessariamente na mesma ocasião), o que agraciava os herdeiros do titulado⁷. Finalmente, uma parte dos nobilitados, cujos títulos eram puramente honoríficos, também recebeu assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, um tipo de posição que gerava rendimentos financeiros anuais, ainda que não transmissível aos herdeiros.

O retorno de d. João para Portugal, em 1821, não significou o fim da nobreza em terras brasílicas. Mesmo tendo deixado seu filho, d. Pedro, como regente, e com poderes limitados, não podendo, por exemplo, conceder distinções – o que é um indicativo da importância de tal temática para o império –, os acontecimentos de 1821 e 1822, inclusive a convocação de uma Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, tornaram insustentável a manutenção da unidade do Império português, culminado na independência do Brasil em 1822.

Com uma Assembléia Constituinte e Legislativa convocada desde junho de 1822, responsável pela elaboração de uma constituição e pela proposição de leis regulamentares para o Império, a monarquia brasileira com d. Pedro I não seria uma monarquia de Antigo Regime, já que haveria uma constituição, especificando e limitando os poderes do imperador. Contudo, antes mesmo da constituição, d. Pedro I concedeu títulos de nobreza, mantendo em vigor uma prática inaugurada em terras brasílicas com a chegada de seu pai em 1808.

Além de dar continuidade à concessão de títulos nobiliárquicos, a hierarquia dos títulos também foi mantida no país recém-independente. Assim, em ordem crescente de hierarquia, os títulos eram divididos em barão sem grandeza, barão com grandeza, visconde sem grandeza, visconde com grandeza, conde, marquês e duque⁸. As honras de grandeza eram concessões feitas pelo monarca apenas aos títulos de barão e visconde, uma vez que os títulos de conde, marquês e duque eram automaticamente acrescidos de

⁷ Assim, por exemplo, se o título fosse acompanhado de duas vidas, significava que, além do agraciado, mais dois descendentes fariam uso daquele título.

⁸ Roderick J. Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial” in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 6.

grandeza⁹. Diante disso, Eul-Soo Pang afirma que para ser grande no Império, era necessário ter, pelo menos, o título de conde¹⁰.

Para o brasilianista Roderick Barman, a grandeza no título concedia ao agraciado o direito de freqüentar a Corte, isto é, “In the usage of the time, *a Côrte* meant the area in which the monarch resided (*a Côrte* thus referring to the city of Rio de Janeiro), *o Paço* the palace or the physical place of residence, and *a Casa* the monarch’s household”¹¹. Assim, os nobilitados com títulos de conde, marquês e duque eram automaticamente freqüentadores da Corte, e somente os barões e viscondes que recebessem as honras de grandeza tinham esse mesmo privilégio¹².

Apesar de d. Pedro I ter concedido apenas onze títulos em 1822 e 1823, a prática nobilitadora foi assegurada pela Constituição outorgada em 25 de março de 1824, sendo uma das atribuições do Poder Executivo, exercido pelos ministros e chefiado pelo monarca. Desta forma, cabia ao Executivo “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas e taxadas por Lei”¹³.

Ao mesmo tempo em que a Constituição mantinha a nobreza, ela também abolia todos os privilégios¹⁴, o que marcava um ponto de diferenciação significativo em comparação com a nobreza do Antigo Regime, dotada de privilégios fundiários e/ou financeiros. Com base, portanto, no texto da carta de 1824, d. Pedro I utilizou-se da prática da nobilitação para angariar apoio para o seu reinado.

⁹ Essa concessão especial, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, necessitava de um novo ato concessório caso não tivesse sido feita no mesmo momento do título nobiliárquico. Sérgio Buarque de Holanda, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II: O Brasil Monárquico, volume 1: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 37.

¹⁰ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 48.

¹¹ Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 423. Barman também define que “the setting for the emperor’s day-to-day existence – a setting from which Pedro I and his son Pedro II rarely escaped – was the *Côrte e Casa*, the imperial court and the imperial household within it. [...] Counts and marquises were automatically members of the *Côrte*, but barons and viscounts were members only if their titles had been conferred *com grandeza* (with the right of entry)”. *Citizen Emperor*, p. 11-12.

¹² Roderick J. Barman, *Citizen Emperor*, p. 11-12.

¹³ *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*, título V, “Do Imperador”, capítulo II, “Do Poder Executivo”, artigo 102, parágrafo XI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 22. As demais atribuições e características do Poder Executivo estão descritas no título V – Do Imperador, capítulo II – Do Poder Executivo, p. 21-22.

¹⁴ Conforme o parágrafo XVI, do artigo 179, da Constituição de 25 de março de 1824, que determinava “Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica”.

Ainda que alguns contemporâneos tenham visto traços da “vontade pessoal” do monarca na concessão de títulos, ou seja, de uma política de concessão que responderia apenas aos caprichos do imperador¹⁵, o que salta aos olhos é justamente o contrário, isto é, o quanto a conjuntura política de então norteou a concessão de títulos por parte do monarca, de tal forma que se nem todos os agraciados eram pessoas ligadas à política, a larga maioria o era.

Assim, merece destaque a teia política que foi sendo forjada pelo primeiro imperador por meio dos títulos, nobilitando pessoas da alta esfera da política, como conselheiros de Estado, senadores e ministros; além de ofertar títulos, hierarquicamente mais baixos, para filhos desses mesmos políticos. Não bastasse agraciar as figuras de maior destaque, ou maior importância para a consecução de sua política, d. Pedro I também nobilitou presidentes de província, diplomatas, alguns poucos negociantes de grosso trato e pessoas cujas biografias foram marcadas pelo desempenho de funções junto à corte.

Ao contrário dos negociantes, nobilitados com títulos mais baixos, as figuras politicamente mais importantes, ou aquelas que se destacavam pela proximidade com o “coração” do imperador, foram nobilitadas com títulos mais elevados. No que tange a este último caso, as nobilitações mais significativas foram aquelas de sua amante, Domitila de Castro, e a de sua filha ilegítima, d. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, agraciadas com os títulos de marquesa de Santos e duquesa de Goiás, respectivamente.

Contudo, tais casos constituíram exceções em meio às 96 pessoas que receberam as 150 distinções ofertadas pelo monarca, revelando o predomínio de nobilitações de caráter político no Primeiro Reinado – ainda que, eventualmente, os méritos e virtudes dos agraciados tenham sido questionados pelos próprios contemporâneos. Tal estratégia política, vale destacar, não passou ilesa aos olhos dos contemporâneos, tendo sido acintosamente criticada durante o Período Regencial.

As práticas do primeiro imperador, logo após sua abdicação, mereceram debates acalorados por parte dos representantes da nação. Deputados e senadores colocaram, então, em questão a faculdade dos regentes de concederem títulos nobiliárquicos (chegando, até mesmo, a propor a anulação das nobilitações já realizadas); propuseram a extinção do Conselho da Fazenda e, portanto, da prática de conceder assentamentos,

¹⁵ Ver, por exemplo, John Armitage, *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

comum não só no período Joanino, mas também no reinado de Pedro I (cuja discussão já se iniciara em 1827)¹⁶; e, finalmente debateram e assentiram na extinção dos bens vinculados (tema que ocupava o Legislativo desde 1826). Assim, deputados e senadores não só retiraram das mãos dos regentes a prerrogativa de nobilitar, como também discutiram e aprovaram projetos que aboliam duas importantes heranças de Antigo Regime, os morgados e o Conselho da Fazenda. Não eram essas preocupações infundadas, uma vez que os morgados, por serem bens vinculados e hereditários, permitiam a manutenção de “aristocratas”¹⁷ desvinculados dos interesses do Estado; enquanto as questões envolvendo o Conselho da Fazenda remetiam à formação de um grupo de políticos alinhados com as propostas de governo do monarca, agraciados com uma mercê financeira que independia da vontade do Legislativo

Pode parecer estranho que tal mercê pudesse ser concedida pelo primeiro imperador, considerando-se que a Constituição abolia os privilégios, reconhecendo apenas o mérito e virtude como critérios para o desempenho de cargos públicos, civis e militares¹⁸. Fato é, contudo, que a carta de 1824 determinava que a concessão de mercês pecuniárias dependia da aprovação da assembléia, à exceção daquelas que “estiverem já designadas e taxadas por Lei”. Ou seja, considerando-se a lei de 20 de outubro de 1823, que determinava continuarem em vigência as leis aprovadas até a regência de Pedro I, e que a prática de concessão de assentamentos do Conselho da Fazenda em terras brasílicas fora inaugurada por d. João VI, sem ter sido explicitamente revogada por lei posterior, não havia, de fato, em termos do texto das leis, impedimento algum para sua concessão.

Apesar de todas as leis aprovadas nos primeiros anos da década de 1830 – e que proibiam aos regentes a concessão de títulos ou condecorações, aboliam os morgados e, em meio à reorganização do Tesouro Nacional, extinguíam o Conselho da Fazenda –,

¹⁶ Deve-se destacar que, segundo Antonio Manuel Hespanha, o Conselho da Fazenda existia, na monarquia portuguesa, desde fins do século XVI, contudo os assentamentos pagos por este conselho se diferenciavam de outras mercês do Antigo Regime, já que não eram transmissíveis aos herdeiros. Sobre a definição de “assentamento”, consultar os dicionários de Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatômico, architectonico*, 1728; e de Antonio Moraes Silva, *Diccionario da língua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora*, 1789. Disponíveis em www.brasiliana.usp.br – acesso em 17/09/2012. Sobre o Conselho da Fazenda, ver também António Manuel Hespanha, *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 240-241.

¹⁷ O termo aristocracia foi utilizado pelos próprios deputados, durante os referidos debates. Tal temática será discutida no terceiro capítulo.

¹⁸ Trata-se do parágrafo XIV, do artigo 179, da Constituição de 1824, “Todo o Cidadão pode ser admitido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença, que não seja a dos seus talentos, e virtudes”.

não demorou muito para que um dos regentes, no caso Diogo Antonio Feijó, desobedecesse, ao menos em parte, a legislação recente. O paulista, em 1837, e contrariamente, portanto, à lei de 1831 (sobre as atribuições da regência), concedeu duas condecorações a eminências estrangeiras. Foi seu sucessor, contudo, Pedro de Araújo Lima, quem de fato tentou restabelecer certas práticas já em desuso. Não só ele agraciou um número muito maior de estrangeiros com condecorações (apenas em 1839, foram 15), mas, especialmente, ele retomou a prática do beija-mão, como reinstituiu cerimônias vinculadas à sacralidade da figura do jovem monarca.

A despeito, contudo, das atitudes de Araújo Lima, o alvorecer do Segundo Reinado, com a maioria antecipada de Pedro II, não significou a restauração de uma série de práticas comuns até 1831. Ainda que quatro meses depois do Golpe da Maioridade, o país tenha presenciado a retomada da distribuição de títulos nobiliárquicos, já não se tratava mais da nobreza do Primeiro Reinado e, muito menos, daquela existente no período Joanino. Doravante, tratava-se de uma nobreza desprovida de privilégios, fossem eles financeiros ou fundiários, de tal forma que as mudanças discutidas e aprovadas durante a Regência fizeram com que a nobreza brasileira passasse a ser uma nobreza em consonância, de fato, com o espírito da constituição, uma constituição liberal para uma monarquia constitucional representativa.

Dessa forma, a temática central dessa dissertação é a concessão de títulos de nobreza de 1808 a 1840, isto é, desde a chegada da Família Real até o Golpe da Maioridade, bem como as diferentes estratégias políticas subjacentes às nobilitações nas diferentes conjunturas políticas em questão. Há que se destacar que a nobreza oitocentista foi um tema pouco trabalhado pela historiografia, não tendo merecido estudos aprofundados sobre qual a importância, de fato, de se receber um título de nobreza, bem como, da parte do monarca, de concedê-lo. Os titulados foram objeto de estudos de cunho genealógico e também de trabalhos de recorte biográfico¹⁹, que, contudo, não se detiveram na importância dos títulos em termos políticos mais gerais. Além desses trabalhos, a nobreza foi mencionada em estudos historiográficos, sendo discutida, normalmente, de forma um tanto secundária em relação a outros aspectos da

¹⁹ Ver, por exemplo, Rui Vieira da Cunha, *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministérios da Justiça, Arquivo Nacional, 1975; Lídia Besouchet, *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1985; Joaquim Pinto de Campos, *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva: barão, conde, marquês, duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, entre outros.

política imperial. São raros os trabalhos mais específicos sobre o tema, caso dos estudos de Eul-Soo Pang, Laura Jarnagin e Roderick Barman²⁰.

De modo geral, a historiografia afirma, ainda que não faça diferenciações aprofundadas sobre os diversos períodos do século XIX, que um título de nobreza era concedido pelo monarca como um reconhecimento pelos serviços prestados; destacando que, a despeito dos títulos mais elevados terem sido normalmente concedidos a pessoas de maior visibilidade política, a nobilitação, em si, não assegurava o exercício de cargos políticos.

Sérgio Buarque de Holanda, para caracterizar a nobreza no Império, retoma a conjuntura do Primeiro Reinado e afirma que, após a outorga da Constituição, em 25 de março de 1824, o imperador necessitava de “adeptos ou até cúmplices”, abusando, assim, da concessão de títulos nobiliárquicos. Além disso, segundo o historiador, haveria entre os brasileiros aqueles que queriam ver o império “adornado de ouropéis nobiliárquicos” para se assemelhar e até se igualar às antigas monarquias européias. Entretanto, destaca que a nobreza formada no Brasil era diferente, em diversos aspectos, da nobreza portuguesa, já que, na antiga metrópole, havia um grupo de fidalgos assentados na tradição, marcados pelas suas prerrogativas e privilégios, enquanto que, na América, essa “nobreza de emergência” rapidamente se multiplicava, sem contribuir para o prestígio dessas mercês²¹.

Outra diferença entre Brasil e Portugal seria o grande número de barões existentes no império brasileiro, o que poderia ser explicado, segundo Sérgio Buarque, pela “conveniência de serem poupados os melindres de fidalgos de mais alta prosápia, que gostariam de guardar só para si os velhos e ilustres títulos, largando os de menor estimacão para uma aristocracia improvisada e sem raízes, verdadeira caricatura da nobreza de linhagem”. Assim, devido à ausência de grandes tradições, os baronatos se adequariam melhor do que os títulos nobiliárquicos mais elevados²². Para este historiador, a concessão de títulos foi utilizada para formar um grupo de pessoas que

²⁰ O trabalho de Laura Jarnagin abrange o Império do Brasil, em sua totalidade, procurando demonstrar, com dados estatísticos, a concentração de titulados no exercício de algumas funções políticas, como conselheiros de Estado, ministros, senadores e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Laura Jarnagin, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979; Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”; e Eul- Soo Pang, *In pursuit of honor and power*.

²¹ Sérgio Buarque de Holanda, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, p. 36.

²² Sérgio Buarque de Holanda, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, p. 37.

apoiavam o imperador, além de ser uma maneira de aproximar a monarquia brasileira das monarquias européias.

Já Raymundo Faoro, analisando as alterações sofridas na concessão de títulos nobiliárquicos ao longo do século XIX, afirma que, com d. João VI e d. Pedro I, essa prática ainda possuía um caráter “nobilizador”, enquadrando o agraciado em uma “categoria social e política, no estamento burocrático e aristocrático”²³. João Camillo de Oliveira Torres, por sua vez, defende que os títulos nobiliárquicos no Brasil Império eram concedidos pelo monarca, de acordo com a “conveniência do serviço público”²⁴, e significavam um reconhecimento pelos serviços prestados, uma maneira de demonstrar publicamente o apreço da coroa pela atuação do agraciado em determinado momento, sendo que, por não serem hereditários, não permitiam a formação de um grupo específico de nobres. Para Oliveira Torres, o título significava um reconhecimento pelos serviços prestados, um modo de conferir uma distinção pública ao prestador do serviço em questão.

O brasilianista Eul-Soo Pang se debruçou, de maneira mais minuciosa, sobre a temática da nobreza no Brasil Império, preocupando-se em analisar como se dava a concessão de títulos, a quem os títulos se destinavam e quais eram as relações que se firmavam entre o Estado e os nobilitados. Para esse historiador, um título representava um reconhecimento formal da família, da profissão e do status do titulado²⁵, de tal forma que a nobreza imperial era uma instituição pessoal e não social, cujo status de corporação não derivava de princípios jurídicos, mas sim de prerrogativas da Coroa²⁶. Assim, para se receber um título era necessária uma combinação de contribuição em dinheiro e boa política, não sendo os contos de réis suficientes para garantir uma titulação. Para o historiador, o enobrecimento representava uma via de acesso ao “sistema da elite imperial”²⁷. No que tange ao Primeiro Reinado, Pang argumenta que a

²³ Sobre o Segundo Reinado, Raymundo Faoro afirma que, à medida que avançava o Segundo Reinado, o título nobiliárquico perdia o seu caráter nobilitador e não habilitava o agraciado para nenhuma função, fosse ela “pública, própria ou delegada”, impedindo, assim, que os nobilitados formassem “um quadro efetivo de ação”. Ainda assim, a concessão de títulos possuía um uso político, já que constituía um meio de controle, exercido pelo imperador, sobre os proprietários rurais. De forma que o título nobiliárquico, apesar de não garantir a formação de um “estamento burocrático”, constituía um vínculo entre o nobilitado e o monarca, assegurando, assim, certo controle por parte do imperador sobre os titulados. Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 298, 450-451, e 557.

²⁴ João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 203.

²⁵ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 2.

²⁶ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 63.

²⁷ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 164 e 170-171.

maioria dos títulos concedidos foram recebidos por proprietários de terra e homens que prestaram serviços civis-militares à monarquia²⁸.

O também brasilianista Roderick Barman, destaca que, ao longo do Primeiro Reinado, o monarca fez uso dos títulos de nobreza como um reconhecimento para aqueles que desejava incluir na “elite dominante”, sendo que “sua disposição de conferir títulos nos graus mais elevados, também é sinal da importância que a nobreza tinha para o Imperador”, contudo, Pedro I não teria nobilitado apenas seus “partidários”, agraciando também oficiais de sua Casa, fazendeiros e filhos da elite. O brasilianista pondera, ainda, que o vínculo entre os titulados e o primeiro imperador era tão forte, que, após a Abdicação, uma das primeiras medidas tomadas pela Regência foi contra a nobreza²⁹. Em seus estudos, tanto Barman, quanto Pang afirmam, finalmente, que a posse de um título, apesar de não ser acompanhada por privilégios ou cargos políticos, era um reconhecimento do imperador, representando, assim, uma afirmação do poder da monarquia³⁰.

Assim, o que se pretende evidenciar nessa dissertação é que a nobreza inaugurada em terras brasílicas por d. João em 1808 sofreu transformações significativas, de tal forma que a nobilitação no Segundo Reinado viria a se diferenciar, e muito, daquela praticada nas décadas anteriores. Ademais, é de central interesse perceber o quanto as diferentes conjunturas, os planos e estratégias políticas de d. Pedro I, e de seu pai, nortearam a concessão de títulos nobiliárquicos quando estiveram à frente do governo. Finalmente, pretende-se demonstrar de que maneira o Período Regencial marcou uma ruptura no Estado imperial brasileiro também no que se refere à nobreza, abolindo heranças de Antigo Regime e alterando as características da nobreza no país. Assim, ainda que os d. Pedro I e d. Pedro II tenham sido imperadores do Brasil, de um Estado regido pela mesma Constituição outorgada em 1824, as mudanças efetuadas pela Regência podem ser entendidas como um divisor de águas entre esses reinados, inclusive no que tange à concessão de títulos, mercês e à manutenção de certos privilégios.

²⁸ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 53-56.

²⁹ Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”. Já sobre o Segundo Reinado, Barman afirma que os agraciados com títulos de barão sem grandeza tinham poucas expectativas de ascensão na escala nobiliárquica, quando muito, se recebiam novos títulos eram, em geral, honras de grandeza ou um viscondado sem grandeza, sendo que os títulos de visconde com grandeza, conde e marquês eram concedidos a políticos eminentes, bispos e militares.

³⁰ Roderick Barman, *Brazil: The forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 102 e p. 130; e desse mesmo autor, ver “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”.

Para tanto, partindo do exposto acima e da premissa de que a concessão de títulos nobiliárquicos esteve intrinsecamente relacionada às diferentes conjunturas em questão, a presente dissertação é composta por três capítulos, ordenados cronologicamente e estruturados de forma a demonstrar como a concessão de títulos de nobreza foi utilizada e interpretada em cada um desses momentos, de 1808 a 1821, de 1822 a 1831 e de 1831 a 1840.

Assim, o primeiro capítulo compreende o período de permanência de d. João no Rio de Janeiro, discutindo a nobilitação praticada pelo regente e depois rei como parte de uma estratégia política que visava à manutenção do império luso-brasileiro. Para tanto, analisar-se-á, detidamente, as concessões de títulos realizadas na época, evidenciando os tipos de títulos ofertados e quem foram os nobilitados, destacando-se uma visível preferência por figuras ligadas à política portuguesa, sendo muito restrito o número de concessões para brasileiros (ou pessoas nascidas no reino e já estabelecidas há muito na América). Ademais, será tratado o caso de Luiz do rego Barreto que, a despeito de ter desempenhado cargos ligados à monarquia, como o de governador de Pernambuco, reprimindo, inclusive, o movimento de 1817, não aceitou o título que lhe foi ofertado em 1820 (ao que tudo indica, o único caso de recusa ocorrido durante a permanência de d. João VI no Brasil).

No segundo capítulo, discutir-se-á a continuidade da prática da nobilitação no pós-Independência, com destaque para três tentativas mal sucedidas de concessão de títulos, por parte de d. Pedro I, já em 1822. Tais recusas são especialmente interessantes não só por envolverem figuras centrais na política do período – José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo e Francisco Gomes Brandão (futuro Francisco Gê Acaiaba de Montezuma) –, como também por permitirem um olhar mais aprofundado acerca do que pensavam então as elites do país, especialmente os representantes da nação, acerca dessa prática. Tais negativas não impediram, contudo, que d. Pedro concedesse novos títulos de nobreza, ao contrário, a análise cuidadosa das ofertas de títulos em 1826, das quais uma quantia significativa foi feita a senadores escolhidos pelo monarca em janeiro daquele ano, permite descortinar o papel político dessa prática a partir da instalação do Legislativo no país e sua relação com a construção de uma rede de apoio ao governo do primeiro imperador. Se os senadores foram especialmente beneficiados em termos de títulos recebidos, d. Pedro também nobilitou outras figuras ligadas ao governo – como presidentes de província e ministros –, além de pessoas ligadas às funções da corte e ao próprio imperador por laços afetivos.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as propostas e discussões acerca da restrição da prática da nobilitação pelos regentes (e que motivou também discursos acerca da anulação dos títulos previamente concedidos), da extinção do Conselho da Fazenda (e, portanto, da distribuição de assentamentos, concedidos tanto por d. João, como por seu filho), e, finalmente, da abolição dos bens vinculados, no caso, os morgados. Tais discussões, que levaram à aprovação de três leis, permitem perscrutar o posicionamento dos representantes, tanto deputados, quanto senadores, acerca da existência de uma nobreza, do significado de mercês e privilégios, e, assim, das expectativas de mudança possíveis a partir da Abdicação, entre elas a extinção de práticas de Antigo Regime (tão mais interessante se se considerar que parte dessas discussões já havia se iniciado com a própria instalação da Assembléia em 1826). Com a aprovação da lei de 14 de junho de 1831, que determinava as atribuições da Regência, não só o Legislativo retirava dos regentes a faculdade de conceder títulos, mas também condecorações. Se, de fato, no que tange às nobilitações a proibição foi respeitada, o mesmo não ocorreu com a concessão de condecorações a eminências estrangeiras. Em 1837, Diogo Antonio Feijó, contrariamente à legislação, concedeu duas condecorações a autoridades estrangeiras. Mas foi, de fato, seu sucessor, Pedro de Araújo Lima quem reinstituiu, à larga, tal prática. Não bastasse isso, o segundo regente uno, também recuperou cerimônias, comuns ao Primeiro Reinado, mas suspensas desde a Abdicação, como o beija-mão e comemorações suntuosas ligadas à figura, e à sacralidade, do jovem Pedro II.

Ainda assim, quando da Maioridade, várias das mudanças aprovadas na Regência não foram revogadas, mesmo que quatro meses depois de assumir o trono, dois títulos de conde tenham sido concedidos (uma vez que a suspensão das nobilitações valia apenas para os regentes, e não para o segundo imperador). Considerando, contudo, todas as propostas e leis aprovadas na década de 1830, o que se evidencia é que a nobreza de Segundo Reinado se afastava, e muito, daquela praticada nos primeiros anos do Império; doravante, tratava-se de uma nobreza de acordo com o espírito da Constituição de 1824, uma Constituição liberal para uma monarquia representativa. De maneira a evidenciar um pouco mais essa transformação, terminamos a dissertação tratando das concessões realizadas até 1841, e do primeiro revés sofrido pelo novo monarca, ou seja, a negativa de Francisco de Lima e Silva, marechal e ex-regente, de aceitar o título de barão de Barra Grande, desta vez embasada em argumentos bastante

distintos daqueles utilizados pelas figuras que rejeitaram títulos no período Joanino e no Primeiro Reinado.

Assim, o estudo da concessão de títulos de nobreza de 1808 a 1840 revelou a importância que tal prática tinha para os monarcas e para os contemporâneos, mas, especialmente, revelou o uso político de tais concessões, isto é, como parte de estratégias políticas afins aos objetivos seja de d. João, seja de d. Pedro I, indicando, portanto, que se um título nobiliárquico representava uma distinção para quem o recebia, possuía também caráter político para quem o concedia; questão que não passou despercebida aos homens da época.

Capítulo 1: D. João e a política: a nobilitação como estratégia para manutenção do Império português

Elias Antônio Lopes, respeitável negociante desta praça do Rio de Janeiro, havia construído, não longe da cidade, no sítio de S. Cristóvão uma grande casa de campo; e como este honrado, e leal vassalo visse que Sua Alteza Real não tinha uma quinta onde descansasse das fadigas do governo, e respirasse ares mais puros, e saudáveis; e conhecesse que a casa de campo, que acabava de edificar, apesar de não ter a grandeza, e magnificência, que a fizesse digna da habitação de um soberano, era contudo a melhor, e a mais ampla de todas quantas haviam nos arredores desta nova Corte, levado dos generosos sentimentos de afeto, e amor para com a real pessoa de seu príncipe, tomou a resolução de ofertar a Sua Alteza Real a sua casa, e quinta a ela anexa; e sendo esta oferta aceita pelo mesmo real senhor com aquelas demonstrações de gratidão, quais merecia um vassalo tão generoso, passou imediatamente a levantar na frente da mencionada casa as armas reais, que descobriu com muitos sinais de alegria, logo que Sua Alteza Real se dignou a ir vê-la pela primeira vez. Esta é a chamada Real Quinta da Boa Vista, residência ordinária do Príncipe Regente Nosso Senhor, da qual terei lugar de falar muitas vezes no decurso destas *Memórias*. [Luiz Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, p. 196.]

Tempos depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, d. João recebeu a Quinta da Boa Vista, doada por Elias Antônio Lopes, cuja generosa atitude foi descrita pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos³¹, contemporâneo aos acontecimentos. Talvez o regente fosse ciente da importância dessa doação, haja vista que, ao chegar ao Rio de Janeiro, a Família Real e sua corte não tinham instalações para se hospedarem. Além dessa doação, inúmeras pessoas tiveram que ceder suas residências para abrigar a corte, se alguns o fizeram por livre e espontânea vontade, outros tantos foram despejados³².

Para Elias Antônio Lopes, ceder sua residência para o príncipe regente representava, possivelmente, prestígio e distinção, além de alimentar alguma esperança

³¹ Luiz Gonçalves dos Santos nasceu no Rio de Janeiro em 25 de abril de 1767. Em 1794, tomou as primeiras ordens no seminário e dois anos depois, tornou-se presbítero. Em 13 de outubro de 1825, recebeu o hábito da Ordem de Cristo, e em 1839, o diploma de membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Faleceu em 01 de dezembro de 1844. Escreveu *Memórias para servir à história do Brasil*, em 1821, e *A fé católica ou o símbolo dos apóstolos provado e explicado pelas santas escrituras*, publicado em 1847, além de outros trabalhos. Joaquim Manuel de Macedo, *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, vol. 1, p. 515-518.

³² Houve grande resistência por parte da população em ceder suas casas para abrigar a Família Real. De acordo com Kirsten Schultz, “a ausência concertada de submissão ameaçava substituir o júbilo e a felicidade da recepção, e tanto minar a autoridade do príncipe regente como pôr em risco a criação da capital imperial que a sua presença exigia”, ou ainda, “Histórias pitorescas das tribulações relativas à aposentadoria são particularmente populares nas narrativas folclóricas do Rio de Janeiro joanino. Várias descrevem como as letras ‘P.R.’, usadas para designar uma propriedade requisitada em nome do príncipe regente, também eram lidas como ‘Ponha-se na rua’ ou ‘Prédio Roubado’”, *Versalhes Tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 162-163 e p. 199, respectivamente.

de recompensa por tal atitude, quem sabe até um título nobiliárquico. Diante de tão generosa atitude, d. João, em maio de 1808, ofereceu a Lopes apenas o título de cavaleiro da Ordem de Cristo³³, o mais baixo dentro dessa ordem. Todavia, de acordo com a historiadora Camila Borges da Silva, Lopes recusou a oferta feita pelo regente, que, por sua vez, fez uma nova proposta, oferecendo-lhe dessa vez o título de comendador, hierarquicamente maior que o anterior³⁴.

Assim, em 13 de maio de 1808, Lopes recebeu a comenda da Ordem de Cristo³⁵; em setembro, passou a ocupar o lugar de deputado da Real Junta do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos; em 29 de agosto de 1810, recebeu como mercê a alcaidaria-mor e senhorio da Vila Real de São José del Rei, na comarca do Rio de Janeiro; em 19 de outubro do mesmo ano, recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, moradia de 1\$600 por mês, além de um alqueire diário de cevada pago segundo a ordenança e a quantia de 21:929\$000 como pagamento de obras feitas; em 1812, alcançou novos postos, como o ofício de Provedor e Corretor da Casa Adjunta do Comércio, que lhe rendeu o título de conselheiro e o tratamento de senhoria; e de 25 de março de 1808 a 31

³³ Em ordem crescente de hierarquia, a Ordem de Cristo era dividida em cavaleiro, comendador e grã-cruz. De acordo com Fernanda Olival, ao longo do século XVIII, houve um significativo aumento no número de hábitos de Cristo concedidos, pois, durante a administração pombalina, a atividade dos negociantes de grosso trato deixou de ser considerada um ofício mecânico, o que os incluiu, doravante sem necessidade de dispensa real, na lista de candidatos ao hábito. Além disso, em 1773, foi abolida a distinção entre cristão-novo e cristão-velho, o que também ampliou o número de possíveis agraciados. Dessa forma, o século XVIII assistiu à concessão de um alto número de hábitos de Cristo. Seguindo essa mesma linha, Jorge Pedreira afirma que não só a atividade dos negociantes de grosso trato deixou de ser considerada um ofício mecânico, como também a atividade dos investidores das companhias comerciais pombalinas, o que facilitou a obtenção de um hábito, de tal forma que houve “reclamações contra a banalização dos hábitos de cavaleiro das ordens militares e designadamente da Ordem de Cristo”, fazendo com que “pelo menos, um quarto de todos os homens de negócio que recenseamos para a segunda metade de Setecentos fossem cavaleiros de Cristo e mais meia dúzia tivessem o hábito de Santiago”. Todavia, os dois autores concordam que a Ordem de Cristo só era concedida a negociantes de grosso trato, excluindo, portanto, caixeiros e comerciantes a retalho. Sobre essa temática, consultar Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honras, Mercês e Venalidade em Portugal (1641 – 1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001; e Jorge Miguel Pedreira, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992 (2º-3º), p. 407-440.

³⁴ Camila Borges da Silva, *O Símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, p. 119.

³⁵ Diante da prática inaugurada já no século XVIII de concessão da Ordem de Cristo para negociantes de grosso trato, talvez não seja de se estranhar os hábitos da Ordem de Cristo concedidos para negociantes do Rio de Janeiro, incluindo o próprio Elias Antônio Lopes. Entretanto, de acordo com Camila Borges da Silva, o número de negociantes agraciados com a Ordem de Cristo foi pequeno. Para essa historiadora, de 1808 a abril de 1821, d. João concedeu, para todas as partes do império português, sete grã-cruzes, 443 comendas e 3.635 cavalarias, sendo que apenas 85 comerciantes de grosso trato tornaram-se cavaleiros, 15 viraram comendadores, e nenhum se tornou grã-cruz. *O Símbolo Indumentário*, p. 112-116.

de maio de 1813, foi o administrador da Quinta da Boa Vista³⁶. Em 08 de outubro de 1815, Elias Antônio Lopes faleceu no Rio de Janeiro. Apesar de ter recebido todas essas distinções e nomeações, o príncipe regente não lhe agraciou com qualquer título de nobreza³⁷.

Lopes não foi o único negociante que atuou de maneira decisiva para favorecer a manutenção da Família Real no Rio de Janeiro; alguns investiram dinheiro próprio nos melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro³⁸, enquanto outros financiaram o abastecimento e manutenção do regente e de sua corte³⁹. Além do mencionado Lopes, as famílias Carneiro Leão e Nogueira da Gama desempenharam papel fundamental para viabilizar a permanência da corte no Rio de Janeiro.

De acordo com João Fragoso, esses negociantes formaram suas fortunas através de um processo de acumulação endógena de capital, anterior à chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, de maneira que, em 1808, detinham renda suficiente para auxiliar no sustento da corte joanina na capital. A riqueza dessa elite mercantil provinha de seu

³⁶ De acordo com Jenny Dreyfus, a administração da Quinta da Boa Vista foi interrompida por desavenças entre d. João e Lopes, “consta que Elias reclamou a paga da *dádiva generosa*. É de ver que o Príncipe não podia concordar com semelhante desfaçatez”. Jenny Dreyfus, “A Quinta da Boa Vista – uma dádiva graciosa”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1965, vol. XV, p. 27.

³⁷ Sobre as distinções recebidas por Elias Antônio Lopes, ver Jenny Dreyfus, “A Quinta da Boa Vista – uma dádiva graciosa”, p. 13-27; Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, in Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 189-190; e Andréa Slemian, *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808 – 1824)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006, p. 41. Todas as datas referentes a Elias Antônio Lopes foram extraídas de Jenny Dreyfus.

³⁸ De acordo com Kirsten Schultz, “Para dar alojamento apropriado ao príncipe regente, o palácio vice-real foi ampliado, com a anexação da cadeia adjacente, a parte externa do palácio foi pintada e as paredes do interior foram cobertas de seda, as igrejas da cidade foram limpas e um dossel do melhor tecido foi erguido perto do cais. Como consequência disso, ao ver a elite da cidade receber o príncipe regente e sua comitiva entre decorações de luxo e iluminação festiva, um habitante da cidade escreveu: ‘parecia o Rio de Janeiro huma nova Cidade’. [...] À medida que a população da cidade crescia (dobrando para 80 mil entre 1808 e 1821) e o comércio de varejo aumentava, membros da corte recém-chegados construíram casas e propriedades e a Coroa subvencionava a construção de novos prédios públicos, bem como um palácio maior para o príncipe regente em São Cristóvão. Uma Imprensa Real foi instituída pela primeira vez na história da colonização portuguesa no Brasil, e novas academias reais, uma escola de medicina, a biblioteca real e *aulas régias* ampliadas ofereciam novas oportunidades de educação e de treinamento profissional. A duplicação de instituições, incluindo o *Desembargo do Paço*, a *Casa de Suplicação do Brasil*, a *Junta de Comércio* e o *Erário Real*, assim como a criação de um Banco do Brasil, trouxe prestígio à cidade, facilitou a administração e o exercício da justiça e de transações econômicas, proporcionando oportunidades para a prestação de serviços à corte real”. “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821”, *Tempo*, vol.12, nº 24. Niterói, 2008.

³⁹ Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”. Jurandir Malerba afirma que “foram os homens de ‘grosso trato’ o suporte da coroa portuguesa no Brasil e que não ficaram de fora da estruturação do Estado brasileiro, recebendo seu quinhão em títulos e cargos, conforme seu prestígio e seu lugar em relação ao príncipe”. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 224. Todavia, o autor não cita exemplos de homens que teriam recebido títulos e cargos.

envolvimento no comércio de grosso trato e de longa distância, incluindo o tráfico de escravos africanos; além dessa riqueza ligada ao comércio, investiram também em terras, produção agrícola e plantação de café, o que os tornou grandes proprietários de terras; de modo que, no entender de Fragoso, essa elite mercantil transformou-se em aristocracia escravista⁴⁰.

A instalação da corte no Rio de Janeiro representou, nos dizeres de Maria Odila Leite da Silva Dias, a “interiorização da metrópole”, isto é, o Rio de Janeiro, como sede da corte, passou a desempenhar o papel de capital do império português, mas não só isso, com a instalação da família real na cidade, houve o enraizamento dos interesses da corte no centro-sul, e para isso o apoio dessas elites foi fundamental. De acordo com Maria Odila Dias, as elites do centro-sul foram cooptadas pelo poder central, por meio de nomeações para o exercício de cargos ligados à burocracia, o que garantiu o apoio dessas elites, incluindo negociantes, à corte de d. João⁴¹.

Esses negociantes do centro-sul se aproximaram da corte, não só para defenderem seus interesses, mas, segundo Riva Gorenstein, também para tentarem se promover, adotando um estilo de vida mais próximo ao da nobreza. Para tanto, de acordo com essa historiadora, o negociante abastado “passou a adquirir imóveis e objetos de luxo (valores de uso) compatíveis com um gênero de vida condizente com a posição social a que aspirava na sociedade carioca”⁴².

⁴⁰ João Luís Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Vale destacar que são bastante diferentes as várias interpretações historiográficas envolvendo a transição do século XVIII para o século XIX, para tanto, ver, além de João Fragoso, Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981; Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004; e Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

⁴¹ Maria Odila Leite da Silva Dias, “A interiorização da metrópole”, in *idem*, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. Ao redigir o prefácio de *As tropas da moderação*, Maria Odila afirmou que “[...] uma das trilhas mais importantes a serem exploradas continua a ser o estudo dos momentos de cooptação do mandonismo local pelo poder central, que podem ser captados através de uma análise da política tributária do Império ou do estudo da política de controle dos cargos públicos. No caso do presente livro, o autor teve como principal preocupação articular, na análise da política integradora e centralizadora da Corte, aspectos vários como diversificação das classes dominantes, participação política, representação, regionalismo econômico”. *Prefácio*, in Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 9. Cabe ponderar se a concessão de títulos nobiliárquicos pode ser considerada uma forma de “cooptação do mandonismo local pelo poder central”, especialmente durante o período joanino, haja vista que, como será demonstrado a seguir, ao nobilitar, d. João não priorizou os nascidos no Brasil ou aqueles cujos interesses estavam vinculados ao território americano.

⁴² Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, p. 189. Além da aquisição de imóveis e objetos, segundo Camila Borges da Silva, a posição social, bem como seus privilégios, expressava-se também através do vestuário, já que os

Apesar de terem adotado um estilo de vida próximo ao da nobreza, esses negociantes não se tornaram nobres de fato, isto é, não foram nobilitados por d. João, que, por sua vez, utilizou-se de outras formas de cooptação para garantir seu apoio, tais como a concessão de postos importantes na administração, como na Real Junta do Comércio, no Banco do Brasil, no Senado da Câmara e também no serviço do Paço⁴³.

Em se tratando de uma sociedade do Antigo Regime⁴⁴, a posição social e as distinções tinham significados políticos importantes, de maneira que não só os negociantes desejavam ser recompensados com honras, distinções e títulos nobiliárquicos, mas também os portugueses que acompanharam d. João e aqueles que permaneceram em Portugal combatendo os franceses. É claro que não só a nobilitação era uma forma de distinção social, mas também a nomeação para cargos e exercícios de funções públicas era vista como um meio de ascensão social⁴⁵.

Além disso, de acordo com Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, na monarquia do Antigo Regime, a nobreza representava um grupo social dotado de distinção e privilégios, ou seja, seus integrantes não se distinguiram das demais pessoas da sociedade somente pela posse de um título de nobreza, mas também por deterem privilégios como a hereditariedade dos títulos, bens fundiários, comendas, tenças e privilégios financeiros (como a isenção de impostos e o possível recebimento de pensões pagas pela monarquia); esses eram os títulos nobiliárquicos chamados de juro e herdade. Entretanto, mesmo que a regência e depois o reinado joanino ainda mantivesse características de Antigo Regime português, nem todos os títulos nobiliárquicos concedidos por d. João foram de juro e herdade⁴⁶.

funcionários do Paço e de outras instituições usavam uniformes específicos para o desempenho de cada uma dessas funções, e somente os agraciados com os hábitos poderiam usar as insígnias características de cada ordem. Dessa forma, a existência de um vestuário específico para cada grupo indicava os respectivos privilégios e distinções. Sobre essa temática, ver Camila Borges da Silva, *O Símbolo Indumentário*.

⁴³ Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, p. 145.

⁴⁴ Sobre a sociedade do Antigo Regime, consultar, entre outros, António Manuel Hespanha, *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995; e Norbert Elias, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁴⁵ De acordo com Riva Gorenstein, “A transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro permitiu aos negociantes de grosso trato a intensificação na utilização indireta do aparelho estatal, através da identificação de seus interesses particulares com os interesses da Coroa. Em função de suas fortunas pessoais e de sua prontidão em cooperar financeiramente com a Coroa no atendimento das necessidades do Estado, estes negociantes encontraram novas e maiores oportunidades de acesso ao exercício do poder dentro das estruturas governamentais”. Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, p. 145.

⁴⁶ De acordo com Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, em Portugal, a forma de sucessão dos bens doados pela coroa era determinada pela Lei Mental, instituída já no século XV. Por essa lei, a sucessão deveria seguir “os princípios de primogenitura, varonia, inalienabilidade e indivisibilidade”. Apenas em 1832,

Ao longo dos 13 anos em que d. João esteve no Brasil e concedeu ou confirmou títulos nobiliárquicos, não houve regularidade nem na quantidade, nem na hierarquia dos títulos concedidos ou confirmados; no total, 120 pessoas foram por ele agraciadas, todavia nem todas receberam títulos nobiliárquicos, houve também confirmação de senhorios⁴⁷, bem como privação e restituição de privilégios⁴⁸.

Assim, a partir da totalidade de 120 agraciados por d. João, estabelecemos quatro categorias⁴⁹, para fins analíticos. A primeira categoria abrange distinções vinculadas ao Antigo Regime, a segunda os títulos modernos, a terceira os títulos acompanhados apenas por assentamento no Conselho Real da Fazenda, e a quarta os títulos acompanhados por vidas ou concedidos em verificação da vida ofertada em ocasião anterior.

Na primeira categoria, foram incluídos títulos confirmados (eram possuídos pela família, que tinha o direito de transmiti-los ao seu sucessor, necessitando apenas da confirmação do monarca), e títulos que acompanhavam mercês, como comendas, tenças e senhorios. Dentro dessa categoria, entre 1808 e 1821, d. João agraciou 40 pessoas. Na segunda categoria, foram incluídos 38 titulados, cujos títulos eram caracterizados por serem uma distinção ao agraciado, ou seja, não eram de juro e herdade, nem acompanhados de privilégios financeiros, jurisdicionais ou fundiários, ou do direito de serem transmitidos aos sucessores. Já na terceira categoria foram incluídos aqueles a quem d. João ofertou, além do título, apenas, um assentamento no Conselho da Fazenda, e dela fazem parte 30 agraciados. O assentamento no Conselho da Fazenda consistia, de acordo com os dicionários de Bluteau (1728) e Moraes Silva (1789), em uma mercê em dinheiro, “espécie de ordenado”⁵⁰, ofertada pelo rei aos fidalgos, com

como consequência das reformas liberais do século XIX, “aboliram-se [...] os dízimos, ‘as Comendas de todas as Ordens, fundadas em dízimos’, os bens da coroa, os forais e a Lei Mental”. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003, p. 214 e p. 211, respectivamente.

⁴⁷ João de Noronha recebeu confirmação de diversos senhorios, comendas e tenças, possuídos por seu pai e seu avô.

⁴⁸ Pedro de Almeida, Juliana Maria Carolina Sofia Oyenhausen e Almeida, e Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha foram privados de todos os títulos, honras e dignidades que possuíam. Além desses três, Agostinho Domingos José de Mendonça e Álvaro José Xavier Botelho foram privados e, tempos depois, restituídos de seus privilégios.

⁴⁹ Essas categorias foram criadas, unicamente, com a finalidade de viabilizar uma análise da política de d. João, enquanto regente e depois rei, envolvendo a nobilitação, abarcando tanto a criação de novos nobres como a confirmação de privilégios e títulos já possuídos. Dessa forma, essas categorias não são estáticas, nem as únicas possíveis para analisarmos a nobilitação joanina.

⁵⁰ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatômico, architectonico*, 1728, p. 601.

títulos de conde, marquês e duque, porém sem transmissão aos filhos⁵¹. Finalmente, a quarta categoria foi composta por homens que receberam títulos com vidas (em uma mesma ocasião) e por aqueles que foram agraciados em verificação da vida concedida, em geral, ao seu pai, em um total de 12 agraciados.

Por meio da elaboração dessas quatro categorias, é possível perceber que a regência e o reinado joanino marcaram um período de transição de uma nobreza de Antigo Regime para aquela que seria a nobreza característica do Brasil oitocentista, estabelecida pela Constituição de 25 de março de 1824, ou seja, na qual os títulos seriam apenas uma distinção.

Dessa forma, d. João confirmou ou concedeu a 40 pessoas títulos vinculados ao Antigo Regime; 38 foram agraciados com títulos cujas características seriam mantidas ao longo do século XIX; 30 foram nobilitados com títulos com assentamento no Conselho da Fazenda – categoria que pode ser vista como intermediária entre as duas primeiras, pois ainda que esses títulos fossem acompanhados por uma mercê financeira, nem a mercê, nem o título eram transmissíveis aos filhos/sucessores; e, finalmente, os 12 agraciados que compõem a quarta categoria também podem ser interpretados como uma categoria intermediária, haja vista que, ainda que tenham recebido título com vida ou sido agraciados em verificação da vida, eles não podem ser definidos como típicos de Antigo Regime, pois essas vidas eram concessões feitas pelo monarca e não prerrogativas vinculadas ao título, como eram os títulos de juro e herdade⁵².

A essas 120 pessoas, d. João, durante os 13 anos em que permaneceu no Brasil, ofertou um total de 145 distinções, das quais 25 foram títulos de barão, 31 de visconde, 49 de conde, 12 de marquês, 3 de duque, 11 vidas (concedidas em ocasião diferente do título de nobreza), uma de honras de grandeza para visconde, duas de privilégios de marquês, uma de mercê de juro e herdade, cinco privações, duas restituições, uma de assentamento, uma confirmação de senhorios e uma conservação do título. Importante

⁵¹ O verbete “assentamento” foi consultado em dois dicionários, o de Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatômico, architectonico*, 1728; e Antonio Moraes Silva, *Diccionario da língua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora*, 1789. Disponíveis em www.brasiliana.usp.br – acesso em 17/09/2012. Sobre o Conselho da Fazenda, ver também António Manuel Hespanha, *História de Portugal moderno*, p. 240-241.

⁵² Os títulos de nobreza definidos como de juro e herdade eram aqueles que conferiam ao agraciado, além do título, privilégios financeiros, como isenção de impostos e rendimentos, e/ou privilégios fundiários, como comendas, das quais era possível obter rendimentos também. Sobre isso, consultar Nuno Gonçalves Monteiro, “O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2, São Paulo, novembro de 2005; Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno*; e Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

ressaltar que a diferença entre o número de agraciados e o de distinções deve-se ao fato de que uma mesma pessoa recebeu mais de uma concessão feita por d. João; além disso, deve-se ressaltar que, nessas 145 distinções, estão incluídas, indistintamente, confirmações/renovações e concessões.

1.1. Entre portugueses d'aquém e d'além mar

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808 pertence a uma imbricada trama política envolvendo Portugal, França e Inglaterra. Napoleão Bonaparte, ao tornar-se imperador da França, em 1804, declarou então guerra contra diversas potências européias, destronando monarquias tradicionais e desejando conter o elevado poder inglês no continente europeu. Para tanto, decretou o Bloqueio Continental, que determinava que o país europeu que comercializasse com a Inglaterra seria invadido por suas tropas. Todavia, a Inglaterra era uma tradicional e poderosa aliada de Portugal, o que impunha dificuldades consideráveis, por parte de Portugal, no cumprimento do decreto napoleônico.

Pressionado por França e Inglaterra, Portugal iniciou uma série de negociações com os dois países, de modo a evitar tanto a invasão napoleônica quanto o fim do comércio com os ingleses. De modo geral, a não invasão pelos franceses garantiria a paz no reino, ao mesmo tempo em que o apoio dos ingleses asseguraria a defesa do império ultramarino português. Apesar da realização dessa “política bifronte”, Portugal não conseguiu manter a sua neutralidade em tão complexo cenário europeu, que implicava eventualmente perder o apoio britânico, e também suas colônias no além mar⁵³.

As negociações não obtiveram sucesso, e às vésperas da invasão napoleônica, a corte portuguesa, com apoio da Inglaterra, abandonou Portugal em busca de refúgio em sua colônia ultramarina mais rentável, o Brasil⁵⁴. Se a saída da corte de d. João para o

⁵³ Sobre essa política, ver Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, vol. 1, capítulo 1, “Política Bifronte”; Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, especialmente a parte II: “As Ligações Perigosas”; entre outros.

⁵⁴ Apesar de a transferência da sede da corte de Lisboa para o Brasil remeter a um antigo projeto português do século XVIII, a conjuntura que promoveu o embarque da Família Real em novembro de 1807 não era a planejada; sendo que esse embarque foi interpretado por inúmeros portugueses, como uma fuga, e não como algo previamente organizado e esperado. Já no século XVIII, em Portugal, se pensava em uma possível transferência da sede da corte de Lisboa para a América, pois, no entender dos defensores de tal projeto, a colônia na América era a principal fonte de renda para a metrópole; desta

Brasil significou, por um lado, a sobrevivência da monarquia portuguesa ainda que do outro lado do Atlântico, significou também o abandono da população e do território lusitano por parte do príncipe regente, que havia nomeado uma regência para governar Portugal durante sua ausência, além de autorizar a defesa do território por tropas inglesas, comandadas especialmente por Guilherme Carr Beresford e Arthur Wellesley.

Ao embarcar para o Brasil, a Família Real foi acompanhada por, estima-se, 15 mil pessoas, algumas das quais ligadas à nobreza portuguesa, como, por exemplo, os marqueses de Alegrete, Angeja, Belas, Lavradio, Pombal, Torres Novas e Vagos, juntamente com suas famílias; as marquesas de São Miguel e Lumiares; os condes de Belmonte, Caparica, Cavaleiros, Pombeiro e Redondo; e o visconde de Anadia. Entre os não titulados, destacam-se Antonio de Araújo, d. Fernando José de Portugal, d. Rodrigo de Sousa Coutinho e d. João de Almeida, e respectivas famílias. De acordo com Tobias Monteiro, “além desses fidalgos de primeira grandeza, dos generais Forbes e Napione, dos médicos da Câmara Vieira e Picanço, poucas pessoas de distinção seguiram o Príncipe. A grande massa era de empregados de toda espécie”⁵⁵.

Para além das condições em que a travessia do Atlântico foi realizada e das incertezas que acompanharam esses tripulantes, haja vista que era a primeira vez que uma corte européia saía da metrópole para residir em sua colônia, Portugal e os portugueses que lá ficaram sofreram as conseqüências da invasão napoleônica, da

feita, residindo na América, a corte poderia controlar as riquezas coloniais de maneira mais eficaz e garantir, ao mesmo tempo, a unidade do império português. No início do século XIX, esse projeto foi retomado pelos reformistas ilustrados, especialmente pelo grupo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que passou a defender a formação de um império luso-brasileiro. Contudo, mesmo existindo esse antigo projeto de transferência da corte para o Rio de Janeiro, a conjuntura que viabilizou a concretização dessa transferência era bastante diferente da desejada, pois, em 1807, as tropas de Napoleão Bonaparte estavam invadindo Portugal, de modo que sair do reino representava não apenas o desejo de concretizar o império luso-brasileiro, mas sim de defender a integridade da monarquia portuguesa. A historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, ao analisar a vinda da Família Real, trabalha com esse episódio como sendo a concretização da formação de um utópico “poderoso império” português, sob a forma de um império luso-brasileiro. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994. Sobre a temática da vinda da Família Real, ver Maria Odila Leite da Silva Dias, “A interiorização da metrópole”; Ana Cristina Araújo, “Um império, um reino e uma monarquia na América”, in István Jancsó (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec, FAPESP, 2005. De acordo com Kirsten Schultz, “para sufocar a ‘conclusão certa que [a viagem] tinha sido [uma decisão] muito mal determinada’, os passageiros foram proibidos de se queixar ou discutir ‘negócios públicos’. Conforme explicou uma das pessoas que se juntou à família real, o único tema de conversação aceitável era ‘o Mar’”, *Versalhes Tropical*, p. 112.

⁵⁵ Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, vol. 1, p. 84. Todos os nomes citados por Tobias Monteiro foram aqui reproduzidos. Maria Beatriz Nizza da Silva, tomando como referência a listagem fornecida pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos, menciona os mesmos nomes citados por Tobias Monteiro, incluindo, apenas o duque de Cadaval, que faleceu durante a parada na Bahia, e veio junto com a duquesa e seus três filhos. *Ser Nobre na Colônia*, p. 262.

formação de uma regência francesa conduzida por Junot⁵⁶ e da forte presença inglesa, uma vez que foi a Inglaterra que liderou o exército no combate aos franceses e que, após sua expulsão, assumiu o governo de Portugal durante a ausência do monarca.

Vale ressaltar que enquanto a Família Real realizou a travessia do Atlântico acompanhada por alguns integrantes da nobreza, grande parte da alta nobreza portuguesa e letrados permaneceram em Portugal e até mesmo, de acordo com Lúcia Neves, colaboraram com o governo de Junot. Tal colaboração deve ter sido significativa, pois, diante da iniciativa de tradução do *Código Civil* de 1804 para ser introduzido em Portugal, Junot resistiu a tal medida, argumentando que isso significaria a supressão de vínculos e heranças, ou seja, afetaria os interesses dessa nobreza que o apoiava⁵⁷.

A despeito da expectativa da transitoriedade dessa nova experiência para os portugueses, d. João permaneceu 13 anos longe do solo europeu, de modo que, de 1808 a 1821, a sede do império português foi o Rio de Janeiro. Se Portugal perdeu espaço político nessa nova conjuntura, abandonado pelo regente, o Brasil viveu o oposto. Enquanto Lisboa já dispunha de moradias e estruturas urbanas compatíveis ao seu papel de capital do império português, o Rio de Janeiro tinha, de acordo com Oliveira Lima,

As ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem quaisquer vislumbres de arquitetura, afora possíveis detalhes de bom gosto, um portal ou uma varanda; os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis; exceção feita dos de São Bento e Santo Antônio, situados em eminências e mais decentemente preparados; as igrejas, luxo de toda cidade portuguesa, freqüentes porém inferiores nas proporções e na decoração de talha dourada às da Bahia, provocando por isso entre a devoção e caridade dos fiéis um estímulo de obras de embelezamento, cujos resultados já apareciam nos nobres edifícios em construção da Candelária e de São Francisco de Paula; o plano da cidade por fazer, cruzando-se quase todas as congostas num vale mais largo, sem cálculo, sem precauções mais do que a de aí conservar no desenho um arremedo de taboleiro de xadrez, espalhando-se o resto das moradias, ao Deus dará, pelas outras campinas sitas ao sopé dos morros escarpados⁵⁸.

Assim, o Rio de Janeiro viveu, no começo do século XIX e como consequência da chegada da Família Real, um amplo crescimento populacional e urbano, uma vez que

⁵⁶ Importante ressaltar que, conforme Lúcia Neves, pouco antes do embarque, em 26 de novembro de 1807, d. João assinou um decreto pelo qual autorizava a organização de um Conselho de Regência que deveria governar Portugal durante sua ausência. E seguindo ordens do regente, nos primeiros meses da invasão, a regência colaborou com os invasores, inclusive obedecendo-lhes. Todavia, em 01 de fevereiro de 1808, esse conselho foi extinto e a dinastia de Bragança, destituída, de modo que Junot ampliava seu poder em solo português. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 91-96.

⁵⁷ “Na verdade, a nobreza que permanecera no reino, repleta de ressentimentos contra a Casa de Bragança e avessa a qualquer mudança mais profunda, constituía o principal suporte político de Junot, que, por sua vez, sonhava em utilizá-la para efetivar a esperança de se tornar rei de Portugal”. Lúcia Neves, *Napoleão Bonaparte*, p. 98-102, a citação está na página 102.

⁵⁸ Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, p. 67.

a cidade foi obrigada a se urbanizar e modernizar para assumir, adequadamente, o seu papel como sede da corte e capital do império. Dessa forma, ao mesmo tempo em que Portugal perdia seu prestígio, o Rio de Janeiro começava a ocupar uma nova posição nesse inédito cenário político e necessitava de altos investimentos para se transformar na capital do império.

Entretanto, esses investimentos não foram feitos nem pelos cofres reais, nem pelos homens que acompanharam a Família Real na travessia, mas sim, tal como mencionado, pelos negociantes do centro-sul e que aqui estavam quando d. João aportou. Logo que chegou à Bahia, no início de 1808, d. João deu uma primeira mostra das mudanças que aconteceriam no império português, assinando a Abertura dos Portos às Nações Amigas, pelo que a Inglaterra passava a ter livre acesso ao comércio brasileiro, diminuindo significativamente o controle de Portugal sobre o comércio de sua colônia.

Mas, foi do Rio de Janeiro – destino de d. João após deixar a Bahia – que saiu a maioria das novas medidas políticas do regente. Dentre essas medidas, estavam as concessões de títulos nobiliárquicos e distinções, e as nomeações para o exercício de cargos administrativos. A prática da concessão de títulos de nobreza em território americano foi inaugurada por d. João em dezembro de 1808, e seria mantida até 1821, quando retornaria para Portugal, deixando seu filho d. Pedro como príncipe regente.

Em meio às comemorações pelo aniversário da rainha d. Maria I, em 17 de dezembro de 1808, d. João agraciou seis pessoas, das quais três receberam títulos de conde, d. Fernando José de Portugal, conde de Aguiar; d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares; e Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró, sendo que os títulos dos dois primeiros eram acompanhados por assentamento no Conselho Real da Fazenda⁵⁹, enquanto que o terceiro recebeu apenas o título, sem outras mercês; já João Rodrigues de Sá e Melo foi o único que teve seu título de visconde de Anadia elevado para conde de Anadia, também com assentamento no Conselho Real da Fazenda; e d. José Luís de Sousa Coutinho e d. João de Almeida de Melo e Castro receberam a

⁵⁹ O Conselho Real da Fazenda foi criado, no Brasil, por d. João, juntamente com o Erário Régio, por Alvará de 28 de junho de 1808. Cabia ao regente a nomeação para o cargo de conselheiro, que, por sua vez, receberia, tal qual previsto no referido alvará, o ordenado de 1.800\$000. O alvará pode ser consultado em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_21.pdf - acesso em 26/07/2012.

“renovação”⁶⁰ dos títulos, possuídos por seus pais, em suas pessoas, ou seja, tornaram-se, respectivamente, 15º conde de Redondo e 5º conde de Galveias, sendo que o título de conde de Redondo era de juro e herdade, enquanto que o de Galveias era acompanhado pelo assentamento no Conselho Real da Fazenda.

Importante considerar que desses seis agraciados, quatro acompanharam a Família Real na travessia do Atlântico, d. Fernando José de Portugal; d. Rodrigo de Sousa Coutinho⁶¹; d. João de Almeida de Melo e Castro; e d. João Rodrigues de Sá e Melo. Já o conde de Figueiró, Luís de Vasconcelos e Sousa (filho segundo do marquês de Castelo Melhor), foi vice-rei do Brasil entre 1770 e 1790, grã-cruz da Ordem de Santiago, ocupou a presidência do Conselho da Fazenda e do Real Erário, vindo a falecer já em 24 de abril de 1809⁶², no Rio de Janeiro.

Finalmente, dos seis agraciados, o único que teve seu título de juro e herdade confirmado foi d. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 15º conde do Redondo, neto de Tomé José de Sousa Castelo Branco e Meneses, 13º conde do Redondo e que veio ao Brasil acompanhando a Família Real⁶³. Este último agraciado foi o único dos seis condes a receber um título de juro e herdade, tal qual era o de seu

⁶⁰ Apesar de não haver consenso na bibliografia sobre os termos referentes à concessão de títulos de nobreza e, considerando que o trabalho de Nuno Gonçalo é o mais recente sobre essa temática, estamos nos baseando nos termos utilizados por esse historiador, de forma que para o primeiro título recebido por uma pessoa usamos “concessão”, para os demais títulos idênticos ao primeiro, mas com graduação diferente, os termos utilizados são “renovação” e “confirmação”, à exceção de titulados que receberam títulos idênticos ao de seu pai, por exemplo, mas cuja nobilitação não apresentou nenhum vínculo com o pai, como o caso de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e seu filho, d. Vitório de Sousa Coutinho, que, mesmo sendo agraciados com títulos idênticos, de conde de Linhares, respectivamente, 1º e 2º, por não ser o título do pai de juro e herdade, nem acompanhado de vidas, foi necessária uma nova concessão para a nobilitação do filho. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*.

⁶¹ Deve-se considerar que d. Fernando José de Portugal e d. Rodrigo de Sousa Coutinho, além de terem sido titulados em 1808, compuseram também o primeiro ministério em terras brasileiras nomeado por d. João, em 1808; sendo d. Fernando a principal figura, nomeado ministro dos Negócios do Brasil, ministro assistente do despacho e presidente do Real Erário, desempenhando “sobretudo a função de administração das mercês, da distribuição de favores e de provimento de lugares, o que, entre os negócios de governo, na época, não era responsabilidade menor”. Já d. Rodrigo foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e era subordinado a d. Fernando. Jorge Pedreira e Fernando Dorez Costa, *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 218-226, a citação está na página 226. Ainda sobre ministérios e conselheiros nomeados por d. João, o historiador Eul-Soo Pang reforça o papel desempenhado por portugueses no exercício dessas duas funções. “During his thirteen-year rule (1808-1821), João relied on a group of Portuguese-born politicians, men who had been ministers and councillors of state in Portugal and possessed expertise in statecraft. No Brazilian was given a ministry and only ten Portuguese were so honored”. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the southern cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 20.

⁶² Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, vol. 2, p. 601.

⁶³ Sobre os condes de Figueiró e do Redondo, consultar, respectivamente, Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 1, p. 601; e vol. 2, p. 200.

avô⁶⁴; ou seja, os outros cinco receberam títulos apenas de uma vida, e sem qualquer mercê ou apenas com o assentamento no Conselho da Fazenda.

Poucos dias depois, em 21 de dezembro, d. João recompensou Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses, já conde de Castro Marim, ofertando a ele o título de marquês da Vila do Olhão. De acordo com *Nobreza de Portugal e do Brasil*, “o título de conde de Castro Marim foi-lhe concedido pelo Príncipe Regente D. João por decreto de 14 de novembro de 1802 e o mesmo príncipe o elevou a marquês de Olhão por decreto de 21 de dezembro de 1808”⁶⁵, por ter lutado em Portugal contra os franceses – a despeito de seus serviços, contudo, seu título não vinha com qualquer outro tipo de mercê. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo teve o título de seu pai renovado em 24 de dezembro por decreto de d. João, tornando-se o 6º duque de Cadaval e recebendo todas as mercês, títulos e comendas possuídos por seu pai, o 5º duque de Cadaval, d. Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, que havia viajado com a Família Real e falecido na Bahia, em 14 de março de 1808⁶⁶.

Além do título de marquês da Vila do Olhão, d. João concedeu apenas outros onze títulos de marquês, em um total de doze marquesados, dos quais nove já possuíam o título de conde, todavia, não necessariamente com a mesma designação do título de marquês, e apenas três não eram ainda nobres. Em 13 de maio de 1811, Arthur Wellesley, Lord Wellington, recebeu o título de conde de Vimeiro, sendo agraciado também com assentamento no Conselho da Real Fazenda, a Grã-Cruz honorária da Ordem da Torre e Espada⁶⁷, uma Comenda da mesma ordem, bem como uma pensão

⁶⁴ O decreto pode ser consultado em Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 2 (microfilme) e p. 6 (PDF).

⁶⁵ Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 70. Nos casos em que um mesmo titulado possuía títulos com designações diferentes, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro manteve as diversas designações, redigindo-as da seguinte forma, duque da Vitória/marquês de Torres Novas, marquês de Campo Maior/conde de Trancoso, marquês de Angra/conde do Machico, Castro Marim/marqueses de Olhão, fornecendo, inclusive, outros exemplos, o que indica a possibilidade de que as famílias mantiveram seus títulos ainda que de hierarquias e designações diferentes. Sobre isso, ver Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, p. 38 e p. 46.

⁶⁶ De acordo com Francisco de Vasconcelos, o título de duque de Cadaval foi concedido a d. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo de forma vitalícia e como não houve uma nova concessão desse título pelo monarca português, ele foi extinto em 1837 com a morte de d. Nuno, o 6º duque de Cadaval. Francisco de Vasconcelos, *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, s/d, p. 119.

⁶⁷ Essa ordem militar foi instaurada por d. João por decreto de 1808 e tinha como objetivo, de acordo com Camila Borges da Silva, recompensar os portugueses e estrangeiros que auxiliaram e acompanharam a Família Real na viagem para o Brasil. Ainda de acordo com essa historiadora, além da Ordem de Cristo e Torre e Espada, havia também a Ordem de Nossa Senhora da Conceição, criada em 1818, para comemorar a aclamação de d. João, e a Ordem de Santa Isabel, criada em 1804, para Carlota Joaquina e era uma recompensa para as mulheres que atuavam no Paço. *O Símbolo Indumentário*, p. 133-135.

anual de 20.000 cruzados em duas vidas pagas pelo Cofre das Comendas vagas; além disso, d. João o isentava do pagamento dos novos e velhos direitos e de qualquer outro emolumento que por estas mercês se costumava pagar. Poucos meses depois, em 17 de dezembro, o conde de Vimeiro recebeu o alto título de marquês de Torres Vedras, em recompensa por ter participado do combate aos franceses na península Ibérica e, em 17 de dezembro de 1812, Arthur Wellesley foi agraciado com novo título, desta vez com o de duque da Vitória⁶⁸.

Nessa mesma ocasião, em 17 de dezembro de 1812, Tomé José de Sousa Castelo Branco e Meneses, que havia acompanhado a Família Real para o Brasil, e era o 13º conde do Redondo, foi agraciado com o título de 1º marquês de Borba, com assentamento no Conselho da Fazenda⁶⁹; em 25 de junho de 1811, Joana Bernarda de Sousa Lencastre Noronha, filha do marquês de Minas, foi agraciada com uma vida no título de marquês das Minas, nos Bens da Coroa e Ordens, com diversas tenças, três de 60.000 réis cada uma, duas de 50.000 réis cada uma, e outra de 40.000 réis, todas assentadas na Alfândega do Porto e juros da mesma Casa, tendo, portanto, o título confirmado, tornando-se, dessa forma, 8ª marquesa de Minas, em sua vida, com o assentamento que lhe pertencia pelo Conselho da Real Fazenda⁷⁰.

Em 13 de maio de 1811, Guilherme Carr Beresford foi nobilitado com o título de conde de Trancoso, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda, a Grã-Cruz honorária da Ordem da Torre e Espada, uma comenda da mesma Ordem, além da isenção do pagamento dos novos e velhos direitos e de qualquer outro emolumento que por estas mercês se pagava. Em 17 de dezembro de 1812, recebeu o elevado título de marquês de Campo Maior, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda e as isenções que já haviam sido concedidas quando agraciado com o título de conde. O

⁶⁸ Sobre a concessão do título de duque da Vitória, Francisco de Vasconcelos afirma que “ao dar em 1812 o título de duque ao filho de um conde inglês que se revelou um dos maiores chefes da guerra da Europa de então, o Príncipe Regente quebrou – pela primeira vez em Portugal – a regra (que vinha desde o tempo de D. João I que reservava o título ducal aos bastardos reais ou seus descendentes por varonia legítima). [...] depois do caso extraordinário de Wellington, o título de duque só voltou a saltar da *área* do sangue real quando foi atribuído a Saldanha (1846) e a Mesquitela (Duque de Albuquerque em 1886), mas sobretudo quando foi conferido (1878) a um homem que nem fidalgo era (Ávila e Bolama). Saldanha e Mesquitela, embora não parentes dos reis, eram de velha nobreza, o primeiro notabilíssimo pelos seus serviços militares, e o segundo por, numa época que celebrava os centenários de Camões e da Índia, ser sucessor do morgado do filho do grande Afonso de Albuquerque. Ávila, porém, é um caso totalmente à parte: é o primeiro português, não fidalgo de nascimento, que chega a marquês e a duque”. Francisco de Vasconcelos, *A nobreza do século XIX em Portugal*, p. 143-144.

⁶⁹ O decreto pode ser consultado em Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 37 (microfilme) e p. 41 (PDF).

⁷⁰ O decreto pode ser consultado em Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 33 (microfilme) e p. 37 (PDF). Joana Bernarda de Sousa Lencastre Noronha era também a 11ª condessa de Prados. Ela morreu em março de 1827. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 745.

inglês Beresford foi nobilitado em recompensa por ter lutado em Portugal contra as tropas francesas. Se seguirmos as formas de redação dos títulos nobiliárquicos utilizadas por Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, de conde de Trancoso/marquês de Campo Maior, Redondo/Borba, por exemplo, podemos inferir que esses agraciados mantiveram seus títulos antigos ao serem novamente agraciados.

Em 13 de maio de 1812, Fernando Maria de Sousa Coutinho, 14º conde do Redondo, filho de Tomé José de Sousa Castelo Branco e Meneses (13º conde do Redondo e 1º marquês de Borba), foi agraciado com o título de 2º marquês de Borba, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda. Nessa mesma ocasião, o conde de Pombeiro, Antonio de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, que acompanhara a Família Real, era filho do 1º marquês de Belas e teve o título do pai confirmado em sua vida, tornando-se o 2º marquês de Belas, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda.

Em 17 de dezembro de 1813, d. Fernando José de Portugal, nobilitado com o título de conde de Aguiar em 1808, teve seu título elevado para marquês de Aguiar, mantendo, inclusive, o assentamento no Conselho da Real Fazenda, todavia sem ser agraciado com novas mercês. Nessa mesma data, o 1º conde da Redinha, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, filho de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e ministro de d. José I, teve os títulos possuídos por seu irmão mais velho, o 2º marquês de Pombal, Henrique José de Carvalho e Melo (que havia falecido no Rio de Janeiro em 26 de abril de 1812), renovados em sua pessoa, tornando-se o 3º conde de Oeiras e 3º marquês de Pombal⁷¹, de juro e herdade, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda, extinguindo, dessa forma, uma das três vidas fora da Lei Mental⁷², que tinha no mesmo título, além das mercês dos Bens da Coroa e Ordens, e privilégios que possuía seu irmão, o 2º marquês de Pombal⁷³.

Em 17 de dezembro de 1813, o conde de Caparica, Francisco de Meneses da Silveira e Castro, foi agraciado com o título de 1º marquês de Valada, com o

⁷¹ Sobre José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, ver *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Espanha: Publicações Alfa, 1986, vol. 2, p. 142.

⁷² Pela Lei Mental, títulos e comendas eram transmitidos aos herdeiros seguindo os princípios da primogenitura, masculinidade e indivisibilidade dos bens, quando, além desse privilégio, os titulados continham vidas fora da Lei Mental, as suas mercês e privilégios eram transmitidos sem que fossem regulados pela referida lei, podendo ser transmitidos a uma filha, irmão, sobrinho ou outro parente, com a condição de que fossem descendentes legítimos do primeiro agraciado. Francisco de Vasconcelos, *A nobreza do século XIX em Portugal*, p. 121.

⁷³ Sobre Henrique José de Carvalho e Melo, ver Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 150-151.

assentamento no Conselho da Real Fazenda, apesar das designações diferentes, em *Nobreza de Portugal e do Brasil*, o termo que aparece para indicar a concessão do título de marquês é “elevado”⁷⁴; e Joana Maria José da Silva Telos e Meneses recebeu a renovação do título de seu pai, o 2º marquês de Vagos, tornando-se a 3ª marquesa de Vagos, em verificação de uma das duas vidas que tinha seu pai, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda, o Senhorio de Vagos, e Bens de Coroa e Ordens que possuía seu pai, extinguindo, portanto, uma das duas vidas fora da Lei Mental concedidas no título e senhorio, que eram de juro e herdade, e uma das duas vidas que também foram concedidas ao referido marquês, por decreto de 24 de junho de 1810, nos Bens das Ordens que tinha.

Finalmente, em 04 de setembro de 1818, José de Noronha tornou-se 3º marquês de Vagos, de juro e herdade na forma da Lei Mental, em decorrência do seu casamento com a 3ª marquesa de Vagos, Joana Maria José da Silva Telos e Meneses, de modo que sua mercê foi estendida ao seu marido.

Além dos marquesados, d. João concedeu um título de duque, o já referido duque da Vitória e confirmou outros dois, um de 6º duque de Cadaval, filho do 5º duque, e outro de 2º duque de Lafões, a Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo⁷⁵, em 1819, que, por sua vez, foi agraciado pelo casamento com a duquesa de Lafões, tendo as mercês de sua esposa estendidas a ele, de modo que recebeu não só o título de duque de Lafões, mas também o de marquês de Arronches e conde de Miranda do Corvo⁷⁶. Observando atentamente esses 15 títulos concedidos por d. João, é digno de nota que foram concedidos apenas a portugueses que atravessaram o Atlântico com a

⁷⁴ Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 458.

⁷⁵ Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, filho segundo do 5º duque de Cadaval, d. Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, nasceu em 10 de novembro de 1800, era irmão de d. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, que também foi nobilitado com o título de 6º duque de Cadaval. Era par do reino, membro do Conselho de El-Rei, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e comendador da Ordem de Cristo. Recebeu o título de duque de Lafões pelo casamento com a duquesa de Lafões, d. Ana Maria José Domingos Francisca Júlia Senhorinha Mateus Joana Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, ocorrido em 24 de novembro de 1819. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 668.

⁷⁶ Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 668. De acordo com Nuno Gonçalves, “por especial alvará régio só chegado do Rio de Janeiro em 1820, e apesar das reticências dos negociadores, estipulava-se, não apenas alfinetes para a noiva no valor de 2,4 contos anuais, consignando-se para efeito duas das muitas comendas da casa, mas também uma sobrevivência para o noivo em caso de viuvez no valor de 4,8 contos anuais, segurada por outras duas comendas. [...] Confirma-se, assim, que, na prática, se consideram os maridos das sucessoras abrangidos pelas disposições da legislação pombalina sobre os apanágios das mulheres dos senhores de casas e que, por outro lado, as casas ducais dos ‘prezados Primos’ da real pessoa recebiam Graça para serem dispensados dessa legislação, à qual poucas casas quiseram escapar”, Nuno Gonçalves Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, p. 123.

Família Real, a homens que lutaram contra os franceses, inclusive ingleses, e a pessoas que tinham seus interesses ligados a Portugal, possuindo eventualmente algumas distinções e honrarias lusitanas⁷⁷.

Todavia, mesmo sendo títulos hierarquicamente elevados e concedidos a portugueses, nem todos esses títulos eram acompanhados de outras distinções, rendas ou comendas, o que os caracterizaria como títulos de juro e herdade⁷⁸. Muitos deles foram concedidos em uma única vida, ou seja, não eram transmissíveis aos herdeiros dos titulados, e também não recompensavam o agraciado com bens fundiários ou privilégios financeiros. Dessa forma, d. João, ao nobilitar, inaugurava uma nova maneira de se relacionar com os títulos de nobreza e com os titulados, dando a eles apenas uma distinção, desprovida de outros privilégios e mercês.

Assim, se d. João reservou os títulos mais elevados para portugueses, talvez fosse de se esperar que ele concedesse os títulos mais baixos (barão, visconde e conde) a outros homens, não necessariamente nascidos no reino. Porém, na prática, isso não se concretizou. Mesmo nos demais títulos concedidos, de barão, visconde e conde, houve um nítido predomínio de portugueses, não só para aqueles que acompanharam a Família Real ou lutaram contra os franceses, mas também para um negociante em Macau⁷⁹ e para outro que reprimiu a revolta de Gomes Freire⁸⁰, em Portugal, em 1817, tendo inclusive contribuído para a execução daquele que deu nome ao movimento.

Além desses elevados títulos concedidos por d. João, houve ainda outras onze pessoas que foram agraciadas sem que, necessariamente, tenham recebido um título de nobreza, mas que também são exemplares de uma nobreza do Antigo Regime. Essas onze pessoas eram Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo e Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo – filhos do 5º duque de Cadaval, d. Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, sendo que, como já mencionado, o primogênito do 5º duque, Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, recebeu todos os títulos e comendas possuídos pelo

⁷⁷ As informações biográficas e sobre os títulos de nobreza foram extraídas de Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 volumes e *Graças Honoríficas conferidas no Brasil – 1808 – 1891*.

⁷⁸ É digno de nota que d. João agraciou nove pessoas com títulos de juro e herdade, o 15º conde do Redondo (José Luis de Sousa Coutinho), o 9º conde de Tarouca (Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses), Nuno da Silva Telo (conde de Aveiras de juro e herdade) recebeu mercê de juro e herdade em seu título de 2º marquês de Vagos, 1º conde de Avintes (Antônio de Almeida), 3º conde de Oeiras/3º marquês de Pombal (José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun), 4º conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo), 3º marquês de Vagos (José de Noronha), 1º visconde da Bahia (João Maria Coutinho Pereira de Seabra e Sousa), e 8º conde da Ribeira Grande (Francisco de Sales da Câmara).

⁷⁹ Januário Agostinho de Almeida, barão de São José de Porto Alegre, agraciado em 25 de julho de 1814.

⁸⁰ Miguel Pereira Forjaz, conde da Feira, agraciado em 13 de maio de 1820.

pai, enquanto que os outros dois receberam honras e privilégios de marquês⁸¹ –, Nuno da Silva Telo recebeu mercê de juro e herdade em seu título de marquês de Vagos e possuía título idêntico ao de seu pai⁸²; Pedro de Almeida, Juliana Maria Carolina Sofia Oyenhhausen e Almeida e seu marido Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha foram privados de todos os títulos e privilégios⁸³; Álvaro José Xavier Botelho e Agostinho Domingos José de Mendonça também foram privados de títulos, mas tiveram o privilégio de tê-los restituídos por d. João⁸⁴; Ana Maria José Joana Carlota de Bragança de Sousa Ligne era duquesa de Lafões, recebeu um assentamento em seu título, e ao se casar, seu marido, Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, passou usar o título idêntico ao seu⁸⁵; João de Noronha, marquês de Angeja, recebeu diversos senhorios e mercês, além de alguns bens possuídos por seu avô, também marquês de Angeja⁸⁶, e Isabel Fausta Cândida José de Melo recebeu o direito de conservar o seu título, mesmo tendo passado a segundas núpcias⁸⁷.

⁸¹ Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, em 24 de dezembro de 1808, recebeu todas as mercês, títulos e comendas possuídos por seu pai, também duque de Cadaval, dom Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo; Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo e Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, irmãos de Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval, em 13 de maio de 1810, receberam honras, graduação, prerrogativas e privilégios de marquês destes Reinos, com o mesmo assentamento que competia aos marqueses pelo Conselho da Real Fazenda.

⁸² Nuno da Silva Telo, 2º marquês de Vagos e conde de Aveiras de juro e herdade, em 24 de junho de 1810, foi contemplado com mercê de juro e herdade em seu título com duas vidas fora da Lei Mental, além de duas vidas também fora da mesma Lei no Senhorio de Vagos, de juro e herdade da sua Casa, e duas vidas na Alcaldaria-Mor de Lagos e em todos os mais Bens das Ordens que possuía, além da Comenda de São Salvador de Fornelos da Ordem de Cristo no arcebispado de Braga, em duas vidas. Válido ressaltar que Nuno da Silva Telo era filho do marquês de Vagos e acompanhou a Família Real em sua viagem para o Brasil, mas, todavia, de acordo com os autores de *Nobreza de Portugal e do Brasil*, “parece ter seguido em barco inglês, pois seu nome não figura na lista de titulares que acompanharam a Família Real”. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 456-457.

⁸³ Pedro de Almeida era marquês de Alorna e conde de Assumar, mas, em 1810, foi privado de todos os títulos, honras e dignidades; Juliana Maria Carolina Sofia Oyenhhausen e Almeida e seu marido Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha foram, em 1811, desautorados de todos os títulos, honras e prerrogativas.

⁸⁴ Álvaro José Xavier Botelho era conde de São Miguel e, em 1811, foi privado de todos os títulos, privilégios, honras e dignidades, os quais, dez anos depois, em 1821, foram restituídos por d. João; e Agostinho Domingos José de Mendonça era marquês de Loulé e conde de Vale de Reis, em 1811, foi privado de todos os títulos, privilégios, honras e dignidades, restituídos anos depois, em 1818.

⁸⁵ Ana Maria José Joana Carlota de Bragança de Sousa Ligne, 1ª duquesa de Lafões, de juro e herdade, com uma vida fora da Lei Mental, recebeu, em 1815, o assentamento de 700.000 réis, e em 24 de novembro de 1819, casou-se com Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, que foi contemplado nesse mesmo ano com título idêntico ao de sua esposa, duque de Lafões.

⁸⁶ João de Noronha, marquês de Angeja e conde de Vila Verde, recebeu, em 1817, a confirmação do título e senhorio da Vila de Angeja, dos senhorios das Vilas da Bemposta e Pinheiro, do senhorio e Alcaldaria-Mor da Vila Verde dos Francos, todos de juro e herdade na forma da Lei Mental com as regalias, jurisdições, rendas e direitos, e com o padroado da igreja de Santa Maria de Vila Verde dos Francos, da mesma forma que teve o seu pai, também marquês; do padroado da igreja de São João da Praça; da verificação da vida que tinha para cumprir nas comendas de Santa Maria de Alvarenga, de São Pedro de Caíde, de São Salvador da Ribeira de Pena, no arcebispado de Braga, todas da Ordem de Cristo, na de São Tiago de Penamaior, no bispado da Guarda da mesma Ordem e na Comenda e Alcaldaria-Mor de Aljezur no Reino do Algarve e da Ordem de Santiago. Além disso, em recompensa aos serviços do avô,

Assim, salta aos olhos que essas onze pessoas, profundamente ligadas à nobreza do Antigo Regime, por possuírem comendas e mercês em seus títulos, ou por terem sido privadas e até restituídas de seus privilégios, fossem todas portuguesas. Algumas possuíam relações de parentesco com antigos titulados, como é o caso do marquês de Angeja, enquanto outras adquiriram seus títulos após uma união matrimonial, como o duque de Lafões.

Além dessas onze pessoas e dos marqueses e duques já mencionados, d. João concedeu outros títulos com mercês que conferiam ao agraciado algo mais que uma distinção. Assim, entre 1808 e 1821, d. João agraciou 25 pessoas com títulos nobiliárquicos acompanhados de comendas, tenças, senhorios e mercês, como comendas da Ordem de Cristo, comendas de Elvas da Ordem de Santiago da Espada, além de pensões concedidas pela monarquia e tenças vinculadas a almoxarifados⁸⁸. Essas 25

também marquês de Angeja, recebeu os Bens da Coroa possuídos pelo avô, isto é, as tenças de 270.000 réis e 322.858 réis, assentadas no Almoxarifado nos Vinhos da cidade de Lisboa e de 250.000 réis no Almoxarifado da Ilha da Madeira. Em sua vida, recebeu as mercês da Alcaidaria-Mor da vila de Terena e da Comenda e Alcaidaria-Mor da vila do Torrão da Ordem de Santiago, que também teve o seu pai, na ocasião, já falecido.

⁸⁷ Em 1820, Isabel Fausta Cândida José de Melo recebeu a conservação do título de 1ª condessa de São Vicente que teve pelo seu primeiro marido com todas as honras, preeminências e regalias que lhe eram próprias sem embargo por ter passado a segundas núpcias.

⁸⁸ Essas 25 pessoas e suas respectivas distinções eram Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, filho do marquês de Alegrete, nobilitado em 13 de maio de 1810 com o título de 9º conde de Tarouca de juro e herdade de sua casa; Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, que lutou em Portugal contra os franceses, foi agraciado, em 13 de maio de 1811, com o título de conde de Amarante com o assentamento no Conselho da Real Fazenda e uma comenda; Manuel José Carlos da Cunha e Silveira de Lorena, em 23 de junho de 1811, foi agraciado com o título de 8º conde de São Vicente, recebendo também diversos senhorios e comendas; Matias Antônio de Sousa Lobato teve, em 17 de dezembro de 1811, seu título de barão de Magé elevado para o de visconde de Magé, recebendo também o Senhorio da mesma vila, todavia no decreto de concessão consta que ele passava a ter o direito de se chamar senhor dela, sem que isso representasse jurisdições ou prerrogativas; Antônio José de Almada Melo Velho e Lencastre foi nobilitado, em 12 de outubro de 1812, com o título de 4º visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, recebendo também os Bens da Coroa e Ordens possuídos por seu pai; José Antônio de Sá Pereira, 1º visconde de Alverca em duas vidas, foi nobilitado, em 17 de dezembro de 1812, com o título de 2º conde de Anadia, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda e os Bens da Coroa e Ordens possuídos pelo seu sobrinho, também conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo; Antônio de Melo, em 15 de janeiro de 1813, recebeu o título de 2º conde de Ficalho, com assentamento no Conselho da Real Fazenda; além de uma pensão anual para ser dividida entre ele e seus irmãos; Antônio de Almeida, em 13 de maio de 1813, foi agraciado com o título de 1º conde de Avintes, de juro e herdade, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda; José Maria Vasques da Cunha, que lutou contra os franceses em Portugal, em 14 de outubro de 1813, recebeu o título de 4º conde da Cunha em verificação da vida concedida a seu pai, José Vasques, também conde da Cunha, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda, além de senhorios e comendas; José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, 1º conde da Redinha, foi agraciado, em 17 de dezembro de 1813, com o título de 3º conde de Oeiras, de juro e herdade; nessa mesma ocasião, Sebastião José de Carvalho e Melo, 2º conde da Redinha, que havia lutado contra os franceses, foi agraciado com o título de 4º conde de Oeiras, de juro e herdade, além de um assentamento na Alfândega de Viana; Januário Agostinho de Almeida, negociante em Macau, recebeu o baronato de São José de Porto Alegre, em 25 de julho de 1814, com uma Comenda da Ordem de Cristo; em 1814, Gregório Ferreira de Eça e Meneses, que acompanhou a Família Real na viagem para o Brasil em 1808, recebeu o título de 2º conde de Cavaleiros, com o assentamento no Conselho da Real Fazenda; Joana Francisca da Veiga Cabral da Câmara foi agraciada, em 26 de janeiro de 1815, com o título de 2ª

peessoas tinham seus interesses enraizados em Portugal, possuindo e recebendo comendas portuguesas. Além disso, vale ressaltar, alguns deles lutaram em Portugal contra os franceses, outros acompanharam a Família Real na viagem para o Brasil, e, finalmente, uma parte deles tinha vínculos de parentesco com membros da nobreza portuguesa. Além dessas 25 pessoas, temos ainda outras onze que foram agraciadas por d. João com vidas em seus títulos, ou seja, o direito de transmiti-los aos seus herdeiros⁸⁹.

Novamente, salta aos olhos que os agraciados com títulos, ainda que hierarquicamente mais baixos, de barão, visconde e conde, mas acompanhados de

viscondessa de Mirandela, além de receber algumas comendas; Manuel de Almeida de Vasconcelos e Sousa, visconde da Lapa, recebeu, em 06 de março de 1815, o título de barão de Moçâmedes e alguns senhorios; Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses recebeu, em 17 de dezembro de 1815, os títulos de 3ª condessa de Anadia e 2ª viscondessa de Alverca, ambos possuídos por seu pai, José Antonio de Sá Pereira e Meneses, juntamente com os títulos, ela recebeu o assentamento que lhe pertencia pelo Conselho da Real Fazenda, além de senhorios e comendas; Joana Rita de Lacerda, viscondessa do Real Agrado, em 24 de abril de 1816, teve seu título acrescido de honras de grandeza, além de ter sido agraciada com uma pensão anual paga pelo Real Erário da Corte; João Maria Coutinho Pereira de Seabra e Sousa foi nobilitado, em 06 de fevereiro de 1818, com o título de 1º visconde da Bahia, de juro e herdade na forma da Lei Mental; João Antônio de Lemos Pereira de Lacerda foi nobilitado, em 12 de março de 1818, com o título de 2º visconde de Juromenha em verificação da vida concedida ao seu pai, Antônio de Lemos Pereira de Lacerda, 1º visconde de Juromenha, por decreto de 06 de fevereiro de 1818; Francisco Bento Maria Targini, em 03 de maio de 1819, teve seu título de barão de São Lourenço elevado para o de visconde de São Lourenço, além de ter recebido uma vida mais na Comenda que tinha da Ordem de Cristo; Isabel Sill Bezerra foi nobilitada, em 03 de maio de 1819, com o título de viscondessa de Itaguaí e com uma pensão; Joaquim Pedro Quintela do Farrobo recebeu, em 26 de outubro de 1819, o 2º baronato de Quintela e um senhorio; Fernando Teles da Silva foi nobilitado, em 03 de maio de 1819, em verificação da mercê concedida de juro e herdade, com o título de conde de Tarouca (no livro *Nobreza de Portugal*, há a informação de que fazia parte da família Alegrete, porém não informa qual era o grau de seu título); Luís Vaz Pereira Pinto Guedes foi nobilitado, em 08 de agosto de 1820, com o título de 2º visconde de Montalegre e uma comenda da Ordem de Cristo; e finalmente, em 26 de março de 1821, Francisco de Sales da Câmara foi nobilitado com o título de 8º conde da Ribeira Grande, de juro e herdade como teve seu pai.

⁸⁹ Francisco José Rufino de Sousa Lobato, barão de Vila Nova da Rainha em duas vidas, em 13 de maio de 1809, foi elevado para visconde em duas vidas, em 13 de maio de 1810 e, em 06 de fevereiro de 1818, foi agraciado com mais uma vida em seu título de visconde; Matias Antônio de Sousa Lobato, barão de Magé em maio de 1810, visconde em dezembro de 1811 e em 06 de fevereiro de 1818, foi agraciado com uma vida em seu título; Henrique da Costa, 7º conde de Soure, recebeu, em 17 de março de 1810, uma vida em seu título e a Comenda de Santa Eulália de Jejua e Juncal da Ordem de Cristo no bispado da Guarda em sua vida; Francisco da Silveira Pinto da Fonseca recebeu, em 03 de maio de 1819, uma vida no título de conde de Amarante e na comenda que possuía; João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, agraciado em 17 de dezembro de 1811 com o título de 1º visconde de Santarém, recebeu, em 06 de fevereiro de 1818, uma vida em seu título; Joaquim José de Azevedo, 1º barão do Rio Seco em 12 de outubro de 1812, recebeu uma vida em seu título em 17 de dezembro de 1813, além da Alcaldaria-Mor da vila de Santos em sua vida, e elevado a visconde em 06 de fevereiro de 1818; Francisco de Paula Vieira da Silva de Tovar e Albuquerque, em 17 de dezembro de 1815, foi agraciado com o título de 1º barão de Molelos e em 22 de janeiro de 1818, recebeu uma vida em seu título; Antônio de Lemos Pereira de Lacerda, 1º visconde de Juromenha em 17 de dezembro de 1815, foi agraciado com uma vida em seu título em 06 de fevereiro de 1818; Manuel Antônio de São Paio Melo e Castro Torres e Lusignano, 1º conde de São Paio, recebeu uma vida em seu título e nos Bens de Coroa e Ordens que possuía em 17 de dezembro de 1815; Antônio de Saldanha de Oliveira e Sousa foi agraciado com uma vida em seu título de 2º conde de Rio Maior em 06 de fevereiro de 1818; e finalmente, em 24 de junho de 1820, Manuel de Saldanha da Gama recebeu uma vida no seu título de 7º conde da Ponte.

privilégios fundiários e financeiros, como comendas e senhorios, e até mesmo vidas (o que garantia ao titulado o direito de passar a distinção para seu herdeiro), fossem todos portugueses. Contudo, isso não representou a totalidade de títulos concedidos por d. João a naturais do reino. Muitos portugueses foram agraciados com títulos nobiliárquicos desprovidos de qualquer outra mercê, de maneira que esses títulos se configuravam apenas como uma distinção ao agraciado.

Considerando-se então a totalidade de 120 agraciados por d. João (fosse com títulos ou mercês) entre 1808 e 1821, dois deles eram ingleses (Guilherme Carr Beresford e Arthur Wellesley), 112 eram “portugueses”, e apenas seis “brasileiros”. Ao distinguirmos entre portugueses e brasileiros não estamos considerando unicamente o local de nascimento, mas sim sua trajetória sócio-política ao longo desses 13 anos e, portanto, o locus de sua atuação no que tange ao Império português e seu território⁹⁰.

Assim, a despeito de, segundo Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim José de Azevedo ter sido um negociante do Rio de Janeiro, não consideramos que ele pudesse ser “classificado” como brasileiro, uma vez que nasceu em Portugal, em 1761 e só veio ao Brasil em 1807, ocasião em que foi um dos responsáveis pela organização do embarque da Família Real. De modo que, se ele desenvolveu fortuna como negociante, o fez depois de sua chegada no Rio de Janeiro, em 1808, acompanhando a Família Real. Em 12 de outubro de 1812, recebeu seu primeiro título nobiliárquico de barão do Rio Seco, sem qualquer mercê; em 17 de dezembro de 1813, foi agraciado com uma vida em seu baronato, e finalmente, em 06 de fevereiro de 1818, foi elevado a visconde do Rio Seco. Dessa forma, Joaquim José de Azevedo não pode ser considerado como um integrante da elite de negociantes que residia no Rio de Janeiro, tal como definida por João Frágoso⁹¹, ainda que não tenha retornado a Lisboa em 1821, e viesse a morrer no

⁹⁰ A divisão dos 120 agraciados entre “portugueses” e “brasileiros” foi feita a partir do locus de ação política desses agraciados e do enraizamento de seus interesses e vínculos, pessoais e familiares, de modo que não consideramos apenas o local de nascimento desses indivíduos para incluí-los em uma das duas categorias. Além disso, a elaboração dessas categorias tem finalidade analítica, não sendo estática, nem a única possível, mas sendo utilizada como uma forma de demonstrar a que grupos estavam ligados os agraciados por d. João, e de que maneira o regente e depois rei utilizou-se das nobilitações para fins políticos. Finalmente, ainda que José Joaquim de Azevedo tenha se tornado negociante, após sua instalação no Rio de Janeiro, ele foi considerado um português, não só por ter nascido em Portugal e ter acompanhado a Família Real em 1808 na travessia do Atlântico, mas também por ter tido seus interesses enraizados no reino português; da mesma forma que José Correia Picanço, ainda que tenha estudado em Portugal e acompanhado a Família Real em 1808, foi considerado um brasileiro, não só por ter nascido no Recife (Pernambuco), mas também pelo fato de ele e sua família terem interesses enraizados nessa região.

⁹¹ Sérgio Buarque de Holanda, “O barão de Iguape”, in *idem*, *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 235. Sobre a biografia de Joaquim José de Azevedo, consultar Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 636-637. No entender de João Frágoso, os negociantes de grosso trato, identificados às elites do centro-sul, eram aqueles que fizeram suas fortunas

Brasil, em 1835 (então marquês de Jundiaí, por título concedido por d. Pedro I, em 1826).

Diante desses dados, é significativo o predomínio de portugueses entre os titulados por d. João durante sua estadia em solo brasileiro, especialmente se considerarmos que, a despeito de ter recebido apoio das elites do centro-sul, d. João não converteu esse apoio em títulos nobiliárquicos, nem sequer na concessão de hábitos da Ordem de Cristo. Como demonstrado por Camila Borges da Silva, os negociantes de grosso trato que foram agraciados receberam em maior número o título de cavaleiro, e em número bem menor o de comendador⁹².

De modo geral, a historiografia que se debruçou sobre o período joanino reforçou a visão de que d. João, a fim de obter o apoio da elite do centro-sul, tomou várias medidas para favorecê-la e, até mesmo, de acordo com Richard Graham, “deitou profusamente honras e privilégios a brasileiros”, que, “por sua vez, financiaram as elaboradas representações que constituem o sangue vital do ser em corte”⁹³. Tal impressão remonta já ao século XIX, quando inglês John Armitage afirmou que d. João concedeu uma elevada quantidade de títulos nobiliárquicos e distinções honoríficas, argumentando que

em virtude da sua bonomia, o Príncipe Regente D. João anelava não deixar serviço algum prestado, quer à sua pessoa, quer ao Estado, sem recompensa; e achando-se as finanças em estado de apuro, recorreu a uma profusa distribuição de títulos honoríficos. [...] Não podia deixar de ser grande o entusiasmo suscitado por esta distribuição de honras, entre um povo que ainda reverenciava as suas antigas instituições. Até a chegada do monarca, tinham sido quase desconhecidas as distinções titulares, e avaliado o seu merecimento pela sua escassez⁹⁴.

no comércio, tanto via tráfico de escravos e quanto via acumulação interna de capital, nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, de maneira que possuíam seus interesses enraizados ao centro-sul, local em que investiram na propriedade de terras, transformando-se em aristocracia escravista. Sobre essa interpretação, ver João Luís Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*.

⁹² De acordo com Camila Borges da Silva, de 1808 a abril de 1821, apenas 85 comerciantes de grosso trato tornaram-se cavaleiros da Ordem de Cristo e somente 15 tornaram-se comendadores da mesma ordem. *O Símbolo Indumentário*, p. 112-116.

⁹³ Richard Graham, “Prefácio”, in Jurandir Malerba, *A corte no exílio*, p. 17. Eul-Soo Pang também reforça essa interpretação do alto número de brasileiros nobilitados, “Significantly, the recipients of titles during the first years of the Joanine rule were urban merchants of humble origin. No major agrarian aristocrat of Brazilian birth was ennobled until 1822, a few months after independence. The tradition of a nonaristocratic Brazilian Nobility, therefore, was finally established when the prince regent ennobled court politicians and leading merchants of Rio. The first group of bourgeois merchants and gentry included his closest advisers and courtiers. In December 1808 six condes and one marquês were created; among the condes were João’s three ‘prime ministers’. The only marquês (Vila do Olhão) was formerly a conde. All were Portuguese”. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 44.

⁹⁴ John Armitage, *História do Brasil: desde o período da chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 33.

Todavia, ainda que as formas de cooptação das elites por parte de d. João tenham sido múltiplas – como, por exemplo, a nomeação para cargos político-administrativos –, ao se analisar a concessão de títulos de nobreza o que surge, em comparação com a disponibilização de cargos, é ausência de preocupação, para dizer o mínimo, em agraciar essa elite do centro-sul. Se, logo que desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, d. João dependeu das moradias e investimentos das elites, especialmente dos negociantes, como Elias Antônio Lopes e as famílias Carneiro Leão e Nogueira da Gama, o regente não respondeu com sua nobilitação imediata.

Pelo contrário, não só muitos desses negociantes não seriam nobilitados por d. João (durante todo o período em que permaneceu no Brasil), como tiveram que esperar quatro anos para verem realizada a concessão do primeiro título de nobreza a um brasileiro, no caso o de baronesa de São Salvador de Campos, em 1812, a d. Ana Francisca Maciel da Costa. Mesmo depois disso, nobilitar aqueles que tivessem interesses enraizados no centro-sul não se tornou uma ação constantemente praticada pelo então regente e depois rei.

D. Ana Francisca Maciel da Costa, viúva do rico negociante Brás Carneiro Leão, foi a primeira brasileira a receber um título de nobreza. Seu marido, que contribuíra financeiramente para a permanência da corte no Rio de Janeiro, possuía algumas honrarias – cavaleiro professo na Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa Real⁹⁵ –, mas, uma vez que faleceu em 03 de junho de 1808, fica difícil conjecturar se, vivendo mais tempo, teria sido ou não nobilitado pelo regente. Contudo, tendo em vista a maneira como d. João tratou outros negociantes, não é possível afirmar que se não tivesse falecido, teria sido, ele mesmo, nobilitado. Em recompensa aos serviços prestados por Carneiro Leão, ela recebeu, em 1812, o título de baronesa de São Salvador de Campos, o mais baixo da hierarquia nobiliárquica⁹⁶.

⁹⁵ João Luís Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*, p. 354-355. De acordo com Joaquim Manoel de Macedo, Brás Carneiro Leão “foi agraciado pela Rainha D. Maria I com o hábito da Ordem de Cristo, com o foro de Fidalgo cavaleiro, e com a patente de Coronel do regimento de milícias da freguesia da Candelária da cidade do Rio de Janeiro”, todavia, não há registrada a data em que ele recebeu essas distinções. Joaquim Manoel de Macedo, *Supplemento do Anno Biographico*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1880, p. 171-173. Além disso, há outro indicativo de que Brás Carneiro Leão tenha recebido a Ordem de Cristo antes da chegada de d. João, uma vez que Maria Beatriz Nizza da Silva cita alguns “Cavaleiros da Ordem de Cristo cidadãos do Rio de Janeiro em 1803”, e entre esses cavaleiros estava o nome do “Coronel Brás Carneiro Leão, negociante”, *Ser nobre na colônia*, p. 211. De modo que esse negociante não recebeu sua distinção das mãos de d. João após sua chegada no Rio de Janeiro.

⁹⁶ Sobre Brás Carneiro Leão e sua família, ver “Apontamentos biographicos da família Braz Carneiro Leão do Rio de Janeiro”, de autoria do senador conde de Baependi, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 43, parte II, 1880, p. 365-384.

De acordo com João Fragoso, d. Ana Francisca Maciel da Costa e Brás Carneiro Leão tiveram oito filhos, quatro dos quais foram nobilitados, e 21 netos, dos quais 11 receberam títulos de nobreza. Todavia, à exceção de d. Ana Francisca e de um neto, os demais títulos de nobreza não foram concedidos por d. João, sendo concedidos somente depois da independência.

Mesmo com o apoio financeiro dado pela família Carneiro Leão ao príncipe regente, d. João não reservou a eles títulos nobiliárquicos de maior importância, uma vez que apenas duas pessoas da família foram nobilitadas com títulos de barão, a viúva de Brás Carneiro Leão e um neto do casal. Fazendo uso da concessão de títulos como um instrumento político, d. João reservou os títulos mais elevados, marquês e duque, e os títulos acompanhados de mercês e rendimentos, a portugueses, talvez como uma forma de não se atritar com a tradicional nobreza portuguesa, haja vista que, de acordo com Nuno Gonçalo de Freitas Monteiro, ao longo do século XVIII, a coroa contribuiu para a estabilização da elite titular, restringindo tanto as novas concessões, como as formas de sucessão, de modo que, apenas durante a regência de d. João, houve uma “explosão de títulos”, mas sobretudo de barões e viscondes⁹⁷.

Assim, ao que parece, para não se atritar com os portugueses e manter a unidade do império ultramarino português, d. João fez uso de duas estratégias políticas paralelas: a concessão de títulos nobiliárquicos, por um lado, e a nomeação para cargos administrativos, por outro. Os primeiros foram concedidos, com raríssimas exceções, somente a portugueses, talvez por remeterem a um tipo de distinção tradicional no Antigo Regime reinol; já os segundos foram ofertados a brasileiros, que receberam postos-chaves na administração americana, postos que, normalmente, lhes permitiam auferir rendimentos consideráveis, e que, vale destacar, remetiam diretamente à realidade brasileira.

No que tange aos cargos e postos criados e concedidos a “brasileiros”, vale começar com a Intendência Geral de Polícia, criada por d. João em maio de 1808 e cujo objetivo era cuidar da cidade do Rio de Janeiro, ampliando sua urbanização e embelezando-a, além de atuar no sentido de conter a violência urbana, e instituir medidas que visassem à segurança e à higiene. O primeiro chefe da Intendência foi

⁹⁷ Nuno Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, p. 43-45. Raymundo Faoro demonstra, em números, como a nobreza portuguesa era pequena, afirmando que, em seus 736 anos de existência, 54 titulares, divididos em 16 marqueses, 26 condes, 8 viscondes e 4 barões. Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, 3ª edição revista.

Paulo Fernandes Viana, nomeado já em 1808 e que permaneceu no posto até fevereiro de 1821⁹⁸.

É válido ressaltar que Paulo Fernandes Viana era genro do importante negociante Brás Carneiro Leão (tendo se casado em 1802 com sua filha, Luiza Rosa Carneiro da Costa) e cunhado de Fernando Carneiro Leão⁹⁹. Dessa forma, deter o poder da Intendência Geral da Polícia era importante não só para Paulo Fernandes Viana, como para a família toda, uma vez que inúmeras medidas administrativas passavam pelas mãos do intendente. Assim, concedendo esse posto a Paulo Fernandes Viana, d. João recompensava, com poderes político-administrativos, uma poderosa família de negociantes. Curiosamente, o próprio Paulo Fernandes Viana nunca foi pessoalmente titulado, preferindo o regente, ao que parece, engrandecê-lo por meio da nobilitação de seu filho que, em 1818, aos 14 anos de idade, tornou-se barão de São Simão.

Retomando os títulos concedidos por d. João, enquanto esteve no Rio de Janeiro, foram apenas seis os títulos concedidos a brasileiros: para a viúva de um negociante do Rio de Janeiro (d. Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos); um filho do chefe da Intendência da Polícia e neto do negociante Brás Carneiro Leão (Paulo Fernandes Carneiro Viana, barão de São Simão, aos 14 anos); Pedro Dias Paes Leme, barão de São João Marcos; Manuel Inácio de Andrade Souto Maior, barão de Itanhaém; José Egídio Álvares de Almeida, barão de Santo Amaro; e finalmente, José Correia Picanço, barão de Goiana. À exceção da baronesa, agraciada em 1812, do barão de Itanhaém, titulado em 1819, e do barão de Goiana, agraciado em 1821; os outros três barões foram agraciados em 1818, em meio às comemorações pela coroação de d. João. Vale destacar que esses seis titulados seriam novamente agraciados por d. Pedro I, sendo que Pedro Dias Paes Leme, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior e José Egídio Álvares de Almeida tornar-se-iam marqueses em 1826¹⁰⁰.

Dessa forma, se a maior preocupação de d. João fosse o Brasil e suas elites, muito provavelmente ele as teria nobilitado não só com títulos hierarquicamente

⁹⁸ Camila Borges da Silva, *O Símbolo Indumentário*, p. 37-38; p. 151-152. Maria de Fátima Silva Gouvêa, “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”, in István Jancsó (org.), *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.

⁹⁹ Sobre Paulo Fernandes Viana e a Intendência, ver o artigo de Nathalia Gama Lemos, “Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821)”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008, p. 16-26.

¹⁰⁰ Camila Borges da Silva chama a atenção para o fato de que “a grande maioria dos titulados mais recentemente [por d. João], e que não pertenciam às Casas mais antigas, encontravam-se em Portugal. [...] O leque de titulados *coloniais* iria aumentar apenas após o período da Independência”, *O Símbolo Indumentário*, p. 39 (grifo nosso).

elevados, mas também em larga quantidade, e até mesmo com outras mercês, como a comenda da Ordem de Cristo, procurando, mediante tal estratégia política, recompensá-las pelo apoio que recebera¹⁰¹.

Assim, a opção política feita por d. João era clara, manter a unidade do império português, tendo apoio de portugueses do outro lado do Atlântico (abandonadas à própria sorte enquanto a corte permanecia no Brasil, mas agraciados com títulos e mercês que não implicavam maiores custos ao Império), e, ao mesmo tempo, estimulando as vinculações (interesses e expectativas) de “brasileiros” cujo auxílio era fundamental para a permanência da corte no Rio de Janeiro, e para angariar os rendimentos que a América podia fornecer à monarquia portuguesa, mas sem atacar os brios de uma nobreza de alta prosápia, que tinha que se haver apenas com títulos e não com novas concessões que lhes trouxessem rendas em uma situação de depressão econômica.

1.2. A nobilitação como reflexo da conjuntura política

Durante os 13 anos em que a corte joanina permaneceu em solo americano, a conjuntura política e econômica do império luso-brasileiro e da Europa sofreu profundas alterações, como, por exemplo, com a Abertura dos Portos em 1808¹⁰², e a derrota de Napoleão Bonaparte em 1814, e a formação da Santa Aliança já no ano seguinte, 1815. Diante dessas novas conjunturas, a quantidade de títulos nobiliárquicos concedidos passou por significativas oscilações, se intensificando em momentos cruciais para a política do império português, o que permite a visualização da concessão de títulos nobiliárquicos como sendo parte da estratégia política de d. João.

Assim, no ano de 1810, d. João concedeu 19 títulos nobiliárquicos. Esse número chama a atenção se tivermos em mente que no ano anterior, 1809, d. João concedera apenas um título, e que, em 1808, quando da chegada da Família Real, foram oito os

¹⁰¹ Camila Borges da Silva segue os passos de João Frágoso, entendendo o desejo da elite fluminense de ser agraciada como parte do “arcaísmo como projeto”. Em suas palavras, “a elite mercantil fluminense, contudo, conseguiu alcançar algumas benesses com o recebimento de hábitos de cavaleiro e comendador das Ordens Militares e pelo exercício de determinados postos nobilitantes, como os de fidalgo da Casa Real e mesmo de conselheiro real. Assim, observa-se uma dinâmica social que priorizava o arcaísmo ou a tradição, pois a elite mercantil endinheirada da Corte optou por tentar penetrar no seleto círculo da nobilitação, o que iria marcar a política imperial do século XIX”, *O Símbolo Indumentário*, p. 195.

¹⁰² A abertura dos portos foi assinada em 28 de janeiro de 1808, na Bahia, local em que d. João aportou antes de se dirigir ao Rio de Janeiro. Esse documento pode ser consultado em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996, vol. 1, p. 207.

títulos concedidos. Provavelmente, a elevada quantia de títulos concedidos em 1810 não tenha sido um acaso, e sim reflexo da estratégia política de d. João frente à conjuntura econômica. Como já mencionado, a vinda da Família Real foi assegurada pela proteção britânica, que se encarregou também da defesa do solo lusitano diante do avanço das tropas napoleônicas.

Na seqüência dos acontecimentos, em 11 de junho de 1808, pouco depois da abertura dos portos, d. João, por meio de novo tratado assegurou uma taxa de 16% *ad valorem* para os produtos importados trazidos ao Brasil em navios portugueses¹⁰³. Desnecessário dizer que tal medida descontentou os ingleses que, em 19 de fevereiro de 1810, conseguiram que o regente assinasse com a Inglaterra os tratados de Aliança e Comércio¹⁰⁴; mediante, especificamente, o “Tratado de Navegação e Comércio”, os ingleses passavam a usufruir de taxa doravante semelhante aos portugueses, uma vez que o artigo V do referido tratado determinava que “Gêneros e Mercadorias [vindos de Portugal e da Inglaterra] pagarão os mesmos Direitos, quer sejam importadas em Navios ou Embarcações Portuguezas, quer o sejam em Navios e Embarcações Britannicas”¹⁰⁵, o que, obviamente, tendia a recompensar os primeiros, considerando-se o valor menor de suas mercadorias¹⁰⁶.

Se os portugueses metropolitanos já haviam se sentido prejudicados com a abertura dos portos em 1808, agora, com a assinatura dos tratados de 1810, o descontentamento era muito maior e acompanhado de uma grave crise econômica, já

¹⁰³ Conforme o decreto de 11 de junho de 1808, que “Marca os direitos das mercadorias entradas nas Alfandegas do Brazil e das reexportadas”, disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf - acesso em 06/09/2012.

¹⁰⁴ O texto integral desses tratados pode ser consultado em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da História do Brasil*, vol. 1, p. 220 - 235.

¹⁰⁵ Carta de Lei de 26 de fevereiro de 1810, que ratifica o tratado de comércio e navegação assinado com a Inglaterra. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_16.pdf - acesso em 06/09/2012.

¹⁰⁶ Com a Abertura dos Portos em 1808, a Inglaterra, que havia auxiliado na viagem da Família Real para o Brasil, passava a ter um maior acesso aos portos brasileiros, medida que se configurou como uma ruptura ao controle português exercido sobre o comércio brasileiro. Todavia, em junho desse mesmo ano, d. João priorizou a entrada dos produtos portugueses, estimulando uma tarifa diferenciada se comparada com a tarifa estipulada aos ingleses. Tempos depois, em fevereiro de 1810, novos tratados foram assinados, beneficiando claramente os ingleses, uma vez que esses tratados estabeleciam a implantação de uma política pautada no livre comércio entre o Brasil e a Inglaterra, e punham fim no “exclusivo comercial” de Portugal sobre o Brasil. Dessa forma, garantiam a livre entrada de produtos britânicos no mercado brasileiro, e conseqüentemente a livre concorrência, porém a concorrência entre Portugal e Inglaterra pelos mercados brasileiros não possuía as mesmas condições, haja vista que a indústria portuguesa não tinha condições de competir com a inglesa, de maneira que não só a quantidade de produtos ingleses no mercado brasileiro seria maior, mas também seus preços seriam mais vantajosos para os consumidores. Sobre o impacto da assinatura dos tratados de 1810, consultar o trabalho de Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*.

iniciada com as medidas de 1808. Assim, os tratados de 1810 garantiam apoio inglês à corte, ao mesmo tempo em que demonstravam que uma parte da política joanina não era a defesa, única e exclusiva, dos interesses metropolitanos. Contudo, apesar de os interesses metropolitanos não terem sido os únicos assegurados, d. João necessitava do apoio dos metropolitanos, utilizando, para tanto, a nobilitação como estratégia política.

Dessa forma, em 1810, oito pessoas foram agraciadas com seus primeiros títulos nobiliárquicos, três pessoas tiveram seus títulos elevados, uma recebeu uma vida em seu título de conde, uma foi privada de seus privilégios e distinções, e seis receberam a confirmação/renovação de seus títulos e privilégios, em um total de 19 agraciados. Importante considerar que todos os decretos concessórios foram assinados após a assinatura dos tratados e que os 19 agraciados, inclusive o que foi privado de seus títulos, eram todos “portugueses”, pessoas ou bem ligadas à metrópole, que possuíam distinções em terras lusitanas, ou então membros do conselho de d. João, mas nenhum deles era integrante da elite de negociantes do centro-sul¹⁰⁷.

Em 1811, o número de titulados ainda se manteria alto, 21 no total, dos quais 10 foram agraciados com seus primeiros títulos de nobreza, três tiveram seus baronatos elevados a viscondados, quatro foram privados de seus títulos, dois receberam a confirmação/renovação de seus títulos e outros dois foram agraciados com títulos de marquês, mas com designação diferente dos títulos de conde que já possuíam, caso do 1º marquês de Borba e do marquês de Torres Vedras.

1811 foi o ano em que foram agraciados homens que acompanharam a Família Real em 1808, outros que lutaram contra os franceses, mas também o ano em que Domingos Antonio de Sousa Coutinho, partidário da política inglesa e irmão de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi agraciado com o título de conde de Funchal, e Arthur Wellesley que recebeu os títulos de conde de Vimeiro (em maio de 1811) e marquês de Torres Vedras (em dezembro do mesmo ano) e Guilherme Carr Beresford que foi agraciado com o título de conde de Trancoso (em maio de 1811) e, no ano seguinte, tornou-se marquês de Campo Maior (em dezembro de 1812).

Todavia, apesar dos altos números de títulos concedidos e confirmados em 1810 e 1811, no ano seguinte, em 1812, d. João ofertou apenas 11 distinções, das quais quatro

¹⁰⁷ Os 19 agraciados em 1810 eram Antônio Luis Mariz, Matias Antônio de Sousa Lobato, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, Vitório de Sousa Coutinho, José de Castelo Branco, João Manuel, Pedro Antônio de Noronha, Francisco de Assis Mascarenhas, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Manuel da Cunha Souto Maior, Bernardo Ramires Esquivel, Joana Rita de Lacerda, Henrique da Costa, Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo, Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, Nuno da Silva Telo e Pedro de Almeida.

foram concessões, uma foi em verificação da vida possuída pelo pai do agraciado, cinco foram elevações de títulos, porém com designações diferentes se comparadas com os títulos já possuídos, e apenas uma teve seus títulos confirmados.

Em 1813, os números tornaram a subir, com 15 concessões no total. Dessas 15 concessões, uma foi uma vida em um baronato, cinco foram confirmações de títulos, uma foi em verificação de vida, duas foram novas concessões, uma foi uma elevação do título de conde para marquês, uma significou a concessão de um título de marquês com designação diferente do título de conde, já possuído. Antônio de Almeida foi o único que recebeu um título de conde de juro e herdade (o primeiro da designação Avintes), e finalmente, aos dois condes da Redinha, foram confirmados seus títulos de conde de Oeiras e a um deles, foi confirmado o título de marquês de Pombal. As concessões, renovações e elevações de 1813 talvez tenham sido uma forma de celebrar o fim das guerras contra os franceses.

Em 1814, foram apenas dois os agraciados, um a quem foi concedido um título de barão, e outro que recebeu a confirmação do título de conde; mas em 1815, ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves¹⁰⁸, d. João ofertou 15 títulos. Cinco foram primeiras concessões, sete foram confirmações, uma foi uma vida no título já existente, outra foi a elevação de visconde para conde de mesma designação e, finalmente, um último recebeu um novo título com designação diferente e hierarquicamente mais baixo do que o já possuído¹⁰⁹.

De acordo com Valentim Alexandre, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, ainda que alterasse a estrutura do funcionamento do império luso-brasileiro, por colocar Brasil e Portugal em um mesmo patamar político – abrindo brechas para a manutenção da corte no Rio de Janeiro, apesar das pressões internacionais, especialmente inglesas, pelo retorno da corte a Portugal –, demonstrava que d. João

¹⁰⁸ De acordo com Eul-Soo Pang, “By 1815 João had elevated Brazil to the status of cokingdom, equal to Portugal, by revamping the administration. Rio de Janeiro now became the capital of the United Kingdom of Portugal, Brazil, and the Algarve. The following year, the demented queen [D. Maria I] died and the prince assumed the title of King João VI. The Joanine court was eager to Europeanize its style and did so by selectively bestowing royal honors and nobiliary titles on Portuguese and Brazilians”. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 20. Para Ana Cristina Araújo, a elevação a Reino Unido foi uma medida para tentar resolver o incômodo provocado pela presença da corte de d. João no Rio de Janeiro após a paz na Europa, em 1814, e representava “talvez, a última tentativa de sustentação da política territorial e imperial da monarquia portuguesa”. Contudo, tal medida não conseguiria evitar os descontentamentos de ambos os lados do Atlântico, como veremos adiante com os episódios ocorridos em 1817. Ana Cristina Araújo, “Um império, um reino e uma monarquia na América”, especialmente páginas 262-270.

¹⁰⁹ Possivelmente, esse agraciado, Manuel de Almeida de Vasconcelos e Sousa, poderia fazer uso das duas distinções, o de visconde da Lapa e o de barão de Moçâmedes, com que foi agraciado em 1815.

priorizava, então, os interesses americanos (obviamente articulado com aqueles da corte).

Contudo, talvez por ser uma política voltada para a América, a elevação a Reino Unido não representou uma possibilidade de inserção dos “brasileiros” junto à nobreza lusitana. Na lista publicada em 17 de dezembro de 1815, um dia depois da assinatura da carta régia de elevação a Reino Unido¹¹⁰, os oito títulos concedidos (a sete pessoas) foram ofertados a Francisco de Paulo Vieira da Silva de Tovar e Albuquerque, Antonio de Araújo de Azevedo, Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses (recebeu dois títulos), Inácio Xavier de Lemos Castelo Branco, Antonio de Lemos Pereira de Lacerda e Manuel Antonio de São Paio Melo e Castro Torres e Lusignano.

Francisco de Paulo Vieira da Silva de Tovar e Albuquerque, que foi agraciado com o título de barão de Molelos, havia participado da luta contra os franceses, assumido o cargo de ajudante de governador de armas na província da Beira, sendo promovido a major em 28 de outubro de 1808. Importante ressaltar que ele foi o primeiro e único barão de Molelos, título que lhe foi concedido sem outras mercês e privilégios, configurando, apenas, uma distinção. Antonio de Araújo de Azevedo, defensor da partida da corte para o Rio de Janeiro, nomeado ministro da Marinha em 1814, recebeu o título de conde da Barca, com assentamento no Conselho da Real Fazenda, mas sem outras mercês, tampouco com vidas em seu título, de forma que ele foi o único agraciado com o título de conde da Barca¹¹¹.

Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro foi prisioneiro de Napoleão Bonaparte, retornou a Portugal após o fim da guerra peninsular e teve o seu título de 6º visconde de Barbacena elevado a 1º conde de Barbacena, com assentamento no Conselho da Real Fazenda. Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses recebeu os títulos de 3ª condessa de Anadia e 2ª viscondessa de Alverca, era filha do 2º conde de Anadia e 1º visconde de Alverca, que seguiu carreira diplomática e foi em verificação da vida concedida a ele que ela foi nobilitada. Seu pai, José Antonio de Sá Pereira e Meneses, havia morrido em 03 de março de 1813, de modo que seus títulos foram renovados em sua única filha, d. Maria Luísa¹¹².

¹¹⁰ A carta régia foi assinada em 16 de dezembro de 1815. Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da História do Brasil*, vol. 1, p. 238-239.

¹¹¹ Sobre o conde da Barca, Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.2, p. 373-375.

¹¹² Sobre Maria Luísa, ver Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 278-279. Maria Luísa casou-se em 23 de maio de 1821, com Manuel de Sá Pais do Amaral de Almeida e

Inácio Xavier de Lemos Castelo Branco tomou parte na guerra peninsular, foi promovido a capitão em 14 de março de 1810, era sobrinho de d. Joana Rita de Lacerda Castelo Branco (1ª viscondessa do Real Agrado) e foi agraciado com o título de 2º visconde do Real Agrado, sem qualquer mercê ou privilégio¹¹³. Antonio de Lemos Pereira de Lacerda desenvolveu carreira militar, e, após 1807, serviu como secretário militar de d. João. Em 1813, tornou-se tenente-general e em 1815, foi nomeado governador da Torre de Belém, mesmo ano em que foi nobilitado com o título de 1º visconde de Juromenha, sem qualquer outra mercê ou privilégio. Apesar de ter permanecido em Portugal, foi diversas vezes ao Rio de Janeiro tratar de assuntos relevantes para o Império português¹¹⁴.

Finalmente, Manuel Antonio de São Paio Melo e Castro Torres e Lusignano desenvolveu carreira militar em Portugal, combateu os franceses e recebeu uma vida em seu título de conde de São Paio. Os outros sete títulos ofertados no ano de 1815 ocorreram antes da elevação a Reino Unido, o primeiro em janeiro e o último em 13 de dezembro, portanto, alguns dias antes da carta régia elevando o Brasil a Reino Unido.

Salta aos olhos a inegável relação que essas sete pessoas tinham com a metrópole portuguesa. Algumas delas residiam, inclusive, em Portugal. Ainda assim, nos dizeres de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, em relação às comemorações ocorridas pela elevação do Brasil a Reino Unido,

[...] se d. João se apresentava em público junto dos grandes do reino, das autoridades religiosas e dos oficiais da Casa Real, recebia também o Senado da Câmara, que se fazia acompanhar de vários cidadãos distintos, e *não duvidava emprestar notoriedade a uma iniciativa do corpo de comércio, representado pelos principais negociantes da cidade, que ostentavam com orgulho as comendas, hábitos e outras distinções de honra que o próprio príncipe lhes concedera. Por isso se dizia que protegia e promovia esses negociantes, até como forma de conter as pretensões da fidalguia*¹¹⁵.

Contudo, ao nobilitar, o príncipe regente não se mostrava desejoso de conceder títulos aos negociantes, e sim de agraciar portugueses, provavelmente como uma forma

Vasconcelos Quífel Barbarino, seu tio. Sobre os casamentos entre tio e sobrinha, Nuno Gonçalo explica que “as sucessões femininas das casas dos Grandes criavam, assim, oportunidades matrimoniais para os secundogênitos. Muitas vezes, eram os tios secundogênitos das próprias casas os escolhidos para o efeito. Depois da plena consagração do direito de representação e da dispensa da Lei Mental para as sucessões femininas, esse procedimento não se pode explicar pelo receio de contendas entre tios e sobrinhas sobre o direito de sucessão, mas sobretudo pelo objectivo de evitar a quebra da varonia”, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, p. 120.

¹¹³ A 1ª viscondessa do Real Agrado era irmã de Francisco Xavier de Seixas Lemos Castelo Branco, pai de Inácio Xavier Lemos Castelo Branco. Sobre os viscondes do Real Agrado, ver Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 187-188.

¹¹⁴ Sobre o visconde de Juromenha, ver Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 662.

¹¹⁵ Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, p. 308-309 (grifos nossos).

de mantê-los vinculados à política joanina, assegurando a unidade política dos dois lados do Atlântico, especialmente nesta nova conjuntura de Reino Unido, em que as duas partes do império ocupavam um mesmo status político, o que abria possibilidades para a permanência da corte no Rio de Janeiro. Vale destacar que, como Reino Unido, a corte joanina poderia residir em qualquer parte de seus domínios, tanto em Portugal, quanto no Brasil, o que desagradava profundamente os portugueses.

Após a elevação a Reino Unido, o império luso-brasileiro conheceria novas conjunturas políticas, vivendo não só um aumento da pressão externa (como interna lusitana) pelo retorno da corte a Lisboa¹¹⁶, mas também conheceria o apoio de um importante aliado, a Áustria, e também reprimiria dois importantes movimentos de contestação do poder de d. João ocorridos no mesmo ano, 1817, um em Pernambuco e outro em Portugal. Essa nova circunstância política também se refletiria na concessão de títulos nobiliárquicos. Apesar de terem sido 15 os títulos concedidos em 1815, os dois anos subseqüentes conheceriam apenas dois agraciados, um em cada ano. Esses números só voltariam a crescer, significativamente, em 1818, quando d. João foi aclamado rei do império luso-brasileiro em razão da morte de sua mãe, d. Maria I, em 20 de março de 1816, o que possibilitou que doravante exercesse seu poder não mais como príncipe regente e sim como rei.

Em 1816, d. João concedeu honras de grandeza à viscondessa do Real Agrado, Joana Rita de Lacerda, e, em 1817, confirmou o título e os privilégios de João de Noronha. Já o ano de 1818 foi aquele com o maior número de títulos ofertados (concedidos e confirmados), um total de 26, sendo que, em 06 de fevereiro de 1818¹¹⁷, data da aclamação de d. João como rei, foram 17 os titulados. Desses, oito foram agraciados pela primeira vez, sendo que um deles recebeu um título de juro e herdade (visconde da Bahia), dois tiveram seus títulos confirmados, dois tiveram seus títulos elevados e cinco receberam uma vida em seus títulos. Já os outros nove agraciados de 1818, dois deles tiveram seus títulos elevados, três foram agraciados em verificação da vida concedidas a seus pais, um recebeu vida em seu título, um teve seus privilégios restaurados, outro teve seu título confirmado e um recebeu seu primeiro título

¹¹⁶ Sobre o aumento da pressão pelo retorno da corte joanina a Portugal, ver Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*; Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol.VII: A instauração do liberalismo (1807-1832). Lisboa: Verbo, 2003.

¹¹⁷ De acordo com o padre Luiz Gonçalves dos Santos, a cerimônia de aclamação de d. João como rei do império luso-brasileiro ocorreu no dia 06 de fevereiro de 1818. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1981, vol. 2, p. 153.

nobiliárquico. Novamente, a larga maioria foi concedida a portugueses, sendo apenas três os brasileiros agraciados, José Egídio Álvares de Almeida, Pedro Dias Paes Leme e Paulo Fernandes Carneiro Viana.

Os 23 portugueses agraciados no ano de 1818 eram Manuel Vieira da Silva, Pedro Vieira da Silva Teles, Nicolau Xavier de Figueiredo Castelo Branco, Carlos Frederico Lecor, Henrique Teixeira de Sampaio, Luís da Costa de Sousa de Macedo, Francisco Furtado de Castro do Rio e Mendonça, Francisco de Almeida de Melo e Castro, Antônio Manuel, José de Noronha, Antônio Ramires Esquivel, Joaquim José de Azevedo, João Maria Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, Pedro Antônio de Pina Manique Nogueira Matos de Andrade, Manuel Francisco de Barros e Sousa, João Antônio de Lemos Pereira de Lacerda, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, Matias Antônio de Sousa Lobato, Agostinho Domingos José de Mendonça, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, Antônio de Lemos Pereira de Lacerda, Francisco de Paula Vieira da Silva de Tovar e Albuquerque, e Antônio de Saldanha de Oliveira e Sousa.

Importante ressaltar que alguns desses agraciados já haviam sido contemplados com outras concessões feitas por d. João, e todos eram, de alguma forma, vinculados aos interesses portugueses, ainda que nem todos viessem, alguns anos depois, a retornar a Portugal na companhia no rei. Vale destacar que dentre aqueles agraciados que permaneceram no Brasil depois de 1821, apenas dois portugueses viriam a ser nobilitados pelo primeiro imperador, enquanto todos os três “brasileiros” agraciados por d. João receberiam novos títulos, tornando-se dois deles marqueses.

Apesar de esses três brasileiros, José Egídio Álvares de Almeida, Pedro Dias Paes Leme e Paulo Fernandes Carneiro Viana, serem uma franca minoria frente aos 26 títulos concedidos ou renovados, podemos considerar que eles marcam um primeiro ponto de inflexão na política nobilitadora de d. João, pois, até então, como mencionado, apenas uma “brasileira”, a baronesa de São Salvador de Campos, recebera um título em 1812. A inclusão dos três brasileiros foi, de acordo com Mello Moraes, fruto da interferência do ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal, que, ao tratar de títulos nobiliárquicos, “aconselharia também de dar títulos de nobreza aos brasileiros, que já estão em estado de repararem que desses títulos, na monarquia portuguesa, só os nascidos em Portugal é que têm gozado e estão gozando! Foi em virtude deste conselho que, por ocasião da aclamação, foram despachados três brasileiros com os títulos de barões. Não sei se a escolha foi a mais acertada”. Todavia, apesar de Mello Moraes

levantar dúvidas quanto ao merecimento dos três brasileiros titulados, ele não discute essa questão¹¹⁸.

No decreto de concessão do título de barão de Santo Amaro a José Egídio Álvares de Almeida, consta que o título era concedido em decorrência dos serviços prestados com fidelidade no Conselho, na Fazenda, e para o monarca. No decreto do título de barão de São João Marcos, há o registro de que a concessão do título fora feita em atenção aos seus “merecimentos e qualidades”. Assim, vale destacar a diferença entre os argumentos utilizados na justificativa das duas concessões mencionadas, e aquela feita a Paulo Fernandes Carneiro Viana, em cujo decreto contava que o título era uma demonstração do apreço pelos serviços prestados por seu pai, o chefe da Intendência de Polícia, Paulo Fernandes Viana¹¹⁹. Assim, ainda que em seus decretos não apareçam justificativas significativas para suas nobilitações, é fato que, à exceção de Paulo Fernandes Carneiro Viana, os outros agraciados não integravam a elite de negociantes do centro-sul, mas, ainda sim, a inclusão desses nomes foi a primeira oportunidade de nobilitação de homens “brasileiros”, haja vista que a única que tinha ocorrido até então havia sido a da viúva de Brás Carneiro Leão, em 1812.

Nos anos seguintes à aclamação, o número de títulos concedidos seria reduzido significativamente: em 1819, foram 10 títulos (sendo três os primeiros títulos dos agraciados, outros três confirmações, uma elevação, dois concessões em verificação da vida, e um recebeu uma vida em seu título); em 1820, 11 títulos (oito foram confirmados, um recebeu uma vida, um foi concedido, sendo o primeiro título do agraciado, e um foi concedido em verificação da vida); e, em 1821, apenas quatro (um teve seus privilégios restituídos, um teve seu título confirmado e dois receberam seus primeiros títulos de nobreza). Dos 10 titulados de 1819, apenas Manuel Inácio de Andrade Souto Maior, barão de Itanhaém, pode ser considerado um “brasileiro”, por ter nascido no Rio de Janeiro e por ser filho de Inácio de Andrada Souto Maior Rondon, senhor da Casa de Mato Grosso, fidalgo-cavaleiro da Casa Real (nomeado em 1807), mestre de campo no Rio de Janeiro, além de comendador da Ordem de Cristo¹²⁰, de forma que ele e seu pai já possuíam vínculos no Rio de Janeiro, antes mesmo da chegada da Família Real.

¹¹⁸ Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, vol. 1, p. 499-500.

¹¹⁹ Os decretos podem ser consultados em Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 114, 116 e 117 (microfilme) e p. 118, 120 e 121 (PDF), respectivamente.

¹²⁰ Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 624. Neste verbete, não há a data em que foi nomeado mestre de campo, nem comendador da Ordem de Cristo.

Em 1820, d. João nobilitou pessoas que haviam lutado contra os franceses, contribuindo com Beresford e até um homem cujo nome estava ligado à execução de Gomes Freire, mas nenhum dos 11 titulados tinha seus interesses diretamente relacionados ao Brasil. Finalmente, em 1821, ano do retorno do monarca para Portugal, apenas quatro pessoas foram por ele agraciadas: Francisco de Sales da Câmara, conde da Ribeira Grande; Álvaro José Xavier Botelho, que teve seus privilégios restituídos¹²¹; Paulo José da Silva Gama, barão de Bagé; e José Correia Picanço, barão de Goiana. Apenas os dois últimos titulados receberam novas distinções após a Independência, em 1822, ao barão de Bagé foram concedidas honras de grandeza e uma vida no título (concessões feitas em momentos distintos), e ao barão de Goiana, honras de grandeza.

Assim, ao retomarmos as quatro categorias formuladas para uma análise da política nobilitadora de d. João, é possível perceber que aos seis “brasileiros” foram ofertados títulos de barão, o mais baixo da hierarquia nobiliárquica, e desprovido de qualquer outra mercê, fossem comendas, terras, vidas ou assentamento no Conselho da Fazenda. Além disso, esses “brasileiros” receberam seus primeiros títulos das mãos de d. João, mas viriam a ser novamente agraciados por d. Pedro I. Os portugueses, por outro lado, recompensados, por d. João, com títulos elevados e acompanhados por mercês e privilégios financeiros, mesmo aqueles que permaneceram no Brasil após a independência, não seriam agraciados, em larga quantidade, por d. Pedro I.

Finalmente, outro elemento digno de nota é a idade com que algumas pessoas receberam seus títulos, de forma que, ao mesmo tempo em que d. João preocupou-se em nobilitar homens ativos na política – como d. Rodrigo de Sousa Coutinho, agraciado com o título de conde de Linhares, aos 63 anos, e d. Fernando José de Portugal, conde de Aguiar, aos 56 e marquês aos 61 –, ele não só nobilitou maiores de 70 anos (como Bernardo Ramires Esquivel, 1º visconde de Estremoz, aos 87 anos, Francisco Antonio da Veiga Cabral, visconde de Mirandela, aos 76 anos, e José Correia Picanço, barão de Goiana, aos 75 anos) como também crianças, caso de Antônio José de Almada Melo Velho e Lencastre, 4º visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, aos seis anos, João de Saldanha da Gama, 8º conde da Ponte, aos quatro anos e José Inácio Francisco de Paula de Noronha, recém-nascido de dois meses e meio, agraciado com o título de 2º conde de Parati, com assentamento no Conselho da Fazenda.

¹²¹ Álvaro José Xavier Botelho, como já mencionado, foi privado de seus privilégios em 1811, os quais foram restituídos em 1821, antes mesmo da partida de d. João para Portugal.

Assim, ainda que os exemplos citados sejam pontuais, de maneira geral considerando-se todos os casos, é possível perceber que os titulados que receberam seus primeiros títulos nobiliárquicos eram pessoas com idade mais avançada do que os titulados que tiveram os títulos de seus pais confirmados em suas pessoas. Assim, se recompensar os mais velhos (por seus feitos) era uma forma de garantir seu apoio político, agraciar crianças, que nada haviam feitos em termos de serviços prestados ao império português, visava assegurar o apoio das famílias dos jovens titulados.

Diante disso, é interessante considerarmos que, desde o ano da chegada de d. João ao Brasil, em 1808, até a sua volta para Portugal, em 1821, a política nobilitadora praticada pelo regente e depois rei teve suas ações dirigidas para a metrópole, não só para homens que estavam em Portugal, mas também para portugueses que acompanharam a Família Real na travessia do Atlântico. A posse de um título nobiliárquico era certamente uma distinção almejada pelos portugueses dos dois lados do Atlântico, tanto aqueles cujos interesses eram identificados aos da metrópole, quanto aqueles já enraizados na colônia, e cuja fortuna foi fundamental para a permanência da corte no Rio de Janeiro ao longo de 13 anos.

Apesar de ter sido uma distinção cobiçada, os títulos nobiliárquicos foram estratégica e cautelosamente concedidos por d. João, de modo a, aparentemente, não ofender a nobreza portuguesa, nem projetar os “brasileiros” em um cenário sócio-político que ia além da América. Ademais, as concessões maciças a “portugueses” pareciam visar a consolidar seu apoio de maneira a demonstrar que, ainda que a corte não estivesse em Portugal, o reino europeu não deveria se sentir diminuído, se comparado com o Brasil, pois as distinções ofertadas pelo monarca ainda eram um privilégio de reinóis.

Assim, para garantir apoio nas duas grandes partes de seu império luso-brasileiro, d. João utilizou estratégias diferentes de cooptação. Para os negociantes e as elites do centro-sul, houve a distribuição de tratos de terra e, especialmente, de cargos na recém criada burocracia no Rio de Janeiro, além de honrarias de menor importância, como a distinção de cavaleiro da Ordem do Cristo. Já para os homens ligados à metrópole, d. João concedeu títulos nobiliárquicos (confirmando mercês e prebendas

apenas àqueles que já as possuíam), reservando aos portugueses as pastas de seus ministérios¹²².

Para se manter nos trópicos, além do apoio dos portugueses e dos brasileiros, era necessário o apoio dos demais países europeus. A Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, havia garantido a travessia do Atlântico com segurança, mas conquistou alguns benefícios com isso, como a abertura dos portos, a assinatura dos tratados de 1810, e também uma posição de destaque na Península Ibérica, justamente por liderar o combate às tropas napoleônicas; contudo, a partir de 1814, começou a pressionar d. João para que retornasse ao solo europeu, uma vez que Napoleão Bonaparte estava derrotado.

D. João não só não cederia às pressões britânicas, como procuraria um novo aliado, a Áustria. Para conseguir apoio austríaco, d. João optou pela via matrimonial, ou seja, seu filho e herdeiro do império luso-brasileiro, d. Pedro casou-se com, d. Leopoldina, filha do imperador austríaco, Francisco I de Habsburgo. O casamento se concretizou, via procuração, em 13 de maio de 1817, em Viena, e foi bastante comemorado quando Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro, em 05 de novembro de 1817¹²³.

Todavia, o ano de 1817 foi marcado por acontecimentos díspares no império luso-brasileiro. De um lado, comemorava-se o matrimônio do herdeiro da coroa com uma Habsburgo, de outro, d. João se via obrigado a reprimir dois movimentos contestatórios, um em Pernambuco e outro em Portugal¹²⁴. A eclosão dos dois movimentos mostrava descontentamentos em relação aos rumos que a política joanina estava seguindo, tanto aquém e além-mar, e revelava a face repressiva do império luso-brasileiro para com seus súditos. Ambos os movimentos foram reprimidos de maneira violenta e exemplar.

A repressão do movimento pernambucano de 1817 foi liderada por Luiz do Rego Barreto, que deu ordens para uma repressão violenta e exemplar, contrariando inclusive as ordens dadas por d. João. Luiz do Rego, contudo, não aceitou o título que lhe foi ofertado, alguns anos depois, pelo monarca. Diante da política nobilitadora praticada por d. João, tal recusa, ao que parece a única do período joanino, chama a atenção pelo fato de d. João ter se preocupado em recompensar aqueles que se

¹²² Como já notara Eul-Soo Pang, os ministérios nomeados por d. João foram formados exclusivamente por portugueses, “no Brazilian was given a ministry and only ten Portuguese were so honored”. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 20. Sobre os ministros de d. João, ver nota 61 deste capítulo.

¹²³ As datas foram extraídas de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, p. 315-316.

¹²⁴ Sobre a eclosão do movimento em Portugal, ver Iara Lis Carvalho Souza, *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 58-65.

envolveram em campanhas militares dentro do império, fosse na expulsão dos franceses, nas lutas referentes à anexação da banda oriental, na repressão à revolta de Gomes Freire, e, provavelmente, nesta categoria, a repressão ao movimento de 1817 em Pernambuco.

Vale assim destacar que Luiz do Rego Barreto não foi o único nobilitado em 1820 pela repressão a um movimento que ameaçava o Império luso-brasileiro, uma vez que Miguel Pereira Forjaz, nobilitado em 13 de maio de 1820 com o título de conde da Feira, participou da repressão do 1817 português, tendo seu nome ligado à execução do próprio Gomes Freire de Andrade. Assim, talvez, em 1820, d. João tenha tentado recompensar os líderes das duas repressões aos movimentos contestatórios de 1817, Luiz do Rego Barreto e Miguel Pereira Forjaz, ainda que apenas uma das “recompensas” tenha de fato se efetivado.

1.3. Entre títulos e cargos: a recusa de Luiz do Rego Barreto e política joanina de nobilitação

Em 1817, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves conheceu dois movimentos contestatórios, um em Portugal, pedindo o retorno da Família Real¹²⁵, e outro em Pernambuco, de tendências republicanas¹²⁶. O movimento pernambucano obteve tal repercussão que adiou a coroação de d. João como rei do império luso-brasileiro, haja vista que, com o falecimento da rainha, d. Maria I, em 20 de março de 1816, estavam abertas as possibilidades para que o até então príncipe regente fosse coroado rei. Todavia, de acordo com Jacqueline Hermann, “é digno de nota o fato de

¹²⁵ De acordo com Oliveira Lima, já em 1815 “prenunciava-se a conspiração de Gomes Freire, desabafo da revolta do sentimento nacional contra o protetorado inglês a que estava sujeito Portugal e a que escapava o Brasil pela distância, vastidão territorial, residência já efetiva da corte, afastamento das questões agudas da política européia e outras circunstâncias”, e quando tal conspiração eclodiu, em 1817, “fora uma manifestação não só antiestrangeira ou patriota como antidinástica ou democrática. A opinião corrente era hostil ao rei, protestando-se às claras que o receberia mal o país, que era seu mas que ele tratara como *inimigo*, caso a junção do governo rebelde de Buenos Aires com Artigas desse resultado a invasão do Brasil e uma nova fuga da corte, desta vez para Lisboa”. *Dom João VI no Brasil*, p. 328 e p. 626-627 (grifo original).

¹²⁶ Para uma leitura mais ampla sobre o movimento pernambucano de 1817, consultar Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, especialmente o capítulo 1, “Dezessete”.

um movimento de frontal contestação à ordem ter sido capaz de provocar o adiamento da aclamação e não sua precipitação”¹²⁷.

Vale ressaltar que d. João foi coroado apenas em 06 de fevereiro de 1818 e, de acordo com Denis Bernardes, para comemorar tal evento, houve a suspensão de todas as devassas abertas sobre os envolvidos no movimento pernambucano de 1817, exceto as que se referiam aos cabeças do movimento¹²⁸.

Se até 1817, d. João não havia sido obrigado a usar da violência como meio para garantir a governabilidade do antigo Império, o que se vivenciou em 1817 foi uma repressão exemplar. O 1817 português terminou com a execução de Gomes Freire de Andrade¹²⁹, em 18 de outubro de 1817, um dos líderes do movimento, cuja repressão foi comandada por d. Miguel Pereira Forjaz¹³⁰; já o 1817 pernambucano – movimento que teve início em 06 de março, colocando o poder nas mãos dos rebeldes por 74 dias¹³¹ – também foi alvo de uma violenta repressão, acompanhada da abertura da devassa e da instauração da comissão militar que deveria julgar e punir os envolvidos, além da permanência do governador Luiz do Rego Barreto (nomeado por d. João para comandar tal repressão), que, em 1820, lideraria outra repressão na mesma região, dessa vez a do movimento da Serra do Rodeador.

Luiz do Rego Barreto, que foi nomeado governador de Pernambuco em 1817, chegando à capitania em junho¹³², em substituição a Caetano Pinto de Miranda

¹²⁷ Jacqueline Hermann, “Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820)”, in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 442-443. Sobre a repercussão desse movimento, Manuel Correia de Andrade afirma que “esse movimento teve grande importância porque representou a primeira rebelião que alcançou o poder contra o domínio português e contra o sistema monárquico de Governo em território brasileiro”, “Prefácio”, in Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817: Estrutura e comportamento sociais*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. sem numeração. Para uma descrição dos acontecimentos de 1817, consultar “Luiz do Rego Barreto e a posteridade”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 24, 1861.

¹²⁸ Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820 – 1822*. São Paulo: Hucitec, FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006, p. 251.

¹²⁹ Sobre a biografia de Gomes Freire de Andrade, preso em 25 de maio de 1817 e executado em 18 de outubro de 1817, consultar Raul Brandão, *Vida e Morte de Gomes Freire*. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1990.

¹³⁰ Sobre o 1817 português, Varnhagen afirma que “intentou a maçonaria em Portugal, no ano de 1817, uma primeira conspiração, para o aclamar rei constitucional [d. João] e atraí-lo a si, a Portugal, mas foi denunciada ao Marechal Beresford, e tanto o hábil general Gomes Freire de Andrade como outros conspiradores foram levados ao patíbulo, antes que ao próprio rei fosse a sentença submetida”. Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro), *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 33.

¹³¹ Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817*, p. 33.

¹³² Sobre a chegada de Luiz do Rego Barreto a Pernambuco, a historiadora Iara Lis Carvalho Souza afirma que “a entrada do novo governador Luiz do Rego foi motivo de uma festa, em junho de 1817, porque ele representava o próprio D. João e a retomada de seus domínios. Revivia-se uma festa própria

Montenegro no exercício do cargo, era um militar fiel à monarquia portuguesa, tendo prestado serviços que já lhe haviam rendido recompensas como os títulos de fidalgo cavaleiro da Casa Real de Sua Majestade Fidelíssima e comendador da Ordem de Cristo¹³³. Como governador de Pernambuco, foi responsável pela pacificação da região, reprimindo exemplarmente os revoltosos, além de presidir a comissão militar que executou réus como Domingos José Martins e José Luiz de Mendonça¹³⁴.

A violência da repressão mereceu destaque entre seus contemporâneos, não tendo passada despercebida aos olhos, por exemplo, da inglesa Maria Graham, que esteve em Pernambuco durante o governo de Rego Barreto e descreveu o governador como “homem muito pouco condescendente com o povo e com o espírito de seu tempo”, além de considerar que “as severas punições militares infligidas nessa ocasião certamente produziram irritação, que, apesar de não estourar imediatamente, foram causa de muito aborrecimento depois e acarretaram ódio”¹³⁵.

Ainda sobre o caráter da repressão utilizada por Rego Barreto, Alexandre Mello Moraes escreveu que “bem proverbial era a bondade do Sr. D. João VI, mas foi no seu reinado que os seus ministros mandaram decapitar os executados, e lhes arrastar os corpos em caudas de cavalo até a borda da sepultura”. Tal sentença foi assinada por Rego Barreto em 08 de julho de 1817¹³⁶. Contudo, Oliveira Lima, ao biografar d. João, aborda a repressão ao movimento de 1817, escrevendo que Luiz do Rego Barreto atuou com muita rigidez, “em desacordo com o espírito das ordens que recebera, [e] mais tarde descontentou o soberano”¹³⁷.

dos reis e bispos: a entrada, onde as ruas eram atapetadas, as janelas adornadas com alcatifas e colchas, as senhoras acenavam lenços brancos e derramavam flores, davam-se vivas; na entrada, a cidade acolhia o seu soberano e a ele se submetia. Deixava-se para trás a celebração do sol e sua justiça, da bandeira que evocava o Equador, onde o sol sempre aparecia. A entrada festejada reafirmava, em certa medida, o contrato com D. João. Mas Luiz do Rego não se fez de rogado, continuou a ação repressora iniciada pelo Conde dos Arcos, mais tarde ministro. Castigou escravos e negros, expôs sem dó cabeças de conjurados, trancafiou nas prisões baianas outros tantos rebeldes, reorganizou as tropas, mandando, de sopetão, boa parte das que participaram do movimento para Montevidéu e, simultaneamente, recrutou outros soldados e os ‘adestrou’. Combinou a festa da entrada de um enviado do rei, aquele que o presentificava, com a mão violenta do poder real”, *Pátria Coroada*, p. 74.

¹³³ Jacqueline Hermann, “Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820)”, p. 432. Todavia, a autora não menciona as datas em que o militar teria recebido esses títulos, sugerindo, contudo, que ele já os possuía quando foi nomeado para Pernambuco.

¹³⁴ Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817*, p. 239.

¹³⁵ Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817*, p. 174.

¹³⁶ Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol. 1, p. 347.

¹³⁷ Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, p. 515. Nessa mesma linha de que Luiz do Rego Barreto teria sido mais rígido do que o desejado por d. João, estão Jorge Pedreira e Fernando Dorcas Costa, que afirmaram que “por seu lado, o rei, que ficou sobretudo aliviado pela rapidez com que se repôs a ordem e

A despeito da repressão e das sentenças proferidas aos réus do movimento de 1817, Luiz do Rego Barreto, após retornar a Lisboa, em 1821, redigiu um texto, publicado em 1822, intitulado *Memória Justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco e presidente da junta constitucional da mesma província. Offerecida à nação portuguesa*, no qual se preocupou em descrever a situação de Pernambuco em 1817, justificando sua atuação e suas atitudes no comando da repressão dos movimentos de 1817 e do Rodeador, em 1820, colocando-se como favorável ao movimento constitucional e contrário ao despotismo¹³⁸.

Se Luiz do Rego Barreto agiu, em 1817, de maneira violenta ou, em sua opinião, do modo como as circunstâncias o obrigavam, não cabe aqui analisar, mas o fato é que, anos depois, em 1820, diante da organização de um novo movimento contestatório, o da Serra do Rodeador, Rego Barreto foi novamente exemplar, pondo fim ao movimento na madrugada do dia 25 para o dia 26 de outubro de 1820. Todavia, de acordo com Jacqueline Hermann, ao contrário do movimento de 1817 que defendia uma república, os rebeldes de 1820 defendiam a monarquia, ponderando a “necessidade de reatualizar e rever as regras de um compromisso mútuo”¹³⁹.

Para Guillermo Palacios, a formação do agrupamento da Serra do Rodeador estava ligada às condições de vida da população, e, ainda que tenha sido caracterizado como um movimento de caráter messiânico, as pessoas que formaram o agrupamento fugiam do recrutamento e eram parte do “processo de expropriação do campesinato nordestino”. A versão oficial justificando o massacre da Serra do Rodeador afirmava que seus integrantes eram delinquentes, fortemente armados e que resistiram à ação das forças armadas do governo de Pernambuco. Assim, para esse historiador, o movimento da Serra do Rodeador foi resultado de conjunturas sociais e políticas da região – o

pela forma como se preveniu o alastramento da revolução, lamentou a necessidade de executar os líderes e chegou mesmo a reprovar os excessos de severidade do governador”. *D. João VI*, p. 332-333.

¹³⁸ Luiz do Rego Barreto, *Memória Justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco e presidente da junta constitucional da mesma província. Offerecida à nação portuguesa*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. No mesmo ano em que essa *Memória* foi publicada, outro livro defendendo a atuação “moderada” de Rego Barreto, que derramou apenas o “sangue necessário dos revoltosos” também foi publicado, *Elogio Histórico de Luiz do Rego Barreto por G.X.S.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

¹³⁹ Jacqueline Hermann, “Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820)”, p. 445. Sobre o movimento de 1817, o historiador Denis Bernardes afirma que “o sentido essencial de 1817 reside neste aspecto: a possibilidade de instauração de uma nova ordem política, autolegitimada, independente e contra tudo o que até então fundara a existência do poder e das identidades políticas dos súditos da monarquia”, Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *O Patriotismo Constitucional*, p. 206.

recrutamento e a expropriação –, e o fato de portarem armas não poderia ter sido considerado um agravante, pois “a questão de estarem todos armados diluía-se no ambiente e nos costumes de violência generalizada como normas de conduta amplamente aceitas e conhecidas. Todo mundo andava armado”¹⁴⁰.

No ano seguinte à repressão do movimento da Serra do Rodeador, em 21 de julho de 1821, Rego Barreto foi vítima de um atentado, levando um tiro que lhe deixou “gravemente ferido”¹⁴¹. De acordo com Denis Bernardes, poucos meses depois, em 26 de outubro de 1821, com a eleição de uma junta governativa – na esteira das inovações propostas pelas Cortes de Lisboa –, deixou Pernambuco, tendo sido, então, o último capitão-general por nomeação régia¹⁴². Ao embarcar para Portugal, Rego Barreto encerrava a sua atuação como governador de Pernambuco, deixava a região com uma junta governativa eleita, e retornava para Portugal sem um título nobiliárquico concedido por d. João.

Todavia, a ausência de um título nobiliárquico parece ter sido decisão do governador de Pernambuco e não do monarca, haja vista que, em meio aos titulados de 1820, d. João tentou nobilitar os dois responsáveis pelas repressões dos movimentos de 1817, em Lisboa e Pernambuco. A d. Miguel Pereira Forjaz, responsável pelo fim da revolta de Gomes Freire de Andrade, d. João confirmou, em 13 de maio de 1820, o título de 9º conde da Feira com assentamento no Conselho da Real Fazenda¹⁴³; porém, o título que o monarca ofereceu ao outro líder da repressão do lado de cá do Atlântico, não foi por ele aceito.

Tal atitude de Rego Barreto é digna de nota, não só por ele ainda estar no exercício do cargo de governador de Pernambuco, e ter prestado importantes serviços para a pacificação da província, mas também por defender as práticas de Antigo Regime

¹⁴⁰ Guillermo Palacios, “Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820”, in Monica Duarte Dantas, (org.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 97-129, a citação está na página 120.

¹⁴¹ Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol. 1, p. 203.

¹⁴² Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *O Patriotismo Constitucional*, p. 194 e p. 397. Segundo esse historiador, a eleição dessa junta governativa representou a derrota do Antigo Regime em Pernambuco.

¹⁴³ D. Miguel Pereira Forjaz “foi um dos melhores colaboradores de Beresford na reorganização das forças armadas portuguesas, em que desenvolveu prodigiosa actividade e publicou acertadas medidas, mas o seu nome ficou também ligado à execução de Gomes Freire e dos seus desgraçados companheiros. Promovido a tentente-general em 1812, afastou-se de toda a actividade depois da revolução de 1820, vindo a ser nomeado par do Reino, quando da outorga da Carta Constitucional, em 1826”, Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 586.

contra as inovações vivenciadas ou propostas com o nascente movimento constitucional¹⁴⁴.

Provoca estranheza a atitude de Rego Barreto, um militar que exercia cargos de confiança do monarca, de recusar um título nobiliárquico ofertado pelo mesmo rei que o havia nomeado para o cargo de governador de Pernambuco, ainda mais se considerarmos que, por um lado, Luiz do Rego Barreto não era descendente de família nobre, e, por outro, foram pouquíssimos os títulos nobiliárquicos concedidos por d. João, durante sua permanência no Brasil, a pessoas sem vínculos consangüíneos com nobres titulados, se comparados com a quantidade de títulos confirmados em descendentes de famílias nobres.

Durante o período em que Rego Barreto foi governador de Pernambuco, o ministro de d. João era Tomás Antônio Vilanova Portugal, que concentrou diversas pastas em suas mãos durante a sua permanência no cargo, entre 1817 e 1821, além de exercer forte influência sobre o monarca¹⁴⁵. Essa influência pode ser sentida, por exemplo, na interferência do ministro sobre diversos assuntos, entre eles a concessão de títulos de nobreza. Para o ministro, o monarca deveria conceder títulos não só para portugueses, mas também para nascidos no Brasil, o que, a despeito de ter despertado opositores ao ministro, teve algum efeito sobre d. João, já que, após a sugestão de Vilanova Portugal, houve a nobilitação de três brasileiros em 1818, em meio às comemorações por sua aclamação e coroação¹⁴⁶.

Talvez, em razão dessa influência de Vilanova Portugal sobre d. João, é que Rego Barreto tenha redigido diversas cartas a ele endereçadas durante o período em que ambos permaneceram ligados ao governo¹⁴⁷. Nas cartas, enviadas tanto ao monarca

¹⁴⁴ De acordo com Denis Bernardes, “entre finais de outubro de 1820 e o fim de seu governo [de Rego Barreto], sua administração foi marcada pelo afrontamento com o movimento constitucionalista”, *O Patriotismo Constitucional*, p. 194. O confronto com o movimento constitucional foi uma das consequências da eclosão da Revolução do Porto, em agosto de 1824. Sobre os desdobramentos da Revolução do Porto, consultar Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

¹⁴⁵ Vilanova Portugal dirigiu a pasta dos Negócios da Marinha e Ultramar entre junho de 1817 e fevereiro de 1818; a de Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1817 e 1820; a do Reino e da Fazenda, com assistência do despacho de 1817 até 1821, antes da retirada da Corte para Portugal. Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, p. 745. Sobre Vilanova Portugal, consultar também Dóli de Castro Ferreira, *Tomás Antônio Vilanova Portugal: um ministro de D. João VI (1817-1821)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2004.

¹⁴⁶ Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol. 1, p. 499-500.

¹⁴⁷ Vale ressaltar que a escrita de cartas a pessoas próximas ao monarca com pedidos de rendimentos e ofícios não foi exclusiva de Luiz do Rego Barreto. Ao biografar José Bonifácio de Andrada e Silva, a historiadora Miriam Dolhnikoff afirma que, em 1802, Bonifácio redigiu cartas a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, expondo sua situação financeira e pedindo para receber rendimentos dos cargos que desempenhava para a monarquia portuguesa, e não só para o de professor de Coimbra. Diante de seus

quanto ao ministro, em 1819 e 1820, Luiz do Rego Barreto abordava diversos assuntos, tais como a situação de Pernambuco e sua atuação para pacificá-la e governá-la, mas também fazia pedidos de comendas e ofícios, vinculando-os à sua situação financeira pessoal. Esses pedidos começaram já em maio de 1819.

Despachado no dia 3 de maio de 1819.

Senhor

Diz Luiz do Rego Barreto actual Governador e Capitão General de Pernambuco, que sendo Vossa Majestade pela Sua Real Munificência, e em atenção ao bom dezejo, com que sempre O tem Servido, Feito a Graça ao Supplicante de uma pensão de seis centos mil reis pelas Commendas vagas, e de uma Commenda do lote de trezentos mil reis, não ficou o Real Animo de Vossa Majestade Satisfeito com estas e mais Graças, e Foi Servido fazer-lhe a Mercês da Comenda de São Salvador de Anciaens do lote de um conte e duzentos mil reis em duas vidas, ficando logo suspensas as duas Graças antecedentes. Esta Commenda porem succede estar concedida há muito tempo ao Conde de Peniche, do que rezultou ao Supplicante a despeza do encarte, que ficou inútil, e a perde de trez annos de rendimento da ditta Commenda, ou da pensão sobreditta, e da primeira Commenda, que Vossa Majestade Foi Servido Conceder-lhe Nestes termos o supplicante.

Pede a Vossa Majestade Seja Servido Fazer-lhe a Graça de lhe Conferir a Commenda de São Pedro de Rates [?] no Arcebispado de Braga, com as mesmas condiçoens da de São Salvador de Anciaens, se já não estiver dada, e tendo atenção aos prejuízos, que o Supplicante tem soffrido contra as Intençoens de Vossa Majestade, e que em fim um Soldado so he rico dos dezejos de bem servir a Vossa Majestade.

Luiz do Rego Barreto. E.R.M.^{ce148}.

Devemos ressaltar que, ainda que Rego Barreto se coloque em uma posição de súdito fiel, desejando “bem servir” ao monarca, ele pede uma comenda que lhe dê rendimentos e por duas vidas, tal qual a que fora concedida anteriormente, a de Anciães. Todavia, a comenda de Anciães pertenceu ao conde de Peniche e, após ter recebido tal concessão, Luiz do Rego Barreto teve que realizar o encarte da comenda, comprovando a concessão, de modo que, antes mesmo de ter desfrutado dos rendimentos da comenda de Anciães, ele já teve um gasto com seu encarte.

Essa não foi a única carta redigida por Rego Barreto com um pedido ao monarca. Em outro documento – embora não datado, mas por estar conservado junto com o anterior de 1819 e por ter sido redigido durante a permanência de Rego Barreto no cargo de governador, é possível inferir que a data seja próxima à carta de 03 de maio de 1819 -, novamente ele colocava a questão das mercês.

Senhor

Diz Luiz do Rego Barreto actual Governador e Capitão General de Pernambuco, que Fazendo-lhe Vossa Majestade a Graça deste Governo, muito o honrou pelas criticas circunstancias, em que então estava esta Capitania, e pelos trabalhos, energia, e prudência, que então se exigia, e que ainda hoje não he inútil; porem destas mesmas circunstancias, e desta mesma precizão tem refflectido sobre o Supplicante um trabalho de Corpo, e de

pedidos, ao contrário de Luiz do Rego Barreto, obteve remuneração pelo cargo de Intendente das Minas e Metais e pelo de superintendente do rio Mondego. Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 55-56.

¹⁴⁸ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral (grifos nossos).

Espirito talvez superior ás suas forças, e uma despeza muito alem dos meios, que rezultão ao Supplicante por todos seus vencimentos. Por esta cauza, e por que semelhante Graça se tem concedido a outros Governadores, e em tempos mais pacíficos.

Pede a Vossa Majestade a Graça de lhe Conceder um lugar de Conselheiro da Fazenda de Capa e espada com os ordenados competentes.

Luiz do Rego Barreto. E.R.M^{ce149}.

Nesta missiva, Rego Barreto não ansiava por uma comenda, mas sim por um cargo no Conselho da Fazenda, devidamente acompanhado por seus ordenados, o que evidencia, ainda mais se lida com o pedido anterior, que o missivista não estava interessado apenas em distinções honoríficas, mas sim nos rendimentos e ordenados que essas nomeações poderiam lhe conferir. A necessidade de rendimentos e ordenados deve ter sido significativa, uma vez que até o seu sogro, barão do Rio Seco (Joaquim José de Azevedo), intercedeu por ele junto a d. João.

Diz Luiz do Rego Barretto, que havendo-[o?] Vossa Majestade honrado com a nomeação de Gov^{or} e Capp^{am} General de Pernambuco, lhe deu V. Mag^e com ella a mais distincta prova de Sua Real Confiança, a mayor de todas as Graças que V. Mag^e poderia conferir ao Sup^e, e aquella que elle sobre todos preza.

A grandeza da Graça, e o devido reconhecimento [?] que o Sup^e não viera prezentemente a Real Presença de V. Mag^e se não se permitisse que o mesmo decoro do lugar que occupa [amigo?].

Ninguem melhor que V. Mag^e conhece quanto os tempos actuaes estão differ^{es} dos mais antigos, e que no estado prezente das couzas não são sufficientes os Rendimentos, q. em outro tempo eram sobejos.

Em todas as Repartições; em todos os empregos Tem V. Mag^e, e seus Augustos Predecessores [?] este objecto em suas R^{es} Considerações p^a porem os Empregados, não só em estado de independencia, mas ainda de representação conveniente as ideas de decoro, e respeito q. se julgão necessários ao Real Serviço de V. Mag^e.

O Governo de Pernambuco tem de Ordenado quatro contos de reis – o antecessor do Sup^e teve p^r despacho o Rendim^{to} do Conselho.

Quatro contos de reis por anno, que talvez em outras circumstancias fosse sufficiente, mas he hojem em huma Cidade, tal qual está Pernambuco, aonde indispensavelm^{te} [?] do Gov^{or} deve ser dispendiozo por m^{tas} razões a bem do Serviço a V. Mag^e.

Não he Senhor a ambição que obriga o Sup^e a pôr aos Reaes Pés de V. Mag^e a prezente representação com a mayor satisfação, pois se persuadir ser assim conveniente ao Seo Real Serviço, p^a V. Mag^e determinará o que for mais do Real Agrado.

[Q.?] a V. Mag^e Seja Servido tomar tudo o referido na Sua Alta Consideração, Mandando o que for mais do Seo Real Agrado e Serviço.

Como Proc^{or} – O Barão do Rio Seco. E.R.M^{e150}.

A leitura dessa carta do barão do Rio Seco permite perceber que o ordenado de quatro contos de réis anuais recebidos pelo governador era um valor insuficiente frente às circunstâncias de Pernambuco e que, apesar de não escrever claramente que ele gostaria de que o ordenado fosse reajustado, o barão do Rio Seco indicava que o monarca deveria ponderar os serviços prestados e o ordenado recebido pelo referido

¹⁴⁹ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral. Documento sem data, porém junto com o anterior de 1819 (grifos nossos).

¹⁵⁰ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral. Documento sem data, porém junto com o anterior de 1819 (grifos nossos).

governador. Talvez, como reflexo de seus pedidos por uma comenda, em carta de 28 de junho de 1819, Rego Barreto agradecia Vilanova Portugal.

Tenho tratado de negócios vários e agora tenho a obrigação de tratar dos meus; e o meu primeiro é agradecer sinceramente a Vossa Excelência o despacho da minha Comenda, que a ser da lotação que me dizem, é sem dúvida uma grande mercê que me faz Sua Majestade e para que Vossa Excelência muito concorreu. Rogo a Vossa Excelência que se sirva de levar os meus agradecimentos até aos pés do Trono, beijando da minha parte a Mão a El Rei Nosso Senhor¹⁵¹.

Ainda no ano de 1819, Rego Barreto redigiu uma missiva pedindo o ofício de selador-mor da Alfândega¹⁵² de Pernambuco, em duas vidas, argumentando que quem exercia o ofício, já em sua segunda vida, falecera, deixando o cargo vago.

Senhor

Diz Luiz do Rego Barreto Marechal de Campo Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, que elle tem servido a Vossa Majestade de uma maneira, que bem deixa ver os bons desejos, com que desempenha os seus deveres. As Graças concedidas por Vossa Majestade ao Supplicante são muito superiores aos seus Serviços, e dignos só do Grande Coração de Vossa Majestade, o que parece devia impor silencio ao Supplicante sobre qualquer pertença, apesar disso, Senhor, o Supplicante por uma parte não está seguro de deixar á sua família uma subsistência decente pelos desarranjos, porque tem passado a sua Caza, e por outra se apresenta uma occasião de Vossa Majestade poder melhorar a sorte do Supplicante, sem detrimento da Sua Real Fazenda. O Officio de Sellador mor da Alfandega desta Praça está próximo a vagar pelo falecimento de Joaquim José Vaz Salgado, que o possuía em segunda e última vida, não deixando filho Varão: O supplicante confiado na magnanimidade de Vossa Majestade.

Pede a Vossa Majestade a sobrevivência do Officio de Sellador mor da Alfandega de Pernambuco, com segunda vida em beneficio de sua família.

Luiz do Rego Barreto. E.R.M^{e153}.

A temática do pedido de ofício de selador-mor da Alfândega de Pernambuco retorna em uma extensa carta dirigida a Tomás Antonio Vilanova Portugal e datada de 11 de dezembro de 1819. Nessa carta, Rego Barreto reforça a sua necessidade de ter o seu pedido atendido, expondo a sua situação financeira, bem como a de suas duas filhas.

Il^{mo} e Ex^{mo} Snr.

¹⁵¹ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, volume 52, 1979, p. 114. Contudo, Rego Barreto não menciona com qual comenda foi agraciado e também, nas cartas anteriores, não há menções a pedidos de comenda.

¹⁵² De acordo com António Manuel Hespanha, a administração da fazenda envolvia diversos ofícios, tais como feitor, guardas, juizes, escrivães da alfândega, seladores da alfândega, almoxarifes, entre outros. Cabia aos seladores da alfândega selar “as mercadorias que paga[va]m direitos de entrada, para permitir o controlo desse pagamento e evitar a dupla tributação”, e sobre os rendimentos provenientes dos oficiais que desempenhavam funções ligadas à fazenda, Hespanha afirma que uma parte dos rendimentos era paga em gêneros, *História de Portugal Moderno e Institucional*, p. 232-234. Sobre o ofício de selador da alfândega, os autores de *Fiscais e Meirinhos* afirmam que a função deles era selar as mercadorias que chagavam na alfândega, porém não fazem nenhuma referência quanto aos ordenados e rendimentos dos seladores. Graça Salgado (coord.), *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d., p. 289.

¹⁵³ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral. Documento sem data, porém junto com o anterior de 1819 (grifos nossos).

O principal objecto desta Carta hé acompanhar um requerimento, que tenho a honra de apresentar a V.Ex^a no desígnio de ser presente a ElRey Nosso Senhor, se V.Ex^a assim o approvar. *As minhas circunstancias publicas são muito lisonjeiras, e muito haverá, que me julguem em um estado de opulência superior a todas as necessidades; e he por isto que eu vou fazer a V.Ex^a uma exposição do estado dos meus negócios.*

A minha Caza em Portugal está estragada, e nada posso d'ali esperar por muito tempo. A Commenda que Sua Majestade me Concedeu, e que muito agradeço também aos bons officios de V.Ex^a, está em um valor inferior á lotação, e não tenho achado quem dê trez mil cruzados na forma da Ley por Ella, afora os bons serviços de Procuradores, que andão anexos a quase todos os Negocios: do dotte de minha mulher tive quarenta contos, dos quaes, metade forão absorvidos em jóias, e a outra metade ficarão na mão de meu sogro a juros, e por isto sujeitos á sorte da Caza, e quando eu morra sem filhos, muito pouco vem a ficar para as minhas filhas, que tive do primeiro matrimonio, porque até as jóias devem voltar á Caza. [?] restão-me os meus soldos como Official do Exercito, e actualmente como Capitão General: V.Ex^a vê muito que tudo isto pode reduzir-se a muito pouco, uma vez que eu fique sem Comissão, o que não he impossível, e para esse tempo, mal poderei conservar alguma decência de tractamento com os meios, que me ficão restando: por todos estes motivos he que me rezolvo a pedir o Officio de Sellador-Mor, pois com elle terei sempre uma renda sufficiente e passando por minha morte simultaneamente á minha família, as minhas filhas D. Maria e D. Ignacia ficarão indemnizadas menos mal da perda de sua may e dos bens que lhes podião pertencer, se as minhas precizões, e despezas, durante a guerra os não tivessem deteriorado; accrescendo que eu não devo contar muito com os bons officios de meu sogro, uma vez que em minha vida já faz excepções, que sempre desagradão, como se vê no casamento de minha Cunhada.

Joaquim José Salgado deixa duas filhas somente: uma cazada com D. Manoel Botelho, e outra que he a mais velha, com um dos desgraçados Suassunas, que espera a sua má ventura nas decisoens da Alçada: accresce a isto ser uma Caza muito rica, e ser dado este Officio em duas vidas, que acabão nelle: de outra sorte, eu não o pediria.

Um ataque apoplético, que lhe deo, e que talvez o tenha concluído a esta hora, he que acordou em mim a lembrança de pedir a sobrevivência do seu Officio. Aqui se diz que nessa Corte soão como extraordinarias as despezas que por aqui se fazem com as Tropas, e com em decadência a Renda publica: já tenho mostrado a V.Ex^a em parte a falsidade de tal asserção, e espero no primeiro Navio accrescentar esta prova de mais alguns documentos, que V.Ex^a há de ver com satisfação, e de passagem direi mais, que a Alfandega do algodão em Novembro rendeo perto de quarenta contos e a outra trinta e cinco.

Reitero a V.Ex^a os protestos de respeito, com que sou

De V.Ex^a.

O maior venerador e amigo a não poder ser mais

Luiz do Rego Barreto.

Il^{mo} e Ex^{mo} Snr Thomaz Antonio de Vilanova Portugal.

Recife, 11 de Dezembro de 1819¹⁵⁴.

Rego Barreto mantém sua posição de súdito fiel da monarquia portuguesa e expõe detalhadamente a situação financeira de sua casa, bem como a forma como empregava seus rendimentos e dote de sua esposa. De acordo com a sua argumentação, o offício de selador-mor ficara vago, sendo provável a nomeação de alguém para ocupá-lo, por isso ele, Rego Barreto colocava-se à disposição do monarca. Em outro documento, datado provavelmente de 1819, há a descrição das comendas pedidas por Rego Barreto, bem como os rendimentos de cada uma das comendas.

O Brigadeiro Luiz do Rego Barreto

¹⁵⁴ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral (grifos nossos).

Allega os seus serviços, e que consumira a maior parte do seu Patrimonio afim de se portar no exercito aquella decencia e decoro que exigia o seu Posto em concorrência com os Estrangeiros, e p^e q. tem duas f^{as} menores p^r isso
 Pede a Commenda de Sta Maria de Antisne [?] ou a de S. Salvador de Baldrêo [?] da Ordem de Christo q. se achão vagas, e huma Alcaidaria Mor tudo em duas vidas.
 Examine-se o rendimento das Commendas q. o Sup^e pede.
 A de Sta Maria de Antisne [?] anda arrendada por 2.930\$000
 Isto he moderno, e pela lotação antiga rendia 685\$200. A de S. Salvador de Baldrêo acha-se lotada em t^o das Com^{das} em 984\$000 e era do Marquez de Alorna.
 Veja-se o Aviso expedido ao Marechal General [?]¹⁵⁵.

Em 08 de abril de 1820, Rego Barreto escrevia novamente para Vilanova Portugal reforçando os seus pedidos para o ofício de selador da Alfândega, justificando que seu objetivo, com tal ofício, era sustentar com dignidade a sua família.

É aqui o lugar de renovar o empenho infeliz do ofício de selador da Alfândega do Recife, apesar de que eu presumo que Vossa Excelência já estará cansado de me ouvir tantas vezes falar nele. Eu devo confiar, contudo, na bondade de Vossa Excelência. O que afirmo de certo é que, tendo Vossa Excelência principiado o meu triunfo a respeito do Gama, triunfo que eu alcanço sobre a parte malévola dos habitantes de Pernambuco, é impossível que se não empenhe na concessão que requeiro e que põe o cúmulo a este mesmo triunfo.

Além disso, ninguém mirará como ambição as utilidades que pretendo deste ofício. Quero por-me em estado de servir à Sua Majestade em qualquer parte, *quero viver sem mesquinhez, nem dívidas; e sustentar a minha família com dignidade que me convém e que muito deve ser do agrado do Soberano.* Tenho muitas vezes repetido que a Providência me deu duas filhas, cujo patrimônio destruí durante a guerra, e esta destruição não foi efeito de vícios alguns ruinosos, mas sim motivada pela necessidade em que muitas vezes me achei, até de sustentar publicamente entre estrangeiros o esplendor da minha nação. Distribuí os meus bens sempre em objetos de utilidade e pudera enumerar alguns, se o assunto fosse esse.

Sua Majestade, por sua Régia Munificência, me fez a graça da Comenda de São Salvador de Unhão, graça mui singular e que o meu coração preza como do melhor dos soberanos. Contudo, além de que Vossa Excelência não pode ignorar por quais transe passei, quantas despesas foi necessário fazer até o momento de alcançar esta, acresce que estando em Portugal o preço dos gêneros pela terça parte do que era (efeito da falta de numerário e misérias públicas), segue-se que o rendimento da comenda que era dantes de três a quatro mil cruzados, desceu seguramente de quinhentos a seiscentos mil réis, pagas as despesas.

E porque é destino meu encontrar sempre obstáculos em tudo quanto seja assunto de utilidade e proveito, sucede agora chegar-me à mão uma carta do reitor de Unhão, participando-me que o corregedor de Guimarães mandara afixar editais na porta da igreja e lugares de costume para aforar as terras do passal da mesma comenda, terras do rendimento de quinze carros de milho, cinco de centeio, dez pipas de vinho e nisto tudo compreendidas umas boas casas, em que se fazia arrecadação de dízimos, e que até à custa de alguns reparos, seriam muito boas casas de recreio. [...]

Ponderando todas estas coisas, penso que ninguém achará injusto que eu requeira a propriedade do objeto que pedi; e ao qual é meu oponente e contendor João Severiano. [...] Porém, Vossa Excelência mui bem sabe que, em razão de graças de proveito pecuniário, eu estou muito aquém de João Severiano; e pelo que toca à importância de serviços, decida Vossa Excelência¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0523-018. Transcrição integral. Documento sem data.

¹⁵⁶ Carta de Luiz do Rego Barreto a Tomás Antonio Vilanova Portugal, datada de Pernambuco, 08 de abril de 1820. O documento original pode ser consultado em Arquivo do Itamaraty, Lata 179, maço 4 e foi publicado em Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, volume 52, 1979, p. 135 - 137. (grifos nossos)

Em outra carta, também enviada de Pernambuco, e datada de 23 de abril de 1820, Luiz do Rego Barreto voltava a se queixar de suas dificuldades financeiras.

Tenho também a lembrar a Vossa Excelência o rebatido ofício. Bem sei que Vossa Excelência deve já cansar-se de me ouvir queixas. Nisso tenho a maior repugnância. Vossa Excelência sabe bem que eu requeiro importunamente coisas para mim. Viu o que pedi antes de vir para esta Capitania? Logo suplico-lhe que atenda à minha forçada importunidade. Já não posso contar com coisa alguma de Portugal. Deus sabe o que será da Comenda com o novo embaraço do aforamento das terras; ao menos, tão cedo não desembaraçarei esta madeixa.

Assim, falando a Vossa Excelência francamente e como amigo, lhe afirmo que me é pesada a subsistência da minha família, vivendo com aquele moderado esplendor que me convém e que sempre tive tal qual me convinha. Não posso, por mais voltas que dê ao meu sistema econômico, deixar de empenhar-me. Já não falo da existência futura de minhas filhas, cujo patrimônio destruo e que talvez outro pai tivesse querido restaurar com mercês pedidas a Sua Majestade. Mas não fazendo menção de futuros, o meu caso é de presente, é agora mesmo que eu sinto muitos desfalques e que não tenho meio de remediar.

Tenho dito que, pois que nenhuns outros desejos tenho senão de servir a Sua Majestade e estou e quero servi-lo aonde me for determinado, preciso ter meios de o poder fazer facilmente, preciso aparecer com dignidade e independência.

Eu escrevi agradecendo a Sua Majestade os avisos sobre Game; a maneira de acolher o meu oferecimento de ir servi-lo em Portugal etc., e toquei-lhe em pretensão de Graças, sobre o que me dirigia (lhe disse) a Vossa Excelência. Não o fiz por outra causa, senão por saber que o Nosso Soberano quer que os seus vassalos lhe peçam o que precisam. Eis aqui o que me moveu a tocar-lhe na matéria o mais de longe que pude, e o fiz na confiança de que este simples toque não seria do desgosto de Vossa Excelência, que eu sei procurar todos os meios possíveis de ser-me útil e mostrar-me a sua verdadeira amizade.

O certo é que, a não ser por Vossa Excelência, já há muito tempo eu tinha perdido as esperanças de tal ofício, mas, posto que pequenas, algumas as conservo, porque sei que tenho em Vossa Excelência um amigo verdadeiro e em Sua Majestade um protetor¹⁵⁷.

Em nova missiva, escrita em Pernambuco em 24 de maio de 1820, Luiz do Rego Barreto voltava a se queixar a Vilanova Portugal:

As notícias que a mim particularmente dizem respeito não são nada agradáveis.

A Mesa da Consciência e Ordens lá aforou (não sabendo do decreto de Sua Majestade) a melhor coisa da minha comenda, perdendo eu anualmente 15 a 20 carros de milho, 10 de centeio, 10 pipas de vinho, casas boas, lenhas, azeite etc., etc.

Parece que o corregedor de Guimarães, segundo me informam, influiu muito neste aforamento, usando capciosamente do pretexto de serem incultas as terras aforadas para receber boas leivas. Veremos o remédio que isto tem. É natural que venha o negócio a decidir à Corte, donde depende a sua perda ou ganho¹⁵⁸.

Dessa forma, diante dessas cartas, a impressão que fica é que as dificuldades financeiras de Luiz do Rego Barreto eram tão grandes que forçaram-no a redigir diversos pedidos de comendas e a insistir em sua nomeação para selador-mor da alfândega de Pernambuco. Todavia, ainda que, possivelmente, Rego Barreto não tenha tido o privilégio de ter seus pedidos atendidos, em carta para Vilanova Portugal, datada

¹⁵⁷ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, volume 52, 1979, p. 142-143.

¹⁵⁸ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, volume 52, 1979, p. 147.

de 27 de junho de 1820, há um indicativo de qual teria sido a recompensa ofertada por d. João.

Cumpr-me dizer ingenuamente a Vossa Excelência que *não são os prêmios de ostentação que eu requeiro. Afirmando-lhe que não desejo, nem quero assinar-me de outra sorte do que hoje escrevo o meu nome.* Isto é ter com Vossa Excelência uma confiança de verdadeiro amigo. Pertence a Vossa Excelência relevar-me a fraqueza, mas é verdadeiríssima ao menos¹⁵⁹.

Assim, ao escrever que não desejava prêmios de ostentação, tampouco assinar seu nome de outra forma, Luiz do Rego Barreto indicava que não tencionava aceitar um título nobiliárquico oferecido por d. João, talvez por ser apenas uma distinção honorífica, desprovida de cargos, mercês, comendas ou qualquer outro tipo de rendimento, e Rego Barreto, em suas cartas redigidas até então, desejava justamente algo que lhe desse algum provento financeiro.

Se Rego Barreto não aceitou o título que lhe foi ofertado ainda no Brasil, sua postura se modificou na década seguinte. Vale lembrar que em 1821, ele retornou a Portugal, vindo lá a morrer em 1840. Por decreto de 27 de abril de 1835, o antigo governador de Pernambuco foi agraciado com o título de visconde de Geraz do Lima, concedido pela então rainha de Portugal, d. Maria da Glória¹⁶⁰. Assim, o título ofertado em 1820 a Rego Barreto era incompatível com as expectativas dele naquele momento, mas sua negativa não revelava um posicionamento contrário à existência da nobreza na monarquia portuguesa, talvez fosse a forma possível de demonstrar seu descontentamento em relação às negativas que recebera frente às suas várias demandas, tanto assim que, anos depois, ele aceitou um título de nobreza, mesmo que também desprovido de mercês ou prebendas de fundo pecuniário; quem sabe, em 1835, sua situação financeira em Portugal, bem como suas expectativas, fossem diferentes daquelas de 1820.

Finalmente, retomando a figura do ministro Tomás António Vilanova Portugal, ele também retornou para Portugal, acompanhando a Família Real na viagem de volta

¹⁵⁹ Carta de Luiz do Rego Barreto a Tomás Antonio Vilanova Portugal, datada de Pernambuco, 27 de junho de 1820. O documento original pode ser consultado em Arquivo do Itamaraty, Lata 179, maço 4, e foi publicado em Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, volume 52, 1979, p. 153. (grifos nossos)

¹⁶⁰ O decreto de concessão do título de visconde de Geraz do Lima pode ser consultado em Arquivo Nacional da Torre do Tombo, código de referência PT/TT/RGM/H/217866X e cota atual Registro Geral de Mercês, D. Maria II, liv.IV, fl.87-87v. Agradeço ao João Paulo Jeannine Andrade Carneiro por ter cedido cópia deste documento. Luiz do Rego Barreto, por ter sido titulado, também tem uma biografia em Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 636-637.

para o continente europeu¹⁶¹, e sem ter recebido um título de nobreza. O mesmo ministro, que havia sugerido a d. João que concedesse títulos de nobreza a brasileiros, não tentou nobilitar a si mesmo, nem tampouco aceitou as tentativas de nobilitação praticadas por d. João. De forma que o ministro, de acordo com Alexandre Mello Moraes, a despeito de toda sua importância para política joanina entre 1817 e 1821, “para si nada tirou [de títulos e honras]; pelo contrário rejeitou, não somente a grã-cruz, mas os títulos de conde e marquês, com os quais o bom rei por várias vezes o quis honrar. Saiu do ministério como entrou. Era pobre antes de ser ministro e pobre largou o poder”¹⁶².

Dessa forma, em 1820, ao declinar um título nobiliárquico ofertado por d. João VI, Luiz do Rego Barreto demonstrava uma nova forma de se relacionar com as distinções existentes em uma monarquia, preferindo obter cargos e comendas, acompanhados de rendimentos. Tal atitude é digna de destaque, pois a monarquia do Antigo Regime era hierarquizada com base nos privilégios e distinções, provenientes de títulos de nobreza, ordens honoríficas, comendas, rendas e morgados, de modo que negar uma concessão do monarca, neste caso um título de nobreza, era negar o acesso a uma hierarquia privilegiada¹⁶³.

¹⁶¹ É digno de nota que o ministro Vilanova Portugal e outros homens próximos a d. João, como o conde de Palmela, Bento Targini e visconde do Rio Seco foram impedidos de desembarcar junto com o monarca, sendo obrigados a desembarcar longe da capital. Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *O Patriotismo Constitucional*, p. 298. Uma explicação para o impedimento do desembarque de Targini pode ser a de que, segundo Oliveira Lima, no ano de 1817, ele foi acusado de ser o responsável por inúmeras irregularidades como tesoureiro-mor, de tal forma que, em 1821, circulavam versos como “Excelso rei/Se queres viver em paz/Enforca Targini/E degrada Thomaz [Vilanova Portugal]”. Em carta de Marrocos, de 29 de fevereiro de 1812, há o indicativo de que não só Targini (barão de São Lourenço, que, após ter sido agraciado em 17 de dezembro de 1811, passou a assinar B.L), mas também Azevedo, o futuro barão e visconde do Rio Seco, estava envolvido em desvios nas finanças, uma vez que nessa carta, há os seguintes versos: “1º Furta Azevedo no Paço,/Targini rouba no Erário;/- E o povo aflito carrega/Pesada cruz ao Calvário/2º B.L. no Calvário/Bom ladrão;/L.B no Erário/Ladrão bruto/Pois que faz?/Furta ao público”. *Dom João VI no Brasil*, p. 575-576 e p. 700.

¹⁶² Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol.1, p. 497.

¹⁶³ Maria Fernanda Baptista Bicalho, ao analisar a hierarquia social no Antigo Regime, afirma que “a exclusividade de doação de títulos e mercês atribuía ao monarca o monopólio de graduar e de qualificar por seu próprio arbítrio, regulando e hierarquizando as ordens, os estamentos, as linhagens e os *bandos*, tanto em Portugal quanto no Brasil. No sentido inverso, a competitividade dos súditos em torno deste tipo de privilégio numa sociedade que se moldava à cultura política de Antigo Regime – e, no caso do Brasil, numa sociedade que, para além disso, também era escravista –, ou seja, as disputas pela inclusão no círculo dos credenciados a exercer as funções e os cargos não apenas no governo municipal, mas ainda nos ofícios periféricos da monarquia – como a Provedoria da Fazenda Real, uma conezia vacante, ou a capitania de uma fortaleza – evidenciavam e legitimavam, como nos mostra Nuno Monteiro, o monopólio da Coroa enquanto instância de estruturação social e institucional, não apenas no Reino, mas igualmente nos domínios ultramarinos”. Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Revista Almanack Brasileiro*, nº 2. São Paulo, novembro de 2005, p. 29.

Além disso, d. João, durante sua permanência no Brasil, demonstrou bastante cautela ao conceder títulos nobiliárquicos, além de fazer uso de uma estratégia política refinada de nobilitação, procurando confirmar títulos já existentes nos descendentes de famílias nobres, reservando títulos elevados a políticos de significativa importância, preocupando-se em nobilitar portugueses dos dois lados do Atlântico, sem, contudo, agraciar aqueles que eram residentes no centro-sul e forneceram grande apoio financeiro ao estabelecimento da monarquia portuguesa nos trópicos. Esses negociantes foram nomeados para o exercício de cargos e postos administrativos, mas não receberam o privilégio de pertencer à elite titulada do império português.

Finalmente, a nobilitação praticada por d. João revelou um manejo cuidadoso dos títulos nobiliárquicos, bem como sua importância para a monarquia portuguesa, de tal forma que, mesmo depois da negativa de Luiz do Rego Barreto, ocorrida em 1820, no ano seguinte, em 1821, d. João ainda em território brasileiro concedeu apenas quatro títulos, mas nenhum deles a “brasileiros”. Em 26 de abril de 1821¹⁶⁴, o monarca retornou a Portugal, deixando em seu lugar, como príncipe regente, seu filho d. Pedro I, que deveria seguir as instruções deixadas por seu pai na condução do governo do Brasil. Tais instruções foram publicadas via decreto de 22 de abril de 1821 e uma das atribuições do regente, contempladas nas instruções joaninas, era “conferir, como graças honoríficas, os Habitos das tres Ordens Militares de Christo, S. Bento de Aviz, e S. Thiago da Espada, ás pessoas que julgar dignas dessa distincção; podendo conceder-lhes logo o uso da insignia e as dispensas do estylo para a profissão”¹⁶⁵, de tal forma que o regente não poderia conceder títulos nobiliárquicos, apenas ordens honoríficas.

¹⁶⁴ Sobre o retorno da Família Real para Portugal, consultar Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, p. 363 e seguintes.

¹⁶⁵ As instruções de 22 de abril de 1821 podem ser consultadas em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_20.pdf - acesso em 28/12/2012. Alexandre José de Mello Moraes e Tobias Monteiro também discutem as instruções deixadas por d. João ao regente, consultar, respectivamente, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol.1, p. 126; e *História do Império: a elaboração da independência*, vol.1, p. 358. Valentim Alexandre também analisa as instruções deixadas por d. João, afirmando que “a 24 de abril, o soberano embarcava finalmente para Portugal, deixando como seu lugar-tenente e regente do reino do Brasil o príncipe do herdeiro, a quem, por instruções datadas de 22, outorgava ‘todos os poderes para a administração da justiça, fazenda e governo económico’, cabendo-lhe também resolver ‘todas as consultas relativas à administração pública’. Atribuía-se-lhe igualmente a faculdade de prover ‘os lugares de letras e ofícios de justiça ou fazenda vagos ou a vagar, bem como os ‘empregos civis ou militares’ (‘entrando logo por seu decreto os nomeados no exército e fruição dos seus lugares, ofícios ou empregos’, mesmo quando os respectivos diplomas exigissem a ‘formalidade’ da assinatura régia) e ainda os benefícios curados ou não curados, e mais dignidades eclesiásticas, à exceção dos bispados’, para os quais poderia no entanto propor quem achasse digno. Era-lhe também conferido o poder majestático por excelência, de ‘comutar ou perdoar’ a pena de morte dos réus a ela sentenciados. Finalmente, competia-lhe inclusivamente ‘fazer guerra ofensiva ou defensiva’ contra qualquer inimigo que atacasse o Brasil, no caso de não ser possível esperar as ordens do soberano. Estes poderes deveriam ser exercidos por D. Pedro em conselho, formado pelos

Todavia, tal atribuição do príncipe regente lhe foi negada pela Constituição Política da Monarquia Portuguesa, elaborada pelas cortes portuguesas em 1821, e datada de 23 de setembro de 1822, a qual, ao determinar a organização do Poder Executivo no Brasil, isto é, a regência, estabelecia que não poderia ser composta por príncipes e infantes, e tampouco poderia “conceder títulos, mesmo em recompensa de serviços, ou outra alguma mercê, cuja aplicação não esteja determinada por lei”¹⁶⁶, o que revelava, ainda que de maneira sutil, a importância que a concessão de títulos de nobreza tinha para o funcionamento do império português, de tal forma que somente o monarca deveria ter o privilégio de agraciar. Dessa forma, a constituição decretada pelas cortes de 1821 interferia no poder estabelecido no Brasil, não só por tirar uma atribuição concedida pelo monarca ao regente, mas também por impedir a permanência de d. Pedro na chefia do Executivo. Para além do impacto político que tal medida teve nos rumos do império luso-brasileiro, é importante ressaltar que novos títulos de nobreza seriam concedidos em terras brasileiras somente em dezembro de 1822, quando d. Pedro já chefiava a nova nação, mas não mais na qualidade de regente, e sim de primeiro imperador do Brasil.

dois ministros de Estado (o conde dos Arcos, com as pastas do Reino e dos Negócios Estrangeiros, e o conde de Lousa, com a da Fazenda) e pelos dois secretários de Estado, marechal Caula, na ‘repartição’ da Guerra, e major general da Armada Farinha, na da Marinha”. Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, p. 539. É digno de destaque que o regente poderia declarar a guerra, mas não conceder distinções.

¹⁶⁶ Essa citação é referente ao item 7, do artigo 132, do capítulo 2. Alexandre José de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol.2, p. 221. A constituição portuguesa pode ser consultada em

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t4.html> – acesso em 28/12/2012. A historiadora Márcia Regina Berbel, ao analisar as cortes portuguesas, menciona que, na sessão de 17 de junho de 1822, as atribuições do Executivo e da regência no Brasil foram temas de discussões, cujos resultados foram que “o regente do Brasil não poderia: apresentar e nomear para os cargos de arcebispos e bispos, prover os lugares do Tribunal Supremo de Justiça, nomear agentes diplomáticos, *conceder títulos em recompensa de serviços*, declarar guerra e fazer a paz, fazer tratados de aliança de subsídios ou de comércio; haveria no Brasil um Supremo Tribunal de Justiça com as mesmas atribuições que o de Portugal; todos os outros magistrados seriam escolhidos segundo as leis pelo regente”. Márcia Regina Berbel, *A Nação como Artefato*, p. 171-172. (grifos nossos)

Capítulo 2: Estado Monárquico em Construção: Política, Rivalidade e Distinções (1822-1831)

Havendo respeito aos grandes merecimentos e distinctas qualidades, que concorrem na Pessoa do Coronel e Commendador Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Senhor da Torre de Garcia d'Ávila, na Provincia da Bahia; e aos relevantes serviços, que tem prestado com a maior honra, patriotismo e decidido entusiasmo a bem do Estado e da gloriosa causa da Independencia e Centralização deste Imperio: E Considerando tambem ser a sua Casa tal, por sua antiguidade e nobreza, que os que nella succederem, Me poderão sempre servir e aos Meus Augustos Successores tão honradamente como delles Espero, e o fizerão os de quem elle descende, cuja memoria Me he mui presente: E por Folgar outro sim que por todos estes motivos, e pela muito boa vontade, que Tenho, de lhe Fazer Mercê (Tendo por certo de quem elle he) Me saberá sempre merecer, continuando a prestar á Nação iguaes Serviços: Me praz e Hey por bem de lhe Fazer Mercê, como lhe Faço, do Titulo de Barão da Torre de Garcia d'Ávila, Elevando por este modo o Titulo de Senhorio, de que de tempos antigos tem gerado a sua Casa e Familia. Paço em o primeiro de Dezembro de mil oitocentos e vinte dois, primeiro da Independencia e do Imperio. Jose Bonifacio de Andrada e Silva. [Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 158 (PDF).]

Por meio desse decreto concessório, d. Pedro I, agora imperador, concedeu o seu primeiro título nobiliárquico a um homem que havia participado das lutas pela independência da Bahia e, tal como afirma o decreto, havia contribuído não só para a independência do Império, mas também para a sua centralização. A nobilitação de Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque¹⁶⁷ foi uma forma de recompensar quem havia lutado para a concretização da independência; no caso da Bahia, isso significava a expulsão das tropas portuguesas da região. Além disso, o imperador passava a desfrutar, no novo império, do direito de conceder títulos nobiliárquicos, prerrogativa exclusiva de d. João VI, durante a regência de d. Pedro no Brasil.

Assim, mal se inaugurava o Império do Brasil, d. Pedro I já concedia distinções a seus súditos, ainda que Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque tenha sido o único agraciado com um título de nobreza em 1822, conceder honras de grandeza a homens já detentores de títulos nobiliárquicos e também mercês de ordens militares eram formas de recompensas características da monarquia que antecedeu o reinado de d. Pedro I; ainda que seu reinado tenha se inaugurado com a criação de uma nova ordem

¹⁶⁷ Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque faleceu na província da Bahia em 05 de dezembro de 1852, foi coronel e trabalhou pela independência do Brasil. Foi fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, gentil homem da Imperial Câmara, comendador da Ordem de Cristo e oficial da Ordem do Cruzeiro. Barão de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII, p. 510-511.

honorífica, no caso, a Ordem do Cruzeiro¹⁶⁸. Além desta ordem, ao longo de seu reinado, d. Pedro I criou duas outras, a de Pedro I e a da Rosa¹⁶⁹; mantendo, contudo, as três ordens da cavalaria herdadas de Portugal, a de Cristo, a de São Bento de Avis e a de São Tiago da Espada¹⁷⁰.

A despeito, porém, dessas distinções e honrarias, a monarquia do Império do Brasil não viria a manter características de uma monarquia de tipo do Antigo Regime, uma vez que, em junho de 1822, d. Pedro assinou o decreto de convocação da Assembléia Legislativa e Constituinte, que deveria elaborar as leis do império, bem como uma constituição, o que diferenciaria significativamente a monarquia constitucional brasileira de uma monarquia de Antigo Regime.

Além do título de barão da Torre de Garcia d'Ávila, cuja nobilitação data de 01 de dezembro de 1822, mesma data em que d. Pedro I foi coroado imperador, houve a concessão de honras de grandeza para os barões de Itanhaém (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior) e São João Marcos (Pedro Dias Paes Leme), e para o visconde do Rio Seco (Joaquim José de Azevedo). Dias depois, em 19 de dezembro, d. Pedro concedeu sua última distinção do ano, honras de grandeza para o visconde de Mirandela (Antônio Doutel de Almeida Machado e Vasconcelos Moraes Madureira Feijó).

É digno de nota que, desses cinco agraciados de 1822, apenas o barão da Torre de Garcia d'Ávila não possuía um título nobiliárquico concedido por d. João. Os outros que receberam honras de grandeza já haviam sido agraciados pelo então monarca d. João, sendo que Antônio Doutel de Almeida Machado e Vasconcelos Moraes Madureira Feijó fora nobilitado com o título de visconde de Mirandela em 13 de maio de 1815, por ter se casado com a viscondessa de Mirandela; Pedro Dias Paes Leme fora agraciado

¹⁶⁸ Sobre a Ordem Imperial do Cruzeiro, criada em 01 de dezembro de 1822, Evaldo Cabral de Mello afirma que ela se propunha a “improvisar uma nobreza titular no Brasil, que gozaria de privilégios, foros e isenções contrárias ao princípio da igualdade perante a lei”, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 134.

¹⁶⁹ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a Ordem do Cruzeiro foi criada em 01 de dezembro de 1822, para comemorar a fundação da monarquia; a Ordem de d. Pedro I foi criada por decreto de 16 de abril de 1826, para marcar o reconhecimento da independência; e a Ordem da Rosa foi criada em 17 de outubro de 1829, para perpetuar a memória de seu casamento com d. Amélia de Leuchtenberg. Sérgio Buarque de Holanda, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II: O Brasil Monárquico, volume 1: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 32. Isabel Lustosa afirma que a Ordem da Rosa foi criada em homenagem à imperatriz, que tinha no rosa a sua cor favorita e o primeiro a receber essa nova condecoração do império foi o visconde de Barbacena. Isabel Lustosa, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 285.

¹⁷⁰ Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 11 e p. 26; Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 48-49.

com o título de barão de São João Marcos em meio às comemorações pela coroação de d. João, em 06 de fevereiro de 1818; ocasião em que o barão do Rio Seco (Joaquim José de Azevedo) teve seu título elevado a visconde do Rio Seco; e, finalmente, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior tornou-se barão de Itanhaém em 03 de maio de 1819.

Tais distinções, concedidas em dezembro de 1822, foram uma maneira de o imperador recompensar aqueles que haviam contribuído de alguma forma para a concretização da independência do Brasil, de modo que, ainda que tenham sido as primeiras distinções ofertadas por d. Pedro I, já revelavam uma imbricação entre a política imperial e os títulos de nobreza, indicando para o nascimento de uma nova nobreza, não necessariamente pautada em vínculos consangüíneos, mas sim como uma forma de recompensa pelos serviços prestados e até mesmo como parte de uma estratégia política de cooptação por parte do imperador.

Durante o Primeiro Reinado (1822 – 1831), d. Pedro I agraciou 96 pessoas que receberam as 150 distinções por ele ofertadas, das quais 38 eram de barão, 10 de barão com grandeza, 11 de visconde, 38 de visconde com grandeza, 8 de conde, 27 de marquês, 2 de duque, além de 10 honras de grandeza para barões, 4 honras de grandeza para viscondes e mais 2 vidas. Dessas 150 distinções, 87 foram concedidas, ou seja, os agraciados não possuíam qualquer título de nobreza prévio e 63 foram elevações, isto é, o agraciado, já possuindo um título de nobreza, recebeu uma nova distinção.

Pela Constituição de 25 de março de 1824, a nobreza existente no Império do Brasil era apenas uma distinção honorífica ao agraciado, não fornecendo a ele bens fundiários ou rendimentos, sendo, portanto, diferente da nobreza do Antigo Regime. Contudo, dos 27 títulos de marquês concedidos pelo primeiro imperador, 22 deles foram acompanhados por assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda, assentamento que também foi concedido a um dos dois títulos de duque ofertados pelo primeiro monarca brasileiro, no caso à duquesa de Goiás. Todavia, deve-se ressaltar que tal concessão, como mencionado no capítulo anterior, só poderia ser feita aos agraciados com títulos de conde, marquês e duque.

Assim, esses títulos acompanhados por assentamento pago pelo Conselho da Fazenda representavam não só uma distinção ao agraciado, mas também um rendimento financeiro. Vale lembrar que esse tipo de mercê já fora concedida por d. João durante sua permanência no Brasil (1808 – 1821) e que, tal como colocado no capítulo anterior, o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda não era transmissível aos herdeiros.

Considerando-se o número de títulos nobiliárquicos concedidos anualmente por Pedro I, torna-se evidente, como demonstrado a seguir, o uso de tais distinções para fins políticos; tal como no período joanino, o governo do primeiro imperador do Brasil também não primou seja pela regularidade, pela quantidade, ou mesmo pela hierarquia dos títulos concedidos. Em 1822, d. Pedro concedeu cinco distinções; em 1823, seis; em 1824, três; em 1825, 45; em 1826, 61; em 1827, uma; em 1828, dez; em 1829, onze; em 1830, oito; sendo que, em 1831, ano de sua abdicação, não houve nenhum agraciado.

Diante desses números, salta aos olhos a quantidade de títulos concedidos em dois anos cruciais para o Primeiro Reinado, 1825 e 1826. Em 1825, foi assinado o tratado de reconhecimento da independência do Brasil por Portugal e, em 1826, ocorreu a abertura do Legislativo brasileiro, o que indica que o monarca procurou fazer da nobilitação uma estratégia política para conseguir apoio para o seu governo.

A despeito da quantidade significativa de títulos distribuídos em 1825 e 1826, não se pode esquecer dos títulos ofertados já em 1822, ainda que apenas o barão da Torre de Garcia d'Ávila tenha de fato se tornado o primeiro titulado do país recém-independente. Logo depois da independência, ainda em 1822, d. Pedro ofertou títulos nobiliárquicos a José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo e Francisco Gomes Brandão, mas que, por razões diversas e ligadas fundamentalmente ao contexto político e pessoal de cada um deles, recusaram os títulos que lhes foram oferecidos.

Com o intuito de compreender a lógica nobilitadora do primeiro imperador, bem como as razões que levaram esses três homens a recusarem a honraria recebida, retomaremos, a seguir, o período que antecedeu a independência, juntamente com as principais discussões que nortearam, então, alguns dos rumos que se colocavam como possibilidades para o país nascente.

2.1. O cuidadoso manejo dos títulos nobiliárquicos por d. Pedro I: entre aceitações e recusas

Em 09 de janeiro de 1822, o príncipe regente, d. Pedro, optou por permanecer no Brasil, desrespeitando, portanto, as exigências das Cortes portuguesas, que defendiam o seu imediato retorno para Portugal. Após o “Fico”, diferentes projetos políticos se articularam em torno do príncipe regente. Havia aqueles alinhados com José Bonifácio

de Andrada e Silva¹⁷¹, defensor da unidade com Portugal e da conseqüente formação de um império luso-brasileiro; e, paralelamente, o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo¹⁷² e José Clemente Pereira¹⁷³, contrário ao projeto do Andrada, e que ambicionava a separação do Brasil para a formação de um reino independente.

Quando da decisão de permanência do príncipe regente no Brasil, não se colocava claramente a futura separação de Portugal e, nesse primeiro momento, houve um predomínio das idéias de Bonifácio, nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros em 18 de janeiro de 1822. José Bonifácio fora um importante ilustrado luso-brasileiro do grupo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, monarquista convicto e afinado com as idéias de formação de um império luso-brasileiro¹⁷⁴; segundo Lúcia Neves, era um integrante da elite coimbrã¹⁷⁵. Bonifácio, enquanto foi possível, defendeu a manutenção da unidade com Portugal.

¹⁷¹ José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em 13 de junho de 1763 na cidade paulista de Santos. Aos vinte anos, foi para Portugal cursar faculdade e lá desenvolveu a sua carreira de mineralogista, assumindo cargos importantes graças à sua formação, aos seus estudos e às suas relações. Com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, alistou-se, defendendo o país contra os invasores. Retornou ao Brasil em 1819, tornou-se vice-presidente da junta provisória da província de São Paulo em junho de 1821, e em 18 de janeiro de 1822, após o Fico, foi nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros pelo príncipe regente d. Pedro. Em 14 de setembro de 1822, após a independência, Bonifácio foi nomeado ministro do Império e dos Estrangeiros pelo então imperador d. Pedro I. Em 16 de julho de 1823, afastou-se do ministério e assumiu seu lugar como deputado na Assembléia Constituinte. Com a dissolução da Assembléia, Bonifácio exilou-se na França, de onde só retornou em 1829. Em 07 de abril de 1831, foi nomeado tutor do futuro d. Pedro II e de suas irmãs, entretanto seria destituído da tutoria por decreto de 14 de dezembro de 1833, sendo substituído pelo marquês de Itanhaém (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior), o que marcaria em definitivo o seu afastamento da cena política, retirando-se para Paquetá, de onde se mudaria, tempos depois, para Niterói, onde veio a falecer em 06 de abril de 1838. Sobre a biografia de José Bonifácio, consultar, entre outros, Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio* (volume 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; Therezinha de Castro, *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.; Emília Viotti da Costa, “José Bonifácio: Mito e História”, in idem *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999; S.A. Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, vol.1. Brasília: Senado Federal, 1999. Coleção Brasil 500 anos; e Miriam Dolnikoff, *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁷² Joaquim Gonçalves Ledo nasceu em 11 de dezembro de 1781, no Rio de Janeiro, e foi um dos editores do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, fundado em 15 de setembro de 1821, juntamente com Januário da Cunha Barbosa. Sobre esse periódico, ver Isabel Lustosa *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 122.

¹⁷³ José Clemente Pereira, também opositor de José Bonifácio, nasceu em Portugal, em 17 de fevereiro de 1787. Foi perseguido por Bonifácio, sendo demitido do cargo de juiz de fora do Rio de Janeiro, além de preso e exilado. Do mesmo modo que Gonçalves Ledo, retornou à cena política após a dissolução da Constituinte em 1823 e a prisão de Bonifácio. Em 1826, foi eleito deputado e em 1828, encabeçou um novo ministério. Roderick Barman, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 101; e Isabel Lustosa, *D. Pedro I*, p. 282-283.

¹⁷⁴ Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003, p. 305.

¹⁷⁵ De acordo com Lúcia Neves, a elite coimbrã era formada, em sua maioria, por homens que compunham a elite política, que haviam estudado na Universidade de Coimbra e que pertenciam a famílias privilegiadas, em termos de capital econômico, social e cultural. Tal grupo acreditava em um ideal reformista, coerente com as luzes portuguesas e defendia o império luso-brasileiro. Alguns integrantes desse grupo eram Francisco Vilela Barbosa, Antonio Carlos Ribeiro Machado e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, entre outros. Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais*, p. 86-87.

O grupo de Ledo, integrante da elite brasiliense¹⁷⁶, desejava, ao contrário, a separação do Brasil e a imediata convocação da Assembléia Constituinte, contrariando o pensamento do Andrada, que, apesar de ser favorável à elaboração de uma constituição, não via necessidade na rápida convocação da assembléia¹⁷⁷.

Em agosto de 1822, dois manifestos foram proclamados por d. Pedro, então príncipe regente, mas escritos por pessoas diferentes; ambos, segundo Lúcia Neves, já consideravam a separação entre Brasil e Portugal como consumada. O primeiro deles, *Manifesto aos povos do Brasil*, de 01 de agosto, foi escrito por Gonçalves Ledo e criticava as Cortes portuguesas, bem como a tentativa de restabelecimento do sistema colonial no Brasil, justificando, portanto, a independência do Brasil como fruto da hostilidade das Cortes de Lisboa¹⁷⁸. Deve-se destacar que, neste manifesto, tinha papel central a convocação de uma Assembléia Constituinte, para assegurar tanto a unidade, quanto a continuidade do regime monárquico¹⁷⁹.

O segundo, intitulado *Manifesto às nações amigas*, de 06 de agosto, foi escrito por Bonifácio. Neste, legitimava-se a emancipação do Brasil enquanto d. João permanecesse preso às Cortes, mas não se descartava completamente a união com Portugal por meio da formação do império luso-brasileiro, justamente por isso, seu autor reiterava a importância das relações de comércio e amizade entre os dois reinos. A convocação da Assembléia Constituinte, apesar de citada, não tinha papel central, que, por sua vez, era colocado no Executivo¹⁸⁰.

Com a Assembléia convocada pelo príncipe regente, em 03 de junho de 1822, Ledo e Bonifácio passaram a divergir sobre a forma como deveria se processar a eleição

¹⁷⁶ De acordo com Lúcia Neves, a elite brasiliense era formada por famílias sem grande poder aquisitivo, defendia a independência do Brasil, aceitava a monarquia, mas com um rei que respeitasse a soberania popular. Além de Gonçalves Ledo, a elite brasiliense era integrada por Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, entre outros. Deve-se ressaltar que as classificações “elite coimbrã” e “elite brasiliense” não eram estáticas e sofreram alterações ao longo do século XIX. *Corcundas e Constitucionais*, p. 87-88.

¹⁷⁷ Cecília Helena Salles de Oliveira, em seu trabalho, vinculou os interesses do grupo de Ledo na criação de uma Assembléia ao mercado interno, uma vez que, para Ledo, “o ajustamento do mercado interno e da multiplicidade de interesses contraditórios presentes no interior da sociedade encontrava-se vinculado à criação da Assembléia. Tal proposta, se concretizada, poderia vir a se tornar o fundamento de uma ‘unidade’ que, naquele momento, estava longe de existir”. Já Miriam Dolhnikoff afirma que a defesa da convocação da Assembléia Constituinte pelo grupo de Ledo era uma forma de colocar a soberania no legislativo. Cecília Helena de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999., p. 203. Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 138-140.

¹⁷⁸ Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais*, p. 147-148. Lúcia Neves, “Estado e Política na Independência”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 125.

¹⁷⁹ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 172.

¹⁸⁰ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 174-175. Lúcia Neves, “Estado e Política na Independência”, p. 125.

dos deputados, uma vez que Ledo defendia a eleição direta e Bonifácio era favorável à eleição indireta, opinião que prevaleceu no Conselho de Procuradores¹⁸¹.

Na convocação das eleições para a Constituinte, a opinião predominante foi a de Bonifácio que, como ministro, assinou as instruções que iriam nortear o sufrágio. A vitória do posicionamento do grupo do Andrada representou uma grande derrota para o grupo de Ledo, uma vez que ficavam excluídos do processo eleitoral os portugueses com menos de doze anos de residência no Brasil, e ainda que eles pudessem participar das eleições primárias, não poderiam concorrer para vagas de deputados¹⁸².

Entretanto, tempos depois, discordariam novamente em relação ao juramento da Constituição. O grupo de Ledo defendia que, no dia de sua coroação, o imperador jurasse previamente a constituição, que seria elaborada pela assembléia que ainda não estava sequer reunida. Bonifácio posicionou-se de maneira contrária, entendia que o

¹⁸¹ O decreto de 16 de fevereiro de 1822 criava o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Esse conselho seria convocado pelo príncipe regente, d. Pedro, e se reuniria no paço sempre que convocado. Dentre suas atribuições, estavam aconselhar o regente todas as vezes que fosse consultado; examinar as propostas de reformas na administração geral e no Estado; propor medidas para a prosperidade do Brasil e zelar pelo bem de suas respectivas províncias. A eleição para os membros do conselho seria feita de maneira proporcional ao número de deputados eleitos para as Cortes de Lisboa, assim as províncias que tivessem até quatro deputados nas Cortes deveriam eleger um procurador, as que tivessem de quatro a oito deputados, dois procuradores e acima de oito deputados, três procuradores. Esse Conselho de Procuradores foi extinto pela Lei de 20 de outubro de 1823, que revogava o decreto de 16 de fevereiro de 1822. Sobre a criação e a extinção desse conselho, ver, respectivamente, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_6.pdf; e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_81.pdf. Além disso, em 27 de maio de 1822, foi publicado um decreto explicando o decreto de criação do Conselho de Procuradores. Tal decreto pode ser consultado em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_57.pdf
Emília Viotti, “José Bonifácio: Mito e História”, p. 68. Caio Prado Júnior afirma que a criação do Conselho de Procuradores foi “uma medida nitidamente anti-democrática, e como tal foi denunciada já na época. Inspira-se na necessidade de agrupar o país, dar coesão às suas dispersas províncias; mas, isto não na base de uma larga representação popular, mas de um reduzido número de procuradores sem poderes de legislação e simples conselheiros do governo”. Caio Prado Júnior, “O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil”, in *idem*, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.186.

¹⁸² De acordo com Cecília Helena de Salles Oliveira, a exclusão dos portugueses recém-imigrados representou uma derrota para o grupo de Ledo, pois esse grupo possuía vínculos mercantis e de parentesco com os portugueses, e sendo excluídos do processo eleitoral não poderiam defender seus interesses políticos e econômicos. Conforme a historiadora, a exclusão desses portugueses do processo eleitoral significava que “a separação de Portugal havia se processado no interior da sociedade”, o que garantiria a independência do Brasil e a vitória do grupo de Bonifácio, pois Ledo e Clemente Pereira não conseguiriam colocar em prática seus projetos, isto é, a eleição direta e a elegibilidade dos imigrantes portugueses. Cecília Helena de Salles Oliveira, “Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a Questão da ‘Independência’”, in Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Sâmará e Ida Lewkowicz (org.), *Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero, FAPESP, s/d., p. 166-167; da mesma autora, ver *A Astúcia Liberal*, *passim*.

Executivo deveria ser o poder predominante, sendo impossível, portanto, submeter o imperador, por meio do juramento prévio, a uma constituição de teor desconhecido¹⁸³.

Fica claro, assim, que os dois grupos divergiam no tocante à questão da soberania. Para o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, o juramento prévio representava a soberania do Legislativo, o poder responsável pela redação do texto constitucional, porém para Bonifácio, a soberania deveria residir no Executivo, que, apesar de não responder pela redação da constituição, deveria aprová-la ou não. Nesta disputa, prevaleceu o posicionamento de Bonifácio e a cláusula do juramento prévio foi excluída da cerimônia.

Para Miriam Dolhnikoff, a divergência entre os dois grupos advinha, para além de questões relativas a interesses distintos em relação ao mercado interno do país, de posicionamentos antagônicos em relação ao locus da soberania no novo Estado. Ou seja, se, para o Andrada, a soberania deveria residir no Executivo, chefiado pelo imperador, cabendo a ele, por exemplo, aceitar ou não a constituição a ser elaborada pela Assembléia Constituinte, para o grupo de Gonçalves Ledo, a soberania deveria estar na nação, o que significava então a predominância do Poder Legislativo¹⁸⁴. É digno de nota que Ledo e Bonifácio, como ressalta a referida historiadora, estavam compromissados com projetos políticos diferentes. Enquanto Bonifácio havia se formado “no interior do reformismo ilustrado”, defendendo um Executivo forte, Ledo defendia o Legislativo, que “representava o anseio das elites locais em participar do jogo decisório”¹⁸⁵.

A oposição entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo também pode ser perceptível no campo das sociedades secretas. Em 02 de junho de 1822, Bonifácio fundou a *Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz*, também conhecida como *Apostolado*, sociedade que visava a se opor àqueles que não defendiam a monarquia constitucional. Além disso, sua fundação pode ser interpretada como uma forma de conter a aproximação entre o grupo de Ledo e d. Pedro, uma vez que tal grupo já havia concedido o título de “defensor perpétuo do Brasil” a d. Pedro, em 13 de maio de 1822, reduzindo, portanto, as possibilidades de manutenção do império luso-brasileiro. Ademais, no dia seguinte à fundação do Apostolado, em 03 de junho de 1822, d. Pedro assinou o decreto de

¹⁸³ Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 231; e Emília Viotti da Costa, “José Bonifácio: Mito e História”, p. 75.

¹⁸⁴ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*.

¹⁸⁵ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 143.

convocação da Assembléia Constituinte, atendendo a outra demanda do grupo de Ledo¹⁸⁶.

Dias depois da fundação do *Apostolado*, foi fundado o *Grande Oriente do Brasil* ou *Brasílico*, em 17 de junho. José Bonifácio, ainda que ausente, foi aclamado grão-mestre e, ao exercer sua função, procurou conter os setores mais radicais dentro da ordem; contudo, na prática, a liderança coube a Gonçalves Ledo, que defendia a formação de um novo pacto político, pautado na união das províncias e na monarquia constitucional. A defesa desses posicionamentos se materializava na exigência da defesa da “causa do Brasil e da independência” como um pré-requisito para ingresso na ordem. Finalmente, segundo Alexandre Barata, apesar das diferenças entre o *Apostolado* e o *Grande Oriente do Brasil*, em pelo menos uma questão os dois grupos concordavam, ou seja, na percepção da necessidade de uma constituição¹⁸⁷.

Se Bonifácio e Ledo discordaram sobre diversos pontos acerca da organização do Estado imperial¹⁸⁸, partilhavam a mesma posição em relação a uma temática: a existência de uma nobreza no Império do Brasil. Essa concordância, contudo, não se manifestou sob a forma de alianças políticas, tampouco como um elemento passível de diminuir a rivalidade então existente, mas apenas sob a forma de um posicionamento político semelhante em relação ao monarca e à nobilitação.

Em setembro de 1822, Gonçalves Ledo, detentor de uma posição de repúdio à nobreza, redigiu um “Manifesto contra a criação da nobreza brasileira” em que argumentava que a nobreza privilegiada hierarquizava a sociedade e excluía aqueles que não fossem pertencentes a esse grupo; porém não só:

Guerra à Fidalguia

Algumas pessoas repararam que temos uma espécie de repugnância, ou aversão à Fidalguia, e como nossos familiares e amigos nos pediram a causa, e as razões suficientes donde proviesse uma tal antipatia, nós lhes teríamos, com o maior gosto, dado toda a

¹⁸⁶ Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790 - 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 223, 227.

¹⁸⁷ Alexandre Manus Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790 - 1822)*, p. 218-223, 232.

¹⁸⁸ Bonifácio se posicionou e escreveu sobre diversas temáticas envolvendo o Estado imperial, entre elas a escravidão. Era favorável à abolição gradual da escravidão, acompanhada de educação para os escravos para que pudessem arrumar novos empregos, bem como serem inseridos na nova nação, uma vez que acreditava ser impossível formar um Estado independente com tantos escravos, como havia no Brasil. Bonifácio também abominava, de maneira geral, a possibilidade de um governo com participação popular, para ele, o governo deveria ser conduzido por homens letrados e ilustrados, capazes de guiar esse novo Estado. Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 231; e Emília Viotti da Costa, “José Bonifácio: Mito e História”; Miriam Dolnikoff (org.), *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; e Miriam Dolnikoff, *José Bonifácio*.

satisfação, mas como não podíamos fazer isto com todos separadamente, assentamos fazer por um dos números da Sentinela.

Saibam, pois, que se a modéstia nunca excessiva, e o sábio preceito de ninguém falar em sim, não nos mandassem passar em silêncio o que é pessoal a este respeito, nós lhes poderíamos fazer um bem original e lastimável quadro da fidalguia, despida das riquezas necessárias e essenciais ao gozo da sua estimação; porém, em termos gerais lhes dizemos que um fidalgo, que não tem fortuna, há de necessariamente ser um sanguessuga da Sociedade; cheio de ufanía, não tem meios; acostumados a todos os vícios, faltam-lhes as fortunas; incapaz de fazer o útil, por que tudo considera como indecoroso ao seu estado; chocado e desprezado pelos fidalgos ricos há de, por força, procurar, sem fundamentos e sem razão, a zumbaia dos mais não fidalgos; aborrecido dos Grandes, que têm medo de se poluírem com ele, e dos pequenos que sabem que hão de por força serem por ele vexados e importunados, é o objeto da irrisão do opróbrio, da ignorância, e do vitupério universal.

Esta é uma das tantas razões porque somos inimigos declarados da fidalguia, que sempre pela estancável roda das coisas humanas, mais cedo, mais tarde, vai passar por este infeliz estado; porém, como conheçamos, que temos principiado por onde talvez havíamos de acabar, e que uma das tantas conseqüências do abuso não serve para dar aquela satisfação sobre a causa primária, sobre a fonte da nossa indignação, passaremos a satisfazê-los por princípios. E para tal efeito remontaremos à origem e nascimento das fidalguias ou nobrezas¹⁸⁹.

Gonçalves Ledo, ao tornar pública sua opinião sobre a nobreza e fidalguia, afirmava que a posse de um título ou distinção era maléfica tanto para os demais membros da sociedade, que teriam inveja do agraciado, como também para o próprio agraciado, pois ele seria desprezado pelos demais membros da sociedade e pelos mais ricos de seu grupo de privilegiados, chamados por Ledo de “sanguessuga[s] da Sociedade”.

Não tardaram os Possuidores dos títulos a verem que, não sendo estes acompanhados com bens de fortuna, eram ocos e vãos; e para que os bens que possuíam não se dividissem e se subdividissem ao infinito, nas heranças, reconheceram a necessidade de conservá-los integralmente em um só indivíduo. E daqui é que procede a origem dos Morgados.

Fácil coisa é perceber que os Morgados, dando tudo a uns deixam os outros sem nada, e que por conseguinte os segundos gêritos, ou Cadetes de famílias, que por nascerem de Pais nobres, no sistema das fidalguias hereditárias, não deixam de ser Nobres também, ou de sangue azul em lugar de vermelho, e chamados Cavaleiros (EQUITES) são os seres mais desgraçados e infelizes do mundo, ao mesmo tempo que os mais nocivos, pesados e agravantes à Sociedade inteira¹⁹⁰.

Em sua caracterização da história da nobreza, Ledo retomava a instituição do morgado, privilegiando um herdeiro – o primogênito – em detrimento dos outros, argumentando também que, uma vez que os morgados eram hereditários, dispensavam todo e qualquer tipo de renovação de vínculo com o Estado e com o monarca. Em seguida, ponderava que privilégios vinculados à família não eram compatíveis com a

¹⁸⁹ “Manifesto de Joaquim Gonçalves Ledo contra a criação da nobreza brasileira, publicado em setembro de 1822”, in Nicola Aslan, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, [1975], vol.2, p. 259-264. A versão integral do manifesto está no anexo I.

¹⁹⁰ “Manifesto de Joaquim Gonçalves Ledo contra a criação da nobreza brasileira, publicado em setembro de 1822”.

existência de um governo constitucional liberal, pois criavam um grupo diferente dos demais, quando, na verdade, todos deveriam ser iguais perante a lei.

Para encerrar seu manifesto, Ledo discutiu a incompatibilidade entre nobreza e um governo constitucional liberal, retomando o argumento dos malefícios provocados pela existência de um grupo de privilegiados, defendendo a igualdade dentro da sociedade e afirmando ser possível um império sem nobreza.

Finalmente, defendeu também que um Estado formado por cidadãos não poderia ter nobres, pois eles seriam distintos dos demais e hierarquicamente superiores a eles, quando, na verdade, todos deveriam ser iguais por sua qualidade de cidadãos. Ledo, ao repudiar, por meio da imprensa, a existência de títulos de nobreza em uma monarquia constitucional, colocava-se contrário à nobilitação e à formação de um grupo social privilegiado. Sua posição, nesse ponto, era semelhante à de seu inimigo, Bonifácio.

José Bonifácio já depreciava a nobreza e a concessão de honras antes mesmo da formação do Império do Brasil¹⁹¹, uma vez que, anos antes, em 1813, afirmara que “Honras e mercês brilhantes, como tem obtido tanta gente não sei como, nem as requeiro, nem as espero, ainda que os meus tais serviços, como literato, homem público e soldado, alguma contemplação mereciam; porém, subsistência certa e alguma estimação pública, deve-se-me decerto”¹⁹². Diante disso, Bonifácio mostrava ter certeza da sua importância para Portugal, como mineralogista, professor de universidade e integrante do batalhão que lutava contra as tropas napoleônicas, sem, contudo, ter requerido distinções, ao contrário de tantos outros.

Tão depreciativa quanto à citação anterior, é a comparação que fazia ele entre nobres e indígenas, afirmando que “Os que sacrificam a honra e a própria dignidade a títulos e comendas são como selvagens que trocam seu ouro por grãos de miçangas”¹⁹³. Nota-se, assim, uma crítica ao comportamento dos nobres, que submetiam o seu orgulho aos caprichos do monarca, trocando sua dignidade por objetos sem valor, como era praticado pelos “selvagens”.

Fazendo uma leitura de si próprio, Bonifácio afirmava que

¹⁹¹ Apesar desse desprezo, de acordo com Tobias Monteiro, José Bonifácio aceitou o título do Conselho concedido por d. João VI. *História do Império: a elaboração da independência*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, vol.2, p. 718. Para Octávio Tarquínio de Sousa, “[Bonifácio] Não vivera em vão os dias da Revolução Francesa: descendente de velha família, desdenhava títulos, comendas, isenções, privilégios”, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 107.

¹⁹² Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal, julho de 1813, in Miriam Dolhnikoff (org.), *Projetos para o Brasil*, p. 171-172.

¹⁹³ Miriam Dolhnikoff (org.), *Projetos para o Brasil*, p. 195, sem data.

[...] nunca fui, nem serei realista puro, nem aristocrata puro, nem democrata, e por isso nunca quis, nem quero em tempo algum alistar-me debaixo de estandartes de papel dourado e lanjeoulas do despotismo real, nem debaixo das bandeiras esfarrapadas da suja e caótica democracia. Meu sistema político nunca foi, nem será este, mas serei o que quiserem, contanto que não seja o que eles são, ‘corcundas’ ou ‘descamisados’¹⁹⁴.

O Andrada também via os títulos como uma ameaça para a monarquia: “Que valem títulos, dignidades e honras dados sem justiça, e como paga servil da escravidão e dos vícios? Ninguém as quererá sem virem acompanhadas de dinheiro ou ofícios! E de onde sairão estes? E quando não os houver em que base se estribará a monarquia?”¹⁹⁵. Bonifácio criticava a nobreza, colocando os títulos como um perigo para a existência da monarquia, e criticando ainda os critérios utilizados na concessão de títulos, uma vez que eram concedidos “sem justiça”. Essa visão da nobilitação como uma ameaça para o regime era partilhada por Ledo, seu inimigo político, que também temia a sobrevivência de uma monarquia constitucional em face à existência de uma nobreza privilegiada.

Os critérios utilizados na concessão de títulos foram motivo de indignação por parte de Bonifácio, pois “Os que seguem a corte não têm esperança de independência, [ilegível no original] mas só de ridículos e fitas, que perdem valor, pela má escolha e distribuição”¹⁹⁶. Ademais, considerava que “Uma fita de comenda é pela maior parte de uma brilhante insígnia, de uma desprezível baiúca. Menos ridículos são os que se ensoberbecem só por falta de miolos”¹⁹⁷.

Ou, ainda, mais acidamente: “Querem fazer nobreza de corte, alterando a igualdade natural do país; e isto não por gradações insensíveis e harmônicas como na música, mas aos saltos e sacões; querem impossível, e abalam o Estado em seus fundamentos. Assim em vez de amor e amizade recíproca, princípios da sociabilidade, introduzem a vanglória, o egoísmo e a soberba”¹⁹⁸. Para Bonifácio, era inviável que uma monarquia se sustentasse com o apoio desse grupo de titulados, enobrecidos não pelos serviços prestados, mas por terem aceitado fielmente – como escravos – as vontades do monarca. Não é estranho, portanto, que considerasse que “Nunca as honras e os títulos

¹⁹⁴ “Sessão especial em 05 de abril de 1838, comemorativa do falecimento de José Bonifácio, o Patriarca”. Revista do IHGB, volume 173, 1938, p. 660-681. Trata-se de uma conferência ministrada por Barbosa de Lima Sobrinho. A citação está na página 672 da obra.

¹⁹⁵ Miriam Dolhnikoff, *Projetos para o Brasil*, p. 219, sem data.

¹⁹⁶ Miriam Dolhnikoff, *Projetos para o Brasil*, p. 225, sem data.

¹⁹⁷ Miriam Dolhnikoff, *Projetos para o Brasil*, p. 342, sem data.

¹⁹⁸ Miriam Dolhnikoff, *Projetos para o Brasil*, p. 256, sem data.

tiveram valia para o homem livre e virtuoso”¹⁹⁹; ou seja, para ele, ser “Fidalgo é ser útil e honrado”²⁰⁰.

O Andrada, portanto, enquanto foi ministro do imperador, defendeu uma monarquia com predomínio do Executivo, combateu a liberdade de imprensa, ao mesmo tempo em que se posicionou contrariamente à formação de uma nobreza privilegiada, mostrando-se um feroz crítico da nobreza pouco produtiva, dependente e nociva ao próprio Estado.

Apesar de repudiarem a nobreza, d. Pedro I tentou, por razões distintas e sem sucesso, nobilitar tanto Bonifácio como Ledo. Ao seu aliado e “poderoso ministro”, José Bonifácio, o imperador ofereceu duas distinções, o título nobiliárquico de marquês, o segundo hierarquicamente mais importante, cuja designação seria, de acordo com Octávio Tarquínio de Sousa, de marquês de Santos, a cidade natal do Andrada, e também a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, que lhe seria dada no dia da coroação do imperador, 01 de dezembro de 1822. Bonifácio, entretanto, recusou ambas as distinções²⁰¹.

De acordo com Raymundo Faoro, a justificativa para tal atitude do Andrada era a incompatibilidade de um título nobiliárquico com seu “racionalismo político”²⁰². Octávio Tarquínio de Sousa, um dos biógrafos de Bonifácio, por sua vez, afirma que

[...] no auge do poderio, dava prova da espécie de seu monarquismo com a repulsa decidida e peremptória a qualquer título nobiliárquico ou ordem honorífica. Não quis a grã-cruz da imperial ordem do Cruzeiro, criada no dia da coroação; recusou o título de marquês, a despeito da insistência do imperador. Dessa atitude só discrepou, aceitando a nomeação de mordomo-mor, honraria que na Corte portuguesa tocava sempre a figuras da maior categoria²⁰³.

Amigo pessoal de Bonifácio, Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond²⁰⁴ escreveu que d. Pedro I tentara recompensar o Andrada pelos serviços

¹⁹⁹ *A rebeldia do Patriarca (textos escolhidos de José Bonifácio)*. Santos: Prodesan, 1994, p. 93.

²⁰⁰ *A rebeldia do Patriarca*, p. 92.

²⁰¹ Sobre a não aceitação da Grã-Cruz do Cruzeiro, ver José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 258.

²⁰² Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 329.

²⁰³ Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 251.

²⁰⁴ Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794. Em 1810, recebeu o hábito de Cristo; em 1821, no Brasil, lutou pela independência e pelo reconhecimento de d. Pedro I; em 1823, apoiou o gabinete dos Andradas, tendo sido exilado com eles, na França, após a dissolução da constituinte; em 1829, retornou ao Brasil e trabalhou em missões diplomáticas. Com problemas de saúde, foi se tratar na França, falecendo em Paris em 15 de janeiro de 1865. Foi membro do conselho de Sua Majestade, comendador da ordem da Rosa, da ordem de Cristo, e da ordem da Toscana do Mérito; e grã-cruz da ordem de São Maurício e da Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa de Portugal. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), *Diccionario bibliographico brasileiro*, vol.1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, p. 265-266.

prestados, por ocasião da independência e por sua atuação no ministério, mas que não obtivera sucesso, uma vez que ele sempre se mostrou resistente, recusando tanto a Grã-Cruz do Cruzeiro, como o título de marquês, “quando esse título ainda se não achava enxovalhado”²⁰⁵.

Vasconcelos de Drummond, ao descrever o que se passara entre o Andrada e o imperador, demonstrava que Bonifácio desafiara o imperador ao recusar as honrarias que lhe foram ofertadas.

O Imperador decidio que José Bonifácio e Martim Francisco fossem contemplados com a Gran-Cruz [da Ordem do Cruzeiro]. Ambos elles resistirão e declararão decididamente que não aceitavão a mercê. O Imperador affligiu-se com a recusa. [...] [D. Pedro] Consultou a Antonio Telles da Silva, seu camarista, depois marquez de Resende, e este foi de parecer que S. M., depois de coroadado, tirasse a sua Gran-Cruz e a puzesse alli mesmo na igreja e por suas mãos em José Bonifácio, porque deste modo não poderia elle deixar de a acceitar. O Imperador achou excellente o parecer e decidio seguil-o, mas, receiando que o mesmo não parecesse a José Bonifácio, procurou sondal-o e, na véspera, á noute, communicou-lhe o seu projecto. José Bonifácio atinou logo que fôra Antonio Telles o conselheiro, e quasi fôra de si disse ao Imperador que não fizesse tal, porque se o fizesse, elle perturbaria o acto da coroação e declararia a S. M. fora de seu juizo: “É um paulista que lhe falla, faça agora o que quizer e verá o resultado”²⁰⁶.

Bonifácio, contudo, não fora o único de sua família a recusar um título nobiliárquico, o historiador Eul-Soo Pang menciona que, além de Bonifácio, sua filha Gabriela e seu irmão Martim Francisco também recusaram títulos, afirmando que:

José Bonifácio was offered a title of marques, which the patriarch of independence haughtily turned down; his daughter and his brother Martim Francisco were also offered titles by Pedro I and Pedro II repeatedly, but they too chose to honor the family tradition of refusing imperial titles. The Andradas would not be the last to reject such titles for political reasons²⁰⁷.

Pang demonstra, então, que a decisão de recusar títulos foi tomada por, pelo menos, três pessoas da família Andrada, além de indicar que a atitude dos Andradas não fora exclusiva deles, tendo sido seguida por outras figuras do Império. A recusa do Andrada tornou-se pública já no século XIX, uma vez que Joaquim Manoel de Macedo a menciona, na década de 1870, sem, contudo, esclarecer os detalhes que teriam norteado tal atitude: “Em 1822 e 1823 dominante no ministério, mentor às vezes até severo do principe regente depois Imperador do Brazil, recusou teimoso e vencedor na

²⁰⁵ *Anais da Biblioteca Nacional*, volume XIII, 1885-1886, “Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia”. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1890, p. 48.

²⁰⁶ “Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia”, p. 57. Esta cena também é descrita por José Honório Rodrigues, em seu livro, *A Assembléia Constituinte de 1823*, p. 258.

²⁰⁷ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 55-56.

recusa disputada as mais elevadas condecorações. Patriarcha da independência do Brazil nem foi senador do imperio”.²⁰⁸

Se Bonifácio, na condição de ministro, recusou o título de marquês que lhe fora oferecido, não deixou, porém, de referendar outros títulos concedidos pelo monarca. Mas não só, também sugeriu a d. Pedro que concedesse um título a seu inimigo, Gonçalves Ledo, alegando ser esta uma forma de recompensá-lo pelos serviços prestados para a independência e para a formação do Estado monárquico brasileiro.

Em 14 de outubro de 1822, d. Pedro ofereceu o título de marquês da Praia Grande a Ledo, mesmo sabendo de seu repúdio à nobreza, uma vez que seu manifesto havia sido publicado no mês anterior. Em carta de Ledo a Pedro de Araújo Lima, datada de 16 de outubro de 1822, ele descrevia o que se passara dois dias antes.

Fui ao Paço no dia 14 deste, chamado por um recado escrito do Imperador, que me ofereceu o título de Marquês da Praia Grande. O Conselheiro José Bonifácio, sabendo que ainda o ano passado era eu republicano, e que agora trabalho por uma monarquia constitucional, sem nobreza outra senão a dos sentimentos, certo teve parte neste convite que reputo ofensivo à minha dignidade.

Imediatamente agradei a S.M. a honra que dava, e pedi-lhe que me permitisse recusar o título nobiliárquico, dizendo-lhe que não o merecia, e o não desejava. Interveio o Conselheiro com estas palavras: ‘Ora, Sr. Lêdo, é um prêmio aos seus serviços no jornal e na Maçonaria, em favor da Independência’. Afirmei que não podia aceitar e que o melhor título para mim seria o de brasileiro patriota e homem de bem, contentando-me com a nobreza do coração. O Imperador entendeu que a minha recusa e minhas palavras eram afronta e despediu-me do Paço com palavras ásperas e gesto descortês, como é seu costume nos momentos de ira.

Eis, meu amigo, porque o Imperador, instigado pelo Conselheiro José Bonifácio, não quer que eu tome assento na Câmara. Mas serei deputado, quer queiram, quer não, porque é essa a vontade dos eleitores do Rio de Janeiro.

Esperando notícias sou sempre o mesmo amigo

Joaquim Gonçalves Ledo²⁰⁹

O título de marquês da Praia Grande foi recusado por Ledo, ao que parece, por dois motivos centrais. O primeiro era que Ledo se colocava como sendo conhecidamente de tendências republicanas, mesmo que, por ocasião da independência, tenha rapidamente se convertido em defensor da monarquia constitucional, mas mantendo-se contrário a qualquer tipo de distinção nobiliárquica. A segunda razão advinha justamente da origem da oferta, ou seja, do fato de a concessão do título de marquês da Praia Grande ter sido uma sugestão de Bonifácio, seu inimigo político.

A interferência de Bonifácio pode ser interpretada como uma provocação a Gonçalves Ledo. Primeiramente, há que se considerar que, caso Ledo aceitasse o título,

²⁰⁸ Joaquim Manoel de Macedo, *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, vol.1, p. 429-440. A citação está na página 439.

²⁰⁹ Carta de Joaquim Gonçalves Ledo a Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, datada de 16 de outubro de 1822. Nicola Aslan, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*, p. 274.

Bonifácio o difamaria publicamente na imprensa, utilizando, inclusive, os próprios argumentos de Ledo, já que ele se dizia não só contrário a títulos, como também simpatizante de tendências republicanas. Em segundo lugar, não se pode esquecer que a recusa do título levaria a uma indisposição entre ele e o imperador. Pela carta, percebe-se que houve, de fato, um confronto entre Ledo e o imperador por conta da recusa do título, indicando que o monarca cogitou em não lhe dar permissão para ocupar seu lugar como deputado na Assembléia.

A historiadora Isabel Lustosa estabelece um vínculo entre a maçonaria e o repúdio a títulos de nobreza, afirmando que

Era tão radical e conhecida a posição dos maçons com relação à distribuição de títulos de nobreza que José Bonifácio se utilizou dela para armar um artilheiro contra Gonçalves Ledo, a fim de perdê-lo junto ao imperador. Ledo [era] um dos mais que se debatiam contra o surgimento de uma aristocracia nas fraldas do novo regime [...] ²¹⁰.

Sérgio Buarque de Holanda afirma que a recusa de Ledo tomou grandes proporções, tornando-se provavelmente conhecida por outras pessoas dentro e fora da Corte, uma vez que, segundo o historiador, “no caso de Gonçalves Ledo, a repulsa chega a fazer ruído e escândalo” ²¹¹.

Ao oferecer o título de marquês da Praia Grande a um de seus maiores opositores, Bonifácio desejava indispor seus inimigos com o monarca, ao mesmo tempo em que buscava se fortalecer como ministro. Porém, não só Ledo não aceitou, como a oferta de um título também foi recusada, à época, por um de seus grandes aliados.

Neste último caso, tratava-se do título de barão da Cachoeira ofertado a Francisco Gomes Brandão ²¹², futuro Francisco Gê Acaiaba de Montezuma ²¹³. Ao

²¹⁰ Isabel Lustosa, *Insultos Impressos*, p. 299-300.

²¹¹ Sérgio Buarque de Holanda, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 29.

²¹² Francisco Gomes Brandão nasceu em Salvador em 23 de março de 1794, participou da Assembléia de 1823, foi exilado após a dissolução dessa Assembléia, retornou ao Brasil no fim do Primeiro Reinado, foi deputado, senador, ministro e conselheiro de Estado, teve forte atuação no debate abolicionista dentro do Conselho de Estado na década de 1860 e também no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, sendo, inclusive, um de seus fundadores. Faleceu em 15 de fevereiro de 1870, no Rio de Janeiro. Sobre a atuação de Montezuma no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e no movimento abolicionista, ver Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

²¹³ Francisco Gomes Brandão participou das lutas pela independência da Bahia em 1822 e como forma de mostrar seu ressentimento para com os portugueses, em 01 de março de 1823, alterou seu nome para Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, evidenciando seu sentimento nativista, uma vez que Gê era um tronco indígena, *Acaiaba* era árvore típica do Brasil e *Montezuma* um nome asteca. Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial*, p. 68-69. Seguindo essa mesma análise, Kátia Mattoso afirma que Gê era um vocábulo tapuia, *Acaiaba* era tupi e *Montezuma* era um príncipe asteca. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 273-274. A recusa de Montezuma é mencionada por Pang, que afirma que “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, of Bahia, was an

contrário dos títulos de Bonifácio e Ledo, o de Gomes Brandão era o mais baixo da hierarquia nobiliárquica. A despeito de recusar o título, ele aceitou a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro, que foi concedida em 01 de dezembro de 1822, apenas três dias depois de ter recusado o baronato²¹⁴.

Conforme carta escrita, anos depois, em 03 de outubro de 1854, endereçada ao marquês de Resende (Antônio Teles da Silva), Montezuma descreveu os episódios de 1822, inclusive a oferta do título de barão da Cachoeira, bem como os seus argumentos para a não aceitação do título:

Chegando ao Rio de Janeiro em 14 de novembro, achei já proclamado Imperador o Senhor D. Pedro 1º, de gloriosa e saudosíssima memória. Três dias antes da coroação de S. M. I, no dia 1º de dezembro do mesmo anno, fez-me V. E. a honra de ir em pessoa dar-me os parabéns do título de barão da Cachoeira, com que S. M. I. me havia agraciado, e cujo despacho seria publicado no dia da coroação. Morava eu na rua d'Ajuda, quase defronte do nosso amigo commum o advogado José Joaquim da Rocha. E recorde-me que V. E. me dissera que os parabéns, que me dava, eram da parte de S. M. I.. Logo que V. E. saiu, dirigi-me ao Sr. José Bonifacio de Andrada, então ministro do Imperio, e expuz-lhe que um tal despacho me poria em difficuldades na provincia da Bahia, fazendo-me perder as affeições do partido liberal exaltado; ao mesmo tempo que criaria ciume na classe rica e poderosa da provincia, ciume que poderia entorpecer o entusiasmo patriótico tão necessário na crise em que estávamos. O ministro, não aceitando estas razões, prometeu-me falar ao Imperador. Voltando eu no dia seguinte, disse-me que S. M. I. aceitou graciosamente as razões que expuz, louvando muito o meu patriótico desinteresse, e que em consideração desse interesse que eu tomava pela causa publica, tendo tenção de me nomear barão, como fica dito e official do Cruzeiro, não podia deixar de me nomear dignitário, visto que me não nomeava barão. Ainda me oppuz a esta graça, expondo que qualquer remuneração publica só devêra ter logar depois de finda a lucta gloriosa em que estávamos. S. E. porém, disse-me que nada mais oppuzesse porque daria logar a crer-se-me republicano. Todas estas circumstancias não foram presenciadas por V. E.²¹⁵.

Montezuma recusou o título de barão – atitude aceita pelo imperador, ao contrário da reação do monarca em relação à recusa de Ledo –, justificando temer perder o apoio dos liberais exaltados, não desejar provocar ciúmes na elite baiana e, finalmente, prejudicar o “entusiasmo patriótico” que assolava então a Bahia, sua província de origem. Quanto à Ordem do Cruzeiro, também teria tentado recusá-la, sendo, contudo, impedido ante a ameaça de ser acusado de “republicano”, ou seja, de ser contrário à monarquia brasileira.

Joaquim Manoel de Macedo, ao escrever sobre Montezuma, mencionou que ele

accomplished parliamentarian in the First Reign. He refused the title of Barão de Cachoeira in 1822; later, he was persuaded to accept the higher title of Visconde de Jequitinhonha”, *In pursuit of honor and power*, p. 60.

²¹⁴ Segundo Kátia Mattoso, Montezuma era um “adepto incondicional da Independência, em 1822, Francisco Gomes Brandão foi emissário do governo provisório baiano junto a dom Pedro I, que o acolheu calorosamente e o condecorou com a Ordem do Cruzeiro, que acabara de fundar”, *Bahia. Uma província no século XIX*, p. 273-274.

²¹⁵ *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 495-496.

mereceu grandes distinções da parte do imperador e teria tido a graça do título de barão da Cachoeira no dia da coroação de D. Pedro I, á 1 de Dezembro, se não houvesse demonstrado a inconveniência política de tão elevada graça capaz de excitar desgostos na Bahia ainda em guerra com as tropas luzitanas, não sendo elle de família rica, bem prestigiosa da provincia.
Não aceitando o baronato, recebeu a dignitária da Ordem do Cruzeiro então creada²¹⁶.

Tobias Monteiro, já no século XX, mencionou a existência de outra carta de Montezuma, escrita dessa vez ao segundo imperador, d. Pedro II, em que ele comentava os acontecimentos de 1822, afirmando que soubera de sua elevação a barão de Cachoeira pelo camarista de d. Pedro I, Antonio Teles. Tão logo recebeu a notícia, teria procurado o ministro do Império – José Bonifácio – e dito a ele que tal concessão era imprópria, porque provocaria ciúmes nas tradicionais famílias baianas, prejudicando, assim, a causa nacional. Com esse argumento, Montezuma teria conseguido então a revogação do ato de concessão do título nobiliárquico²¹⁷. Entretanto, poucos dias depois, como mencionado, veio a aceitar a Ordem do Cruzeiro²¹⁸.

Possivelmente, ao fazer da causa nacional justificativa para seus atos, Montezuma colocava, acima de sua posição pessoal, a independência do Brasil e a pacificação da Bahia, evitando, dessa forma, se indispor com o imperador. Contudo, diante da ameaça de ser considerado um republicano – modo como eram chamados seus opositores, Ledo e Clemente Pereira – se viu forçado a aceitar a Ordem do Cruzeiro, afirmando sua adesão à causa nacional e à monarquia brasileira.

Ao contrário de Bonifácio, que recusara as duas distinções ofertadas, o título de marquês de Santos e a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, Gomes Brandão aceitou a concessão de dignitário da Ordem do Cruzeiro. Dessa forma, enquanto Bonifácio, em 1822, tivera um posicionamento uniforme acerca de honras e distinções, Gomes Brandão foi ambíguo, recusando um título, mas aceitando outra distinção, justamente por temer ser chamado de “republicano”, ameaça que, ao que parece, não fora feita ao Andrada.

Tempos depois de se envolver na oferta do título de marquês da Praia Grande a Gonçalves Ledo, Bonifácio intensificaria a perseguição de seus inimigos políticos, movimento que ficou conhecido como “Bonifácia”. Dentre os perseguidos, estavam

²¹⁶ Joaquim Manoel de Macedo, *Anno Biographico Brasileiro, op.cit.*, vol.3, p. 163-169. A citação está na página 165.

²¹⁷ Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, vol.2, p. 549. Porém, Tobias Monteiro não cita a carta, apenas a menciona.

²¹⁸ Hélio Vianna, “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.244, jul./set. 1959.

Gonçalves Ledo, que conseguiu fugir para Buenos Aires, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira que foram presos e exilados na França²¹⁹. Para Roderick Barman, o fim dessa perseguição representou o triunfo de José Bonifácio e a vitória do grupo luso-brasileiro²²⁰. Importante ressaltar que Ledo só retornaria ao Brasil em novembro de 1823, após a dissolução da Constituinte e o conseqüente exílio do grupo de Bonifácio²²¹.

Foi durante a devassa aberta por Bonifácio, contra Ledo, Januário e Clemente Pereira, que o grupo de pessoas próximas ao imperador, incluindo Manuel Jacinto Nogueira da Gama e o próprio Bonifácio, acusou “Ledo e seus companheiros de serem ‘republicanos’ e ‘anarquistas’ e de tramarem uma ‘conspiração’ destinada a ‘esfacelar’ o Império e a destruir a autoridade legítima de D. Pedro, escolhido pelo ‘povo’ para governar”²²².

Entretanto, o período de Bonifácio como o poderoso ministro do imperador teria curta duração, sendo afastado do Poder Executivo em 16 de julho de 1823 ao ser demitido do ministério, assumindo então seu lugar como deputado na Assembléia Constituinte. Uma vez na oposição, os irmãos Andradas, Antonio Carlos, José Bonifácio e Martim Francisco, juntamente com Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, em 12 de agosto de 1823, iniciaram a publicação de *O Tamoyo*, criticando as atitudes do governo. O periódico teve apenas 35 números, encerrando suas atividades no dia 11 de novembro de 1823, como consequência do fechamento da Assembléia Constituinte, via decreto de 12 de novembro, e do exílio dos Andradas. *O Tamoyo*

²¹⁹ Sobre a prisão e o exílio de Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa, ver Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 242.

²²⁰ Roderick Barman distingue dois grupos antagônicos em disputa, o grupo “luso-brasileiro”, formado por Bonifácio e seus aliados, e o grupo dos “radicais”, composto por Ledo e seus aliados. O primeiro grupo era formado pelos homens educados em Coimbra, que defendiam fidelidade ao monarca e ao império, defendiam um Reino Unido entre Brasil e Portugal e abominavam um governo com soberania popular. Já o grupo dos “radicais” era o oposto, defendendo a separação do Brasil. Em linhas gerais, é possível perceber uma semelhança entre o grupo nomeado por Barman como “luso-brasileiro” e o grupo de “elite coimbrã”, ao mesmo tempo em que o grupo dos “radicais” seja semelhante ao da “elite brasiliense”, como nomeado por Lúcia Neves. *Brazil: The Forging of a Nation*, p. 76-83, e p. 101.

²²¹ De acordo com Miriam Dolnikoff, após a independência, “(...) Bonifácio permaneceu como o mais poderoso ministro de d. Pedro, com uma inacreditável capacidade de colecionar inimigos”. *Projetos para o Brasil*, p. 17. Apesar dessa consideração acerca de Bonifácio, em geral, seus biógrafos são muito imparciais, ignorando seus defeitos, como se vê em Joaquim Norberto de Souza Silva, “Enfim [Bonifácio] teve defeitos, porque era homem, porém os seus defeitos eram pontos mui imperceptíveis no mar de suas boas qualidades”, e “Tal foi José Bonifácio, viveu e morreu pobre; não recebeu de sua nação distinção alguma. No senado que a lei creara para o merito e a virtude, não houve nunca um lugar para o credor do imperio!!!...Talvez por isso mais sobressaiahrá seu nome, como os de Bruto e Cássio mais lembrados erão por não aparecerem as suas estatuas nas pompas fúnebres das familias, a que pertenciam”, “Esboço biográfico de José Bonifácio”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo LIV, parte I, 1891, p. 303-312. As citações estão nas páginas 311 e 312.

²²² Cecília Helena Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal*, p. 283.

expressava um forte sentimento antilusitano, utilizando como título o nome de uma tribo indígena feroz no combate aos portugueses; não bastasse isso, foi por meio desse periódico que os Andradas defenderam a liberdade de imprensa, tão combatida por eles quando estavam no poder²²³.

Com a dissolução da Constituinte²²⁴, Bonifácio e Montezuma se exilaram e se afastaram da cena política, mas, nem por isso, deixaram de se posicionar sobre os acontecimentos na política imperial. Bonifácio, na Europa desde novembro de 1823, continuou a comentar os acontecimentos políticos do Brasil, como se vê nesta carta escrita para Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, datada de janeiro de 1826.

Quem creia possível que, nas atuais circunstâncias do Brasil, havia a grã Pata pôr tantos ovos de uma vez, como 19 Viscondes e 22 Barões? Nunca o João pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder *autocrático*. – Quem sonharia que a mixela Domitilla seria Viscondessa da Pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado! Quando esperaria o Futriqueiro Carneiro ser Barão, e os demais da mesma ralé? O’ meu bom Deus, porque me conservas a vida para ver meu país enxovalhado a tal ponto! E esses bandalhos do Governo não vêm a impolítica de tal procedimento, que fará pulular novos inimigos à Imperial *criança*!²²⁵.

Bonifácio criticava a quantidade de títulos concedidos em uma única ocasião, 12 de outubro de 1825, – 19 viscondados e 22 baronatos²²⁶ –, comparando d. Pedro I com seu pai, d. João VI, que, segundo o Andrada, não havia concedido tantos títulos de uma só vez nem mesmo no auge do seu poder. Para Bonifácio, a quantidade de títulos confirmava os poucos critérios utilizados pelo imperador, tanto assim que se referia a Fernando Carneiro Leão²²⁷, agraciado com o título de barão de Vila Nova de São José, como “Futriqueiro”, um dos senhores nobilitados junto com outros da “mesma ralé”.

²²³ Sobre o periódico dos Andradas, ver Gladys Sabina Ribeiro, “Nação e cidadania no jornal *O Tamoyo*. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823”, in *idem* (org.), *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 37-63; Caio Prado Júnior, “O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil” e Isabel Lustosa, *Insultos Impressos*, p. 355. Sobre os Andradas na oposição, ver Roderick Barman, *Brazil: the forging of a nation*, p. 115-116.

²²⁴ Apesar de defender um Executivo forte, Bonifácio era contrário à dissolução da Constituinte, peça fundamental para o funcionamento da monarquia constitucional. Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 248.

²²⁵ Carta de José Bonifácio a Menezes Vasconcelos de Drummond, datada de janeiro de 1826. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XIV, 1886-1887, *op.cit.*, p. 14-15, destaque no original.

²²⁶ Tais títulos nobiliárquicos foram concedidos em 12 de outubro de 1825, desses 22 baronatos, oito eram com honras de grandeza, e 14 sem honras de grandeza; já dos 19 viscondados, 18 eram com honras de grandeza e apenas um era sem honras de grandeza. Vale destacar que esses não foram os únicos títulos concedidos nessa ocasião, uma vez que d. Pedro I concedeu um título de marquês e uma vida ao barão de Bagé (Paulo José da Silva Gama), além disso, em abril de 1825, d. Pedro já havia concedido outros dois títulos, um de barão sem grandeza e um de visconde com grandeza, totalizando, portanto, 45 distinções.

²²⁷ Fernando Carneiro Leão era “um dos maiores negociantes do Rio de Janeiro”, além de ser o “amante favorito” de Carlota Joaquina, mãe de d. Pedro I. Sobre isso, ver, respectivamente, Alexandre Mansur

Além disso, essa carta revelava outro problema de Bonifácio: sua intensa rivalidade com Domitila de Castro, graças à forte influência que ela passara a exercer sobre o imperador desde seu estabelecimento na Corte em 1823²²⁸. Dois anos depois, em 1825, Domitila foi agraciada com o título de viscondessa de Santos com honras de grandeza, sendo elevada, um ano depois, em 1826, à marquesa; mas, não bastasse isso, além da elevação, foi agraciada também com o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Para Bonifácio, o título concedido à Domitila possuía dois problemas centrais. Primeiramente, colocava-se a questão dos critérios utilizados por d. Pedro I – ela não havia prestado serviços ao Estado e sim ao coração do imperador²²⁹, justificativa dada por d. Pedro I para a concessão do título de marquesa –, sendo que, paralelamente, havia também a questão da designação de seu título ser uma clara referência à cidade natal dos Andradas – Santos.

Octávio Tarquínio de Sousa relembra que o título de marquesa de Santos possuía o mesmo grau e designação do título recusado anos antes por Bonifácio²³⁰; ou seja, em 1822, d. Pedro I havia oferecido o título de marquês de Santos para seu ministro e aliado, Bonifácio, que o recusara. Passados quatro anos, contudo, o imperador voltou a oferecer o mesmo título à sua amante, agraciando-lhe com uma mercê em tudo idêntica àquela que havia sido oferecida ao “Patriarca da Independência”.

Bonifácio teria, então, se sentido duplamente ofendido. Antes da chegada de Domitila no Rio de Janeiro, o Andrada exercia uma forte influência sobre d. Pedro I,

Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 110; e José Vilhena de Carvalho, *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra*. Rio de Janeiro: J. V. Carvalho, 2002, p. 21.

²²⁸ D. Pedro I e Domitila de Castro Canto e Melo se encontraram em agosto de 1822 durante uma visita do príncipe regente a São Paulo. Apesar de ser casada, Domitila se separou do marido e se estabeleceu na Corte. Em 1825, foi agraciada com o título de viscondessa de Santos com honras de grandeza e nomeada primeira dama da imperatriz Leopoldina. Em maio de 1826, d. Pedro I reconheceu publicamente a sua filha com Domitila, agraciando a criança com o título de duquesa de Goiás, e em outubro desse ano, o imperador recompensaria a amante com o título de marquesa de Santos. Diante de tanta humilhação e freqüentemente preterida por d. Pedro I, a imperatriz Leopoldina faleceu em dezembro de 1826, deixando espaço para rumores na corte de que o imperador se casaria com Domitila, o que não se concretizou. Ver Roderick Barman, *Brazil: The Forging of a Nation*, p. 136 e p. 146-147; Isabel Lustosa, *D. Pedro I*; e Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*., vol.2, p. 675.

²²⁹ “D. Pedro por Graça de Deos e Unânime Acclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil Faço saber aos que esta minha Carta virem Que Querendo Dar hum publico testemunho do alto apreço em que Tenho os serviços prestados pela Viscondessa de Santos, Dona Demetília de Castro Canto e Mello, Primeira Dama da Imperatriz Minha Muito Amada e Presada Mulher, tratando da Minha Muito Amada e Querida Filha a Duquesa de Goiaz desde que Me Dignei entregar-lhe e Querendo Fazer-lhe Honra e Mercê em attenção a tão distinctos serviços que sobremaneira tem penhorado Meu Coração. Hei por bem [agracia-la] [...] com o Titulo de Marqueza de Santos [...] Dada no Palacio do Rio de Janeiro em desesete de Outubro Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo mil oito centos e vinte seis.” Consultar Arquivo Nacional, fundo 53, códice 528, volume 4, p. 136v e 137.

²³⁰ Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio*, p. 258.

tendo interferido em diversos aspectos nos rumos que o Estado imperial pós-independência viria a tomar, porém, com a chegada de Domitila, ela passou a ocupar este espaço na política, interferindo nas decisões e influenciando diretamente as decisões de Pedro I.

Não se sabe com certeza quanto poder de fato ela detinha, mas é certo que se imiscuiu na política²³¹, tanto assim que chegou a elaborar uma lista de possíveis agraciados em 1825²³² e tentou afastar d. Pedro I de Bonifácio. Parte da historiografia considera que a demissão do Andrada do ministério e seu exílio após a dissolução da Constituinte deviam-se às artimanhas da amante do monarca²³³. Eul-Soo Pang afirma que a escolha da designação “Santos” para o título de Domitila de Castro estava carregado de implicações políticas, justamente por ser uma nítida alusão à cidade natal do Andrada, inimigo da amante do imperador²³⁴.

²³¹ Joaquim Manoel de Macedo, ao biografar a marquesa de Santos, revela a grande influência exercida por ela sobre d. Pedro I, mas nega o seu envolvimento em assuntos do governo imperial: “Mas a verdade é esta: a dominadora do animo e do coração de D. Pedro I adiantou no exercito e em empregos publicos parentes seus, a outros fez que recebessem graças e favores, foi protectora muito feliz dos seus amigos, patrona afortunada de muitos pobres paes de familia, que lhe devêrão o pão em empregos que obtivêrão a seu empenho; nunca porém se envolveu em questões do Estado, ou na politica do Governo”. Joaquim Manoel de Macedo, *Supplemento do Anno Biographico*, vol.1. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1880, p. 215-221. A citação está na página 218.

²³² De acordo com José Honório Rodrigues, “Francisco Gomes da Silva, o Chalaça sabia louvar o servilismo e a subserviência a D. Pedro I. Ele foi agraciado em 1825 com o título de Visconde Queluz, na lista de titulares elaborada pela Marquesa de Santos, conforme depoimento de Vasconcelos Drummond, e em 1826 era elevado a Marquês”. Contudo, ainda que, possivelmente, Domitila de Castro tenha se envolvido na lista de titulados de 1825, o exemplo fornecido por José Honório Rodrigues é equivocado, porque João Severiano Maciel da Costa foi agraciado com o título de visconde de Queluz com grandeza, e Francisco Gomes da Silva, apesar de sua proximidade com o imperador, não foi agraciado com nenhum título nobiliárquico. José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*, p. 275. Sobre Francisco Gomes da Silva, ele nasceu em Lisboa em 22 de setembro de 1791 e mudou-se para o Brasil com a comitiva real em 1807; foi admitido no paço como reposteiro de número em 1810; em 1816, foi nomeado juiz da balança da casa da moeda; secretário do gabinete imperial em 1824, dentre outras nomeações. Foi membro do conselho de d. Pedro I, dignitário da Ordem da Rosa e da Ordem do Cruzeiro, comendador da Ordem de Cristo, da Ordem da Torre e Espada de Portugal, além da ordem austríaca de São Leopoldo. Faleceu em Lisboa em 30 de setembro de 1852. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), *Diccionario bibliographico brasileiro*, vol.1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, vol.2, p. 457-458.

²³³ Roderick Barman afirma que “She [Domitila] acted as the ideal conduit for everyone who wished to obtain from the imperial government favors which could not be achieved by regular, legitimate means. Her influence on D. Pedro I as emperor was uniformly harmful, inflating his self-esteem, increasing his lack of balance, and warping his political judgement”, *Brazil: The Forging of a Nation*, p. 136; Isabel Lustosa, *D. Pedro I*; e Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, vol.2.

²³⁴ Sobre a escolha da designação Santos para o título de Domitila de Castro, o historiador Eul-Soo Pang afirma que “That honor was followed by a title of nobility, the Viscondessa de Santos, in October 1825. The choice of the ‘Santos’ nomenclature carried a significant political implication, intended to annoy and even embarrass the Andradas of the city of Santos, who were persistent critics of Domitila. José Bonifacio, by then ousted from power, reportedly said, ‘Who dreamed Domitila the little ant-eater would be viscondessa of the home of the Andradas? What a hare-brained insult!’ [...] A year after Domitila bore Pedro a son in December 1825, the grateful emperor elevated her to the rank of marquesa, the second highest title in the hierarchy of the Brazilian nobility”, *In pursuit of honor and power*, p. 34.

A temática da concessão de títulos esteve presente em outra carta, datada de 26 de dezembro de 1826, redigida no exílio por Bonifácio e remetida para Vasconcelos de Drummond. Nesta missiva, ele criticava abertamente a quantidade de títulos recentemente concedidos, além de expor sua opinião sobre os critérios utilizados na nobilitação e sobre os nobilitados, todas pessoas sem mérito:

Para o ano estarão guardados os títulos de *Duques e Príncipes do Império*, que eu aconselharia que não se dessem sem concurso, para que os patifes pudessem mostrar autêntica e legalmente que os merecem, por serem os mais alcoviteiros, ladrões e bandalhos, não só do *Grande Império dos Trópicos*, mas do Universo inteiro, ao mesmo tempo, porém, conheço que seriam tantos os concorrentes e as provas tão volumosas que para se dar sentença seria preciso um século²³⁵.

Se, na carta de janeiro de 1826, Bonifácio se indignava com a concessão do título de viscondessa de Santos a Domitila de Castro, em dezembro do mesmo ano, ele se queixou da elevação de Domitila a marquesa, enquadrando-a, muito provavelmente, na categoria de “alcoviteiros”. Ao mencionar que os titulados por d. Pedro I eram “ladrões e bandalhos”, Bonifácio retomava suas críticas em relação aos critérios para a concessão de títulos hierarquicamente elevados, uma vez que apenas os nobilitados com os títulos de conde, marquês e duque eram considerados grandes do império, sendo que barões e viscondes necessitavam de honras de grandeza em seus títulos para ocuparem esse mesmo patamar²³⁶.

Mesmo com esse olhar de reprovação à administração de d. Pedro I, Bonifácio retornou do exílio em 1829, atuando como deputado suplente na legislatura de 1830 a 1833, substituindo, então, em algumas sessões de 1831 e 1832 o deputado Honorato José de Barros Paim, magistrado, eleito pela Bahia²³⁷. Após a abdicação do monarca, em 07 de abril de 1831, foi nomeado tutor do futuro imperador d. Pedro II e de suas irmãs, exercendo tal função entre abril de 1831 e 14 de dezembro de 1833²³⁸.

Deve-se ressaltar que, a exemplo do que ocorreu com Bonifácio, a recusa de um título nobiliárquico não significou, para José Bonifácio, Montezuma e Gonçalves Ledo, um ponto de inflexão em suas trajetórias políticas, sendo que os três exerceram, nos

²³⁵ Carta de José Bonifácio a Vasconcelos Drummond de Menezes, datada de 26 de dezembro de 1826. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XIV, 1886-1887, p. 31-32, destaque no original.

²³⁶ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 48.

²³⁷ Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 286.

²³⁸ Sobre a biografia de Bonifácio após seu retorno do exílio, seu envolvimento na política, sua nomeação como tutor, sua destituição do cargo e sua morte, consultar Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 273 - 312.

anos subseqüentes, cargos políticos, e, a apenas um deles, foi ofertado (e aceito) um novo título nobiliárquico.

Assim, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma ocupou diversos cargos ao longo de sua vida, tais como deputado, senador, ministro e conselheiro de Estado, sendo finalmente nobilitado por d. Pedro II, com o título de visconde de Jequitinhonha com honras de grandeza²³⁹, em 02 de dezembro de 1854, data em que o imperador nobilitou seus conselheiros de Estado²⁴⁰.

Já Joaquim Gonçalves Ledo foi eleito deputado para as legislaturas de 1826 e 1830, e em 1835 assumiu uma cadeira de deputado provincial pelo Rio de Janeiro. Dessa forma, tal como demonstrado, as três negativas estavam relacionadas ao contexto em que ocorreram, não interferindo nas trajetórias biográficas posteriores, tampouco na política de concessão de títulos de nobreza por d. Pedro I.

Apesar dessas recusas em 1822, no começo do ano seguinte, em janeiro de 1823, d. Pedro I concedeu cinco honras de grandeza para barões, todos nobilitados por seu pai, e dez meses depois, em outubro, concedeu o título de marquês do Maranhão com assentamento pago pelo Conselho de Fazenda para Lord Cochrane, além de isentá-lo do pagamento pelos novos e velhos direitos referentes à mercê recebida em recompensa por sua atuação na guerra da independência no Maranhão. Deve-se ressaltar que, das seis concessões de 1823, apenas a do marquês do Maranhão foi concretizada após a instauração da Assembléia Legislativa e Constituinte, ocorrida em 03 de maio de 1823, além de ter sido o primeiro título de marquês concedido por d. Pedro I e aceito pelo agraciado²⁴¹.

²³⁹ A escolha da designação *Jequitinhonha* para o título de Montezuma provocou alguma repercussão entre seus contemporâneos, uma vez que, de acordo com Hélio Vianna, “não faltou quem decerto malevolamente visse malícia na escolha do nome do rio mineiro-baiano, alegando significar Jequitinhonha, embora não na opinião de nossas conhecedoras de línguas indígenas – folhas fedorentas, e ser notoriamente mulato o novo fidalgo”. Hélio Vianna, “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op.cit., p. 122. De acordo com Kátia Mattoso, Montezuma era um “mulato baiano, de origem modesta, mas ambicioso, combativo e versátil”. Kátia Mattoso, *Bahia. Uma província no século XIX*, p. 273-274.

²⁴⁰ Hélio Vianna, “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op.cit.

²⁴¹ Thomas Alexander Cochrane nasceu em 1775, era descendente de família nobre escocesa, sendo o décimo conde de Dundonald. Foi almirante inglês, tendo se notabilizado na marinha inglesa durante as guerras napoleônicas, além de ter participado da independência do Brasil, do Chile e do Peru. Foi comandante de uma base na América do Norte (1848-1851) e faleceu em 1860. Lúcia Neves, “Lord Cochrane”, in Ronaldo Vainfas (org), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 488-489. Sobre a nobilitação de Cochrane, ver Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, vol.2, p. 612. É interessante considerar que a rivalidade entre Montezuma e Cochrane era anterior à concessão do título de marquês do Maranhão, uma vez que no dia 02 de outubro de 1823, o deputado baiano recusou-se a dar “Vivas” para a pacificação do Maranhão, pois, segundo ele, quando propusera que se desse “Vivas” à pacificação da Bahia, sua sugestão não fora aceita, e para Montezuma, a

Contudo, ao nobilitar Cochrane, o primeiro imperador concedia a um estrangeiro, além do segundo título hierarquicamente mais elevado, um rendimento financeiro representado pelo assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, antes mesmo que a futura constituição para o Império do Brasil fosse sequer aprovada pela Assembléia que começara a funcionar em maio de 1823. E foi justamente por não ter esperado a promulgação da constituição para nobilitar Cochrane, que a atitude do imperador foi questionada na Assembléia Constituinte e Legislativa por Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, o mesmo que havia recusado o título de barão de Cachoeira no ano anterior.

Na sessão de 18 de outubro de 1823, o deputado baiano colocou em questão a concessão do título de marquês do Maranhão, praticada, dias antes, em 12 de outubro,

Eu estou persuadido, segundo os meos principios, que houve positiva ingerencia do Poder Executivo na creação do Titulo de Marquez do Maranhão para Lord *Cochrane*. Só ao Poder Legislativo pertence marcar as ordens de Nobresa para o Imperio; feito isto, dará então os Titulos o Poder Executivo; mas antes, quando ainda se não sabe a fórma que a isto dará o Poder Legislativo, não [ilegível] o Executivo dar este Titulo sem positiva ingerencia. Eu respeito muito a sabedoria e talentos de Lord *Cochrane*, e reconheço os bons serviços por elle feitos á Nação Brasileira, e como Representante della me lisongeo de lhe dar publicos agradecimentos; mas nem por isso devo calar-me, suffocando dentro em mim o que sinto sobre a indicada ingerencia. O mesmo Lord *Cochrane* que foi embalado no berço da liberdade, e nutrido permitta-se-me a expressão, com leite constitucional, não poderá increpar-me de falta de respeito ao muito que elle merece, por me declarar contra uma ingerencia do Poder Executivo; pelo contrario me fará justiça, e dirá que eu não fiz mais do que satisfazer aos deveres sagrados de Representante da Nação. Temerei eu desagradar aos que fiserão a nomeação? Certamente não; porque cada um trabalha na seara que lhe encarregou a Nação. Incorrerei por isto no odio desta Assembléa? Também he impossivel; porque cada Deputado deve dizer o que lhe dicta a sua consciencia. Logo nenhuma duvida posso ter em propor a minha Indicação sobre este Titulo de que tenho fallado, e cuja creação não posso approvar pelas razões expendidas! Eu não quero dizer com isto que se lhe não verifique para o futuro; ao contrario, estando marcadas as ordens dos Titulares, se o Poder Executivo entender que elle merece este Titulo deve conferir lh'o. Talvez se diga que já depois da Independencia se fiserão Titulares, e que do mesmo modo se podia praticar com este; respondo a isto que nesse tempo estavam reunidos o Poder Legislativo e Executivo, mas que as circunstancias actuaes são mui differentes; está installada a Assembléa, e occupada nos seos trabalhos soberanos; e por tanto exerça cada um dos Poderes o que he de sua exclusiva competencia. O que proponho he concebido nestes termos.

Indicação: Proponho que se declare ao Governo que se não verifique o Titulo de Marquez do Maranhão na pessoa de Lord *Cochrane*, sem que por Lei se estabeleça a ordem e

Bahia era tão importante quanto o Maranhão. A fala de Montezuma foi a seguinte: “Eu propuz quando chegou a noticia verdadeira da liberdade da Bahia que se dessem Vivas, e foi regeitada a minha proposta; e por tanto não votarei agora por demonstrações de alegria, porque não vejo que esta noticia seja de maior interesse do que a da restauração da Bahia; não obremos sem reflexão; he preciso ter uma conducta sempre regular e igual nos casos semelhantes, para não merecermos censura”. O deputado Andrada Machado, por sua vez, falou o seguinte: “[...] Na evacuação da Bahia misturavão-se os vivas com as lagrimas, e agora he pura a nossa satisfação. Demais, Sr. Presidente, não se trata de dar vivas; o que se propoem he dar agradecimentos a Lord *Cochrane*, ao nosso valeroso Almirante, e certificar-lhe que nunca nos esqueceremos de seos serviços”. Após debate, fora sugerido notificar o almirante do reconhecimento pelos serviços prestados. *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, sessão de 02 de outubro de 1823. Brasília: Senado Federal, 2003, tomo III, p. 150-151.

gradação dos Títulos, que devem fazer a Grandesa e Fidalguia da Nação Brasileira – O Deputado *Montezuma*. Foi requerida a urgência, e apoiada²⁴².

Montezuma, portanto, parecia não colocar em discussão o valor dos serviços prestados por Cochrane, tampouco o mérito do militar para ser agraciado, mas colocava em debate a validade do poder do imperador de conceder títulos nobiliárquicos com a Assembléia em funcionamento, discutindo justamente a constituição para o novo império. Como forma de sustentar sua argumentação, o deputado afirmava que os títulos concedidos em 1822 eram legítimos²⁴³, pois, naquela ocasião, o Legislativo e o Executivo estavam reunidos nas mãos do imperador, circunstância radicalmente diversa da vivida em outubro de 1823, quando já havia uma assembléia reunida, que, além de elaborar uma constituição para o Império do Brasil, também respondia pela propositura e aprovação de leis ordinárias para o país.

Retomando o debate sobre a nobilitação de Cochrane, nos dias 29 e 31 de outubro de 1823, a questão levantada por Montezuma voltou à tona, provocando uma polarização do debate. Os deputados Venâncio Henriques de Resende e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, eleitos por Pernambuco e São Paulo, respectivamente, defendiam a posição de seu colega de plenário, ponderando que, uma vez que eram inquestionáveis os feitos de Cochrane, o título deveria ser concedido tão logo a Assembléia regulamentasse as leis sobre a nobreza, mas não antes disso.

Luís José de Carvalho e Melo e José da Silva Lisboa, eleitos pela Bahia, por outro lado, criticavam Montezuma e alegavam que d. Pedro I tinha autonomia para conceder títulos nobiliárquicos, já que tal tipo de concessão não deveria passar pelo Legislativo, apenas pelo Executivo²⁴⁴.

A despeito dos protestos de Montezuma, secundados por outros deputados, o imperador manteve as suas concessões a Lord Cochrane, sendo estas o título de marquês do Maranhão e a Grã-Cruz do Cruzeiro. Vale ressaltar que, em momento algum, em suas falas no plenário, Montezuma mencionou que havia recusado, um ano antes, o título de barão da Cachoeira.

Cochrane, apesar de ter aceitado as distinções, não se deu por satisfeito. De acordo com Tobias Monteiro, Cochrane preferia receber terras e recompensas

²⁴² *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, sessão de 18 de outubro de 1823, p. 263-264.

²⁴³ Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, vol. 2, p. 727; e Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 54.

²⁴⁴ *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, sessões de 29 de outubro de 1823 e 31 de outubro de 1823, p. 329-339, p. 344-349.

monetárias, afirmando em carta ao imperador “Nem é preciso que faça lembrar a V.M.I. que o título de marquez do Maranhão, que V. M benignamente se dignou de dar-me junto com a Grã-Cruz do Cruzeiro, são dignidades que requerem para o seu sustento uma despesa que não precisava meu emprego publico unicamente e a qual na verdade não tenho meios adquiridos de pagar”²⁴⁵.

Além disso, Cochrane tinha uma opinião bastante depreciativa da nobreza brasileira, em suas palavras, “[ao] aprovar as dignidades conferidas e negar os meios de sustentá-las, veio o Brasil a declarar serem sem valor as suas mais elevadas honras, títulos ociosos, de leve estima para quem os dá e nenhuma valia para quem os recebe”²⁴⁶. Dessa forma, ainda que desprezasse a nobreza brasileira e preferisse rendimentos e terras a títulos de nobreza, Lord Cochrane aceitou as distinções ofertadas por d. Pedro I, ao contrário de Luís do Rego Barreto, que, por preferir (ou por não ter recebido) comendas e rendimentos, recusara o título nobiliárquico ofertado por d. João em 1820. O título de marquês de Maranhão foi o único concedido durante o período em que a Assembléia Legislativa e Constituinte esteve reunida e, mais do que isso, foi o último título concedido antes da vigência da Carta promulgada em 25 de março de 1824.

Em 03 de maio de 1823, havia sido instalada – conforme convocação do príncipe regente de 03 de junho do ano anterior²⁴⁷ – a Assembléia Constituinte e Legislativa, mas apenas mais de quatro meses depois, em 15 de setembro, é que se deu início à discussão do Projeto de Constituição para o Império do Brasil, também conhecido como Projeto Antonio Carlos²⁴⁸. Contudo, o projeto nunca chegou a ser discutido em sua íntegra, apenas 24 artigos de 272 foram discutidos e votados²⁴⁹, uma

²⁴⁵ Tobias Monteiro, *História do Império: O Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Brigue e Cia, 1939, p. 289.

²⁴⁶ Tobias Monteiro, *História do Império: O Primeiro Reinado*, p. 292.

²⁴⁷ Poucos dias depois, em 19 de junho de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva assinou o decreto que regulamentava o processo de eleição para deputados que deveriam compor a assembleia. Apesar da convocação de 3 de junho, não estava clara a ruptura entre Brasil e Portugal, que se tornaria mais nítida a partir de 26 de agosto quando as Cortes portuguesas tomaram conhecimento da convocação da Constituinte. Sobre o debate suscitado em Portugal pela convocação da assembleia, ver Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

²⁴⁸ Além do deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, os outros autores do Projeto eram José Bonifácio de Andrada e Silva, Antonio Luís Pereira da Cunha, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Pedro de Araújo Lima, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Francisco Muniz Tavares. Sobre isso, ver Monica Duarte Dantas, “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”, in Instituto Prometheus (org.), *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010, v. 1, p. 19-58.

²⁴⁹ Andréa Slemian, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006, p. 121.

vez que o monarca dissolveu a Assembléia em novembro do mesmo ano²⁵⁰; e, considerando-se que o parágrafo referente às distinções era o VII do artigo 142²⁵¹, não é possível saber qual teria sido o posicionamento dos deputados diante dessa questão, caso a Assembléia não tivesse sido dissolvida.

Com a dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823, o imperador nomeou um Conselho de Estado responsável pela redação do novo texto constitucional, apresentado ao imperador em dezembro, e outorgado em 25 de março de 1824, estabelecendo as bases de organização da monarquia brasileira²⁵². A despeito dos diferentes projetos políticos que estavam em disputa no período da independência e do fato de a Constituição ter sido outorgada, a Carta de 1824 foi mantida por todo o Império²⁵³.

A Constituição de 1824 previa quatro poderes, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador, que não estava previsto no Projeto de 1823. Dado o tema desta dissertação, apresentaremos com mais detalhes as atribuições dos poderes que envolviam o imperador, o Executivo e o Moderador²⁵⁴.

²⁵⁰ Sobre o Projeto de 1823, ver José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*.

²⁵¹ O parágrafo VII do artigo 142 do Projeto de 1823 previa, como uma atribuição do Poder Executivo, “Conceder remunerações, honras e distinções, em recompensa de serviços, na conformidade porém das leis e precedendo a aprovação da Assembléia Geral, se as remunerações forem pecuniárias”.

²⁵² A Constituição de 1824 foi elaborada por um conselho composto por dez membros nomeados por d. Pedro I, a saber João Severiano Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello, José Egídio Álvares de Almeida (agraciado com o título de barão de Santo Amaro em 1818, concedido por d. João VI), Antonio Luiz Pereira da Cunha, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Joaquim Carneiro de Campos, Clemente Ferreira França, Mariano José Pereira da Fonseca, João Gomes da Silveira Mendonça e Francisco Villela Barbosa. Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, p. 121. Já os títulos criados por esse texto constitucional eram: “Título 1º - Do Imperio do Brazil, seu Território, Governo, Dynastia, e Religião”, “Título 2º - Dos Cidadãos Brasileiros”, “Título 3º - Dos Poderes, e Representação Nacional”; “Título 4º - Do Poder Legislativo”; “Título 5 - Do Imperador”, “Título 6º - Do Poder Judicial”, “Título 7º - Da Administração e Economia das Províncias”, e “Título 8º - Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”.

²⁵³ Para o brasilianista Roderick Barman, “The 1824 constitution created, in sum, a political order that was representative and even democratic in appearance but extremely traditional in its essence. Its successful functioning would depend a great deal on the talents of the monarch and upon the confidence that this character and integrity inspired in the political community”. Roderick Barman, *Citizen Emperor*, p. 5. Desse mesmo autor, ver também *Brazil: The forging of a nation, 1798-1852*, p. 122-125.

²⁵⁴ O Poder Legislativo era delegado à Assembléia Geral, composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, e deveria ser sancionada pelo imperador. Dentre as atribuições do Legislativo, cabia a ele fazer, interpretar, revogar e suspender as leis; tomar juramento do imperador, do príncipe imperial e do regente (cuja escolha competia ao próprio Legislativo); e no caso da extinção da dinastia imperante, cabia ao Legislativo escolher uma nova. A Câmara dos Deputados era eleita e temporária, cada legislatura teria a duração de quatro anos, sendo que a Assembléia se reunia no mês de maio e cada sessão anual duraria quatro meses; já o Senado era eleito em lista tríplice, dos quais um seria escolhido pelo imperador, sendo o cargo vitalício. O Poder Judiciário era independente e composto por juízes e jurados, os quais ocupavam lugares no Civil e no Crime, suas funções seriam regulamentadas por seus respectivos códigos. A Constituição estabelecia como os juízes seriam escolhidos e quem ocuparia o Supremo Tribunal de Justiça, que estava previsto na Carta de 1824, mas só seria criado em 1828, além de determinar quais seriam suas funções. As demais atribuições e funções do Legislativo e do Judiciário podem ser

O Poder Executivo era chefiado pelo imperador e exercido pelos ministros de Estado²⁵⁵. Suas atribuições eram convocar a Assembléia Geral, nomear magistrados e embaixadores; realizar tratados de aliança e de comércio, declarar guerra e firmar acordos de paz. Sobre a figura do monarca, a Constituição previa que ele só poderia se ausentar do Império com o consentimento da Assembléia, caso contrário sua saída seria entendida como abdicação da coroa.

Apesar de a Constituição de 1824 ter mantido grande parte das atribuições adscritas pelo Projeto de 1823 para o Poder Executivo, uma das grandes novidades do texto constitucional foi a previsão da existência de uma nobreza titulada, com a concessão de títulos e honras como uma das atribuições desse poder, determinando que cabia ao Executivo o direito de “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas e taxadas por Lei”²⁵⁶.

Quanto ao quarto poder, o Moderador²⁵⁷, a carta determinava que era privativo do imperador – Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante –, a quem competia velar sobre a manutenção da independência e harmonia dos demais poderes, sendo esse poder “a chave de toda organização política”²⁵⁸. O exercício do Poder Moderador se efetivava na nomeação de senadores, na sanção de decretos, na nomeação

consultadas em, respectivamente, Título 4º – Do Poder Legislativo, p. 9-20 e Título 6º – Do Poder Judicial, p. 28-29.

²⁵⁵ Sobre as funções desempenhadas pelos ministros de Estado, a Constituição estabelecia, entre outras, que eles “(...) referendarão, ou assinarão todos os Atos do Poder Executivo, sem o que não poderão ter execução”. Título 5º – Do Imperador, capítulo VI – Do Ministério, p. 26.

²⁵⁶ Vale destacar que o Projeto de Constituição para o Império do Brasil de 1823 era dividido em 15 títulos, estabelecendo a tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, e determinando como uma atribuição do Executivo a prerrogativa de “Conceder remunerações, honras e distinções em recompensa de serviços, na conformidade porém das leis e precedendo a aprovação da Assembléia Geral, se as remunerações forem pecuniárias”; ou seja, não se referia, ao menos explicitamente, à existência de uma nobreza titulada no país. Os títulos previstos pelo Projeto eram: Título I – Do Território do Império do Brasil; Título II – Do Império do Brasil; Título III – Da Constituição do Império e Representação Nacional; Título IV – Do Poder Legislativo; Título V – Das Eleições; Título VI – Do Poder Executivo ou do Imperador; Título VII – Do Ministério; Título VIII – Do Conselho Privado; Título IX – Do Poder Judiciário; Título X – Da Administração; Título XI – Da Fazenda Nacional; Título XII – Da Força Armada; Título XIII – Da Instrução Pública, Estabelecimentos de Caridade, Casas de Correção e Trabalho; Título XIV – Disposições Gerais; e Título XV – Do que é Constitucional e sua Revista. *Projeto de Constituição para o Império do Brasil*, in Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996, vol.VIII, p. 119-141. O artigo do texto constitucional pode ser consultado em *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*, Título 5º – Do Imperador, Capítulo II – Do Poder Executivo, parágrafo 11, artigo 102.

²⁵⁷ Sobre a inclusão do Poder Moderador na Constituição e as diversas interpretações pelas quais esse poder passou ao longo do Império, ver o interessante trabalho de Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001.

²⁵⁸ Constituição Política do Império do Brasil de 1824, p. 20.

e demissão de ministros de Estado, e na suspensão de magistrados, mas não contemplava a nobilitação.

Finalmente, segundo a carta de 1824, os títulos do monarca eram “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, devendo receber o tratamento de Majestade Imperial, sendo a pessoa do imperador inviolável e sagrada, o que significava que ele não estava sujeito a nenhuma responsabilidade, tanto pelos atos do Executivo quanto pelos do Moderador²⁵⁹.

A inclusão do Poder Moderador foi uma influência do teórico Benjamin Constant, contudo tal teoria, ao ser incorporada na Carta brasileira, sofreu importantes adaptações. A primeira delas foi a mudança na denominação do quarto poder, originalmente designado como poder real ou neutro, para Moderador, indicando a existência de um poder do monarca como aquele que faz mediações em determinados conflitos, entre, por exemplo, o Legislativo e o Executivo, podendo dissolver tanto a Câmara dos Deputados, quanto o gabinete de ministros. A segunda adaptação foi o acúmulo de dois poderes pelo imperador, o Executivo e o Moderador, o que contrariava a teoria de Constant, na medida em que, como chefe do Executivo, o imperador não era neutro, característica primeira para o exercício do quarto poder²⁶⁰.

Ao criar o quarto poder, exclusivo do monarca, Constant estava em consonância com o liberalismo, visto que tirava o exercício do Executivo das mãos do imperador, diminuindo significativamente os seus poderes, porém, no Império do Brasil, a concentração dos dois poderes nas mãos do monarca provocou um aumento nos seus poderes e não a pretendida diminuição advogada pelo teórico francês²⁶¹. Apesar disso, o Poder Moderador se manteve durante todo o Império, mas sua interpretação variou consideravelmente entre 1824 e 1889.

De acordo com Silvana Mota Barbosa, ao longo do Primeiro Reinado, o Poder Moderador foi interpretado como uma marca do absolutismo de d. Pedro I. Essa interpretação foi resultado de algumas de suas medidas, como a dissolução da Assembléia Constituinte, a rejeição do projeto em discussão, a outorga da Constituição

²⁵⁹ Sobre o Poder Moderador, ver Título 5º – Do Imperador, Capítulo I – Do Poder Moderador, Constituição Política do Império do Brasil de 1824, p. 20-21.

²⁶⁰ Sobre a incorporação da teoria de Benjamin Constant na Constituição de 1824, ver Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*, especialmente, “Das origens do poder moderador”.

²⁶¹ Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*.

para o Império, e, finalmente, a inclusão do quarto poder, que envolvia o imperador, como mencionado, nos dois poderes.²⁶²

Dessa forma, a concentração dos dois poderes nas mãos do imperador foi uma inovação de d. Pedro I, tanto na Carta brasileira de 1824, quanto na portuguesa de 1826, ambas outorgadas por ele, o que, de certa maneira, colocava o monarca no centro da política imperial, seja pela chefia do Executivo, seja pelo exercício do Moderador²⁶³. Esse acúmulo de funções, de acordo com Raymundo Faoro, fazia com que “O imperador não [fosse], entretanto, o Poder Moderador, nem o Poder Executivo: ele é o chefe dos dois poderes, colocado acima deles, por obra da nação”²⁶⁴ e em diversos momentos da história do Império, houve confusões acerca do que era atribuição de cada um desses dois poderes, uma vez que, no limite, ambos envolviam uma mesma pessoa.

Por ser então uma atribuição do Executivo, a concessão de títulos nobiliárquicos colocava como protagonistas não apenas o imperador, mas também os ministros, especialmente o da pasta do Império, responsável por referendar os atos concessórios²⁶⁵, bem como pela elaboração das listas de agraciados, a assinatura dos atos concessórios e os registros dos títulos concedidos. O imperador, como chefe do Executivo, poderia intervir nas listas de agraciados, excluindo ou incluindo potenciais titulares, entretanto isso não fazia dele o único responsável pela prática nobilitadora²⁶⁶.

²⁶² Consoante a historiadora, já no Segundo Reinado, os questionamentos sobre o Moderador foram formulados com o intuito de viabilizar de maneira plena o funcionamento da monarquia constitucional, não havendo mais resquícios do absolutismo. Segundo Barbosa diante dessas duas interpretações, é válido considerar que o Moderador foi exercido poucas vezes pelos dois imperadores, pois, ao ser utilizado por d. Pedro I, caracterizaria o imperador como absolutista; e sua utilização por d. Pedro II colocaria o imperador em evidência nos debates políticos, já que, entre as atribuições desse poder, estava a de solucionar conflitos entre, por exemplo, o Executivo e o Legislativo. Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*, p. 267.

²⁶³ Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*.

²⁶⁴ Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, p. 402.

²⁶⁵ A questão da responsabilidade do imperador foi objeto de grandes discussões ao longo do Império, pois como o Executivo era chefiado pelo monarca e exercido pelos ministros, a responsabilidade pelos atos desse poder recaía sobre os ministros; entretanto, pelos atos do Moderador, não havia responsável, uma vez que, pelo texto constitucional, o monarca era irresponsável, e deveria consultar o Conselho de Estado quando fosse exercer alguma atribuição desse poder. Sobre o Conselho de Estado, é necessário ponderar que, ao longo do Império do Brasil, houve a organização de dois Conselhos de Estado. O primeiro, previsto pela Constituição de 1824 e extinto pelo Ato Adicional de 1834, e o segundo, implantando por lei de 23 de novembro de 1841. De acordo com Miriam Dolhnikoff, o conselho criado em 1841 tinha caráter consultivo, o que não obrigava o imperador a seguir seus conselhos, tampouco poderia interferir nas decisões do Legislativo. Sobre essas questões, consultar Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*; Maria Fernanda Vieira Martins, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005; Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

²⁶⁶ Além da interferência do imperador, as listas eram mostradas também aos presidentes de província. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 162. Sobre a organização do ministério do Império, ver

Dessa forma, como uma atribuição do Poder Executivo, a Constituição de 25 de março de 1824 assegurava a existência da nobreza no Império, ao mesmo tempo em que abolia os privilégios²⁶⁷, tornando assim os títulos nobiliárquicos uma distinção vitalícia, mas não hereditária e tampouco passível de ser atribuída conjuntamente com mercês ou outras vantagens pecuniárias, a menos que já estivessem estabelecidas por lei.

Assim, descontando-se as 11 distinções concedidas antes da promulgação da Constituição, as outras 139 distribuídas pelo primeiro imperador foram legitimadas pela primeira e única constituição imperial brasileira. Se, em 1824, d. Pedro I, como chefe do Executivo, concedeu apenas três títulos de nobreza, nos dois anos seguintes, ele concederia 106 títulos, os quais se revelariam parte de uma estratégia política do primeiro imperador.

2.2. Titular para governar: d. Pedro I e a nobilitação dos senadores no Primeiro Reinado

Por meio do decreto de 12 de novembro de 1823²⁶⁸, d. Pedro I dissolveu a Assembléia Legislativa e Constituinte, reunida desde maio daquele ano, justificando tal atitude com base na existência de “facções” dentro da casa legislativa e prometendo uma constituição “duplicadamente mais liberal do que a extinta”²⁶⁹.

Para tanto, no dia seguinte, 13 de novembro, d. Pedro I nomeou um Conselho de Estado, formado por dez membros, que seria responsável pela elaboração do novo texto constitucional. Os dez nomeados pelo imperador foram Luís José de Carvalho e Melo, Clemente Ferreira França, José Egídio Álvares de Almeida, Antonio Luís Pereira da Cunha, José Joaquim Carneiro de Campos, João Severiano Maciel da Costa, João Gomes Silveira de Mendonça, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Mariano José Pereira da Fonseca e Francisco Vilela Barbosa²⁷⁰.

Lourenço Luis Lacombe, *Organização e Administração do Ministério do Império*. Brasília: Fundação Centro da Formação do Servidor Público, 1984.

²⁶⁷ Conforme o parágrafo XVI, do artigo 179, da Constituição de 25 de março de 1824, que determinava “Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica”.

²⁶⁸ O decreto de dissolução da Assembléia Constituinte e Legislativa pode ser consultado em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38881-12-novembro-1823-568079-publicacaooriginal-91472-pe.html> - acesso em 27 de fevereiro de 2013.

²⁶⁹ Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, p. 76-77.

²⁷⁰ Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, p. 121.

À exceção de Antonio Luís Pereira da Cunha e José Egídio Álvares de Almeida, deputados na Assembléia Constituinte de 1823, os demais conselheiros, quando nomeados, já haviam exercido funções ligadas ao Executivo, tendo integrado gabinetes ministeriais²⁷¹. Além de ministros, quatro conselheiros também foram deputados em 1823, João Severiano Maciel da Costa, Luís José de Carvalho e Melo, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e José Joaquim Carneiro de Campos.

Além de terem desempenhado funções políticas antes de se tornarem conselheiros, merece destaque que, por local de nascimento, esses dez políticos se concentravam em apenas três províncias, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os três nascidos em Minas Gerais eram João Severiano Maciel da Costa, João Gomes Silveira de Mendonça, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama; os dois nascidos no Rio de Janeiro eram Mariano José Pereira da Fonseca e Francisco Vilela Barbosa, e finalmente, os cinco baianos eram Luís José de Carvalho e Melo, Clemente Ferreira França, José Egídio Álvares de Almeida, Antonio Luís Pereira da Cunha e José Joaquim Carneiro de Campos. Ainda que a Bahia não tenha protestado de maneira tão incisiva quanto Pernambuco a respeito do fechamento da Constituinte, tal decisão do imperador foi alvo de reclamações dos baianos, que, contudo, mudaram de posicionamento ao tomarem conhecimento de que cinco dos dez conselheiros eram baianos²⁷².

Fruto dos trabalhos deste Conselho de Estado²⁷³, foi entregue ao imperador um projeto de Constituição para o Império do Brasil, no qual já estava incluído tanto o Poder Moderador, quanto a concessão de títulos de nobreza pelo Poder Executivo, duas inovações importantes, se considerado o Projeto discutido na Assembléia Constituinte de 1823, e que seriam mantidas na Constituição outorgada em 25 de março de 1824 por

²⁷¹ No gabinete de 17 de julho de 1823, Manuel Jacinto Nogueira da Gama foi ministro da Fazenda e Joaquim Carneiro de Campos ocupou a pasta do Império e Estrangeiros; no gabinete de 10 de novembro de 1823, Clemente Ferreira França foi ministro da Justiça, Francisco Vilela Barbosa ocupou a pasta do Império e Estrangeiros e Mariano José Pereira da Fonseca foi ministro da Fazenda. Por fim, no gabinete de 14 de novembro de 1823, Clemente Ferreira França foi ministro da Justiça, Francisco Vilela Barbosa ocupou as pastas da Guerra e da Marinha, João Gomes da Silveira Mendonça ocupou a pasta da Guerra, João Severiano Maciel da Costa foi ministro do Império, José Luís José de Carvalho e Melo foi ministro dos Estrangeiros e Mariano José Pereira da Fonseca foi ministro da Fazenda. Os gabinetes ministeriais foram extraídos de *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

²⁷² Monica Duarte Dantas, “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”, p. 19-58.

²⁷³ De acordo com José Honório Rodrigues, em 11 de dezembro de 1823, o texto constitucional elaborado por este conselho já estava pronto e em 20 de dezembro, estava impresso. José Honório Rodrigues, *Atas do Segundo Conselho de Estado, 1822-1834*, p. 4.

d. Pedro I²⁷⁴. A carta de 1824 determinava o funcionamento da monarquia constitucional brasileira e, em meio a títulos e capítulos dedicados à organização dos poderes, instituía a nobreza imperial, vitalícia, não hereditária e sem privilégios, sendo a oferta de títulos uma prerrogativa de Poder Executivo. Já eventuais mercês pecuniárias dependiam da aprovação da assembléia legislativa, a menos que já estivessem estabelecidas por lei.

Os dez conselheiros de Estado, responsáveis pela redação da Carta foram todos agraciados com títulos de nobreza em 1825, pouco mais de um ano depois de jurada a Constituição²⁷⁵. Nove tiveram o privilégio de serem nobilitados pela primeira vez, sendo que apenas um teve seu título elevado. Assim, João Severiano Maciel da Costa tornou-se visconde de Queluz com honras de grandeza; Luís José de Carvalho e Melo, visconde de Cachoeira com honras de grandeza; Clemente Ferreira França, visconde de Nazaré com honras de grandeza; Mariano José Pereira da Fonseca, visconde de Maricá com honras de grandeza; João Gomes Silveira de Mendonça, visconde do Fanado com honras de grandeza; Francisco Vilela Barbosa, visconde de Paranaguá com honras de grandeza; Antonio Luís Pereira da Cunha, visconde de Inhambupe com honras de grandeza; Manuel Jacinto Nogueira da Gama, visconde de Baependi com honras de grandeza; José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de Caravelas com honras de grandeza; e apenas José Egídio Álvares de Almeida, barão de Santo Amaro desde 1818, foi elevado a visconde de Santo Amaro sem honras de grandeza.

A carreira política dos dez viscondes não parou, contudo, no exercício do cargo de conselheiro de Estado, todos eles vieram a ocupar, em 1826, assento na Câmara Alta do Legislativo. A Constituição de 25 de março de 1824 determinava que o Legislativo imperial seria dividido em duas casas, a Câmara dos Deputados, temporária, e o Senado, vitalício. A Constituição previa a realização de eleições provinciais para a composição das duas casas, sendo que o número de senadores a que cada província teria direito era a metade do total de deputados da referida província, com a ressalva de que, quando a província tivesse direito a um número ímpar de deputados, o de senadores seria a

²⁷⁴ O Projeto de 1823, o texto elaborado pelo Conselho de Estado e a Constituição de 25 de março de 1824 podem ser consultados em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos Políticos da História do Brasil*, p. 119, p. 151 e p. 173, respectivamente.

²⁷⁵ Sobre os títulos concedidos em outubro de 1825, Roderick Barman afirma que “a profuse bestowal of titles of nobility in October 1825 on the nation’s governing circle – cabinet ministers, councillors of state, and military commanders – was a visible affirmation that to the emperor belonged the principal source of authority in Brazil”. Roderick Barman, *Brazil: the forging of a nation*, p. 131.

metade do número imediatamente menor, por exemplo, se fossem nove deputados, a província teria quatro senadores²⁷⁶.

Contudo, o modo de eleger deputados e senadores não era idêntico, uma vez que a eleição para o Senado era via lista tríplice, entregue ao imperador, que, por sua vez, nomeava o senador de sua preferência, sem que este fosse necessariamente o mais votado. O Senado de 1826 foi composto por 50 membros e a Câmara dos Deputados da primeira legislatura foi formada por 102 representantes²⁷⁷.

As eleições para a composição das duas casas foram convocadas pelo decreto de 26 de março de 1824²⁷⁸, tendo participado das eleições as 19 províncias do Império, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Cisplatina, Maranhão, Paraíba do Norte, Alagoas, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Como o número de deputados e senadores era proporcional ao de habitantes, o número de representantes a que cada província teria direito não era o mesmo. Assim, as dez primeiras províncias teriam um senador cada, as três seguintes dois senadores cada, as outras três quatro senadores, enquanto Bahia e Pernambuco teriam seis, e Minas Gerais dez senadores.

Contudo, apesar das eleições para o Legislativo terem sido feitas já em 1824, conforme as instruções do decreto de março daquele ano, a abertura da Assembléia Legislativa do Império do Brasil só veio a ocorrer em maio de 1826. O largo espaço de tempo decorrido entre as eleições e a instalação do Legislativo deveu-se, de acordo com a historiografia, a uma série de questões de ordem política. Primeiramente, deve-se destacar a reação de algumas províncias do Norte à dissolução da Assembléia Constituinte, levando, de julho a setembro de 1824, à formação da Confederação do Equador, integrada pelas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte,

²⁷⁶ Constituição de 25 de março de 1824, título IV – Do Poder Legislativo, capítulo III – Do Senado, artigo 41, “Cada Província dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a diferença, que, quando o numero dos Deputados da Província fôr impar, o numero dos seus Senadores será metade do numero immediatamente menor, de maneira que a Província, que houver de dar onze Deputados, dará cinco Senadores”.

²⁷⁷ A província de Minas Gerais a 20 deputados e dez senadores; Pernambuco e Bahia a treze deputados e seis senadores cada; São Paulo a nove deputados e quatro senadores; Ceará e Rio de Janeiro a 8 deputados e quatro senadores cada; Paraíba do Norte e Alagoas a cinco deputados e dois senadores cada; Maranhão a quatro deputados e dois senadores; Pará e Rio Grande do Sul a três deputados e um senador cada; Sergipe, Goiás e Cisplatina a dois deputados e um senador cada; e Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina a um deputado e um senador cada. Totalizando, portanto, um Legislativo com 50 senadores e 102 deputados. *Organizações e Programas Ministeriais*.

²⁷⁸ O decreto de 26 de março de 1824 pode ser consultado em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-G_14.pdf#page=1 – acesso em 07/03/2013.

Ceará e Piauí e alvo de dura repressão por parte do imperador²⁷⁹. Além da rebelião de tais províncias, o monarca ainda teve que se haver com outras questões. Em meio à crise econômica gerada pela queda nas exportações, o Império do Brasil (na pessoa de seu imperador) assinou o Tratado de Paz e Amizade com Portugal em 29 de agosto de 1825, que estabelecia o reconhecimento da independência do Brasil por parte da antiga metrópole. Tal tratado foi criticado já na época de sua negociação, por permitir o aparecimento das “primeiras insinuações de que a liberdade do Brasil teria sido comprada”, uma vez que o governo imperial pagou uma indenização para Portugal²⁸⁰.

Para complicar ainda mais a situação, em dezembro de 1825, teve início a guerra da Cisplatina, com o objetivo de garantir a permanência da província no Império do Brasil, bem como de assegurar a soberania brasileira na região do Prata²⁸¹. A guerra, contudo, arrastou-se por cerca de três anos, provocando desgastes no governo imperial e o agravamento da situação financeira do país²⁸², sem que o Brasil, ao final, conseguisse alcançar seu intento, uma vez que a província Cisplatina, em 1828, veio a se tornar um novo Estado, o Uruguai²⁸³.

Ao que parece, diante desse cenário de crise, e já conhecendo o nome dos deputados que tomariam posse em maio de 1826, sabendo inclusive que vários deles

²⁷⁹ Sobre a Confederação do Equador, consultar, entre outros, Denis Antônio de Mendonça Bernardes, “*A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador*”, in Monica Duarte Dantas (org.), *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, e Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*.

²⁸⁰ Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “O Primeiro Reinado em revisão”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial, vol. I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 159.

²⁸¹ Segundo Aline Pinto Pereira, em 1816, d. João iniciou uma intervenção militar na então Banda Oriental, em uma tentativa de derrotar José Gervásio Artigas, que tinha o apoio de Buenos Aires. Fruto dessa intervenção, a província da Cisplatina foi anexada ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, via tratado de 31 de julho de 1821. Contudo, o governo da Cisplatina só reconheceu a independência do Brasil em 1824, jurando também a Constituição do Império, mas, nesse mesmo ano, o Brasil passou a enfrentar um novo conflito na região, mediante a pretensão de Buenos Aires de incorporá-la às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 04 de novembro de 1825, Buenos Aires enviou ao ministro dos Estrangeiros do Brasil um ofício em que afirmava não reconhecer a incorporação da Cisplatina ao Brasil, solicitando a devolução da região. Como resposta, em 10 de dezembro, o Brasil declarou guerra, formalmente, a Buenos Aires. Em 1828, Buenos Aires e Brasil assinaram uma convenção, colocando fim à guerra e reconhecendo a Cisplatina como um novo Estado, o Uruguai. Aline Pinto Pereira, *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFF, 2012, p. 82, 83, 90 e 92.

²⁸² Segundo Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, a guerra na Cisplatina agravou o problema financeiro do Império, que entrou em discussão na Câmara dos Deputados a partir de 1827, dentro da temática de votação do orçamento. Contudo, os deputados, mesmo os que eram contrários à guerra, não poderiam se posicionar de modo claro contra o conflito, sob risco de prejudicar o sentimento nacional, de forma que, graças à discussão do orçamento, os deputados limitavam o número de soldados e de recursos para a guerra, demonstrando suas ressalvas em relação a ela, porém sem serem explícitos. Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “O Primeiro Reinado em revisão”, p. 157-158.

²⁸³ Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “O Primeiro Reinado em revisão”, p. 157-158.

não lhe eram favoráveis, a nomeação dos senadores mostrava-se fundamental para a consecução dos anseios do monarca. Há que se lembrar que a Carta de 1824 determinava que ao Senado cabia, exclusivamente, conhecer delitos praticados por ministros, membros da Família Imperial, conselheiros, senadores e deputados durante a legislatura; além de conhecer as responsabilidades de secretários e conselheiros; e convocar a assembléia em caso de morte do imperador, entre outras atribuições²⁸⁴.

Cabia também ao Senado, mas não só a ele, a proposição, aprovação ou reprovação de projetos de leis. Assim, um projeto de lei poderia ser proposto por qualquer uma das duas casas, sendo que, após discussão, seria enviado à outra casa, cabendo a ela aprová-lo, recusá-lo ou emendá-lo. Se fosse aprovado integralmente, seria encaminhado para a sanção do imperador, se fosse emendado ou recusado, retornaria à casa proponente. No caso da proposição de emendas, a casa responsável pela apresentação do projeto poderia aceitá-las na íntegra (subindo então a lei para sanção), rejeitá-las em parte ou no todo. Neste caso, a carta previa, conforme o artigo 61, que “Se a Camara dos Deputados não approvar as emendas, ou addições do Senado, ou vice-versa, e todavia a Camara recusante julgar, que o projecto é vantajoso, poderá requerer por uma Deputação de tres Membros a reunião das duas Camaras, que se fará na Camara do Senado, e conforme o resultado da discussão se seguirá, o que fôr deliberado”²⁸⁵. Deve-se ressaltar que a Constituição não determinava o prazo em que deveriam ocorrer as discussões, tampouco prazos para que uma das casas incluísse na ordem do dia os projetos propostos pela outra, o que viabilizava, legalmente, que projetos de lei fossem discutidos anos depois de terem sido propostos ou recebidos.

Seguindo as instruções do decreto de 26 de março de 1824, as eleições foram feitas nesse mesmo ano, resultando na eleição dos deputados, e também na escolha dos nomes que comporiam as listas tríplexes para o Senado. Apesar de as eleições terem ocorrido em 1824, apenas em janeiro de 1826 d. Pedro I nomeou os senadores que viriam a tomar assento na casa vitalícia, sendo que a primeira reunião do Legislativo ocorreria em maio daquele ano.

Contudo, a partir das eleições de 1824, não foram formadas 50 listas tríplexes para a escolha dos 50 futuros senadores do Império, mas apenas uma lista tríplex por província, com os nomes dos candidatos mais votados, dentre os quais, cabia ao

²⁸⁴ Constituição de 25 de março de 1824, Título 4º - Do Poder Legislativo, Capítulo 3º - Do Senado.

²⁸⁵ Constituição de 25 de março de 1824, Capítulo IV, “Da Proposição, Discussão, Sancção, e Promulgação das Leis”, artigo 61.

imperador escolher os senadores, mas não necessariamente os mais votados. Assim, por exemplo, a província do Ceará tinha direito a quatro senadores, mas, em vez de terem sido feitas quatro listas diferentes, houve a elaboração de uma única lista com doze nomes, de que forma que o imperador pode escolher os quatro nomes de sua preferência dentre um rol geral composto por doze nomes. Porém, se não bastasse a formação de uma única lista tríplice provincial²⁸⁶, a não ser pelas listas das províncias do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Cisplatina, as outras listas continham mais nomes do que o previsto (o triplo do número de cadeiras senatoriais a que a província tinha direito)²⁸⁷.

João Manuel Pereira da Silva, ao redigir a história do Primeiro Reinado, publicado, pela primeira vez, em 1871, discutiu a nomeação para o Senado, bem como as listas tríplex e as conseqüentes manobras feitas pelo imperador, escolhendo o caso da província de Goiás como exemplar.

Uma dessas escolhas illegaes, recahindo sobre um individuo quase desconhecido, criado apenas do paço imperial, homem de curtíssima intelligencia, e que não havia prestado serviços públicos importantes, foi a que despertou sobretudo maior celeuma, irritando em extremo a susceptibilidade nacional.

A lista tríplice de Goyaz compunha-se do conde de São João da Palma, do general José Joaquim Curado, e do Padre José Caetano Ferreira de Aguiar: cada um delles obtivera cerca de cento e vinte votos accordes da provincia, o que exprimia quase unanimidade dos eleitores. Escolheu o Imperador ao Conde da Palma pela provincia de São Paulo, em cuja lista se incluira tambem seu nome. Exerceu o seu direito em favor do Padre José Caetano, tirando-o da lista do Rio de Janeiro. Restava só o nome do general Curado, e os serviços deste militar eram tão relevantes quer nas guerras do Sul durante os annos de 1817 á 1820, quer no Rio de Janeiro na critica occasião da independência, commandando forças milicianas contra Jorge de Avilez, que ninguém suppunha podesse ser preterido por qualquer outro candidato na escolha, e quando assim não fosse, á outra lista cumpria-se mandar proceder em Goiaz, convocados os eleitores para nova eleição por se dever considerar aquella nulla, desde que um só os incluídos na lista tríplice n'ella se conservava. Surprehendeu porem a todos que não só o imperador deixasse de parte o general Curado, como que preenchesse elle próprio a lista já annullada, figurando n'ella, além do seu nome, mais os de dous indivíduos, que haviam apenas obtido alguns e raríssimos votos dos eleitores. Era um d'estes o Francisco Maria Gordilho de Barbuda, empregado dos paços imperiaes, á quem foi logo expedida a carta de senador do imperio e posteriormente ao titulo de Marquez de Jacarepaguá.

Mostrou assim o imperador que não só se importava pouco com a opinião geral, tão affeição e manifestamente grata ao general Curado, como que não trepidava em infringir a Constituição, que elle próprio outorgara, lamentando-se que não lhe impuzesse freio ao capricho nem um ministro atilado e providente, por meio de conselhos e avisos esclarecidos.

Não occultava o publico sua reprovação á esta malaventurada escolha. Por toda a parte, em todos os círculos, por entre todas as classes da sociedade, um grito unânime resoava, manifestando quasi indignação de que no systema representativo um obscuro criado do paço fosse elevado ás honras e cargo de senador do imperio, sem ter sido incluído em lista tríplice, sem ter por si o voto popular, com infração escandalosa da Constituição, e mais

²⁸⁶ As listas tríplex foram extraídas de *Notícia dos Senadores do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886; e Affonso de E. Taunay, *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

²⁸⁷ Essas províncias eram Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

ainda, que preterisse á um velho general crivado de cicatrizes de feridas nobremente rasgadas em campos de batalha ou em defesa da patria. [...] Os pasquins converteram-se em echos do sentimento geral. Subio sua audácia ao ponto de comparar D. Pedro I á Calígula, e Barbuda ao cavallo, que o imperador romano nomeara cônsul da cidade eterna²⁸⁸.

Ademais, não bastasse isso tudo, havia ainda a questão da repetição de um mesmo nome em listas de até seis províncias diferentes, cabendo ao imperador eleger de qual província seria ele representante (se, é claro, viesse tal indivíduo a ser escolhido). Há que destacar que a legislação da época não impunha qualquer tipo de exigência, para além da questão censitária, para que uma pessoa pudesse concorrer à Câmara ou ao Senado por tal ou qual província²⁸⁹.

Tal circunstância permitiu que Caio Prado Júnior afirmasse que:

a maioria dos deputados, eleitos já em 1824, era-lhe [a d. Pedro I] francamente desfavorável, e fora este o principal motivo do adiamento sucessivo da convocação. Mas, posto em xeque por este lado, cobriu-se com o Senado, que formou a seu gosto. Cabendo-lhe a escolha dos senadores, de listas tríplexes dos nomes mais votados em cada província, lançou mão de um hábil expediente para nomear candidatos aliados colocados em quarto e até quinto lugar. Indicando um nome por província, riscava-o sumariamente das demais listas em que acaso figurasse, melhorando assim a colocação dos menos votados. Por esta forma, constituiu uma maioria favorável à sua política, inutilizando até certo ponto a oposição da Câmara baixa²⁹⁰.

Esta forma de proceder por parte do imperador pode ser elucidada pelas listas tríplexes provinciais, haja vista que, diante delas, o monarca era livre para escolher qualquer um dos nomes, do primeiro ao último. Das 19 províncias, apenas sete delas tiveram o primeiro colocado da lista tríplex nomeado para o Senado. É o caso das províncias do Pará, Ceará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Assim, ser o primeiro colocado da lista tríplex não significava ser necessariamente nomeado pelo imperador, uma vez que Pedro I escolheu candidatos

²⁸⁸ João Manuel Pereira da Silva, *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brasil. Narrativa Histórica*. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro Editora, 1871, p. 34-37.

²⁸⁹ De acordo com Eder da Silva Ribeiro, a nomeação dos senadores por determinadas províncias era reflexo de um projeto centralizador, em suas palavras “Muito mais interessante seria interpretar tais nomeações como estratégias bem definidas de um projeto centralizador, uma vez que isto poderia trazer um duplo benefício: um deles era a maior probabilidade, e mesmo uma maior facilidade, de se estabelecer um diálogo entre o poder central e as lideranças locais, haja vista que os conselheiros [nomeados para o Senado] foram eleitos pela população dessas províncias por terem em algum momento de suas vidas exercido nelas cargos burocráticos ou desenvolvido quaisquer outros tipos de relações com importantes e influentes homens daquelas regiões; um outro diz respeito ao fato de que ao proceder desta forma D. Pedro conseguia manter afastado do Senado – o mesmo valendo para o Conselho de Estado – possíveis opositores descontentes com o projeto político que então se processava com sede no Rio de Janeiro”. Eder da Silva Ribeiro, “*O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado (1826-1831)*”. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFF, 2010, p. 21.

²⁹⁰ Caio Prado Júnior, “A Revolução”, in *idem, Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 56-57.

colocados em diversas posições nas respectivas listas “tríplices”. Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, eram as três províncias que tinham direito a quatro senadores cada, contudo, apenas a lista do Ceará era formada por doze nomes, enquanto a de São Paulo continha 17 nomes, e a do Rio de Janeiro 22. Pelo Ceará, foram nomeados os três primeiros da lista e o 8º colocado; já dos 17 nomes constantes da lista de São Paulo, foram nomeados o 7º, o 9º, o 13º e o 15º, sendo que o mais votado, e não escolhido, era Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; e, finalmente, da lista do Rio de Janeiro, saíram nomeados o 3º, o 6º, o 7º e o 16º colocados, sendo que o 1º da lista havia sido nomeado por São Paulo e o 2º colocado pela Bahia.

Um caso interessante é justamente o de um dos membros do Conselho de Estado, Antonio Luis Pereira da Cunha, que foi indicado para o Senado por quatro províncias, sendo, o 4º de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o 5º da lista da Bahia e o 17º de Pernambuco. Contudo, apesar de gozar de boas posições nas listas de três províncias, inclusive na sua província natal, a Bahia, ele foi nomeado senador justamente pela de Pernambuco, em que seu nome estava em antepenúltimo lugar, já que a lista continha dezenove nomes.

A despeito de tal lista, a província de Pernambuco tinha de fato direito a seis cadeiras senatoriais, para as quais foram nomeados o primeiro da lista, José Carlos Mayrink Ferrão; o segundo, Antônio José Duarte de Araújo Gondim; o 9º, José Inácio Borges; o 10º, José Joaquim de Carvalho; o 16º, Bento Barroso Pereira; e o 17º, Antonio Luis Pereira da Cunha. O conselheiro Pereira da Cunha, não era, contudo, o único da lista pernambucana a constar na lista de outras províncias, ocorrendo o mesmo com d. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitiz (eleito por Alagoas) e Caetano Pinto Miranda Montenegro (pelo Mato Grosso).

Ademais, Pereira da Cunha não foi o único conselheiro a ser nomeado sem desfrutar de primeiras posições nas listas tríplices. Clemente Ferreira França foi indicado por três províncias para um assento na casa vitalícia. Por sua província natal, a Bahia, apareceu em 12º na lista, pelo Rio de Janeiro em 18º e por Minas Gerais em 19º. Este conselheiro, apesar de ter assumido uma cadeira por sua província natal, recebeu menos votos que Antonio Ferreira França, 6º colocado na lista da Bahia, e que o próprio Antonio Luis Pereira da Cunha, nomeado por Pernambuco, que ficara em 5º lugar²⁹¹.

²⁹¹ No que tange aos outros conselheiros, as situações variaram bastante. O mineiro João Severiano Maciel da Costa foi indicado por seis províncias, desfrutando de boas posições nas listas de cinco delas. Pelo Piauí foi o mais votado; no Pará ficou em segundo lugar; em Minas ocupou a terceira posição; pela

A escolha de nomes pouco votados não foi praticada apenas com os membros do Conselho de Estado, o mesmo ocorreu, por exemplo, com Bento Barroso Pereira, mineiro, que alcançou somente o 16º lugar na lista de Pernambuco, da qual se tornou senador; Lucas Antonio Monteiro de Barros, mineiro, alcançou o 19º lugar da lista de Pernambuco, 11º de Minas Gerais e 7º de São Paulo, pela qual foi nomeado senador; Sebastião Luiz Tinoco da Silva, português, que foi o 13º da lista do Rio de Janeiro, o 8º de São Paulo e o 27º de Minas Gerais, pela qual foi nomeado; e Marcos Antonio Monteiro de Barros, 22º da lista de Minas Gerais (que continha 37 nomes), e, a partir de 1826, senador por tal província.

A estratégia de seleção do imperador pode ser mais bem compreendida se atentarmos para o caso da província de Minas Gerais. Como mencionado, a lista tríplice era composta por 37 nomes, dos quais o imperador deveria escolher dez. Assim, d. Pedro I nomeou o 1º (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá), o 2º (José Teixeira da Fonseca Vasconcellos), o 8º (Estevão Ribeiro de Resende) e o 10º (Manuel Jacinto Nogueira da Gama) da lista por Minas Gerais, o 3º (João Severiano Maciel da Costa), o 4º (Antonio Luis Pereira da Cunha), o 5º (José Joaquim Carneiro de Campos), o 6º (José Egidio Álvares de Almeida), o 7º (d. José Caetano da Silva Coutinho), o 9º (Luís José de Carvalho e Melo) e o 11º (Lucas Antonio Monteiro de Barros), por outras províncias, de tal forma que o 12º da lista, João Gomes da Silveira Mendonça, era, de fato, o próximo da lista para ser nomeado.

Essa mesma explicação pode ser dada para o 22º (Marcos Antonio Monteiro de Barros), já que o 13º (Caetano Pinto de Miranda Montenegro), o 14º (d. Francisco de Assis Mascarenhas), o 15º (José da Silva Lisboa), o 16º (Mariano José Pereira da Fonseca) e o 19º (Clemente Ferreira França) foram nomeados por outras províncias, e o

Paraíba do Norte, ficou em 4º lugar; no Rio de Janeiro alcançou a quinta colocação, e apenas por Pernambuco foi relegado a 14º na lista. Apesar de mineiro, João Severiano Maciel da Costa foi nomeado senador pela Paraíba do Norte. José Egidio Álvares de Almeida, baiano e conselheiro de estado, foi indicado por quatro províncias. Foi o 3º de sua província natal, o 6º por Minas Gerais, o 2º pelo Rio Grande do Sul e o 7º pelo Rio de Janeiro, pela qual foi nomeado senador. Da mesma forma que seu conterrâneo, José Joaquim Carneiro de Campos, indicado em 2º lugar pelo Rio de Janeiro, em 16º por São Paulo, em 5º por Minas Gerais e em 2º pela Bahia, pela qual foi nomeado. Luis José de Carvalho e Melo foi indicado por três províncias, sendo o 8º mais votado do Rio de Janeiro, o 9º de Minas Gerais e o 7º da Bahia, pela qual foi nomeado. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, apesar de ministro e conselheiro, foi indicado por apenas duas províncias, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo o 10º mais votado nas duas províncias e nomeado por sua província natal, Minas Gerais. O mesmo ocorreu com Mariano José Pereira da Fonseca, que foi o 16º mais votado por Minas Gerais e o 3º mais votado por sua província natal, o Rio de Janeiro, pela qual foi nomeado. Com Francisco Vilela Barbosa, ocorreu o mesmo, foi indicado e nomeado por sua província natal, o Rio de Janeiro, em que conseguiu o 6º lugar, e também por Minas Gerais, sendo o 34º. Finalmente, João Gomes da Silveira Mendonça, só foi indicado por sua província natal, Minas Gerais, tornado-se senador mesmo ocupando o 12º lugar na lista.

18º (João Evangelista de Faria Lobato), o 20º (Antonio Gonçalves Gomide) e o 21º (Jacinto Furtado de Mendonça) foram nomeados por Minas Gerais, sendo que apenas o 17º, Nicolau Vergueiro, não foi escolhido pelo imperador. Vale ressaltar ainda que dos 22 primeiros colocados na lista de Minas Gerais, Vergueiro foi o único a não ocupar uma cadeira no Senado de 1826. Já no caso de Goiás, a lista era formada por cinco nomes, e o 1º (d. Francisco de Assis Mascarenhas) e o 3º (José Caetano Ferreira de Aguiar) colocados haviam sido nomeados por outras províncias, contudo o imperador, em vez de nomear o 2º da lista (Joaquim Xavier Curado), optou pela nomeação do 4º colocado, Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda.

Assim, a seleção de senadores pelo imperador não respeitava as listas tanto no que se referia à nomeação de figuras mal colocadas, como também na exclusão de nomes bem cotados e constantes em mais de uma lista provincial. Caso, por exemplo, de Gervásio Pires Ferreira, que foi o 5º da lista de Alagoas, o 8º da lista de Pernambuco e o 10º do Ceará, mas que não logrou ser escolhido pelo monarca, muito provavelmente em razão de seu passado político, como participante do movimento pernambucano de 1817 e presidente da Junta de Governo de 26 de outubro de 1821 a 17 de setembro de 1822 (conhecida depois pelo nome de seu presidente, ou seja, Junta de Gervásio Pires)²⁹²; e de Nicolau Vergueiro, que, a despeito de ter sido o 1º da lista de São Paulo e o 17º da lista de Minas Gerais, também teve, como mencionado, sua candidatura preterida pelo imperador.

Pelos exemplos citados, é possível perceber, ademais, que, além de d. Pedro I ter sido cauteloso na nomeação dos senadores, procurando indicar sempre aliados seus para as mais diversas províncias, houve uma nítida concentração de senadores nascidos em determinadas regiões como, por exemplo, os procedentes de Minas Gerais, ainda que nomeados como representantes de outras províncias (situação tão mais elucidativa quando se pensa que Minas contava justamente com a maior bancada, 10 senadores no total)²⁹³. Ademais, vale destacar que dos 37 nomes constantes da lista de Minas Gerais

²⁹² Denis Antônio de Mendonça Bernardes, “*A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador*”.

²⁹³ Dos dez senadores nomeados por Minas Gerais, seis eram mineiros, a saber, Antonio Gonçalves Gomide, Estevão Ribeiro de Resende, João Gomes da Silveira Mendonça, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Além desses seis mineiros, outros cinco foram nomeados por outras províncias, é o caso de Bento Barroso Pereira e José Carlos Mayrink da Silva Ferrão nomeados por Pernambuco, Felisberto Caldeira Brant Pontes por Alagoas, João Severiano Maciel da Costa pela Paraíba do Norte, e Lucas Antônio Monteiro de Barros por São Paulo. Vale destacar que dos outros quatro senadores por Minas Gerais, um era português (Sebastião Luis Tinoco) e dos outros três, Jacinto Furtado de Mendonça, João Evangelista de Faria Lobato e Marcos Antonio Monteiro de Barros, não há informações referentes ao local de nascimento.

(nem todos eles mineiros, é claro), 10 foram nomeados senadores por Minas, 15 por outras províncias do Império, restando, portanto, apenas 12 deles fora do Senado²⁹⁴. Assim, a cuidadosa escolha dos 50 senadores formou, em janeiro de 1826, um Senado com dez baianos de nascimento, onze mineiros, sete portugueses e quatro fluminenses²⁹⁵.

Dois contemporâneos deixaram seus depoimentos, pouco encomiásticos, do procedimento do monarca na formação do primeiro Senado do país. O inglês John Armitage escreveu que

Os deputados haviam sido eleitos em 1824 segundo as formas estatuídas na Constituição; porém na escolha dos senadores, o Imperador, sem infringir consideravelmente o seu sentido literal, achou meio de iludir o seu espírito legal, para introduzir neste corpo certos indivíduos que pouco mais eram do que cegos instrumentos de sua vontade. Como já se viu no extrato da Constituição, Sua Majestade devia nomear um membro dentre os três candidatos mais votados de cada lista. Em vários exemplos, aconteceu que os mesmos candidatos tinham votos em duas províncias: disto se prevaleceu Sua Majestade para escolher tais candidatos para uma das duas províncias, eliminar seus nomes de todas as outras listas, e eleger o quarta, ou quinto candidato, em lugar do primeiro, segundo ou terceiro: um exemplo poderá melhor aclarar esta exposição. *O Imperador desejava nomear o quinto candidato de Goiás em lugar de um dos três mais votados: os dois primeiros na respectiva lista haviam também obtido maioria de votos em outras províncias. Depois de haver nomeado esses dois candidatos pelas outras províncias, eliminou seus nomes da lista de Goiás, e contou o quinto nela como o terceiro mais votado*²⁹⁶.

Já o barão de Mareschal, Felipe Leopoldo Wenzel, em carta ao príncipe de Metternich, de 23 de janeiro de 1826, comentando tanto as comemorações pelo aniversário da imperatriz Leopoldina como as nomeações para o Senado, ambas

²⁹⁴ Os doze nomes, que figuraram na lista de Minas Gerais, mas não foram nomeados pelo imperador eram Nicolau Vergueiro, Plácido Martins Pereira, José Caetano Gomes, Manuel Inácio de Mello e Souza, Lúcio Teixeira de Gouvea, José de Resende Costa, José Clemente Pereira, Antonio da Rocha Franco, João José Lopes Mendes Ribeiro, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, Januário da Cunha Barbosa e Manuel Rodrigues da Costa.

²⁹⁵ Houve um senador nascido no Ceará, um em Santa Catarina, um em São Paulo, um no Uruguai, um no Maranhão, três em Pernambuco, sendo que acerca de dez deles não temos informação sobre o local de nascimento.

²⁹⁶ John Armitage, *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 128 (grifos nossos). Sobre as escolhas dos nomes das listas tríplices, Affonso de Taunay afirma que “É óbvio lembrar que os primeiros senadores de Dom Pedro I não pleitearam duas eleições, mas torna-se interessante recordar que muitos deles aparecem em diversas listas de escolha. Assim, o recorde da apresentação da candidatura coube ao Marquês de Queluz, indicado por seis províncias e afinal escolhido pela da Paraíba do Norte, quando era natural que o fosse pela de Minas, de que era filho, ou do Rio de Janeiro, onde tanto vivera. *Tem-se a impressão de que estas indicações todas sugestionadas por S. Cristóvão visavam garantir de modo absoluto, os candidatos do mais intenso imperial agrado*. Em relação ao Pará é indubitável que a escolha do Barão de Itapoã se impunha visto como a de seus dois companheiros de chapa, Queluz ficara com a Paraíba e Francisco Carneiro de Campos, com a da Bahia, sua província natal”. Affonso de E. Taunay, *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 86 (grifos nossos).

ocorridas no dia anterior, também indicava que os senadores nomeados eram “pouco populares”.

Rio de Janeiro le 23 janvier 1826.

Mon Prince,

Le jour de Naissance de L.A.I. Madame l'Archiduchesse a été célébré de la maniere habituelle; j'ai l'honneur de joindre ici la liste des senateurs choisis par les gouvernement dans les listes triples et publiés à cette occasion; 31 d'entre eux son des personnes établis ici.

Entre las graces publiés en ce jour sont M.M^{rs}. les Barons de Canta-Gallo et Paty/: Berquó e Gordilho:/ faits Vicomtês, le dernier sous le nom de Lorena, le Baron de Lages, Ministre de la guerre, conseiller d'état honoraire, Francisco Gomes, /: Chalatti:/ official du cabinet, une commanderie et les quatres frères de M^r de Santos Guarda-ponpas.

Des choix, les quatre premiers étant Portugais et très peu populaires, ne pouvent que fair un très mauvais effet.

Daignez agréer Mon Prince l'hommage de mon profond respect.

Mareschal²⁹⁷.

Retomando John Armitage, as nomeações para o Senado, em janeiro de 1826, teriam sido parte de uma cuidadosa manobra política, visando à escolha de aliados da Coroa em todas as províncias, de maneira a fazer um contrapeso em relação às discussões e propostas que viriam a ser objeto das preocupações dos deputados²⁹⁸.

Após a abertura dos trabalhos do Legislativo, o estratagema, ou cautela, de Pedro I na seleção dos senadores, não se mostrou despropositado. Já em 1826, os deputados apresentaram-se dispostos a discutir ou modificar uma série de normas até então vigentes e que colocavam em xeque, mais ou menos diretamente, o poder do

²⁹⁷ Biblioteca Nacional, documento manuscrito, 64.01.004 – nº003 – Cartas de Felipe Leopoldo Wenzel, barão de Mareschal ao Príncipe de Metternich, 1826.

²⁹⁸ A escolha dos nomes que deveriam compor o Senado em 1826 revela uma atenção especial, da parte do imperador, em relação àquilo que ele esperava que fosse discutido, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Segundo Vantuil Pereira, “o Senado seria a casa da maturidade e do pensar. A Câmara dos Deputados tinha um perfil distinto, porque ali eram permitidas discussões acaloradas e conflitos”. Tal situação era possível, porque, para além da questão censitária, outra exigência para ingresso no Senado era a idade mínima de 40 anos, o que pressupunha maior experiência política. Já Eul-Soo Pang afirma que “an examination of the first senatorial election in 1826 offers a helpful point of reference in comprehending the political dynamics of the patrimonial state system. Many of Dom João's Brazilian and Portuguese advisers remained in the service of Pedro I after their monarch's return to Lisbon in 1821. Young Brazilian counselors joined the older group of Portuguese to form the core of imperial political elite of the First Reign. With a few exceptions, such as Andradas brothers, ran for senator from more than one province. Queluz, for instance, competed for the office in six different provinces at once, including his home, Minas Gerais; the emperor picked him to represent Paraíba. Caravelas ran from three provinces – Bahia, Minas, and Rio – and was nominated to represent his home province, Bahia. Baependi, a Valença planter, competed in Minas and Rio, and was selected to serve Minas, the province of his birth, not of his residence. Peripheral provinces, such as Pará, Maranhão, and Mato Grosso, were represented not by native sons but by Pedro's intimate advisers, civil and military, who were ‘elected’ from them. Bahia was the only province completely represented by its own sons, and they were all highly loyal court advisers. In fact, for the first senate in 1826, Baianos represented four provinces: Pará, Piauí, Pernambuco, and Rio de Janeiro. This strategy of placing an outsider (but an emperor's confidant) in senatorial posts became an integral tradition of patrimonial service”, *In pursuit of honor and power*, p. 208-209; Constituição de 25 de março de 1824, capítulo 3º, Do Senado; e Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822 – 1831)*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 161.

monarca. Em 1826, a Câmara dos Deputados propôs, por exemplo, um projeto de lei de responsabilidade dos ministros e outro de abolição dos morgados e bens vinculados, projetos estes que, nos anos seguintes, foram discutidos com demora e cautela pelos senadores²⁹⁹. Além disso, já em 1826, a Câmara foi notificada, via ofício do Senado, de que este se recusava a discutir conjuntamente as emendas feitas pela Câmara aos projetos de naturalização e de organização dos conselhos de províncias, justificando tal negativa com base na não aceitação de tais emendas³⁰⁰.

Segundo John Armitage, o teor das medidas em discussão no Legislativo em 1826 fez com que o imperador encerrasse antecipadamente as atividades, iniciadas em maio, já em 06 de setembro.

[...] sendo quatro meses o período marcado para a sua duração, e tendo havido afluência de negócios a tratar, muito ficou por fazer. Um projeto de lei estabelecendo a responsabilidade do Conselho, e Ministros de Estado, um decreto a para a instituição imediata dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, e outro para o aumento do subsídio de Sua Majestade Imperial foram os principais atos que a Câmara dos Deputados adotou e enviou ao Senado. [...]

As medidas principais que passaram no Senado para serem transmitidas à Câmara dos Deputados foram um projeto para a naturalização dos estrangeiros, outro para regular os Conselhos Provinciais e um terceiro extremado as atribuições dos Ministros de Estado. Antes porém que entrassem em discussão, os projetos que haviam passado na Câmara dos Deputados, Sua Majestade Imperial, a 6 de setembro encerrou a sessão da Assembléia Geral [...]³⁰¹.

A despeito, portanto, da escolha cuidadosa dos senadores, a situação do Legislativo nesse primeiro ano de funcionamento parecia ainda bastante difícil para Sua

²⁹⁹ Sobre as discussões referentes à responsabilidade de ministros e conselheiros de Estado, Eder da Silva Ribeiro afirma que a adoção de todas as emendas propostas pelo Senado ao referido projeto de lei foi uma vitória, ainda que indireta, dos conselheiros e senadores, uma vez que “havia um sentimento generalizado por parte dos deputados de que as emendas vindas do Senado descaracterizavam o projeto original que havia saído da Câmara temporária. No entanto, todas as emendas foram aprovadas, uma vez que existia igualmente uma idéia ampla de que era uma lei estritamente necessária para o bom funcionamento do sistema representativo, não obstante a desaprovação fosse patente. [...] Não eram sem fundamento as reclamações dos deputados. [...] os representantes temporários viam que já havia algum tempo que a Câmara vitalícia procurava obstaculizar a reunião das duas Casas, apesar de suas insistências em se realizar a fusão, que só ocorreria pela primeira vez no final do primeiro ano de trabalho da segunda legislatura. A questão mais controversa recaía em torno do modo de se proceder na votação, pois enquanto os deputados defendiam a votação promíscua, os senadores se mostravam totalmente contrários, ao que procuravam criar subterfúgios argumentando que a votação necessariamente deveria ser por Câmaras, pois senão a Constituição seria ferida, uma vez que ela dividia o corpo legislativo em duas partes. [Finalmente] diante das resistências dos senadores, não havia outra alternativa para os deputados senão aceitar as emendas ao projeto de Lei de Responsabilidade, pois caso fossem rejeitadas ele só poderia ser aprovado mediante a reunião das duas Câmaras, o que, segundo Lino Coutinho, o Senado não consentia, visto que “(...) se recusa a obrar em conformidade do art. 61 da constituição (...)”, o que inviabilizaria na prática, segundo opinião da maior parte dos representantes eletivos, a decretação dessa lei tão salutar à nação brasileira”. Eder da Silva Ribeiro, “*O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I*”, p. 114-115. Ainda sobre essa lei, consultar Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso*, p. 159-160.

³⁰⁰ Nos índices dos Anais da Câmara dos Deputados de 1826, há a informação que tal ofício está no terceiro volume dos Anais de 1826, p. 377.

³⁰¹ John Armitage, *História do Brasil*, p. 134.

Majestade Imperial³⁰². Pouco mais de um mês depois do encerramento dos trabalhos, em 12 de outubro de 1826, d. Pedro concedeu títulos de nobreza para agraciar uma parcela significativa dos senadores³⁰³, muitos deles já nobilitados em outubro de 1825³⁰⁴.

Dentre os conselheiros de Estado, todos nomeados senadores, à exceção de Luís José de Carvalho e Melo, visconde da Cachoeira com grandeza em 1825, falecido em 06 de junho de 1826, os outros nove foram elevados a marqueses em 12 de outubro de 1826. Não bastasse a elevação do título, diretamente de visconde para marquês, sete deles receberam ainda assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

Dessa forma, Antônio Luís Pereira da Cunha foi elevado a marquês de Inhambupe de Cima, Clemente Ferreira França a marquês de Nazaré, João Severiano Maciel da Costa a marquês de Queluz, José Egídio Álvares de Almeida a marquês de Santo Amaro, José Joaquim Carneiro de Campos a marquês de Caravelas, Manuel Jacinto Nogueira da Gama a marquês de Baependi e Mariano José Pereira da Fonseca a marquês de Maricá; todos eles agraciados também com o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Enquanto Francisco Vilela Barbosa e João Gomes da Silveira

³⁰² Vale destacar que, após o encerramento do ano Legislativo, o Império do Brasil assinou, em 23 de novembro de 1826, o tratado de abolição do tráfico de escravos com a Inglaterra, contudo, segundo Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira, tal tratado também foi recebido de maneira negativa pelos contemporâneos, inclusive pelo Legislativo, por perceberem que essa medida era uma ameaça à economia do país, podendo provocar a “paralisia do desenvolvimento econômico”. Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “O Primeiro Reinado em revisão”, p. 159-160, e o tratado pode ser conferido em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 1, p. 559.

³⁰³ Caio Prado Júnior afirma que “a Constituição, regularmente aceita pelas câmaras municipais do país, e por ele jurada, ficou inteiramente letra morta. Não se convocou o parlamento senão dois anos depois, e continuou tal o governo absoluto do Imperador. No seu íntimo, aflagava D. Pedro o firme propósito de a revogar sumariamente, logo que isso lhe parecesse oportuno. *Sua atitude para com os que lhe aconselharam tal gesto (todos agraciados com títulos e comendas), não deixa a respeito a menor dúvida*”. Caio Prado Júnior, “A Revolução”, p. 56 (grifos nossos). Para além da interpretação que Caio Prado faz da Constituição de 1824, deve-se ressaltar a concessão de títulos e comendas para aqueles que aconselharam o imperador no início de seu reinado.

³⁰⁴ João Manuel Pereira da Silva considerou que d. Pedro I se equivocou tanto na nomeação de alguns senadores, quanto na concessão de títulos nobiliárquicos. Sobre as concessões praticadas em 1825, Pereira da Silva afirmou que “D. Pedro I só um concedera até então, o de Marquez do Maranhão a Lord Cockrane, mas com o fundamento provado de relevantíssimos serviços á causa da independência e da integridade do imperio: Para que afrontar a opinião publica elevando no dia anniversario do seu nascimento, cerca de quarenta cidadãos á titulares, marquezes, viscondes e barões, quando se não podia em muitos dos agraciados descobrir motivos para merecerem demonstrações tão significativas de apreço? Para que assim diminuir o valor de um premio, que deve exclusivamente pertencer á quem for digno delle, quando se não pode francamente publicar os fundamentos? Irritou-se tanto mais a opinião liberal, quanto observou na lista do agraciados, de mistura com varões distintos por serviços politicos e administrativos, e por posição social, criados do paço obscuros, cortezaes desconceituados, alguns dos homens que só se haviam tornado notáveis pelas idéas absolutistas que professavam [...]”. João Manuel Pereira da Silva, *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brazil*, p. 37-38.

Mendonça foram agraciados somente com marquesados, respectivamente de Paranaguá e de Sabará.

É digno de nota que, à exceção do barão de Santo Amaro, que já possuía um título nobiliárquico, todos os demais conselheiros de Estado e senadores tiveram uma rápida ascensão na escala nobiliárquica, entre 1825 e 1826, obtendo um título de marquês um ano depois de sua primeira nobilitação, alcançando, portanto, o segundo título hierarquicamente mais elevado sem terem sido condes³⁰⁵.

Contudo, novamente, esses dez políticos não constituem exceção no quadro de agraciados dos anos de 1825 e 1826. Outros dez políticos foram agraciados em 1825, nomeados senadores em janeiro e tiveram seus títulos elevados em outubro de 1826. Esse é o caso de Estevão Ribeiro de Resende, agraciado com o título de barão de Valença com honras de grandeza em 1825 e elevado a conde de Valença em 1826; José da Silva Lisboa, barão de Cairu sem grandeza em 1825, elevado a visconde de Cairu sem grandeza em 1826; João Carlos Augusto de Oyenhausen, visconde de Aracati com honras de grandeza em 1825, elevado a marquês de Aracati em 1826; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, visconde de Vila Real da Praia Grande com grandeza em 1825, elevado a marquês de Vila Real da Praia Grande em 1826; Felisberto Caldeira Brant Pontes, visconde de Barbacena com grandeza em 1825, elevado a marquês de Barbacena em 1826; Lucas Antônio Monteiro de Barros, barão de Congonhas do Campo sem grandeza em 1825, elevado a visconde de Congonhas do Campo sem grandeza em 1826; José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, barão de Caeté sem grandeza em 1825, elevado a visconde de Caeté sem grandeza em 1826; Domingos Borges de Barros, barão de Pedra Branca sem grandeza, em 1825, elevado a visconde de Pedra Branca sem grandeza em 1826; João Inácio da Cunha, barão de Alcântara sem grandeza em 1825, elevado a visconde de Alcântara com grandeza em 1826; e Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, barão de Pati de Alferes com grandeza em 1825, elevado a visconde de Lorena com grandeza em janeiro de 1826 e a marquês de Jacarepaguá em outubro de 1826. Deve-se ressaltar que os quatro agraciados com títulos de marquês receberam, além do título, o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

Se recuperarmos as listas trípticas, a análise da relação entre as nomeações para o Senado e os títulos nobiliárquicos concedidos em 1826 fica ainda mais interessante. Assim, dos 50 senadores nomeados, 21 haviam sido nobilitados em 1825, dos quais 20

³⁰⁵ Vale lembrar que em ordem crescente de hierarquia, os títulos de nobreza eram barão, barão com honras de grandeza, visconde, visconde com honras de grandeza, conde, marquês e duque.

receberiam elevações ou novos títulos em outubro de 1826 após o encerramento das atividades do Legislativo daquele ano. Das 19 províncias do Império, onze tiveram alguns de seus senadores agraciados com títulos de nobreza em outubro de 1826. Assim, dos quatro senadores por Minas Gerais já agraciados em 1825, dois foram elevados a marquês, um a conde e um a visconde³⁰⁶. No caso dos senadores pelo Rio de Janeiro, três foram elevados a marqueses³⁰⁷. Já em se tratando da Bahia, dentre os cinco anteriormente nobilitados, dois foram elevados a marquês e dois a visconde, enquanto Luis José de Carvalho e Melo, feito visconde em 1825, é provável que não tenha sido elevado, haja vista que faleceu em junho de 1826³⁰⁸. Pernambuco, Paraíba do Norte, Ceará, Mato Grosso, Alagoas e Goiás tiveram, cada uma, apenas um senador titulado, e todos eles tiveram seus títulos elevados, sendo agraciados em 1826 com títulos de marquês³⁰⁹; sendo que o único senador agraciado pelo Maranhão teve seu título elevado para visconde com grandeza em 1826³¹⁰. Finalmente, no caso de São Paulo, dos três senadores nobilitados, um foi agraciado em 1825 com um marquesado, um recebeu em 1826 um título de visconde com grandeza (São Leopoldo) e o terceiro, tendo recebido em 1825 um baronato, foi no ano seguinte elevado para viscondado sem grandeza³¹¹.

Deve-se ressaltar que nenhum desses 22 senadores havia sido o candidato mais votado da província em que fora eleito³¹² e, mais do que isso, das 19 províncias, apenas

³⁰⁶ Os senadores por Minas Gerais foram os marqueses de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça) e Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama), o conde de Valença (Estevão Ribeiro de Resende) e o visconde de Caeté (José Teixeira da Fonseca Vasconcelos).

³⁰⁷ Os senadores pelo Rio de Janeiro foram os marqueses de Santo Amaro (José Egidio Álvares de Almeida), Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca) e Paranaguá (Francisco Villela Barbosa).

³⁰⁸ Os senadores pela Bahia foram os marqueses de Nazaré (Clemente Ferreira França) e Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), os viscondes sem grandeza de Cairu (José da Silva Lisboa) e Pedra Branca (Domingos Borges de Barros), e o visconde da Cachoeira com grandeza (Luiz José de Carvalho), título concedido em 1825.

³⁰⁹ O senador por Pernambuco foi o marquês de Inhambupe de Cima (Antonio Luis Pereira da Cunha), pela Paraíba do Norte, o marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), pelo Ceará, o marquês de Aracati (João Carlos Augusto de Oyenhausen), pelo Mato Grosso, o marquês de Vila Real da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro), por Alagoas, o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) e por Goiás, o marquês de Jacarepaguá (Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda).

³¹⁰ O senador pelo Maranhão foi o visconde Alcântara com grandeza (João Inácio da Cunha).

³¹¹ Os senadores por São Paulo foram d. Francisco de Assis Mascarenhas, agraciado, em 1825, com o título de marquês de São João da Palma; José Feliciano Fernandes Pinheiro, nobilitado com o título de visconde de São Leopoldo com grandeza em 1826; e Lucas Antônio Monteiro de Barros, que teve seu título de barão de Congonhas do Campo sem grandeza, concedido em 1825, elevado, no ano seguinte, para visconde de Congonhas do Campo sem grandeza.

³¹² Na lista tríplice de Minas Gerais, o visconde de Caeté ficou em 2º, o conde de Valença em 8º, o marquês de Baependi em 10º, e o marquês de Sabará ficou em 12º; na lista do Rio de Janeiro, o marquês de Maricá ficou em 3º, o marquês de Paranaguá em 6º e o marquês de Santo Amaro em 7º; na lista da Bahia, o marquês de Caravelas ficou em 2º, o visconde da Cachoeira com grandeza em 7º, o visconde de Cairu em 8º, o visconde da Pedra Branca em 9º e o marquês de Nazaré em 12º; o marquês de Inhambupe ficou em 17º na lista de Pernambuco; o marquês de Queluz ficou em 4º na lista da Paraíba do Norte; o

sete delas tiveram o mais votado nomeado pelo imperador, sendo que nenhum deles foi agraciado em 1826 (e tampouco já possuía um título de nobreza). José Joaquim Nabuco de Araújo, primeiro da lista pelo Pará, província que representou no Senado, diferentemente dos outros seis³¹³, veio a ser, algum tempo depois, agraciado por d. Pedro I, recebendo, em 1828, o título de barão de Itapoã sem grandeza.

Salta aos olhos, portanto, a larga quantidade de senadores nobilitados em 1826, e dentre esses o grande número de marqueses (o segundo título mais elevado na monarquia brasileira, destacando-se, ainda, que nenhum título de duque foi concedido por Pedro I a figuras que não pertenciam à família real, mesmo que ilegitimamente), porém, mais do que isso, atenção deve ser dada às concessões de assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

Apesar de a Constituição de 25 de março de 1824 determinar, em seu artigo 102, que a concessão de mercês pecuniárias dependia da aprovação do Legislativo, o parágrafo 11 do mesmo artigo esclarecia que tais mercês poderiam sim ser concedidas, sem prévia autorização dos deputados e senadores, se já estivessem determinadas por lei³¹⁴, caso dos assentamentos pelo Conselho da Fazenda.

O assentamento pago pelo Conselho da Fazenda era um rendimento que poderia ser concedido para pessoas agraciadas com títulos de conde, marquês e duque. Tal privilégio foi instituído em terras americanas quando d. João, então príncipe regente, aportou do lado de cá do Atlântico, e, tal como se fazia em Portugal, concedeu títulos acompanhados por essa mercê pecuniária; vale destacar, contudo, que tal mercê não possuía um valor fixo, podendo variar de agraciado para agraciado.

À primeira vista pode parecer curioso que Pedro I pudesse conceder uma mercê pecuniária, apesar do disposto na Constituição, uma vez que o parágrafo 16, do artigo 179, determinava que “Ficam abolidos todos os Privilégios que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica”, para além, é claro, do parágrafo

marquês de Aracati ficou em 8º na lista do Ceará; o marquês de Vila Real da Praia Grande ficou em 5º na lista do Mato Grosso; o marquês de Barbacena ficou em 4º na lista de Alagoas; o marquês de Jacarepaguá ficou em 4º na lista de Goiás; o visconde de Alcântara com grandeza ficou em 2º na lista do Maranhão; e, finalmente, na lista de São Paulo, o visconde de Congonhas do Campo ficou em 7º, o marquês de São João da Palma em 9º e o visconde de São Leopoldo em 15º.

³¹³ Eram eles: Francisco Carneiro de Campos, primeiro da lista da Bahia; José Antonio Rodrigues de Carvalho, do Ceará; Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, de Minas Gerais; Estevão José Carneiro da Cunha, da Paraíba do Norte; João Carlos Mayrink da Silva Ferrão, de Pernambuco; e José Teixeira da Matta Bacellar, de Sergipe.

³¹⁴ De acordo com o parágrafo 11, do artigo 102, capítulo 2 da Constituição de 1824, cabia ao Poder Executivo “Conceder Titulos, Honras, Ordens Militares, e Distincções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléa, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei”.

11, do artigo 102, do capítulo 2, sobre o Poder Executivo, no título relativo ao Imperador, que determinava que a concessão de mercês dependia da aprovação da Assembléia Legislativa.

Contudo, continuando a leitura do referido artigo, vê-se que ele estabelecia também que tais concessões não eram irregulares se “já estivessem taxadas por lei”. Vale lembrar que lei de 20 de outubro de 1823 “declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados”³¹⁵. Assim, uma vez que o alvará de 1808 que estabelecia, no Brasil, o Conselho da Fazenda não havia sido revogado, mantinha-se a prerrogativa do monarca de conceder tais assentamentos; prática que d. Pedro, antes mesmo das concessões aos senadores, já retomara em 1823, ao oferecer a Cochrane tanto o título de marquês quanto o assentamento pelo Conselho da Fazenda³¹⁶.

Assim, ao se retomarem os trabalhos do legislativo em 1827, o Senado contava com 14 marqueses, um conde, dois viscondes com grandeza e quatro viscondes sem grandeza, totalizando 21 nobres; um aumento significativo na hierarquia dos titulados se comparado com o ano anterior (um marquês, 13 viscondes com grandeza, um visconde sem grandeza, um barão com grandeza e cinco barões sem grandeza); mas não só isso, a partir de fins de 1826, dos 14 senadores marqueses, 12 deles possuíam também o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

D. Pedro escolheu então cuidadosamente os senadores a partir de listas provinciais, não exatamente tríplices, com nomes adicionados aparentemente à revelia dos eleitores, e sem qualquer preocupação em assentir com as preferências manifestadas pelo maior número de votos. Tal procedimento, contudo, não teria sido suficiente para lhe garantir um legislativo mais dócil, frente, ao menos, às discussões e projetos que circulavam na câmara baixa. O imperador encerrou então o ano legislativo antecipadamente, e, pouco depois, distribuiu títulos nobiliárquicos à mancha aos senadores.

Não por acaso, 1827 parece ter sido um ano mais fácil para o monarca no que tange ao menos ao Poder Legislativo, não em relação à Câmara dos Deputados, é claro, mas sim frente ao papel dos senadores em relação aos projetos discutidos e propostos

³¹⁵ Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 1, p. 463.

³¹⁶ O Conselho da Fazenda foi criado por d. João, no Brasil, por alvará de 28 de junho de 1808, que, por sua vez, remetia à lei de 22 de dezembro de 1761.

nas duas casas³¹⁷. Naquele ano, a Câmara aprovou o projeto de extinção do Conselho da Fazenda, que, apesar de ter sido enviado aos senadores já em 1827, foi por eles rejeitado, por entenderem que tal projeto deveria ser proposto e discutido juntamente com a organização do tesouro nacional³¹⁸.

Porém, não era só por meio da rejeição de projetos que o Senado inviabilizava a aprovação de leis propostas pelos deputados. Como deixou claro Lino Coutinho em 02 de novembro de 1827, tão ou mais eficiente era a procrastinação dos senadores.

Tenho a fazer um requerimento. É preciso officiar ao senado sobre a lei dos conselhos geraes, digo, sobre o regimento dos conselhos geraes de provincia, que se acha adiado no senado desde o anno passado. Não sei com que autoridade adia o senado uma lei destas, atando-nos por este maneira as mãos para não podermos propor uma outra enquanto não for decidida naquella sua camara!!! Por isso é preciso uma decisão sua, se approva ou não o projecto do regimento dos conselhos geraes porque se o reprova, proporemos então outro projecto no anno que vem. A camara do senado tem arrogado a si a attribuição de adiar indefinidamente os projectos desta camara, attribuição que a constituição lhe não dá, e que liga as mãos a esta camara como já disse para propormos a mesma matéria debaixo de outra forma. Por isso apelo a V.Ex. e a esta camara que se officie ao senado, pedindo-lhe que diga se approva ou não o projecto³¹⁹.

Lino Coutinho se referia, como se vê pela passagem, ao projeto sobre os Conselhos Gerais de Província. De acordo com Andréa Slemian, o Senado elaborou um Projeto para os Conselhos Gerais de Província, que foi lido na Câmara dos Deputados, em 11 de julho de 1826, tendo sido aprovado, mas emendado pelos deputados e enviado para o Senado. Após ter sido remetido para o Senado, Bernardo Pereira de Vasconcellos propôs que, considerando a urgência na instalação e funcionamento dos conselhos, a Câmara retirasse as emendas feitas ao projeto do Senado, para que este pudesse ser encaminhado para a sanção imperial³²⁰.

Ainda segundo Slemian, tal proposta foi enviada para a comissão de constituição, que se mostrou favorável, porém, na discussão, os deputados colocaram-se

³¹⁷ Segundo Eder da Silva Ribeiro, outra estratégia utilizada por d. Pedro I, em fins de 1827, foi a “mudança ministerial que colocou no Gabinete três influentes deputados – Pedro de Araújo Lima, Lúcio Teixeira de Gouvêa e Miguel Calmon Du Pin e Almeida – com participação ativa nos debates daquela Câmara, que, mesmo que momentaneamente, foi o suficiente para alcançar seus objetivos e fazer com que os trabalhos da legislatura de 1828 começassem em um ambiente mais sereno. Essa situação, no entanto, não duraria muito tempo”, já que, no ano de 1828, Bernardo Pereira de Vasconcellos conseguiu aprovar sua proposta de que ministros, que fossem deputados, não poderiam participar das comissões, o que impedia, portanto, que os deputados nomeados para o ministério em fins de 1827 fossem membros de comissões. Eder da Silva Ribeiro, “*O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I*”, p. 115-116.

³¹⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1827.

³¹⁹ O requerimento proposto e aprovado continha a seguinte redação: “Visto que o regimento commum não passou nesta camara, requeiro que se officie ao senado afim de que decida acerca dos projectos, que elle contra a constituição tem adiado, dizendo se os approva ou rejeita”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 02 de novembro de 1827, p. 162.

³²⁰ Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, especialmente o subcapítulo “Os Governos das Províncias”.

contrários, vencendo que deveriam esperar a reunião das duas casas do Legislativo. Contudo, passaram-se dois anos sem discussão conjunta - o que motivou a fala de Lino Coutinho -, e sem a instalação dos conselhos nas províncias. Em maio de 1828, o deputado pernambucano Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque propôs uma resolução de mesmo teor daquela que havia sido proposta por Bernardo Pereira de Vasconcellos anos antes³²¹.

Finalmente, após intenso debate, a proposta foi aprovada, em consequência de uma fala de Luiz Paulo de Araújo Bastos no sentido de que a Câmara propusesse um projeto próprio sobre a temática e que contivesse as propostas dos deputados apresentadas anteriormente. Assim, em 27 de agosto de 1828, o imperador sancionou o regimento para os Conselhos Gerais de Província, tal qual proposto pelo Senado em 1826³²². Dessa forma, com os conselhos em funcionamento, a Câmara dos Deputados retomou as questões propostas por eles e as manteve em discussão durante todo o Primeiro Reinado, uma vez que os deputados desejavam “transformar os Conselhos Gerais de Província em espaços de poder local efetivo”³²³.

A despeito, portanto, do projeto ter sido proposto na câmara alta, ainda assim, os senadores não foram mais céleres para discutir as emendas, provocando a indignação dos deputados; ou seja, se, como reclamava Lino Coutinho, a procrastinação era uma prática mesmo quando envolvia projetos do Senado, o que não dizer sobre aqueles gerados no plenário da Câmara. Deve-se destacar, portanto, que o poder de interferência dos senadores era tão significativo, que, conforme Andréa Slemian, os deputados, desejosos de verem os conselhos funcionando, retiraram suas emendas ao projeto, já que os senadores protelavam a discussão e se negavam a fazerem a votação conjunta. Assim, ao retirarem as emendas, a vitória, ainda que inicial, era do Senado.

Em 1827, a Câmara propôs, como mencionado, a extinção do Conselho da Fazenda, projeto rejeitado pelos senadores. Nesse mesmo ano, os deputados também

³²¹ Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, especialmente o subcapítulo “Os Governos das Províncias”.

³²² Cf. Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, especialmente o subcapítulo “Os Governos das Províncias”.. O texto integral da lei pode ser consultado em:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38193-27-agosto-1828-566160-publicacaooriginal-89801-pl.html - acesso em 15/04/2013.

³²³ Deve-se destacar que a temática permaneceu em discussão durante o Primeiro Reinado e também durante os primeiros meses da Regência, em meio às questões envolvendo as atribuições dos regentes. Finalmente, com a aprovação do Ato Adicional em 1834, os Conselhos Gerais de Província foram substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais. Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, especialmente o subcapítulo “Os Governos das Províncias”, a citação está na página 159. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 pode ser consultado em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html> - acesso em 15/04/2013

discutiram as propostas de extinção do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens, debatidas no Senado no ano seguinte, e finalmente transformadas em lei em 22 de setembro de 1828³²⁴.

Em 1828, a Câmara enviou ao Senado o projeto de abolição dos morgados e bens vinculados, cuja discussão fora iniciada pelos deputados já em 1826, contudo os senadores, tal como no caso do projeto de lei dos conselhos de província, só começaram o debate no ano seguinte, vindo, neste caso, a rejeitá-lo integralmente. Em 1829, os deputados enviaram ao Senado o projeto de lei de extinção da casa de suplicação, tal discussão foi iniciada no mesmo ano pelos senadores, porém apenas notificaram a câmara da referida rejeição em um ofício em 1830³²⁵.

Além de todas as procrastinações, emendas e recusas, a atuação do Senado, no que dizia respeito à salvaguarda dos interesses do monarca, pode ser vista, segundo Vantuil Pereira, na negativa da câmara alta em assentir na discussão e votação conjunta das duas casas. O Senado, segundo Vantuil Pereira, apresentava diversas justificativas para impedir a votação conjunta. A primeira delas era a alegação da existência de duas casas dentro do Legislativo, o que significava que, se fosse feita uma votação conjunta, passaria a existir apenas uma, o que, segundo eles, agredia a individualidade de ambas. Além disso, o Senado ponderava que a “votação conjunta abafaria o Senado e provocaria um desequilíbrio institucional”³²⁶, afinal eram ao todo 102 deputados e apenas 50 senadores, sendo que, no caso de votação conjunta, os votos de deputados e senadores seriam contabilizados da mesma maneira, ou seja, individualmente. Segundo o referido historiador, os conflitos entre as duas casas diminuiriam somente em 1830, quando a câmara alta finalmente concordou com a realização de votações conjuntas, isto por que havia chegado a níveis por demais preocupantes (e impossíveis de serem ignorados) a tensão nas ruas, a crise política, e o questionamento da legitimidade do próprio imperador e o impacto da posse da nova legislatura em 1830³²⁷.

³²⁴ O texto integral da lei pode ser consultado em:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html - acesso em 15 de abril de 2013.

³²⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1828 e 1829. Sobre as relações entre Câmara dos Deputados e Senado, consultar Eder da Silva Ribeiro, “*O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I*”, especialmente o capítulo 2, “Conflitos e disputas no Primeiro Reinado: as divergências entre os ilustríssimos senadores e os excelentíssimos conselheiros de Estado”.

³²⁶ Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso*, p. 160-161.

³²⁷ Segundo Vantuil Pereira, “parece-nos que o que mais contribuiu para a reunião da Assembléia Geral tenha sido o agravamento da crise política. Ao contrário de vermos o Senado se curvando para a Câmara dos Deputados, a sua preocupação foi fazer diminuir a tensão política, que já era periclitante. Do outro lado, ao aceitar a proposta da Câmara, os senadores indicaram ao Imperador que o clima deveria ser o da

Vale destacar que a crescente tensão contra o imperador e os rumos da política imperial permitiram que a eleição para a segunda legislatura formasse uma Câmara dos Deputados com um número ainda mais significativo de nomes da oposição a d. Pedro I. De acordo com Roderick Barman, “In Minas Gerais a list of 21 names, men recommended as ‘very liberal’ and ‘devoted to constitutionalism’, was printed to aid the electorate. Thirteen of those recommended were elected for Minas Gerais, and a further four became deputies from Rio de Janeiro province”³²⁸. Assim, possivelmente o novo cenário político era não só desfavorável ao imperador, mas também à política dos senadores de protelarem as discussões oriundas da Câmara dos Deputados e de se recusarem a realizar reuniões conjuntas.

Deve-se ressaltar, ainda, que, entre 1826 e 1831, d. Pedro não ficou restrito à nomeação de 50 senadores, uma vez que sete cadeiras vieram a ficar vagas, tanto por morte como exoneração; contudo, ao nomear os novos senadores, o imperador não se preocupou em manter a política de nobilitação que lhe havia sido tão benfazeja. Uma nova nomeação foi feita já em julho de 1826, quando Antonio Vieira de Soledade, primeiro da lista do Rio Grande do Sul, substituiu Luis Teixeira Correia de Bragança, falecido em 26 de janeiro de 1826. No ano de 1827, foram outras três: Luís Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça (terceiro da lista pela Bahia), em lugar do visconde da Cachoeira, falecido em 06 de junho de 1826; Manuel Inácio da Cunha Meneses, também terceiro da lista pela província da Bahia, em substituição ao marquês de Nazaré, falecido em 11 de março de 1827; e José Saturnino da Costa Pereira, segundo da lista pelo Mato Grosso, para a cadeira do marquês da Praia Grande, falecido em 11 de janeiro de 1827. Outros três senadores foram nomeados em 1828, os últimos escolhidos por Pedro I: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, segundo colocado de Minas Gerais, para a vaga do marquês do Sabará, falecido em 02 de julho de 1827; Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, por Pernambuco (em cuja lista ficara também em segundo), em substituição a Antonio José Duarte de Araújo Gondim, falecido em 31 de janeiro de 1826; e, finalmente, João Vieira de Carvalho, segundo da

concordia e da harmonia. Mas, já era tarde demais. Os acontecimentos políticos das ruas e do Parlamento atingiam um grau de intensidade que era impossível voltar atrás, restando apenas o confronto. Como veremos, a Câmara dos Deputados arrefecera com o Senado, mas não poupava D. Pedro I. A polêmica entre a Câmara dos Deputados e o Senado, embora ocupasse um papel importante (visto que se tratava de um confronto de idéias e concepções acerca do papel do Poder Legislativo), foi a luta política e a dissensão entre a parcela da Câmara dos Deputados e (especificamente de grupos no interior daquela Casa) e o Imperador que se constituíram em um capítulo decisivo para a instabilidade do Primeiro Reinado”. Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso*, p. 168 - 169.

³²⁸ Roderick Barman, *Brazil: The forging of a nation*, p. 152.

lista da província do Ceará e que substituiu Domingos da Mota Teixeira, exonerado em 20 de setembro de 1827³²⁹. Vale destacar que dentre todos eles apenas o último, João Vieira de Carvalho já possuía um título quando de sua indicação para o Senado, era conde de Lajes desde outubro de 1826; e somente um, Manoel Inácio da Cunha Meneses, viria ainda a receber uma nobilitação das mãos do primeiro imperador, mas isso somente três anos depois de sua nomeação para o Senado, tornando-se, em 1830, visconde do Rio Vermelho.

É possível que d. Pedro, frente ao apoio que já conseguira no Senado, a partir de 1827, não sentisse mais a necessidade de ganhar adeptos por meio da nobilitação. Ademais, em ao menos um dos casos o senador escolhido não poderia ser considerado exatamente simpático ao governo, caso de Vergueiro que até então, como deputado, havia representado os interesses dos liberais de São Paulo³³⁰. Além disso, a mudança de Vergueiro e Almeida e Albuquerque da Câmara para o Senado favoreceu, segundo Vantuil Pereira, o relacionamento entre as duas casas, pois, uma vez na casa vitalícia, fizeram esforços para discutirem e aprovarem projetos da outra casa³³¹.

Como colocado anteriormente, ao menos até 1829 a câmara alta parece ter respondido bem aos anseios do monarca. Apenas a partir do agravamento das tensões, e com a posse de uma nova legislatura, em 1830, é que o Senado parece ter sido

³²⁹ Antonio Vieira de Soledade, nomeado pelo Rio Grande do Sul, em 1826, figurava na lista tríplice ao lado de José Egídio Gordilho de Barbuda (visconde de Camamu com grandeza em 1828), 2º lugar, e Manoel da Silva Freire, 3º lugar; Luís Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça, nomeado pela Bahia, em maio de 1827, era o 3º colocado da lista tríplice, passando à frente de Bernardo José da Gama (visconde de Goiana em 1830), 1º da lista, e do 2º lugar, Antônio Ferreira França, que já havia figurado nas listas de 1826; Manuel Inácio da Cunha Meneses também foi nomeado pela Bahia em novembro de 1827, sendo o 3º da lista tríplice, na qual o 1º colocado era João Carlos Leal e o 2º era novamente Antonio Ferreira França; em 1827, pelo Mato Grosso, a lista continha cinco nomes, todavia dois candidatos receberam a mesma quantidade de votos, e por isso estavam empatados em 3º lugar, mas nenhum deles, João José Guimarães e Silva e Luiz Tomas Nacarro de Campos, foi nomeado, sendo que a cadeira senatorial coube a José Saturnino da Costa Pereira, o 2º da lista, que estava atrás do 1º colocado, Joaquim Inácio Silveira da Mota, e à frente do 4º colocado, Antônio José de Carvalho Chaves; já em Pernambuco, a lista formada em 1827, mas com o senador nomeado apenas em 1828, não era das mais favoráveis ao imperador, sendo que os três já haviam figurado nas listas tríplices de 1826, assim o 1º lugar era Luiz Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, o 2º Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque (que foi nomeado) e o 3º Gervásio Pires Ferreira; já Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nomeado por Minas Gerais como o 2º da lista, compôs a lista tríplice com João José Lopes Mendes Ribeiro, 1º da lista, e Lucio Soares Teixeira de Gouveia, o 3º da lista; e finalmente, João Vieira de Carvalho (conde de Lajes em 1826), foi nomeado pelo Ceará, sendo o último colocado da lista, passando à frente de Manuel Inácio de Carvalho, 1º colocado, e de Manuel do Nascimento Castro e Silva, 2º colocado.

³³⁰ Sobre Nicolau Vergueiro e o grupo de São Paulo, ver Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial*, *passim*.

³³¹ Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso*, p. 167.

compelido a rever ao menos parte de suas posições, caso, por exemplo, da reunião das duas casas para votação conjunta³³² de projetos emendados ou recusados em uma delas.

Assim, d. Pedro I, analisando com perspicácia a conjuntura política em que estava inserido, procurou nomear para a casa vitalícia políticos que já haviam desempenhado funções ligadas à monarquia e que poderiam ser considerados mais conservadores se comparados com parte dos representantes da câmara temporária, podendo atuar, portanto, como anteparo aos projetos saídos da Câmara dos Deputados³³³.

Finalmente, a montagem do Legislativo reunido, pela primeira vez, em 1826, foi não só fruto de uma cuidadosa trama política por parte do imperador, que nomeou e nobilitou senadores sem se preocupar em agraciar os deputados dessa legislatura, como também significou um aprendizado do fazer política, dentro de uma esfera de poder fundamental em uma monarquia constitucional.

Retomando a seqüência de acontecimentos desde as eleições de 1824 até as nobilitações de outubro 1826, é possível ponderar que tal seqüência não deve ter sido por acaso, mas sim, provavelmente, parte de uma estratégia política do imperador para conquistar apoio, ou nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, o imperador usava a concessão de títulos nobiliárquicos como uma forma de conseguir “adeptos ou até cúmplices”³³⁴. De tal forma que, possivelmente, em outubro de 1825, quando concedeu 43 títulos nobiliárquicos, d. Pedro I já estivesse ciente de que uma parcela significativa desses titulados figurava nas listas tríplices para o Senado e, talvez não por acaso, tenham sido nomeados senadores em 22 de janeiro de 1826, tendo seus títulos elevados em outubro de 1826.

Dessa forma, procurar apoio da casa vitalícia do Legislativo foi importante para contornar possíveis dissabores advindos da Câmara dos Deputados. Assim, para assegurar apoio do Senado, d. Pedro nomeou aqueles que lhe eram favoráveis, e além

³³² Nos Índices dos Anais da Câmara do segundo volume de 1830, há referência à fusão das câmaras para discussão do orçamento.

³³³ Andréa Slemian, ao discutir a tramitação do projeto de reforma da constituição em 1831 e 1832, que culminou no Ato Adicional, menciona que “nesse ponto, portanto, comprovava-se, para o Império do Brasil, a eficácia do Senado no papel de ‘conservador’ do regime, anunciando que a defesa do caminho da legalidade – isto é, da *Constituição* –, na reforma tendia a constituir-se como sinônimo de moderação política”, *Sob o império das leis*, p. 261. Apesar de tratar de um período posterior ao de 1826, essa percepção é interessante por revelar que o Senado se posicionou de fato de maneira mais conservadora, se comparada com a da câmara, mesmo em um contexto de ausência do imperador, mas tendo em seu interior muitos membros nomeados ao longo do Primeiro Reinado, e justamente com esse propósito de conter os avanços da Câmara dos Deputados. Tal projeto de reforma da constituição será discutido com mais vagar no capítulo 3 dessa dissertação.

³³⁴ Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial – sua desagregação”, p. 29-30.

disso, nobilitou, com títulos elevados, uma parcela significativa dos senadores, procurando vinculá-los à monarquia e ao monarca por meio de uma concessão do Executivo, um título de nobreza. Se não bastasse o título, alguns senadores receberam também um rendimento financeiro, o que provavelmente contribuiu para a defesa de posições mais cautelosas dentro do Senado, colaborando, portanto, para a manutenção da política de d. Pedro I e para a contenção de possíveis radicalismos da Câmara dos Deputados³³⁵.

Vale, ao menos como especulação, pensar o impacto que a eleição de deputados e senadores para a primeira legislatura brasileira pode ter tido na avaliação do monarca em relação às disposições da carta outorgada de 1824. Em 1826, após a morte de seu pai, d. Pedro I assumiu a coroa portuguesa, para, tempos depois, renunciar em nome de sua filha, d. Maria da Glória, então com sete anos³³⁶. Porém, além de passar a coroa, Pedro I elaborou uma carta para Portugal, em muitos pontos semelhante à brasileira. Entre as diferenças mais significativas estava justamente a composição da câmara alta, não mais intitulada Senado, e sim Câmara dos Pares.

A mudança de nomenclatura impunha também uma brusca modificação na composição da Câmara dos Pares, em relação ao Senado brasileiro. A Câmara alta brasileira deveria, como vimos, ser composta por “membros vitalícios, e será organizado por eleição Provincial”³³⁷, além de ter a quantidade de senadores determinada pela constituição, sendo a metade do número de deputados a que cada

³³⁵ Diante da não nobilitação de deputados nessa primeira legislatura, Vantuil Pereira, ainda que não discuta especificamente a nobilitação dos senadores, menciona que havia uma distinção entre os deputados e os senadores, fruto, em parte, dos diferentes requisitos exigidos para o exercício de ambas as funções; e fruto das, conforme o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, idéias aristocráticas dos senadores, que afirmava que “a aristocracia é uma enfermidade que espíritos fracos persuadem-se com superioridade”, uma vez que “o aristocrata quer consumir sem produzir, viver com ostentação sem trabalhar”, indicando a existência de uma divisão no interior do Legislativo imperial. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 02 de novembro de 1827, *apud* Vantuil Pereira, *Ao Soberano Congresso*, 2010, p. 164.

³³⁶ D. Pedro I, além de ser o imperador do Brasil, era também herdeiro do trono português, contudo tal situação adquiriu materialidade com a morte de d. João VI, em 10 de março de 1826, o que viabilizou, portanto, que d. Pedro I pudesse assumir a coroa portuguesa, todavia a notícia da morte de d. João chegou ao Brasil, apenas, em 24 de abril de 1826. Evidentemente que a possibilidade de d. Pedro assumir a coroa de Portugal não agradou os políticos brasileiros, afinal, se isso ocorresse seria a retomada do Império luso-brasileiro, de forma que, segundo Silvana Mota Barbosa, d. Pedro tomou duas importantes decisões sobre essa mesma temática antes da reunião do Legislativo brasileiro, concretizada em 06 de maio. Assim, pouco depois da notícia da morte de seu pai, d. João VI, em 10 de março de 1826, e da chegada dessas notícias no Brasil, em 24 de abril, d. Pedro I abdicou do trono português a favor de sua filha d. Maria da Glória e outorgou uma constituição para Portugal. Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica*, especialmente, capítulo 2, “Nação e Coroa: O Poder Moderador em Portugal”. Apesar do objetivo da autora ser a análise do Poder Moderador, neste capítulo, ela analisa, de maneira mais geral, a constituição portuguesa de 1826.

³³⁷ Constituição de 25 de março de 1824, capítulo III - Do Senado, art. 40º.

província tinha direito³³⁸, já a Câmara dos Pares era composta por “membros vitalícios, e hereditários, nomeados pelo Rei, e sem número fixo”³³⁹.

Tais inovações foram inseridas após a nomeação dos senadores brasileiros, momento em que, possivelmente, d. Pedro I teria percebido a importância de ter a Câmara Alta do Legislativo favorável à sua política, pois, só ela, dentro de uma monarquia constitucional e com poderes independentes, seria capaz de conter os possíveis excessos da Câmara dos Deputados. E foi justamente esse apoio que d. Pedro procurou assegurar constitucionalmente pela carta portuguesa de 1826. Todavia, a Câmara dos Pares não era o único anteparo do monarca português, já que, constitucionalmente, ele tinha direito a veto absoluto³⁴⁰, o que inexistia na constituição brasileira, que previa, apenas, o veto suspensivo³⁴¹. Além disso, em Portugal, a nobreza hereditária, bem como suas “regalias”, foi assegurada pela carta de 1826³⁴², ao contrário do Brasil, cujos privilégios foram abolidos constitucionalmente, com a ressalva de que em Portugal, tal como no Brasil, a concessão de mercês pecuniárias dependia de aprovação do Legislativo³⁴³.

Se os títulos passíveis de serem concedidos pelo imperador do Brasil eram apenas de uma vida, e sem mercês, ainda assim não se mostravam, pelo que vimos, menos importantes para a construção e manutenção do poder do monarca, ainda mais

³³⁸ Constituição de 25 de março de 1824, capítulo III - Do Senado, art. 41. “Cada Província dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a diferença, que, quando o numero dos Deputados da Província fôr impar, o numero dos seus Senadores será metade do numero immediatamente menor, de maneira que a Província, que houver de dar onze Deputados, dará cinco Senadores” e art. 42. “A Província, que tiver um só Deputado, elegerá todavia o seu Senador, não obstante a regra acima estabelecida”.

³³⁹ Constituição de 29 de abril de 1826, capítulo III – Da Câmara dos Pares, art. 39º.

³⁴⁰ “Art. 57º - Recusando o Rei prestar o seu consentimento, responderá nos termos seguintes: - O Rei quer meditar sobre o Projecto de Lei, para a seu tempo se resolver. - Ao que a Câmara responderá, que – Agradece a Sua Majestade o interesse, que toma pela Nação. Art. 58º - Esta denegação tem efeito absoluto”. Apesar das mudanças na nomenclatura, a proposição das leis, em Portugal, era a mesma que a prevista pela constituição de 1824 para o caso brasileiro. Sobre isso, consultar, nas duas constituições, o capítulo IV, “Da Proposição, Discussão, Sancção, e Promulgação das Leis”.

³⁴¹ Pela Constituição de 25 de março de 1824, “Art. 64. Recusando o Imperador prestar seu consentimento, responderá nos termos seguintes. - O Imperador quer meditar sobre o Projecto de Lei, para a seu tempo se resolver - Ao que a Camara responderá, que - Louva a Sua Magestade Imperial o interesse, que toma pela Nação”; e “Art. 65. Esta denegação tem effeito suspensivo sómente: pelo que todas as vezes, que as duas Legislaturas, que se seguirem áquella, que tiver approvado o Projecto, tornem successivamente a apresental-o nos mesmos termos, entender-se-ha, que o Imperador tem dado a Sancção”.

³⁴² Constituição de 29 de abril de 1826, título VIII, Das disposições gerais, e garantias de direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses, artigo 145, parágrafo 31, “Garante a Nobreza Hereditária, e suas regalias”.

³⁴³ Constituição de 29 de abril de 1826, título V, Do Rei, capítulo II, Do Executivo, artigo 75, parágrafo 11, “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de Serviços feitos ao Estado, dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembleia, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei”.

quando acrescidos das rendas provenientes do assentamento do Conselho da Fazenda. D. Pedro I, ao longo de seu reinado, concedeu, como já mencionado, 150 distinções, para 96 indivíduos, sendo justamente o ano de 1826 o de maior número de concessões. Se, em 1825, 45 distinções foram concedidas, em 1826 esse número saltou para 61 distinções. Em nenhum outro período de seu reinado d. Pedro chegaria sequer próximo ao número de concessões efetuadas em 1825 e 1826. Em 1827, ele concedeu apenas um título; em 1828, dez; em 1829, onze; em 1830, oito; e em 1831, último ano do reinado do primeiro imperador, nenhum título foi concedido³⁴⁴. Todavia, como se verá a seguir, nem todos os 96 agraciados pelo primeiro imperador ocuparam os altos círculos da política imperial.

2.3. Ministros, filhos, amante e alguns mais

Das 96 pessoas agraciadas com títulos concedidos pelo primeiro imperador, 22 delas vieram a ocupar um assento no Senado. Os senadores ou futuros senadores, se pensarmos nas nobilitações feitas antes de 1826, não foram, contudo, os únicos homens ligados à política a receberem um título no Primeiro Reinado. Deputados, ministros, presidentes de província, embaixadores e diplomatas também foram contemplados com baronatos, viscondados, condados e marquesados.

No que tange aos marquesados, segundo título mais alto na hierarquia da nobreza brasileira, distribuídos fartamente, como vimos, entre os senadores em 1826, também foram concedidos a homens que ocuparam outras posições políticas. Antônio Teles da Silva, português de nascimento, ministro plenipotenciário em Viena em 1824, além de gentil-homem de d. João VI e d. Pedro I, foi agraciado com o título de visconde de Resende com grandeza em 1825 e elevado a marquês de Resende, com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁴⁵ em 1826. Francisco Pais Barreto, pernambucano, que apesar de ter participado do movimento de 1817 em sua província natal, preso por dois anos e suspeito de ter se envolvido no atentado contra Luiz do Rego Barreto, foi nomeado presidente da província de Pernambuco em 1824, às vésperas da eclosão da

³⁴⁴ Como já mencionado, no início de seu reinado, d. Pedro I também ofertou distinções, sendo que cinco foram ofertadas em 1822, seis em 1823 e três em 1824.

³⁴⁵ Sobre a biografia de Antônio Teles da Silva, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 382 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, vol.3, p. 683. Deve-se destacar que, depois de agraciado com o título de marquês, foi ministro em Paris, em 1828, e na Rússia, em 1830.

Confederação do Equador, nobilitado nesse mesmo ano com o título de visconde do Recife com grandeza e elevado, em 1826, a marquês de Recife (sem assentamento pelo Conselho da Fazenda)³⁴⁶.

Já os títulos médios ou mais baixos na hierarquia foram distribuídos com mais fartura. Assim, das outras dez figuras ligadas à política, duas alcançaram títulos de conde, duas de visconde com honras de grandeza, uma de visconde, uma de barão com grandeza e quatro de barão. Vale mencionar alguns deles: Bernardo José da Gama, que havia sido deputado na Assembléia de 1823, foi agraciado em 1830 com o título de visconde de Goiana; José de Oliveira Barbosa, ministro da Guerra em novembro de 1823, responsável por referendar o decreto de dissolução da Constituinte de 1823, foi nobilitado, em 1829, com o título de barão do Passeio Público; Manuel Antônio Farinha, ministro da Marinha no gabinete de 1822, foi feito barão de Sousel em 1825 e elevado a conde no ano seguinte; enquanto Tomás Joaquim Pereira Valente, governador das armas do Rio de Janeiro, nobilitado com o título de barão do Rio Pardo com grandeza em 1825, foi elevado a conde no ano seguinte.

Porém, além desses homens que atuaram em alguma esfera da política³⁴⁷, d. Pedro I também nobilitou pessoas vinculadas à monarquia pelo desempenho de funções ligadas à corte³⁴⁸ e próximas ao imperador e à sua família, inclusive médicos. Assim, à

³⁴⁶ Sobre a biografia de Francisco Pais Barreto, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 381 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 683. Sobre a nomeação de Francisco Pais Barreto para a presidência de Pernambuco, de acordo com Gilberto Vilar de Carvalho, frei Caneca, em seu *Typhis Pernambucano*, afirmou que “Sua Majestade pode de um peão fazer um fidalgo, de um escudeiro cavalheiro; porém, dar juízo a quem não tem, não pode, decerto. Pode Sua Majestade dar padrões de tenças, títulos de barões, viscondes, condes, marqueses e duques; porém dar ciência a um tolo, valor a um covarde, virtude a um vicioso, honra a um patife, amor da Pátria a um traidor, não pode Sua Majestade. Poder-se-há supor e esperar que Francisco Pais Barreto, Morgado do Cabo só pela nomeação, que dele fez Sua Majestade, haja de ter agora outra natureza, outros conhecimentos, outra constitucionalidade? Quem nos pode assegurar este milagre?”. Gilberto Vilar de Carvalho, *Frei Caneca: gesta da liberdade, 1779-1825*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 98.

³⁴⁷ Além dos exemplos citados, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, ministro plenipotenciário em alguns países europeus, foi agraciado com o título de barão de Itabaiana em 1825, elevado a visconde em 1826 e agraciado com honras de grandeza em 1828; José Félix Pereira de Burgos, presidente do Pará de 1825 a 1828, foi agraciado com o título de barão de Itapicuru-mirim sem grandeza em 1829; Manuel de Sousa Martins, presidente da junta de governo do Piauí de 1823 a 1824, quando assumiu a presidência da província, em 1825, foi agraciado com o título de barão de Parnaíba sem grandeza; e Tomás Garcia e Zuñiga, presidente da Cisplatina, foi agraciado com o título de barão de Calera sem grandeza em 1828. Finalmente, outros dois presidentes de província agraciados foram Francisco Vicente Viana e José Egídio Gordilho de Barbuda, mas que serão tratados em outro momento, pois, ao contrário dos anteriores, seus filhos também foram nobilitados.

³⁴⁸ De acordo com Roderick Barman, “os postos na corte eram de dois tipos. Os grandes oficiais do Estado, como o mordomo-mor e o estribeiro-mor eram membros da nobreza, e seus deveres limitavam-se à participação em cerimônias do Estado, tais como as de coroação e os dias de gala. A segunda classe de postos na corte era composta de quatro grupos: os gentis-homens da Imperial Câmara, os veadores, os guarda-roupas e os médicos da Imperial Câmara. Toda semana quatro cortesãos representando cada um desses grupos apresentavam-se para o serviço. Esses quatro oficiais prestavam constante atendimento ao

exceção dos três médicos agraciados com baronatos sem grandeza³⁴⁹, as demais pessoas, cujas trajetórias biográficas foram marcadas pelo exercício de funções de corte, foram agraciadas com títulos nobiliárquicos elevados, um condado e cinco marquesados.

Ana Romana de Aragão Calmon, dama do paço, camareira-mor da imperatriz e dama camarista da princesa imperial do Brasil, foi agraciada com o título de baronesa de Itapagipe sem grandeza em 1825 e elevada a condessa em outubro de 1826 (vindo, em 1828, a acompanhar d. Maria II para a Europa)³⁵⁰. Já Francisca Joana de Lacerda Castelo Branco, dama da imperatriz, foi agraciada com o título de viscondessa de Itaguaí com honras de grandeza em 1825 e elevada a marquesa, no ano seguinte, com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁵¹.

O assentamento pago pelo Conselho da Fazenda à marquesa de Itaguaí não constituiu uma exceção, já que outros três marqueses – além, é claro, dos senadores e políticos em geral – tiveram esse mesmo privilégio. Pedro Dias Paes Leme era português de nascimento, reposteiro-mor³⁵² de Sua Majestade e gentil-homem³⁵³ da imperial câmara, havia sido agraciado com o título de barão em 1818, recebido honras de grandeza em 1822, sendo elevado a marquês de São João Marcos, em 1826, com assentamento pelo Conselho da Fazenda³⁵⁴; e João Maria da Gama Freitas Berquó, camarista do imperador e ajudante do quartel general da Guarda de Honra do

imperador durante o dia. Nomeações na corte, mantidas via de regra por indivíduos de descendência nobre, não eram totalmente desprovidas de responsabilidade, mas não impunham afazeres pesados”. Roderick Barman, *Imperador Cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 29.

³⁴⁹ Francisco Manuel de Paula, barão de Saúde em 1828. Manuel Bernardes Pereira da Veiga, barão de Jacutinga em 1830; e Vicente Navarro de Andrade, barão de Inhomirim em 1826.

³⁵⁰ Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, p. 624-625.

³⁵¹ Sobre a biografia de Francisca Joana de Lacerda Castelo Branco, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 496 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 621.

³⁵² Segundo Raphael Bluteau, reposteiro-mor era um fidalgo que fazia algumas funções do camareiro-mor, sendo o responsável por chegar a cadeira e a almofada até o rei quando se senta ou se ajoelha, arrumar a mesa, adornar a casa, armar a tapeçaria e mandar guardar as armações. *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 7, p. 262. De acordo com Antonio de Moraes e Silva, reposteiro-mor era o fidalgo responsável por chegar ao rei a cadeira e a almofada quando ele se senta ou se ajoelha. *Diccionario da lingua portugueza*, volume 2, p. 603. O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira*, fornece a mesma definição que o de Antonio Moraes e Silva.

³⁵³ Segundo Raphael Bluteau, gentil-homem era como eram chamados os cavaleiros do reino. *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 4, p. 57. De acordo com Antonio de Moraes e Silva, “gentilhômem” era um criado nobre de reis ou embaixadores. *Diccionario da lingua portugueza*, volume 2, p. 85. Já para Luiz Maria da Silva Pinto, gentil-homem era um criado nobre da casa real, sinônimo de fidalgo. *Diccionario da Lingua Brasileira*, página não numerada.

³⁵⁴ Sobre Pedro Dias Paes Leme, consultar Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, p. 449 e *Archivo Nobiliarchico*, p. 706.

Imperador³⁵⁵, foi agraciado, em 1825, com o título de barão de Cantagalo com grandeza, elevado a visconde com grandeza em janeiro de 1826 e, finalmente, a marquês de Cantagalo com o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, em outubro desse mesmo ano³⁵⁶.

Francisco de Sousa Coutinho foi agraciado com o título de visconde de Maceió com grandeza em 1825 e elevado, no ano seguinte, a marquês de Maceió com assentamento pelo Conselho da Fazenda, todavia, as informações existentes acerca de sua pessoa indicam uma trajetória política posterior ao título, isto é, ministro no gabinete de 1827 e ministro plenipotenciário em 1828. Ainda assim, sua biografia fornece elementos para uma sugestiva trajetória familiar, uma vez que ele era filho de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, e marido, desde 1824, de d. Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, dama da imperatriz Leopoldina, filha de Fernando Carneiro Leão e neta de Brás Carneiro Leão. Assim, ainda que Francisco de Sousa Coutinho não possuísse uma notável carreira política em 1826, ele era não só filho de um importante ministro de d. João, mas também, ligado por matrimônio, a uma importante família de negociantes do Centro-Sul, os Carneiro Leão³⁵⁷.

³⁵⁵ Sobre a composição da Guarda de Honra do Imperador, John Armitage afirmou que “O Imperador escolhia os indivíduos que nele deveriam servir a seu arbítrio, dentre a mocidade das principais famílias do Rio de Janeiro. A instituição deste corpo produziu ainda maior sensação do que o decreto de 1º de Dezembro [criação da Ordem do Cruzeiro]; todos os indivíduos nele alistados, fossem quais fossem os seus princípios, eram obrigados a prestar juramento de implícita obediência a Sua Majestade Imperial; e muitos que estimariam bem evitar o honroso cargo que lhes fora imposto, acharam-se na posição pouco apetecível de servirem de garantias dos sentimentos das pessoas com quem eram relacionados”. John Armitage, *História do Brasil*, p. 68.

³⁵⁶ Sobre a biografia de João Maria da Gama Freitas Berquó, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 107 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 590.

³⁵⁷ Sobre a biografia de Francisco de Sousa Coutinho, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 265 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 644. Sobre a realização de matrimônios entre nobres e negociantes, Riva Gorenstein afirma que “foi somente através da obtenção de títulos de nobreza que o negociante e seus familiares puderam penetrar nas famílias nobres através do casamento. Assim mesmo era raro e se deu em casos especialíssimos, quando um membro da família do negociante ocupava postos muito importantes na administração, como foi o caso de Fernando Carneiro Leão, cujo cunhado, o barão de Baependi, era ministro de Estado. Sua filha, d. Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, neta da baronesa de São Salvador, mãe de Fernando e primeira brasileira a receber um título de nobreza no do governo de d. João VI, casou-se com dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho, filho de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, primeiro conde de Linhares, descendente do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa”. Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, in Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 197. Deve-se ressaltar que o primeiro título nobiliárquico de Manuel Jacinto Nogueira da Gama foi visconde de Baependi com grandeza, e não o de barão de Baependi.

Finalmente, Luís de Saldanha da Gama, veador³⁵⁸ da imperatriz Leopoldina, foi agraciado com o título de visconde de Taubaté com grandeza em 1825 e elevado a marquês de Taubaté, porém foi o único a não receber o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁵⁹.

As concessões, contudo, não ficaram restritas ao universo político ou àqueles que circulavam na corte. D. Pedro também titulou familiares seus (ou pessoas com quem tinha vínculos afetivos), figuras que possuíam laços com aqueles que ocuparam posições políticas no Estado, militares, e uns poucos negociantes com atuação importante no início de seu reinado.

Mais famosos são justamente os títulos por ele concedidos à sua amante Domitila de Castro e à sua filha com ela, d. Isabel Maria de Alcântara Brasileira. Seu relacionamento com Domitila de Castro teve início já em 1822, no ano seguinte, ela se mudou para o Rio de Janeiro, ficando mais próxima do imperador e da corte, e em outubro de 1825, recebeu seu primeiro título de nobreza, o de viscondessa de Santos com honras de grandeza, tendo, em outubro do ano seguinte, seu título elevado para marquesa com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁶⁰. Vale mencionar as

³⁵⁸ Segundo Raphael Bluteau, vedor (ou veador) era, em ordem de preeminência, o que estava abaixo do mordomo, sendo o responsável por examinar os alimentos que eram colocados à mesa real. *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 8, p. 378. Já no dicionário de Antonio de Moraes e Silva, vedor (ou veador) era sinônimo de mordomo da casa, sendo o responsável pela inspeção e por prover o que era necessário. *Diccionario da lingua portugueza*, volume 2, p. 836. O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto apresenta definição semelhante ao de Antonio de Moraes e Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*, página não numerada. Vale ressaltar que dos três dicionários, o de Raphael Bluteau data de 1728, o de Antonio de Moraes e Silva de 1789 e o de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832. Estão disponíveis em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/3/veador> - acesso em 05/03/2013.

³⁵⁹ Sobre a biografia de Luís de Saldanha da Gama, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 500 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 722.

³⁶⁰ Contudo, um requerimento efetuado pela marquesa de Santos para que o assentamento no Conselho da Fazenda fosse de fato pago lança algumas dúvidas sobre a efetividade da distinção dada pelo assentamento: “N. 11. – IMPÉRIO. – Consulta do Conselho da Fazenda de 29 de janeiro de 1827.

“Sobre o assentamento que pede a Marqueza de Santos da quantia que lhe compete, por este seu titulo, haver da Fazenda Publica.

Sobre o requerimento da Marqueza de Santos dirigido ao Conselho de Fazenda, em que pede o assentamento que lhe toca na conformidade do seu respectivo titulo.

DECISÕES

O Escrivão da Fazenda, a quem o Conselho mandou informar, respondeu que, desde a criação do Tribunal do Conselho da Fazenda nesta Côrte, até o presente, nunca se expediu Alvarás ou Cartas de assentamentos de quantias ou mantimentos que em Portugal se faziam aos titulos dos grandes do Reino, talvez, além de outras razões, porque taes quantias erão assentadas sobre rendas proprias, e para este fim designadas; por isso o que se tem sempre observado naquella repartição, e ultimamente com a carta ou titulo da Senhora Duqueza de Goyaz, é ordenar o Conselho que se registre o titulo apresentado pelo agraciado com a grandeza. O Desembargador Procurador da Fazenda respondeu da maneira seguinte: A’ vista da informação do Escrivão da Fazenda, entendo de necessidade dever subir o exposto por elle ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador, porque não cabe na autoridade do Tribunal dispensar o cumprimento do imperial mandado na carta da mercê do titulo, nem occorrer com medida, ainda provisoria, para effeituvar-se o mesmo cumprimento, que ha de regular igualmente nas outras identicas

justificativas dadas pelo monarca para a elevação do título de Domitila de Castro Canto e Melo: os serviços “prestados ao coração do imperador”³⁶¹ e o fato de ser mãe da já legitimada duquesa de Goiás³⁶².

Deve-se ressaltar que a entrada de Domitila de Castro nos círculos da corte possibilitou que seu pai, seu irmão e seu cunhado fossem nobilitados. Assim, em 12 de outubro de 1826, mesma ocasião em que ela foi feita marquesa, seu pai, João de Castro Canto e Melo tornou-se visconde de Castro com grandeza e seu cunhado, Boaventura Delfim Pereira, barão de Sorocaba. Em outubro do ano seguinte, foi a vez de seu irmão, homônimo do pai, tornar-se 2º visconde de Castro com grandeza.

Finalmente, à sua filha com Domitila de Castro, o imperador concedeu diretamente o título nobiliárquico mais elevado, o de duquesa. D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, nascida em 23 de maio de 1824, foi agraciada com o título de duquesa de Goiás, em 24 de maio de 1826, recebendo o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda e também o tratamento de alteza real. Assim, com esta nobilitação, d. Pedro I não só legitimava a sua filha ilegítima, como também a agraciava com o título nobiliárquico mais elevado³⁶³.

mercês; muito embora se pratique o registro, que na informação se refere, para dar-se a carta do título a quem pertence, porque me parece não ser necessaria a propria, e bastar o registro para o seguimento que fôr determinado, dependente a meu ver da Assembléa Legislativa, attento ao systema que rege felizmente este Imperio. O que visto, parece ao Conselho, conformando-se com a resposta do Desembargador Procurador da Fazenda, que deverá subir ao alto conhecimento de Vossa Magestade Imperial a pretensão da supplicante Marquessa de Santos, ficando a sua carta registrada, para que Vossa Magestade Imperial se digne de decidir o que houver por bem, e que servirá para o deferimento de outras semelhantes pretensões affectas ao Conselho. – Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1827.

RESOLUÇÃO. Registre-se, e entregue-se depois o titulo a quem pertence, ficando o mais procedente de ulteriores disposições. – Paço, 29 de Janeiro de 1827.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. *Visconde de S. Leopoldo*”. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_58.pdf Rui Vieira da Cunha menciona o pedido para receber o assentamento feito pela marquesa de Santos, afirmando que ele foi recusado por ser inconstitucional, porém não menciona se outros pedidos desse mesmo teor foram efetuados. Rui Vieira da Cunha, *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1975, p. 21-24. Vale lembrar que tanto a presença de Domitila de Castro na corte, quanto sua nobilitação provocaram grande escândalo e indignação na sociedade imperial, sentimentos que foram agravados após a morte da imperatriz Leopoldina, em 11 de dezembro de 1826, quando, de fato, abriu-se um caminho para d. Pedro I e a marquesa de Santos pudessem oficializar sua união, via matrimônio, o que não era bem visto nem por políticos, nem pela sociedade de maneira mais geral. Talvez, esse cenário deva ser considerado como uma possível explicação para o requerimento feito pela marquesa para pagamento do assentamento, bem como sua recusa. Sobre o relacionamento entre d. Pedro I e a marquesa de Santos, e a repercussão da morte da imperatriz, consultar Isabel Lustosa, *D. Pedro I*, especialmente a parte 7, “O Brasil e o mundo”; Roderick Barman, *Imperador Cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 35-36, entre outros.

³⁶¹ O decreto de concessão do título de marquesa de Santos está transcrito na nota 62 deste capítulo.

³⁶² Sobre Domitila de Castro Canto e Melo, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 433-434 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 701.

³⁶³ A duquesa de Goiás não foi a única filha de d. Pedro I e Domitila de Castro. Em 13 de agosto de 1827, nasceu d. Maria Isabel de Alcântara Brasileira, que teria sido agraciada com o título de duquesa do Ceará,

Além de nobilitar sua amante e sua filha ilegítima, d. Pedro I concedeu outro título de duque, o de Santa Cruz, também com tratamento de alteza real, mas, desta vez, ao irmão de sua segunda esposa. Em novembro de 1829, Augusto Carlos Eugênio Napoleão, irmão da imperatriz d. Amélia de Leuchtenberg, que havia chegado ao Brasil em outubro desse mesmo ano, foi nobilitado com o título de duque de Santa Cruz, sem, contudo, receber o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

Não foram, porém, os seus familiares ou aqueles com quem tinha laços afetivos, os únicos a serem titulados justamente por sua condição de filhos ou parentes. O mesmo ocorreu, como mencionado, com os familiares de muitos dos senadores nobilitados em 1826.

Assim, aos filhos de sete senadores, d. Pedro I concedeu títulos de designação idêntica aos de seus pais, porém hierarquicamente mais baixos. Dessa forma, em 1826, Luís José de Carvalho e Melo Carneiro da Costa, filho do visconde de Cachoeira, foi agraciado com o título de 2º visconde de Cachoeira com grandeza, porém faleceu em 1827, o que permitiu que, em 1828, seu irmão, Pedro Justiniano de Carvalho Carneiro e Melo fosse agraciado com o título de 3º visconde de Cachoeira com grandeza; ainda em 1828, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homônimo do pai, o marquês de Vila Real da Praia Grande, foi nobilitado com o título de visconde da Vila Real da Praia Grande com grandeza; Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, filho do marquês de Baependi, tornou-se visconde de Baependi com grandeza; em 1829, João de Tavares Maciel da Costa, filho do marquês de Queluz, tornou-se visconde de Queluz com grandeza; José Carlos de Almeida, filho do marquês de Santo Amaro, tornou-se visconde de Santo Amaro com grandeza; Alexandre Vieira de Carvalho, filho do conde Lajes, tornou-se barão de Lajes com grandeza; e, em 1830, Felisberto Caldeira Brant Pontes, filho do marquês de Barbacena, tornou-se visconde de Barbacena com grandeza.

Ao nobilitar os filhos dos políticos, d. Pedro parece ter utilizado, então, a mesma estratégia política de seu pai, d. João, nos anos finais de seu reinado, nobilitando uma série de pessoas sem idade suficiente para que já tivessem prestado serviços relevantes ao Império. Ao receber os respectivos títulos, o barão de Lajes tinha apenas 12 anos; o

todavia a menina faleceu em 25 de outubro de 1828, sem que o título tivesse sido registrado; e em 28 de fevereiro de 1830 nasceu d. Maria Isabel de Alcântara Brasileira, homônima da irmã, que se casou em 1848 com o conde de Iguçu, Pedro Caldeira Brant, tornando-se condessa de Iguçu pelo casamento. Sobre essas três agraciadas, consultar *Nobreza*, 608 (Goiás), 597 (Ceará) e 615 (Iguçu). Além das três meninas, d. Pedro I e Domitila de Castro tiveram outro filho, d. Pedro de Alcântara Brasileiro, nascido em 07 de dezembro de 1825 e falecido no dia 27 desse mesmo mês. Sobre a biografia de Domitila de Castro e seus filhos com o imperador, consultar Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 701.

visconde de Baependi, 16; e o de Cachoeira, 17 anos incompletos³⁶⁴. Dessa forma, agraciar uma criança de 12 anos representava, possivelmente, assegurar o apoio de sua família, tal como d. João fizera com a nobilitação de Paulo Fernandes Carneiro Viana, filho do intendente Paulo Fernandes Viana, nobilitado em 1818, aos 14 anos incompletos, com o título de barão de São Simão.

Além desses filhos, outros parentes de políticos, inclusive de senadores, também foram nobilitados. Como exemplo, há dois irmãos do senador marquês de Barbacena, Ildefonso de Oliveira Caldeira e Pedro Dias Paes Leme. O primeiro foi nobilitado com o título de visconde de Jericinó com grandeza em 1826, e Pedro Dias Paes Leme, que era coronel do corpo de Exército, gentil-homem da imperial câmara e marido de Francisca de Paula de Mendonça Paes Leme, dama da imperatriz e filha do senador Jacinto Furtado de Mendonça, foi agraciado com o título de barão de Quixeramobim com grandeza em outubro de 1825, elevado a visconde com grandeza em abril de 1826 e a marquês com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda em outubro desse mesmo ano³⁶⁵.

Além deles, os presidentes de província Francisco Vicente Viana e José Egídio Gordilho de Barbuda tiveram seus filhos nobilitados. O primeiro foi presidente da Bahia em 1824 e 1825, agraciado com o título de barão de Rio das Contas sem honras de grandeza em 1825 e recebeu uma vida em seu título em 1826, que, por sua vez, fez com que seu filho, Frutuoso Vicente Viana se tornasse o 2º barão de Rio das Contas na mesma ocasião em que o pai recebeu a vida no título. Já o segundo, presidente do Rio Grande do Sul e da Bahia, foi agraciado com o título de visconde de Camamu com honras de grandeza em 1828, mas, sendo assassinado em 28 de fevereiro de 1830, o título, meses depois do ocorrido, foi concedido para seu filho, José Egídio Gordilho de Barbuda, porém sem as honras de grandeza concedidas ao pai.

Além desses titulados, homens que se destacaram por suas carreiras militares também foram agraciados, especialmente aqueles que atuaram na guerra de independência da Bahia e na Cisplatina. Em recompensa pelos serviços prestados na Bahia, d. Pedro I nobilitou, em circunstâncias diferentes, três irmãos, Antônio Joaquim

³⁶⁴ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, p. 53-56.

³⁶⁵ Sobre a biografia de Pedro Dias Paes Leme, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 378 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 681. Pedro Dias Paes Leme, meio irmão do marquês de Barbacena, era natural de Ouro Preto, Minas Gerais, e apesar das informações referentes ao matrimônio, não há menções à data de tal matrimônio.

Pires de Carvalho e Albuquerque, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque teve a honra de ter sido agraciado com o primeiro título nobiliárquico ofertado por d. Pedro I, o de barão da Torre de Garcia d'Ávila em 1822, sendo elevado a visconde em 12 de outubro de 1826; seu irmão, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, foi agraciado, em 1824, com o título de barão de Jaguaripe; e, finalmente, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque recebeu o título de barão de Pirajá em abril de 1826, sendo elevado a visconde em outubro desse mesmo ano.

Em recompensa à atuação na Cisplatina, Carlos Frederico Lecor, que havia recebido honras de grandeza em seu baronato em 1823, foi elevado a visconde de Laguna com grandeza em 1825; e José de Abreu foi agraciado com o título de barão de Serro Largo em 1825; já Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, marechal, governador da Cisplatina e comandante de Armas, foi agraciado com o título de barão de Vila Bela em 1826; e Rodrigo Pinto Guedes, comandante da Esquadra do Rio da Prata de 1826 a 1828, tornou-se barão do Rio da Prata com grandeza em 1826³⁶⁶.

Além desses agraciados, que tiveram trajetórias militares centrais para a política do primeiro imperador, outros homens que ocuparam postos militares, mas também exerceram funções de corte, alcançaram, talvez não por acaso, altos títulos nobiliárquicos. Neste caso, estão Francisco da Costa Sousa de Macedo e Manuel Inácio de Andrade Souto Maior.

O primeiro deles, Francisco da Costa Sousa de Macedo, era português de nascimento, oficial do exército brasileiro, veador, gentil-homem da imperial câmara e mordomo-mor³⁶⁷ da imperatriz Leopoldina; ele foi agraciado com o título de visconde

³⁶⁶ Além desses exemplos citados, outros homens, que seguiram carreira militar e foram nobilitados, foram Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, agraciado com o título de barão de São Francisco em 1824 e com honras de grandeza em 1826; José de Araújo de Aragão Bulcão, agraciado com o título de 2º barão de São Francisco em outubro de 1829 e com honras de grandeza em 1830, vale destacar que era filho do 1º barão de São Francisco, falecido em maio de 1829; Joaquim Xavier Curado, barão de São João das Duas Barras com grandeza em 1825 e elevado a conde no ano seguinte; José Joaquim Moniz Barreto, barão de Itapororoca sem grandeza em 1828; e Patrício José Correia da Câmara, barão de Pelotas em 1825, e elevado a visconde em 1826.

³⁶⁷ Segundo Raphael Bluteau, mordomo-mor era o primeiro entre os ofícios titulares da casa real e a ele estavam sujeitos todos os outros ofícios e criados, que dependiam da ordem do mordomo para receberem o pagamento de sua moradia, além disso, cabia ao mordomo-mor aceitar vassallos e graus de nobreza no paço dos reis. *Vocabulário Português & Latino*, volume 5, p. 578. Já no dicionário de Antonio de Moraes e Silva, mordomo era aquele que administrava a casa e seus bens, recebia os criados e os moradores, e era responsável pelos alvarás para pagamento das moradias. *Diccionario da lingua portugueza*, volume 2, página 318. E o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto define mordomo como aquele que, apenas, governa a casa e rege seus bens. *Diccionario da Lingua Brasileira*, página não numerada. Vale ressaltar

da Cunha com grandeza em 1825, e elevado a marquês de Cunha, em 1826, sem ter sido agraciado com o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Além de sua trajetória ligada às funções da corte, era marido de Maria do Loreto Carneiro Viana, filha de Paulo Fernandes Viana, neta de Brás Carneiro Leão, e, portanto, prima de d. Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, esposa do marquês de Maceió³⁶⁸.

Já o segundo deles, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior teve carreira militar, além de ter sido alferes-mor³⁶⁹ na coroação e sagração de d. Pedro I e no juramento da constituição, contudo, apesar das biografias existentes não detalharem sua carreira militar, sua ascensão nobiliárquica foi rápida, uma vez que foi agraciado com o título de barão de Itanhaém em 1819, recebendo honras de grandeza em 1822, e sendo elevado a marquês de Itanhaém com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁷⁰ em 1826.

Finalmente, d. Pedro I nobilitou, em número reduzido, negociantes que haviam sido importantes, especialmente, nos primeiros anos de seu reinado³⁷¹. Assim, Joaquim José de Azevedo, cuja trajetória biográfica estivera ligada à vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808 – tornando-se negociante no centro-sul, e recebendo no período joanino o título de barão do Rio Seco, elevado depois a visconde –, e que permaneceu no Brasil depois do retorno da Família Real para Portugal, sendo nomeado

que dos três dicionários, o de Raphael Bluteau data de 1728, o de Antonio de Moraes e Silva de 1789 e o de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832. E estão disponíveis em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/3/veador> - acesso em 05/03/2013.

³⁶⁸ Sobre a biografia de Francisco da Costa Sousa de Macedo, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 140 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 601. Apesar de não haver registro quanto ao ano em que este matrimônio foi contraído, sabe-se apenas que Maria do Loreto Carneiro Viana, nascida em 26 de junho de 1808, faleceu em 30 de maio de 1826.

³⁶⁹ Segundo Raphael Bluteau, alferes-mor era um título antigo, mas, na época, apenas honorífico, sendo o responsável por levar a bandeira real no exército, só podendo desenrolá-la com ordem do rei. *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 1, p. 244. De acordo com Antonio de Moraes e Silva, alferes-mor era o responsável por levar a bandeira real na aclamação do rei, saimentos e batalhas. *Diccionario da lingua portugueza*, volume 1, p. 91. Já para Luiz Maria da Silva Pinto, alferes-mor era quem levava a bandeira real, porém indicava que, na época, tal função já era desempenhada pelos porta-bandeiras. *Diccionario da Lingua Brasileira*, página não numerada.

³⁷⁰ A exemplo do que aconteceu com senadores e presidentes de província, cujos filhos haviam sido agraciados, Paulo José da Silva Gama, que seguiu carreira militar, foi agraciado com o título de barão de Bagé em 1821, por d. João VI, com honras de grandeza em 1823, e recebeu em 1825 uma vida em seu título, o que fez com que seu filho, homônimo do pai, que seguiu a mesma carreira do pai, se tornasse 2º barão de Bagé em 1825 e recebesse honras de grandeza no ano seguinte. Sobre a biografia de Manuel Inácio de Andrade Souto Maior, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 210 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 624. Vale destacar que, no Período Regencial, o marquês de Itanhaém foi nomeado tutor de d. Pedro II.

³⁷¹ Segundo Riva Gorenstein, os negociantes apoiaram d. Pedro I da mesma forma que haviam apoiado d. João VI, e “estavam empenhados em garantir a manutenção do regime monárquico de governo e fortalecimento do poder central. Concretizada a Independência, serviram ao governo de d. Pedro I, do mesmo modo que tinham servido a d. João VI. Receberam do imperador títulos de nobreza, condecorações, tornaram-se grandes cafeicultores”. Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, p. 222.

por d. Pedro I porteiro-mor, recebeu em 1822 honras de grandeza em seu título de visconde, sendo elevado em 1826 a marquês de Jundiá, acompanhado por assentamento pago pelo Conselho da Fazenda³⁷². Finalmente, vale mencionar que ele enviuvou de sua primeira esposa, d. Maria Carlota Millard, em 1813, contraindo, tempos depois, segundas núpcias, com d. Mariana da Cunha Pereira, filha do marquês de Inhambupe, ministro, senador e conselheiro de Estado.

Já Fernando Carneiro Leão³⁷³, filho de Brás Carneiro Leão e Ana Francisca Maciel da Costa, ele mesmo, tal como seu pai, negociante, recebeu o título de barão de Vila Nova de São José com grandeza em 1825, sendo elevado a conde em outubro de 1826. Fernando Carneiro Leão não foi, contudo, o único da família a ser elevado a conde em 1826. Seu sobrinho, Paulo Fernandes Carneiro Viana, filho do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de São Simão em 1823 e também foi elevado a conde em 1826. Finalmente, outro negociante de destaque foi Amaro Velho da Silva, agraciado com o título de barão de Macaé sem grandeza em 1826 e elevado a visconde com grandeza em 1829³⁷⁴.

Assim, das 96 pessoas agraciadas por d. Pedro I, a larga maioria desempenhou funções ligadas à monarquia, como conselheiros de Estado, senadores, ministros, presidentes de província, outros seguiram carreira militar, e apenas uma minoria foi agraciada por ter sido negociante ou por ter desempenhado funções de pouco destaque. Dessa forma, percebe-se que d. Pedro I priorizou o caráter político das nobilitações, fosse como forma de recompensa pelos serviços prestados nas guerras da Cisplatina ou da independência da Bahia, fosse para angariar apoio dentro casa vitalícia do

³⁷² Sobre a biografia de Joaquim José de Azevedo, consultar *Archivo Nobiliarchico*, p. 245 e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol.3, p. 636-637.

³⁷³ De acordo com Riva Gorenstein, “Fernando Carneiro Leão pode ser visto como o protótipo de negociante em sua luta pra obtenção de um lugar entre os ‘ilustres’ do Rio de Janeiro. Gastou boa parte de sua fortuna pessoal em doações ao monarca, em obras assistenciais, religiosas e culturais. Em troca, recebeu de d. João VI inúmeras honrarias. No Primeiro Reinado, foi nomeado guarda-roupa da Câmara de d. Pedro I e, no ano seguinte, gentil-homem da mesma Câmara. Viu seus esforços coroados em 1825, ao ser agraciado com o título de barão de Vila Nova de São José. Em 1826, recebeu o título de conde de Vila Nova de São José”. Riva Gorenstein, “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808 – 1830)”, p. 192-193.

³⁷⁴ Sobre Amaro Velho da Silva, Camila Borges da Silva afirma que este negociante teve um papel importante durante o reinado de d. João, uma vez que ele “já havia alcançado a honra de segurar uma das varas do pódio que cobria o príncipe regente e D. Carlota no momento do desembarque da Família Real, teve os préstimos reconhecidos em 1808 e 1811, quando foi nomeado, respectivamente, Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo, e em 20 de agosto de 1812, quando, juntamente com seu irmão [Manuel Velho da Silva], recebeu o título do Conselho, uma das maiores honrarias que se poderia alcançar”. Camila Borges da Silva, *O Símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, p. 188. Apesar de ter recebido todas essas honrarias por d. João, é digno de nota que seu primeiro título nobiliárquico só foi obtido em 1826, ofertado por d. Pedro I.

Legislativo e para reafirmar a lealdade de seus ministros, fosse para construir uma teia política por meio da nobilitação de filhos e parentes de importantes figuras da política, especialmente dos senadores.

A concessão de títulos de nobreza pelo primeiro imperador foi interpretada, já pelos contemporâneos, como sendo expressão da vontade pessoal de d. Pedro I. Entre aqueles que partilhavam deste tipo de entendimento, estava o inglês John Armitage, que refletindo a respeito da larga quantidade de títulos concedidos em outubro de 1825, afirmou que

Se estas honras tivessem sido conferidas em remuneração de notáveis serviços, ou ainda mesmo se tivessem sido fundadas em lei não haveria motivo de murmuração; mas como tivessem sido distribuídas arbitrariamente segundo a escolha do Imperador, os pretendentes desatendidos uniam-se em condenar a injusta parcialidade de Sua Majestade, e em lamentar amargamente a sua infeliz escolha. Como jocosamente observaram os próprios monarquistas, estas promoções honoríficas produziram mais republicanos do que todas as maquinações dos democratas³⁷⁵.

A despeito de sua interpretação (partilhada por outros, contemporâneos ou não), a prática da nobilitação efetivada pelo primeiro monarca deve ser analisada dentro de uma estratégia política mais ampla, e não apenas como vontade pessoal do imperador desprovida de caráter político, evidente uma vez que se atente, com vagar, à conjuntura das várias concessões realizadas. Assim, se não há dúvida de que os títulos de nobreza representavam uma distinção para quem os recebia, eles possuíam também uma outra dimensão por parte daquele que os concedia, uma contraparte, nesse caso, claramente política, significando não só um reconhecimento pelos serviços prestados, mas também uma forma de assegurar apoio, vinculando, através do título nobiliárquico, o agraciado à monarquia imperial.

Se nem todos os títulos foram ofertados a homens vinculados aos altos círculos da política imperial, uma quantidade significativa deles foi, indicando uma estratégica combinação entre a vontade do monarca e o cenário político. Contudo, tal estratégia não isentou, nem mesmo os contemporâneos de questionarem os critérios utilizados para tais nobilitações, bem como os méritos e virtudes dos agraciados. Isso pode ser percebido, nas palavras de Armitage, quando o inglês comparou a nobreza européia com a nobreza brasileira, afirmando que

as freqüentes e extensas criações de nobreza foram também um erro manifesto [de d. Pedro I]: a nobreza no Brasil não era, como na Europa, uma instituição que nascera espontaneamente do sistema feudal, e que, como sua inseparável companheira, a lei da primogenitura, fora ditada pelo manifesto interesse da sociedade, desde sua origem: não podia aquela ser considerada no Brasil senão como a recompensa honorífica do mérito;

³⁷⁵ John Armitage, *História do Brasil*, p. 122-123.

logo, a maneira profusa e pouco judiciosa com que foram dados os títulos, em lugar de elevar aqueles a quem eram conferidos, tendia, pelo contrário, a deprimir e envilecer essa instituição³⁷⁶.

Dessa forma, ainda que nem todos os títulos nobiliárquicos tenham sido ofertados a pessoas de significativa visibilidade política, a larga maioria dos títulos concedidos possuía um viés político, indicando que o manejo dos títulos nobiliárquicos era parte de uma estratégia política do primeiro imperador. E justamente por isso a concessão de títulos de nobreza praticada por d. Pedro I foi tema de intensos debates dentro do Legislativo tão logo d. Pedro I abdicou da coroa em 07 de abril de 1831.

³⁷⁶ John Armitage, *História do Brasil*, p. 226-227.

Capítulo 3: Da Abdicação à Maioridade: a política em torno dos títulos de nobreza

O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providencia concedeu á este Imperio, mais um favor, dando ao mundo o expectaculo de uma revolução, de que o seu maior successo – *a abdicaçam* – nam custou à Naçam, *uma victima, uma só gota de sangue, um só tiro*; se limitou em suas consequencias, de tantas a dezejar, a esse unico filho do acaso, como se essa fosse a maior carência da Naçam, ou como se ela tivesse de castigar os insultos que sofreu em Novembro de 1823, e em Março de 1831, unicamente na pessoa do entam Imperador. Como se esse infeliz D. Pedro fosse o único inimigo dos Brasileiros, e das liberdades, e nam ouvessem tantos sevandijas, que ainda agora à custa dos cofres da Naçam sustentam fausto, e a grandeza, que os faz olhar as desgraças publicas com indiferença, ou com o sorriso da maldade com que as causaram. [*O Sete d’Abril*. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1833, número 1 (grifos originais)]

Com essas palavras e quase dois anos depois da abdicação de d. Pedro I, *O Sete d’Abril* inaugurava seu primeiro exemplar, afirmando que a abdicação havia sido uma revolução, ainda que não tenha custado sangue ou vítimas à nação, ao mesmo tempo em que ponderava não ser, o até então imperador d. Pedro I, o único inimigo dos brasileiros. Assim, mesmo que não isentasse o imperador de suas responsabilidades, *O Sete d’Abril* afirmava existirem outros inimigos do país, e que, ao contrário do monarca, não haviam saído do Brasil e continuavam a se aproveitar dos cofres da nação³⁷⁷.

Para além das discussões se os envolvidos na abdicação, tanto o imperador quanto seus aliados, eram inimigos ou “sevandijas”³⁷⁸, é interessante considerar que, em meio à organização do Executivo e das propostas em discussão do Legislativo desde o início da regência, *O Sete d’Abril* expandia a “responsabilidade/culpa” pela abdicação, vendo, possivelmente, a existência de outros “culpados” (para além do monarca), mas

³⁷⁷ Meses depois da abdicação de d. Pedro I, houve a elaboração de uma petição, encaminhada ao governo brasileiro, requerendo a saída de, conforme Marcello Basile, “oitenta e nove pessoas que deveriam ser banidas do Império, entre as quais estavam vários titulares e senadores – como os marqueses de Paranaguá, Baependi, Aracati, Santo Amaro e Maceió, os condes do Rio Pardo e de Lages, os viscondes da Praia Grande, de Alcântara e Laguna, e o barão do Rio da Prata – e outras personalidades políticas do Primeiro Reinado – como José Clemente Pereira, Fernando Carneiro Leão e Candido Japiáçu –, além de muitos portugueses, militares e clérigos de menor renome”. Vale ressaltar que essas pessoas estiveram ligadas à administração anterior, tendo sido, por exemplo, ministros e senadores. Tal petição foi assinada, ainda segundo Basile, por quatrocentas e quarenta e uma pessoas, entre civis e militares, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2004, p. 263.

³⁷⁸ De acordo com o dicionário de Raphael Bluteau, savandija é um bicho ou inseto asqueroso, metaforicamente, significa pessoa de pouca estimação; já de acordo com o dicionário de Moraes e Silva, sevandijar significa tratar com indecência e falta de decoro. Consultar, respectivamente, <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/savandija> (acesso em 05/05/2013) e <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/sevand%C3%ADja> (acesso em 05/05/2013).

que permaneceram dentro da esfera do poder, tanto no Executivo, como ministros, quanto no Legislativo, como deputados e senadores.

Vale lembrar que, nos poucos meses em que esteve no poder, no ano de 1831, d. Pedro I nomeou dois gabinetes ministeriais, um em 19 de março³⁷⁹, e outro em 05 de abril, o último chamado de “gabinete dos marqueses” em razão da presença dos marqueses de Inhambupe (pasta do Império), Aracati (Estrangeiros), Baependi (Fazenda), Lages (Guerra), Paranaguá (Marinha), além do visconde de Alcântara (Justiça). Esse gabinete foi formado, apenas, por figuras da confiança do imperador, porém, para a oposição que estava no Parlamento, tais nomeações significaram uma afronta, de tal forma que, no dia seguinte, o Campo de Santana foi ocupado por pessoas que exigiam a abdicação do imperador³⁸⁰.

A despeito, contudo, do acirramento das tensões a partir de 1830³⁸¹, vale destacar que nesse ano o monarca concedeu apenas oito títulos, e nos poucos mais de três meses que permaneceu à frente da nação em 1831, ninguém foi nobilitado. Retomando, contudo, a leitura do *O Sete d'Abril*, é possível realizar a interpretação da vinculação entre “sevandijas”, Senado e privilégios, pois afirma que

[...] esse *Senado*, sempre desposto a fazer retrogradar a nossa civilisaçam; esse *poder judiciário*, pela maior parte corrompido, devasso e *imoral*; e finalmente essa *aristocracia* aviltante, e esse numerozo exercito, para um paiz independente, e onerozo a um estado nascente, em que os amigos da patria nam tinham acesso, ou eram desfeiteados, e degradados; nam succedendo o mesmo agora aos que a ociozidade anima a tramarem contra os direitos da Naçam, á quem tudo devem. [...] O 30 de julho [de 1832], que tanto arripia aos membros da *conservadora*, e que deu algum raio de esperança, aos que nam sam serviz, nem retrógrados, desapareceu ainda uma vez, por mal sustentado por esses jovens deputados; porem nòs o veremos chegar, por ser esse o voto dos Brasileiros, que nam nasceram para escravos dessa meia dúzia de *parasitos*, e tirarem de seus inimigos o partido

³⁷⁹ O gabinete de 19 de março era formado por Bernardo José da Gama (pasta do Império), Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros), Manuel José de Sousa França (Justiça), Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Fazenda), José Manuel de Moraes (Guerra) e José Manuel de Almeida (Marinha).

³⁸⁰ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 277.

³⁸¹ Segundo Iara Lis Carvalho de Souza, a partir de 1828, a imagem de d. Pedro I foi, cada vez mais, criticada, tanto pela Assembléia, quanto pelos jornais, especialmente a *Aurora Fluminense* e a *Astréia*, entre outros. Além disso, havia grandes desconfiças em relação aos portugueses, que eram aliados do imperador, e responsáveis pelas redes de abastecimento, sendo, portanto, aos olhos de uma parcela significativa da população, responsabilizados pela carência em que essas pessoas viviam. Em Vila Rica, em 1831, o imperador defendeu sua prerrogativa de vetar e sancionar as leis, exacerbando ainda mais os ânimos liberais. Ao retornar para o Rio de Janeiro, em março, os portugueses, especialmente caixeiros e taverneiros, organizaram festas para recebê-lo, contudo os brasileiros não participaram dessas comemorações. Em meio a esses conflitos nas ruas entre portugueses e brasileiros, d. Pedro I ainda organizou um beija-mão em homenagem a d. Maria da Glória, sua filha e rainha de Portugal, no dia 04 de abril, para os súditos portugueses, o que impulsionou novos protestos nas ruas. Em seguida, d. Pedro I nomeou o gabinete dos marqueses, mas não conseguiu resistir aos embates, nem na Câmara, nem nas ruas, abdicando, em 07 de abril de 1831. Iara Lis Carvalho Souza, *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: UNESP, 1999, consultar, especialmente, o capítulo “O Imperador sem finalidade: 1831”.

que anhelam, taes monstros, aproveitaram a expectaçam silencioza dos cidadaos, que interpretam sinistramente em seus jornaes desacreditados, e em discursos capciosos, para se fazerem recommendaveis como os unicos mantenedores da ordem, e salvadores da Patria; mas á quem já nam pode ser *roubada a gloria de pertencer a uma minoria indigesta, e capaz de todas as baixezas!* Sim: esse dia dezejado chegará, em que com a extinçam dos privilégios, e influencias do *Senado*, desapareceram os outros flagellos da Naçam, sem ser preciso recorrer-se a medidas violentas, despóticas, e arbitrias³⁸². [grifos originais]

Tal leitura não parece despropositada se considerarmos, justamente, que havia sido no Senado que o imperador buscara apoio, concedendo altos títulos de nobreza (em larga quantidade) aos representantes da Câmara alta, além de, paralelamente, ter nobilitado outras pessoas da esfera da política, como ministros, presidentes de província, embaixadores e diplomatas.

Diante dessa imbricação e da vacância do trono³⁸³, o Legislativo, especialmente a Câmara dos Deputados, já em 1831, deu início a uma série de debates e elaborou projetos para reformular instituições e diplomas legais, discutindo não só a Constituição de 1824, mas também a existência da nobreza no Império do Brasil.

Antes de passarmos às discussões do Legislativo, é válido lembrar que, quando d. Pedro I abdicou da coroa, não havia herdeiro apto para assumir o Império, tampouco alguém da família imperial que pudesse responder pelo trono em nome do imperador. Às vésperas de abdicar, em 06 de abril, d. Pedro I enviou um comunicado a Paquetá, onde morava José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeando-o tutor de seus filhos, as princesas Januária, Francisca e Paula, e o príncipe herdeiro, d. Pedro II, então com cinco anos de idade³⁸⁴.

Bonifácio, exilado desde o fechamento da Assembléia Constituinte em novembro de 1823, retornara ao Brasil em julho de 1829, sendo então eleito deputado suplente na segunda legislatura. Em 1831, segundo Miriam Dolhnikoff, ele foi nomeado tutor pelo imperador, pois este preferira escolher um antigo ministro, que não estava diretamente envolvido nas disputas políticas de 1830 e 1831, a nomear um aliado seu

³⁸² *O Sete d'Abril*. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1833, número 1 (grifos originais), p. 1-2. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709476&PagFis=1> – acesso em 05/02/2013.

³⁸³ Em 07 de abril de 1831, o herdeiro do trono, d. Pedro, era uma criança de apenas cinco anos, nascida em 02 de dezembro de 1825, e, portanto, não apta para o exercício de suas funções como imperador do Brasil.

³⁸⁴ Isabel Lustosa, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 301.

naquela conjuntura, temendo que, nesse caso, a reação fosse semelhante à ocorrida com a nomeação do gabinete dos marqueses³⁸⁵.

Ainda assim, a nomeação do tutor foi questionada pelos deputados, que discutiam se a nomeação do tutor era prerrogativa do imperador ou da Assembléia Geral. Acabaram, por fim, decidindo que a nomeação cabia à Assembléia, de modo que passaram então à votação. Após dois escrutínios, a vitória coube a Bonifácio³⁸⁶. Contudo, além das tentativas de destituí-lo da tutoria, o Andrada enfrentou também intrigas no palácio. Finalmente, mediante a acusação de conspirar pelo retorno de d. Pedro I ao trono, foi destituído pela regência, por decreto de 14 de dezembro de 1833, e substituído pelo marquês de Itanhaém (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior)³⁸⁷.

Assim, nesse inédito cenário de ausência do imperador e de algum membro da família imperial no trono, deputados e senadores se reuniram em Assembléia Geral para elegerem a regência do Império e para discutirem os rumos da nação, agora, sem um imperador no trono; entre os vários assuntos, postos em pauta, como dito, estava justamente o da nobreza, que já em maio de 1831 mereceu a atenção dos representantes.

3.1. Uma monarquia sem rei, uma monarquia sem títulos de nobreza

Em cumprimento ao decreto de d. Pedro I datado de 03 de abril, que ordenava a reunião da Assembléia Geral assim que se verificasse o número legal de presentes de cada uma das casas, a Câmara de Deputados se reuniu em primeira sessão preparatória, no dia 06 de abril³⁸⁸. Contudo, em virtude dos acontecimentos do dia seguinte, ou seja, a abdicação do imperador, reuniram-se, no Paço do Senado, 26 senadores e 36 deputados³⁸⁹ para a eleição de uma regência provisória, que deveria governar até que uma regência trina permanente fosse eleita pela Assembléia Geral. Tal procedimento, porém, não se coadunava com os princípios dispostos no texto constitucional, que

³⁸⁵ Nas palavras de Miriam Dolhnikoff, para nomear o tutor, “o imperador talvez não tivesse muitas alternativas. Sabia que um nome escolhido entre seus aliados do momento não seria aceito pelo novo governo. Por outro lado, repugnava-lhe por certo o entregar a formação e a educação do novo imperador a alguém que perfilasse entre os que o obrigaram a abdicar. Bonifácio, além de não comungar do ideário dos rebeldes, não poderia ser acusado de homem de d. Pedro”. *José Bonifácio*, p. 178.

³⁸⁶ Em 30 de junho de 1831, ocorreu um primeiro escrutínio. Bonifácio recebeu 56 votos, Nicolau Vergueiro, um dos líderes dos liberais moderados, teve 22 votos, e o marquês de Caravelas, 12 votos. No segundo escrutínio, Bonifácio teve 62 votos, Vergueiro, 32 e Caravelas, 21. Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 283.

³⁸⁷ Miriam Dolhnikoff, *José Bonifácio*, p. 273-312.

³⁸⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 06 de abril de 1831.

³⁸⁹ *Anais do Senado do Império*, 1831, vol. 1.

determinava que a regência provisória deveria ser composta pelos ministros de Estado do Império e da Justiça e pelos dois Conselheiros de Estado mais antigos em exercício, sendo presidida pela imperatriz viúva e, na sua falta, pelo conselheiro mais antigo³⁹⁰.

Apesar de a Constituição prever, portanto, quatro membros, em sessão no paço do Senado no dia 07 de abril de 1831, reunidos tanto senadores como deputados, entrou em discussão a nomeação da regência, a forma de sua eleição e de quantos membros ela seria composta³⁹¹. Foram eleitos três membros, o senador marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), o senador Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva³⁹². De acordo com Paulo Pereira de Castro, fora sugestão de Lima e Silva que a regência reunisse elementos de diversas tendências, como “expressão de uma política de congraçamento”. Assim, “Vergueiro foi incluído como representante da revolução; o Marquês de Caravelas, como representante da tradição; e, entre os dois, Lima e Silva foi chamado a emprestar sua espada para fiel da balança”³⁹³.

Logo após a nomeação da regência, na Câmara dos Deputados, em sessão de 04 de maio, foi nomeada uma comissão para elaborar o projeto de lei sobre as atribuições e deveres da regência, uma vez que, na opinião do presidente José da Costa Carvalho, o projeto deveria ser adotado antes que a regência permanente tomasse posse. A comissão de três membros foi composta por Francisco de Paula Sousa e Melo, eleito com 35 votos; José da Costa Carvalho com 31 votos, e Honório Hermeto Carneiro Leão com 23 votos³⁹⁴.

³⁹⁰ Constituição de 25 de março de 1824, capítulo V, artigo 124.

³⁹¹ De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins, logo após a abdicação, a Câmara marcava sua vitória em relação ao Conselho de Estado, ao discutir como se daria a formação da regência, já que a Constituição determinava pelo artigo 124 (capítulo V) que a regência provisória seria composta pelos ministros do Império e da Justiça e pelos dois conselheiros de estado mais antigos em exercício e, apesar dessa clara redação, a Câmara escolheu três membros, um militar e dois senadores, não elegendo, portanto, nenhum conselheiro de Estado. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005, p. 255.

³⁹² Nicolau Vergueiro foi eleito com 30 votos, o marquês de Caravelas com 40 votos e Francisco de Lima e Silva com 35 votos. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 07 de abril de 1831, p. 1.

³⁹³ Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, p. 12. Sobre a nomeação da regência provisória, Miriam Dolhnikoff afirma que “Foram nomeados como regentes provisórios José Joaquim Carneiro de Campos, Francisco de Lima e Silva e Nicolau Vergueiro. O primeiro, baiano, era ligado a d. Pedro, tendo sido seu ministro e participado da comissão que redigiu a Carta outorgada em 1824. Representava tanto o Norte quanto os políticos articulados em torno da Corte. O fluminense Francisco de Lima e Silva era general do Exército, com importante participação nos eventos finais que levaram d. Pedro I a abdicar do trono. Vergueiro, por sua vez, era o homem dos liberais do Centro-Sul”. Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 89.

³⁹⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 04 de maio de 1831, p. 9.

Em 06 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou que essa comissão trabalhasse conjuntamente com a comissão do Senado também nomeada para discutir as atribuições da regência. A comissão da casa vitalícia era composta pelo marquês de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca), o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque³⁹⁵.

Na sessão de 09 de maio, foi lido o projeto de lei, redigido pela comissão, que marcava as atribuições da regência.

Elle [o projeto] estabellece no seu contexto geral que, durante a minoridade do Senhor D. Pedro II, o imperio seria governado por uma regencia, composta de 3 membros, sendo o mais velho o presidente.

Que a nomeação dos membros da regencia se faria em assembléa geral á pluralidade absoluta de votos, e por escrutínio secreto.

Que no impedimento de qualquer dos membros da regencia, serão substituídos em primeiro lugar pelo presidente da camara do senado e em segundo lugar pelo presidente da camara dos deputados.

Que a regencia nomeada exerceria com a referenda competente, todas as attribuições do poder moderador e executivo com excepções determinadas.

Que uma comissão de trez membros apresentaria os decretos da assembléa geral á regencia.

Que não adoptando a regencia os decretos propostos, exporia por escripto á assembléa geral as razões em que fundava a sua denegação, que seriam remetidas á camara iniciadora.

Que esta camara deliberaria se approvava a exposição feita da regencia, e caso não a adoptasse, tornaria a apresentar á regencia os referidos decretos, a que immediatamente daria sancção.

Que a regencia daria a sancção no espaço de um mez, e caso o não fizesse, remetteria a exposição das razões, em que se fundava para a rejeição, etc.

Que se a camara durante o governo da regencia não adoptar alguma proposta do poder executivo, o 1º secretario participaria ao ministro respectivo que a camara não adota a proposição.

Que a regencia no exercício do poder moderador não poderia perdoar as penas impostas aos réos, mas sim minoral-as, excepto aos ministros de estado, no caso de responsabilidade.

Que não poderia ratificar tratados sem o consentimento da assembléa geral, salvo nos casos de tempo de guerra.

Que a presente lei teria o seu effeito independente de sancção, etc., etc.³⁹⁶

Alguns dias depois, em 14 de maio, entrou em discussão o primeiro artigo do projeto de lei que limitava os poderes da regência. Em um dos primeiros momentos do debate, o deputado José Lino Coutinho, eleito pela Bahia, afirmou que via com perigo a nomeação de uma regência permanente, defendendo que sua duração fosse igual à da legislatura, pois

a regencia não é verdadeiramente o poder moderador e executivo marcado pela constituição, mas um remédio quando o representante deste poder falha; e que por isso lhe não podião tocar as attribuições do poder moderador e executivo, por ser ella um representante temporário enquanto o verdadeiro não chega á maioridade. Que, sendo pois um remédio, como acabára de mostrar, não era poder constitucional nem político; e que, se

³⁹⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 06 de maio de 1831, p. 12.

³⁹⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de maio de 1831, transcrição integral do projeto de lei, p. 19.

o fosse, então a assembleia geral não lhe podia limitar as atribuições pois que lhe caberiam todos os atributos, que a constituição dá ao imperador e ao poder executivo³⁹⁷.

Francisco de Paula Sousa secundou a opinião do colega baiano no que dizia respeito à duração da regência, posicionamento contrário ao de Honório Hermeto Carneiro Leão, para quem propor que a regência fosse temporária significava reformar a constituição³⁹⁸. Já as menções feitas por Lino Coutinho ao exercício do Poder Moderador e do Poder Executivo pela regência voltariam ao debate nas sessões seguintes, uma vez que o projeto continha um artigo específico sobre as limitações do poder da regência.

Em 16 de maio, após intensa discussão sobre a permanência ou não da regência, passou-se à votação do primeiro artigo do projeto e foi aprovada a seguinte redação: “Durante a minoridade do Sr. D. Pedro II, o império será governado por uma regencia permanente nomeada pela Assembléa Geral, composta de tres membros, dos quaes o mais velho em idade será o presidente, como determina o tit. 5º cap. 5º art. 123 da constituição”³⁹⁹.

Em 17 de maio, teve início a discussão do segundo artigo⁴⁰⁰, que após debate, foi aprovado; em 18 de maio, foi discutido e aprovado, com uma emenda, o terceiro artigo⁴⁰¹, ainda nessa mesma ocasião, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, eleito por Minas Gerais, propôs uma emenda, aprovada como artigo adicional⁴⁰². Em 19 de maio,

³⁹⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 de maio de 1831, p. 41.

³⁹⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 de maio de 1831, p. 41-42. A Constituição de 1824 determinava em seu artigo 123, do capítulo 5, “Da Regencia na menoridade, ou impedimento do Imperador”, que “Se o Imperador não tiver Parente algum, que reuna estas qualidades, será o Imperio governado por uma *Regencia permanente*, nomeada pela Assembléa Geral, composta de tres Membros, dos quaes o mais velho em idade será o Presidente”. (grifos nossos).

³⁹⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de maio de 1831, p. 46. Nessa mesma ocasião, o deputado Luiz Cavalcanti “pedio o adiamento dos artigos 2 até 7 para se tratarem em outro projecto”, mas tal pedido foi rejeitado.

⁴⁰⁰ O segundo artigo aprovado continha a seguinte redação, “Esta nomeação se fará em assembléa geral, reunidas as duas câmaras, á pluralidade absoluta dos votos dados em escrutínio secreto”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de maio de 1831, p. 53.

⁴⁰¹ O terceiro artigo previa que “No dia em que for accordado pelas câmaras, reunidas ellas, e servindo de secretários dous do senado e dous da camara dos deputados, far-se-há a chamada, e verificando o numero dos deputados e senadores presentes, serão uns e outros successivamente chamados á mesa, e ahí lançarão na urna suas cédulas contendo o nome de uma pessoa para membro da regencia”. A leitura do artigo foi seguida de breve debate, e foi aprovado com uma emenda que estabelecia que “as cedulas incluíssem o nome de tantas pessoas, quantos erão os membros da regencia”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de maio de 1831, p. 54.

⁴⁰² A emenda proposta por Ribeiro de Andrada continha o seguinte teor “feita a eleição da regencia, a assembléa a fizesse publica em todo o imperio por meio de uma proclamação”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de maio de 1831, p. 54.

entrou em discussão o oitavo artigo⁴⁰³, mas, após intensa discussão, a votação sobre esse artigo foi adiada para a próxima sessão. Passaram, então, os representantes para as discussões sobre o nono artigo do referido projeto de lei: “A regencia nomeada exercerá com a referenda do ministro competente todas as attribuições que pela constituição do imperio competem ao poder moderador e ao chefe do executivo, com as excepções e limitações seguintes”⁴⁰⁴. Esse artigo, apesar de prever, portanto, limitações ao uso do Poder Moderador e do Executivo, não contemplava, em sua redação, quais seriam as limitações ao exercício de tais poderes.

Para o deputado Antônio de Castro Álvares, eleito pelo Rio de Janeiro, a regência poderia exercer “todas as attribuições que pela constituição do imperio competem ao chefe do poder executivo; porque declarando a constituição que o poder moderador era privativamente delegado ao imperador, prohibia-o que o fosse a outrem”⁴⁰⁵. Os colegas de plenário Lino Coutinho e Evaristo Ferreira da Veiga, eleito por Minas Gerais, foram de parecer favorável à redação do artigo tal como estava, considerando-o compatível com o texto constitucional. Augusto Xavier Carvalho, eleito pela Paraíba do Norte, mostrou-se explicitamente favorável ao exercício do Moderador, pois, como a carta previa quatro poderes, “não era praticável ficar por espaço de 13 annos sem o exercício do poder moderador”⁴⁰⁶.

Em meio a tal discussão, o deputado Antonio de Castro Álvares sustentou sua opinião a respeito do exercício do Executivo, mas não do Moderador, pelos regentes, tal posicionamento foi interpretado como sendo uma emenda ao artigo em discussão. O deputado Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, eleito pela Bahia, “advertio [contudo] que a passar a emenda não poderião ser sancionadas as leis, as resoluções da assemblea, etc.; e fez ver que a questão era simplesmente de nome; porque as

⁴⁰³ O oitavo artigo previa que “Na falta e impedimentos prolongados de algum dos membros da regencia, sendo no intervallo das sessões, será o primeiro impedido substituído pelo presidente do senado, e o segundo pelo da camara dos deputados”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 60.

⁴⁰⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 63.

⁴⁰⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 63.

⁴⁰⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 64. O deputado Augusto Xavier Carvalho considerava que a regência duraria treze anos, pois a Constituição previa a maioridade do imperador aos 18 anos, e como d. Pedro II havia nascido em 02 de dezembro de 1825, ele só atingiria a maioridade em 02 de dezembro de 1843. É interessante considerar essas confusões entre atribuições do Executivo e do Moderador, uma vez que elas não ocorreram apenas com deputados. Já em 1829, em meio às discussões sobre a abolição de morgados, no Senado, na sessão de 11 de julho de 1829, o marquês de Caravelas afirmou que o Poder Moderador, de acordo com a Constituição, era quem concedia títulos e honras; porém, na sessão seguinte, em 14 de julho de 1829, o visconde de Cairu afirmou que a concessão de títulos era responsabilidade do Executivo, como estava previsto na Constituição. Essa confusão entre Executivo e Moderador, tal como a que ocorreria, em 1831, na Câmara, é interessante, pois colocava o monarca no centro da discussão. Nesse caso, a afirmação correta era a do visconde de Cairu.

atribuições do poder moderador serão as mesmas que geralmente se davão ao poder executivo”⁴⁰⁷.

Com raciocínio semelhante ao de Muniz Barreto, Lino Coutinho:

fallou tambem no mesmo sentido e disse que nem se abriria a Assembléa Geral, nem se nomearião ministros, nem haveria sancção de leis, e ficaria a assembléa presente como assembléa constituinte; e tudo isso succederia por causa de uma questão de palavras; além da desgraça que rechaia sobre os brasileiros que tivessem o infortunio de ser condemnados por algum crime, em razão de se não poderem perdoar ou minorar as suas penas. Votou portanto contra a emenda [de Castro Álvares]⁴⁰⁸.

Antonio Ferreira França, por sua vez,

mostrou a differença entre os actos do poder moderador e os do executivo, porquanto o primeiro tinha discricção e o segundo não, ou se a tinha era muito pequena a sua latitude, visto que não podia exercitar se sem serem ouvidos os ministros e consultados os conselheiros de estado, fazendo-se os primeiros responsaveis pelos seus actos e os segundos pelos conselhos que dessem. Disse que sendo distinctos os poderes moderador e executivo, não podião os seus actos ser referendados pela mesma pessoa, e se os ministros o têm feito, tomarão voluntariamente uma responsabilidade que não lhes toca; e citou, por exemplo, que a convocação extraordinária de uma assembléa e a prorrogação della, etc., erão actos discricionários do imperador, aconselhados pelos conselheiros de estado; e continuou – o poder moderador mostra os excessos de todos os outros poderes, e não era possível indicar por leis fixas o modo de o fazer, porque é impossível regular nella todas as cousas⁴⁰⁹.

Em 20 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou não só o mencionado artigo 9, mas também os anteriores, do 3º ao 8º, porém nem os debates, nem o texto final de cada artigo foram transcritos⁴¹⁰. Nessa mesma sessão, os artigos 10, 11, 12 e 13 entraram em discussão conjunta, sendo todos aprovados⁴¹¹. Em 21 de maio, foram lidos e aprovados os artigos 14, 15 e 17⁴¹², enquanto o 16º terminou sendo suprimido⁴¹³. Em 25 de maio,

⁴⁰⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 64.

⁴⁰⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 64.

⁴⁰⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 19 de maio de 1831, p. 64.

⁴¹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de maio de 1831, p. 66.

⁴¹¹ O artigo 10 previa que “A attribuição sobre a sancção das resoluções e decretos da assembléa geral será exercida pela regencia com esta formula por ella assignada – A regencia em nome do imperador consente”; o artigo 11 afirmava que “Os decretos da assembléa geral serão apresentados á regencia por uma deputação de 3 membros da camara ultimamente deliberante, a qual usará da formula seguinte: - A assembléa geral dirige á regencia o decreto incluso, que julga vantajoso e útil ao imperio”; o artigo 12 estabelecia que “Se a regencia entender que há razão para que a resolução ou decreto seja rejeitado ou emendado, poderá suspender a sancção com a seguinte formula: - Volte á assembléa geral, - expondo por escrito as referidas razões. A exposição será remetida á camara que tiver iniciado o projecto, e sendo impressa se discutira em cada uma das câmaras, e vencendo-se por mais das duas terças partes de votos dos membros presentes em cada uma dellas ou em reunião (no caso em que tem lugar) que o decreto ou resolução passe sem embargo das razões expostas, será novamente apresentado á regencia, que immediatamente dará a sancção”; e o artigo 13 determinava que “A regencia deverá dar a sancção no prazo de um mez, se a não der no dito prazo entender-se-há que a nega; e em tal caso remetterá a exposição das razões até os primeiros 8 dias da sessão ordinária do anno seguinte”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de maio de 1831, p. 66-67.

⁴¹² O artigo 14 previa que “Se a camara dos deputados durante o governo da regencia não adoptar alguma proposição do poder executivo, o primeiro secretario della o participará por officio ao ministro que tiver feito a proposição”. A este artigo foi incluída uma emenda proposta por Rebouças e aprovada na sessão

começou a ser discutido o artigo 18, que contemplava as limitações do exercício do poder pelos regentes: “A regencia não poderá: §1º Perdoar inteiramente as penas impostas aos réos condenados por sentença, podendo todavia moderar-as, salvo aos ministros e conselheiros de estado no caso de responsabilidade”⁴¹⁴. Tal parágrafo foi rejeitado, sendo substituído pela emenda proposta por Ernesto Ferreira França, baiano, eleito por Pernambuco, “A regência não poderá perdoar aos ministros e conselheiros de estado a pena do impedimento do cargo”⁴¹⁵. Em seguida, os deputados discutiram e aprovaram o segundo parágrafo do referido artigo, que previa que a regência não poderia “Conceder amnistia em caso urgente que fica competindo á assembléa geral com sanção da regência, nos termos dos artigos antecedentes”⁴¹⁶.

Já o terceiro parágrafo que determinava que a regência não poderia “Ratificar tratados sem preceder aprovação da assembléa geral, salvo em tempo de guerra, e não se oppondo á constituição do império”, teve, após discussão, sua redação alterada, sendo finalmente aprovado nos seguintes termos: “Ratificar tratados sem preceder a aprovação da assembléa geral”⁴¹⁷.

Na sessão seguinte, 26 de maio, os deputados iniciaram a discussão do quarto parágrafo, “A regencia não poderá conceder titulos, excepto o do conselho”⁴¹⁸. Esse parágrafo era uma clara proposta de limitação do poder da regência, tirando dela o exercício de uma atribuição do Executivo, justamente a concessão de títulos de nobreza.

anterior, “A camara dos deputados testemunha á regencia o seu reconhecimento pelo zelo que mostra pelos interesses do imperio, e confia em que a regencia tomará em ulterior consideração a proposta do governo”. Nessa mesma sessão, o artigo foi aprovado, mas a emenda foi rejeitada. Já o artigo 15 previa que “A formula da promulgação das leis durante o governo da regencia será concebida nos seguintes termos: - A regência permanente, em nome do imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súbditos que a assembléa geral decretou e ella sancionou a lei seguinte (a integra da lei nas suas disposições). Manda portanto, etc., o mais como no art. 69 da constituição”. O artigo 17 determinava que “A attribuição de suspender os magistrados será exercida pela regência cumulativamente com os presidentes das provincias em conselho, ouvido o magistrado e precedendo informação na fórma do artigo 154 da constituição”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 de maio de 1831, p. 73, 78-79.

⁴¹³ O artigo 16 previa que “A attribuição de aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciaes, será exercida cumulativamente pela regencia e pelos presidentes das respectivas províncias em conselho, com declaração porém que a regencia e os presidentes não possam aprovar as resoluções dos conselhos provinciaes. §1º Que envolvem augmento ou diminuição de força; §2º Que dispuzerem de quantias que excedão ás decretadas na lei do orçamento para as despesas particulares da respectiva província; §3º Todas as que versarem sobre matéria que não seja da competencia dos conselhos provinciaes”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 de maio de 1831, a transcrição do artigo está na página 73 e sua rejeição, na página 78.

⁴¹⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de maio de 1831, p. 87.

⁴¹⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de maio de 1831, p. 90.

⁴¹⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de maio de 1831, p. 92.

⁴¹⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de maio de 1831, p. 92.

⁴¹⁸ Nos *Anais da Câmara dos Deputados*, tal parágrafo foi colocado como sendo do artigo 19, todavia, deve ter sido um equívoco, já que até então haviam sido discutidos os parágrafos referentes ao artigo 18, e, como se verá nas sessões seguintes, o artigo 19 foi aprovado, sem contemplar em sua redação, nenhum parágrafo. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 97.

O primeiro deputado a falar foi Ernesto Ferreira França, que propôs um complemento a esse parágrafo de maneira que a “regencia não pudesse conceder ordens militares, distinções, etc”⁴¹⁹.

Seu colega, Francisco de Paula Araújo e Almeida, eleito pela Bahia, também propôs uma emenda contrária à concessão de títulos de conselho, pois não via motivos para que a regência exercesse tal atribuição, além de apoiar a proposta anterior, uma vez que “se tinha feito até agora um tão grande abuso” das condecorações⁴²⁰. O deputado Lino Coutinho concordou que a regência não deveria conceder títulos de conselho e

declarou-se contra todos os títulos até agora concedidos, por serem nullos e deverem acabar, em razão de não estarem creados por lei, e por isso quem os deu não o podia fazer; que se tinham feito entretanto viscondes, condes, marqueses e duques, quando a constituição dizia só que o imperador os podia dar, mas não que os podia crear. [...] Declarou que os títulos e distinções devião ser a recompensa de beneméritos da patria, de homens que pelos seus bons serviços houvessem merecido a confiança e estima de seus concidadãos; mas que enquanto o corpo legislativo não decretava taes recompensas, deverião contentar-se com a honra de serem estimados e merecerem a consideração dos seus concidadãos, no que consistia a verdadeira distincção⁴²¹.

Depois dessas colocações e por considerar que “o bom servidor do estado não carecia de títulos”, Lino Coutinho votou contra a concessão de “honras, títulos, dignidades, condecorações, mercês, etc.”⁴²².

Francisco de Paula Sousa e Melo considerou que a única condecoração legal era a Ordem do Cruzeiro, “por ter sido sancionado o decreto de sua criação, datado antes

⁴¹⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 97.

⁴²⁰ De acordo com Marcello Basile, a temática da nobreza e dos critérios de concessão de títulos de nobreza também foi discutida na imprensa, por ele chamada de *moderada*. Segundo esse historiador, “o ex-imperador não passaria, assim, de um déspota, e as folhas *moderadas* estavam sempre dispostas a lembrar as inúmeras atrocidades a ele atribuídas: dissolução da Constituinte, repressão violenta à Confederação do Equador, deportações, prisões, fechamento de jornais, restrições à liberdade de imprensa, criação de tribunais militares de exceção, contratação de mercenários estrangeiros rebeldes, utilização do Exército como instrumento político de coerção, venalidade da magistratura, suspensão arbitrária das garantias constitucionais, impedimento de reformas na Constituição, contração de empréstimos externos, dilapidação das rendas públicas, falência do Banco do Brasil, proliferação de moedas falsas, exclusão dos liberais dos cargos públicos, concessão de honras, títulos e mercês a pessoas sem mérito, conselheiros autoritários e indignos, formação de uma corte corrompida e devassa, escândalos amorosos com *prostitutas* insolentes; tudo obra de um imperador que reunia as ‘*máximas de arbitrariedade, e despotismo*’ às qualidades de ‘*fraco, tímido, volúvel, inconstante, incapaz*’ e, enfim, ‘*sem caráter*’”. Os grifos são do autor extraídos de *O Grito da Patria contra os Anarquistas*, número 42, 21 de março de 1832. É merecedor de destaque a quantidade de pontos de crítica levantados em relação à administração de d. Pedro I pela imprensa, e mais interessante ainda é a inclusão da concessão de títulos e honras como uma crítica sistematizada ao primeiro imperador. Se a imprensa moderada já tinha uma visão crítica em relação aos títulos de nobreza, a imprensa exaltada, segundo Marcello Basile, era “antiaristocrática”, como se percebe com os versos publicados em *A Mulher do Simplicio ou a Fluminense Exaltada*, datado de 24 de março de 1832, “Se a ambição fosse falsos Títulos/Não fosse aqui sustentada/Se fitas, e outras Comendas/Se reduzissem ao nada./Se por nomes de Marqueses/Não fossem homens comprados,/Não haveria traidores/Nem cidadãos depravados”, *apud* Marcello Basile, *O Império em construção*, p. 69 e 164, respectivamente.

⁴²¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 97.

⁴²² *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 98.

da constituição pela lei de 20 de Outubro de 1823”, e afirmou que era “desnecessária a existência de condecorações em um governo constitucional”⁴²³. Antonio Pereira Rebouças, eleito pela Bahia, ao se colocar no debate,

observou que abolir todos os títulos de honra era contrario á constituição que garantia as recompensas aos bons servidores; e que podia haver pessoa que tivesse direito a estas honras, e que as desejasse, e que não sabia porque não se havião deixar satisfazer esses desejos: que quem não quizesse honrar, não as pedisse, e quem as quizesse gastasse o seu dinheiro na secretaria, pagasse ao gravador, ao esmaltador, etc.; que o abuso que dellas se havia feito não servia de argumento: porquanto a regência não poderia ter as mesmas pretensões do governo antigo, não sendo composta dos mesmos elementos: que se taes condecorações não tinham valor, ignorava o motivo de tirar-se ao governo a attribuição de as conceder quando dahi não resultava o menor prejuízo; que tinha duvida acerca de ser a ordem do Cruzeiro a única legal; pois também havião sido sancionadas pela lei de 20 de outubro de 1823 as disposições legislativas portuguezas [...] sustentou que a abolição de taes condecorações não era da vontade geral da nação; pois muitos ainda continuavão a apresentar-se com ellas em publico, e fazião grande apreço dellas, gastando dinheiro em profissões, etc., e apontou o fato de haverem na secretaria muitos requerimentos pedindo condecorações ainda neste tempo em que se dizem tão depreciadas. Declarou-se contra a purificação⁴²⁴ de que se falara. [...] Concluiu finalmente que, havendo-se concedido esses títulos a tanta gente que os não merecia era injusto que não possão para o futuro ser obtidos por aquelles que tiverem direito a elles⁴²⁵.

O deputado Ernesto Ferreira França, defendendo sua emenda, destacou que a atribuição de conceder títulos e honras não era necessária à regência, por não ser de “utilidade publica”⁴²⁶. O deputado Manuel Odorico Mendes ponderou que essa proposta de lei em votação não poderia acabar com os títulos que já haviam sido concedidos, apenas poderia limitar os poderes dos regentes, tal como era previsto pela Constituição de 1824⁴²⁷. Após a votação, o 4º parágrafo do artigo foi aprovado com a seguinte redação, a Regência “Não poderá conceder títulos, honras, ordens militares e distincções”⁴²⁸.

Em 27 de maio, foram aprovados os artigos 19, 20 e 21 do projeto de lei que marcava as atribuições da regência⁴²⁹. Como o 21º artigo determinava que “A presente

⁴²³ Paula Sousa, apesar de considerar legal a Ordem do Cruzeiro, propôs a criação de uma comissão de purificação para verificar se os agraciados com essa ordem eram dignos dela ou não. Essa proposta rendeu grande debate na Câmara. Rebouças, por exemplo, era contrário a tal comissão, pois poderia ser mais prejudicial à nação do que as próprias honras. A comissão não foi instaurada e após votação, o artigo aprovado continha a seguinte redação: “Não poderá conceder títulos, honras, ordens militares e distincções”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 98-100.

⁴²⁴ A purificação mencionada por Rebouças era a proposta de revisão dos títulos concedidos por d. Pedro I a fim de verificar se os nobilitados mereciam os títulos ou se os títulos deveriam ser suspensos.

⁴²⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 99.

⁴²⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 99.

⁴²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 100. Além deste tema, nesta sessão, discutiu-se também sobre o direito de dissolução da Câmara dos Deputados pela regência.

⁴²⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de maio de 1831, p. 100.

⁴²⁹ O artigo 19 previa que “A regencia estando reunida, terá a mesma continência militar que compete ao imperador. Os requerimentos, representações, petições, memoriaes e officios que lhe forem dirigidos, serão feitos como ao imperador”; o artigo 20, “Cada um dos membros da regencia terá a continencia

lei será publicada e terá seu efeito independente de sanção”, a discussão sobre esse projeto se encaminhava para o fim⁴³⁰. Já na sessão de 30 de maio, o projeto de lei entrou em sua última discussão⁴³¹ e assim, houve as últimas falas sobre esse projeto e o deputado Rebouças se manifestou novamente sobre diversas questões presentes no projeto, inclusive a nobilitação. Apesar de sua fala, os outros deputados não se manifestaram novamente sobre essa temática.

O Sr. Rebouças disse que como a lei em discussão era urgente, e devia passar de necessidade, elle votaria afinal por ella; mas que desaprovando varios artigos aproveitava esta discussão para os indicar: que elles erão os seguintes: o art. 10, em que se conferia aos membros do poder executivo attribuições que a constituição lhes não dá, de referendarem os atos do poder moderador. – O art. 14 que altera o modo estabelecido para sancionarem as leis, ou para passarem as leis sem sanção infringindo as disposições dos arts. 65 e 67 da constituição. – O art. 15, porque altera o art. 56 da constituição que incumbe á camara a participação por uma deputação de 7 membros ‘de que não pode admittir a proposta do governo’ mandando em lugar disso que a participação seja feita em officio pelo primeiro secretario da camara. – O art. 17, que faz dos presidentes em conselho delegados do poder moderador ou subdelegados da nação, não só por ser contra a constituição (n. 7 do art.101, cap. 1º titulo 5º) mas por ser desnecessário, porque a Lei de 20 de Outubro de 1823. – O art.18 que manda prover pelos presidentes em conselho os benefícios ecclesiasticos nas respectivas províncias, e também os empregos civis, por ser contrario aos ns. 2º e 4º do art. 102 da constituição que manda este provimento seja feito pelo poder executivo; e accrescentou: que não podendo este § 2º art. 18 fazer bem algum, havião de seguir se delle grandes males, porque ia estabelecer divisão entre os brasileiros das diversas províncias, pois serão só admittidos para os empregos os filhos da respectiva provincia. – *E finalmente o n.5 do art. 19 que prohibe que a regencia possa dar titulos, honras, ordens militares e distincções, porque vai tirar ao poder executivo uma attribuição que é de interesse nacional, e vai fazer injustiça a todos aquelles que tinham direito a estas remunerações honorificas que a constituição consagra e que todas as nações conservão:* e concluiu desta fórma: Eis aqui o que não posso approvar, e fiz esta declaração, que levo ao conhecimento da camara, para que meu comportamento nesta parte fique sempre salvo⁴³². [grifo nosso]

Em 03 de junho de 1831, tal projeto de lei foi recebido pelos senadores, que iniciaram a leitura e discussão do projeto⁴³³. Nessa primeira discussão, apenas Almeida e Albuquerque e o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) se pronunciaram a respeito do projeto de lei. Almeida e Albuquerque propôs que a lei deveria valer para todas as regências, e não apenas para a menoridade de d. Pedro II; em seguida, o marquês de Barbacena propôs uma emenda à lei, que determinava que dois terços de cada uma das casas residisse na capital durante o intervalo das sessões, no

militar que compete aos generaes commandantes em chefe, tratamento de excellencia e ordenado de 12:000\$, e 4:000\$ de ajuda de custo por uma vez somente”; e o artigo 21, “A presente lei será publicada e terá effecto independente de sanção”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de maio de 1831, p. 109.

⁴³⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de maio de 1831, p. 109.

⁴³¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de maio de 1831, p. 111. Nos *Anais da Câmara*, consta que a discussão ocorrida em 30 de maio foi a 3ª discussão, porém não há registro de quando teria sido a segunda discussão.

⁴³² *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de maio de 1831, p. 111-112 (grifos nossos).

⁴³³ *Anais do Senado do Império*, sessão de 03 de junho de 1831.

caso de ser necessário convocar a assembléia⁴³⁴. Na seqüência, o presidente propôs que o projeto fosse enviado para segunda discussão, o que foi aprovado pelos senadores, não havendo novos pronunciamentos acerca desse projeto nessa sessão.

O projeto voltou para discussão nos dias 08 e 10 de junho. Deve-se ressaltar que os temas que mais mereceram destaque entre os senadores, durante o debate do referido projeto de lei, foram: a questão da lei se referir especificamente à menoridade de d. Pedro II, o que fazia dela uma lei circunstancial; o caráter permanente da regência, isto é, se teria a mesma duração da Câmara de Deputados ou se permaneceria a mesma regência até a posse do imperador; quem assumiria a regência no caso de ausência dos regentes eleitos; a independência dos poderes⁴³⁵; e o adiamento e dissolução da Câmara dos Deputados pela regência. Todavia, ainda que tenham sido sugeridas emendas para artigos do projeto, a única emenda aprovada foi a de supressão do primeiro parágrafo do artigo 19, que previa que a regência não poderia adiar a assembléia geral⁴³⁶. Com esta única emenda feita ao texto remetido pelos deputados, em 10 de junho, o projeto foi enviado de volta à Câmara, onde passaria por mais uma discussão⁴³⁷.

Assim, em 10 de junho, o projeto foi remetido para a Câmara dos Deputados, sendo recebido no dia seguinte. O ofício enviado pelo Senado comunicava aos deputados que todos os artigos haviam sido aprovados, mas que fora proposta emenda que visava a habilitar a Regência a adiar a Assembléia Geral⁴³⁸. Vale destacar que o artigo referente à concessão de títulos de nobreza não foi alvo de discussão pelos senadores, tampouco a validade dos títulos concedidos pelos primeiro imperador, tal qual havia ocorrido na Câmara dos Deputados.

Finalmente, após o recebimento deste ofício, uma vez que o projeto de lei fora emendado pelo Senado, ele retornou à discussão na Câmara. Dada à urgência da questão

⁴³⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil*, 03 de junho de 1831, p. 275.

⁴³⁵ Tal questão foi suscitada em meio às discussões do artigo 17º, que previa que “A atribuição de suspender os Magistrados será exercida pela Regencia cumulativamente com os Presidentes das respectivas Províncias em Conselho, ouvido o Magistrado, e procedendo informação na fórmula do artigo 154 da Constituição”. Diante desse artigo, os senadores questionaram como os magistrados, representantes do Judiciário, poderiam atuar de forma independente, se estivessem sujeitos a serem suspensos pelos presidentes de província. *Anais do Senado*, sessão de 08 de junho de 1831.

⁴³⁶ Foram propostas, por exemplo, emenda aos artigos um, 13, 17, além da supressão do segundo parágrafo do artigo 19 e do artigo 22, porém foram rejeitadas. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 08 e 10 de junho de 1831.

⁴³⁷ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessões de 08 e 10 de junho de 1831. Constava na ordem do dia para a sessão de 08 de junho a realização da 2ª e 3ª discussão desse projeto de lei.

⁴³⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de junho de 1831, p. 152.

– como alegaram alguns deputados⁴³⁹ –, a emenda do Senado foi posta em discussão e aprovada. Logo em seguida, foi resolvido que uma deputação levaria à regência a lei⁴⁴⁰, que a promulgou, pouco depois, em 14 de junho de 1831.

Em 17 de junho de 1831, reunidos no Paço do Senado 35 senadores e 88 deputados, foi escolhida a regência trina permanente. Foram eleitos Francisco de Lima e Silva, com 81 votos, José da Costa Carvalho, 75 votos, e João Bráulio Muniz, 49 votos⁴⁴¹. Tal regência tomou posse no mesmo dia, tendo seus poderes estabelecidos pela referida Lei de 14 de junho de 1831⁴⁴².

Como mencionado anteriormente, o décimo artigo determinava que “A regencia nomeada exercerá, com a referenda do ministro competente, todas as atribuições, que pela Constituição do Imperio competem as Poder Moderador, e ao Chefe do Poder Executivo, com as limitações e excepções seguintes”⁴⁴³. Já o décimo nono artigo tratava das exceções mencionadas no artigo referido acima, assim,

A Regência não poderá: 1º- Dissolver a Câmara dos Deputados; 2º- Perdoar aos Ministros e Conselheiros de Estado, salvo a pena de morte, que será comutada na imediata, nos crimes de responsabilidade; 3º- Conceder anistia em caso urgente, que fica competindo à Assembléia Geral, com a Sanção da Regência dada nos termos dos artigos antecedentes; 4º- Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares e Distinções; 5º- Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de três, quantos bastem para se preencher este número; 6º- Dispensar as formalidades, que garantem a liberdade individual⁴⁴⁴.

Dessa forma, a concessão de títulos nobiliárquicos e ordens honoríficas estava suspensa até que o próximo imperador assumisse o poder. Assim, apenas com o Golpe da Maioridade, em 23 de julho de 1840, que elevou d. Pedro II ao trono, é que novamente, no país, tornou-se possível conceder títulos ou ordens honoríficas⁴⁴⁵.

⁴³⁹ O pedido foi feito por Rebouças, foi apoiado pelos deputados e aceito, porém não há o nome dos deputados que apoiaram o pedido do deputado baiano. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de junho de 1831, p. 152.

⁴⁴⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de junho de 1831, p. 152.

⁴⁴¹ *Anais do Senado do Império*, 1831, vol. 1.

⁴⁴² Ato do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831, disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_9.pdf (acesso em 20/12/2011) É digno de destaque que a ordem dos artigos dispostos no texto final da lei era semelhante à ordem presente no projeto de lei recebido pelo Senado em 03 de junho de 1831.

⁴⁴³ Ato do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831, disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_9.pdf (acesso em 20/12/2011)

⁴⁴⁴ Ato do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831 (grifos nossos), disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_9.pdf (acesso em 20/12/2011)

Como exemplo, as proibições impostas pelos primeiro e terceiro parágrafos são referentes ao Moderador e a proibição do quarto parágrafo é do Executivo.

⁴⁴⁵ Sobre a organização da Regência, a Constituição previa que poderia ser formada em caso de menoridade ou de impedimento do imperador. Durante a menoridade, o Império deveria ser governado pelo seu parente mais próximo, de acordo com a ordem de sucessão e maior de 25 anos. Se o imperador

Para a historiadora Silvana Mota Barbosa, a Lei de 14 de junho de 1831 possuía significados específicos, uma vez que determinava o fortalecimento da representação nacional dentro do Estado monárquico, tirava o exercício pleno do poder neutro – Moderador – das mãos dos regentes, por compreender que só o monarca, que estava acima das “paixões partidárias”, poderia de fato exercê-lo em sua plenitude, além de colocar em questão a estrutura do Estado imperial brasileiro, discutindo a Constituição de 1824 e também os quatro poderes nela previstos⁴⁴⁶.

Américo L. Jacobina Lacombe, contudo, ponderou que a aprovação dessa lei teve um impacto negativo no Brasil, uma vez que o imperador menino continuou a receber condecorações dos soberanos estrangeiros, sem poder retribuir as graças recebidas mediante a concessão de ordens brasileiras, atribuição suspensa pela lei em questão⁴⁴⁷. De fato, a despeito do determinado em junho de 1831, o Brasil voltou a conceder comendas em 1837. Segundo Marco Morel,

A pressão para restabelecer a outorga de comendas veio do exterior e o pretexto foi o envio, do rei Leopoldo I, da Bélgica, em 1837, de uma condecoração ao jovem Pedro II. O meio diplomático consideraria ofensiva a ausência de retribuição. O regente Diogo Feijó propôs e a Câmara dos Deputados aprovou a retomada da entrega de comendas, numa manobra internacional típica dos pequenos conchavos palacianos... Porém, as outorgas foram feitas com precaução: duas em 1837, nenhuma em 1838, mas quinze em 1839. No ano de 1840, com a Maioridade antecipada de Pedro II, o número de condecorações entregues sobe para 198, chegando a 1585 em 1841⁴⁴⁸.

Entretanto, apesar da aprovação da lei em 14 de junho de 1831, a discussão sobre títulos de nobreza voltou à Câmara dos Deputados poucos dias depois,

não tivesse nenhum parente apto a assumir, a Assembléia Geral nomearia uma regência trina permanente, dos quais o mais velho seria o presidente, e os atos da regência seriam expedidos em nome do imperador. Os atos da regência deveriam ser expedidos da seguinte forma: “Manda a Regência em nome do Imperador...” ou “Manda o Príncipe Imperial Regente em nome do Imperador...”, porém não previa a utilização do tratamento de “Majestade Imperial” para os regentes. Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Título 5º – Do Imperador, Capítulo V – Da Regência na menoridade ou impedimento do Imperador, p. 24-25. É válido ressaltar que, como a Lei de 14 de junho de 1831 era específica para a menoridade de d. Pedro II, durante as regências da princesa Isabel, o texto original da Constituição de 1824 foi retomado e ela exerceu todas as atribuições do Moderador e do Executivo, inclusive a de agraciar e nobilitar. De acordo com João Camillo de Oliveira Torres, ela apenas “não gozou das continências e tratamentos de ‘Majestade Imperial’, que tiveram os velhos regentes, valendo-se da lei de 14 de junho somente no que concerne às fórmulas de atos oficiais, no que era omissa a constituição”. João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 184. A princesa Isabel, filha de d. Pedro II, foi regente do Império por três vezes, entre 25 de maio de 1871 e 31 de março de 1872; 26 de março de 1876 e 26 de setembro de 1877; e 30 de junho de 1887 e 22 de agosto de 1888.

⁴⁴⁶ Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001, p. 173-174.

⁴⁴⁷ Américo Jacobina Lacombe, *O Mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 141.

⁴⁴⁸ Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 197. Deve-se ressaltar que, apesar da concessão de comendas ter, segundo esse historiador, sido retomada por Feijó, o maior número de concessões ocorreu justamente em 1839, durante a regência de Pedro de Araújo Lima.

especificamente em 20 de junho. É válido ressaltar que, na sessão anterior, em 16 de junho, foram lidos diversos projetos de lei, que, contudo, não aparecem transcritos nos *Anais da Câmara dos Deputados*⁴⁴⁹. Essa ressalva é importante, pois, em 20 de junho, constava na ordem do dia a segunda discussão do primeiro artigo de um projeto de lei que propunha a abolição de títulos e condecorações: “São nullos todos os titulos e ordens militares portuguezas concedidas depois de proclamada a independência do Brazil”⁴⁵⁰.

Contudo, uma vez que se tratava da segunda discussão, é possível que tal projeto tenha sido apresentado antes mesmo de promulgada a lei que determinava as atribuições da Regência (quem sabe, antes mesmo de efetuadas, na Câmara as discussões desse projeto). De qualquer forma, como o projeto de nulidade dos títulos mereceu uma segunda discussão, depois de apresentados todos os argumentos relativos ao parágrafo quarto do 18º artigo do que viria a ser a lei de 14 de junho, fica claro que os deputados, ou parte deles, ao menos, não estavam prontos para desistir do objetivo de ver o país livre de uma nobreza, ou, pelo menos, de ver vários de seus inimigos destituídos de seus títulos.

Diante desse cenário de discussão da validade ou não dos títulos concedidos por d. Pedro I, a Assembléia Constituinte de 1823 foi mencionada pelos deputados e novamente o título de marquês do Maranhão para Lord Cochrane foi posto em destaque pelo próprio Montezuma⁴⁵¹, que

Lembrou-se também um facto da opposição feita pela assembléa constituinte á criação do titulo de marquez do Maranhão que foi concedido a Lord Cochrane, opposição em que tive parte. Eu considereei que era illegal aquella nomeação porque não havendo precedido lei que então creasse titulos, não tinha o poder executivo autoridade para os crear: mandou-se o negocio para uma commissão e quando se havia de tratar deste objecto, veio a dissolução da assembléa constituinte e não se decidio. [...] A assembléa, de que eu tinha honra de ser membro, era constituinte, por consequencia tratava de fazer a constituição. Ainda se não sabia se a constituição deixaria ao poder executivo o direito ou attribuição de crear ou conceder titulos, porquanto não é de essência absoluta das monarchias o terem titulos: logo, podia a assembléa constituinte assentar que não houvesse semelhante cousa no Brazil e não teria então direito o poder executivo de os conceder. Argumentou-se porém nessa occasião que o poder executivo havia já dado o titulo de barão da Torre e por consequencia que existia já um exemplo: a isto se respondeu que o poder executivo quando nomeou o barão

⁴⁴⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de junho de 1831, p. 159.

⁴⁵⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 160. Esse projeto de lei talvez tenha sido um dos lidos na sessão de 16 de junho de 1831, pois não há maiores informações sobre ele; além disso, o redator dos *Anais* possivelmente considerou essa como sendo a segunda discussão, pois na sessão de 26 de maio de 1831, durante os debates sobre o projeto de lei sobre as atribuições da regência, essa questão foi levantada por alguns deputados.

⁴⁵¹ Montezuma assumiu uma cadeira de deputado, pela Bahia, em 1831, como suplente de Miguel Calmon du Pin e Almeida.

da Torre tinha reunidos os três poderes políticos, os quaes nesse tempo não estavam divididos, nem havia assembléa, e que portanto o exemplo não tinha autoridade⁴⁵².

Montezuma retomou seus próprios argumentos utilizados em 1823, reforçando que o título de Cochrane era ilegal, pois a Assembléia Constituinte não havia determinado como se daria (se é que existiria) a prática nobilitadora. Antes da reunião da Assembléia, contudo, o próprio deputado considerava legal a concessão de títulos, uma vez que o monarca exercia, então, conjuntamente o Legislativo e o Executivo. Referindo-se à carta de 1824, Montezuma ponderou que uma vez que a Constituição não havia separado os atos de criar títulos e de concedê-los, então isso deveria ser interpretado como a união de dois preceitos em um só, ou seja, “a quem se dava a atribuição de conceder tivesse a de crear”⁴⁵³.

A argumentação de Montezuma remetia, de fato, a um silêncio da Constituição, já que não se determinara então quais seriam os títulos de nobreza, nem sua hierarquia, deixando em aberto quais seriam os títulos nobiliárquicos existentes na monarquia brasileira; silêncio que tampouco foi regulamentado por qualquer lei posterior.

O deputado Castro Alves, tomando por base justamente a ausência de lei que especificasse os títulos existentes no Império do Brasil e em tom de deboche sobre os títulos concedidos, afirmou que

As concessões de títulos erão nullas por falta de leis que os creasse. Lembrou que a convir que a assembléa em que se dessem titulos, seria talvez conveniente conceder o titulo de – rico – a quem desse quatrocentos contos de réis para qualquer estabelecimento da nação; de – sábio – a quem tivesse desenvolvido certo gráo de conhecimentos etc., e declarou que não podia perceber a significação das palavras barão, visconde, marquez, etc.⁴⁵⁴.

Montezuma, apesar de afirmar que jamais havia pedido um título, não mencionou que havia recusado o título de barão de Cachoeira e ainda respondeu à fala de Castro Alves, afirmando que

Em resposta á pergunta pela significação que tinham as palavras barão, marquez, etc. disse: Senhores, já que se toca nessa matéria devo fallar sobre uma insinuação que appareceu de ter eu em outra época de minha vida solicitado titulos, honras, commenda, etc., como não ouvi perfeitamente esta censura na occasião em que foi feita não a refutei logo, mas para tirar a dúvida em que possa estar alguém, de ter eu praticado tal cousa, peço licença para declarar em poucas palavras que eu nunca dei semelhante passo, que não requeri titulo, commenda ou habito. E o ministro a quem por escripto ou vocalmente eu fiz esta petição que se apresente e diga quaes forão as minhas proposições a esse respeito. Por consequencia não me cabe a referida a insinuação. Digo mais, pela conexão que tem uma

⁴⁵² *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 161.

⁴⁵³ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 161. Fala de Montezuma.

⁴⁵⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 162.

coisa com outra, que nunca julguei essenciaes á monarchia, á ordem publica ou á qualquer fórma do governo os titulos e ordens⁴⁵⁵.

Joaquim Manuel Carneiro da Cunha trouxe para o debate um novo argumento, ponderando que a verdadeira questão em discussão era se a concessão de títulos havia sido bem praticada; ponderou, contudo, que, apesar da importância do tema, não era prudente mexer em mercês já concedidas⁴⁵⁶. Ao incluir no debate se a nobilitação havia sido bem praticada, Carneiro da Cunha colocava em jogo o mérito e a virtude dos agraciados pelo primeiro imperador.

Ainda sobre a anulação dos títulos concedidos, Bernardo Pereira de Vasconcelos concordou com a ausência de leis que criassem os títulos, mas não deixou de enunciar que a anulação dos títulos concedidos dependia de sentença do Judiciário. Por fim, afirmou também que a assembléia tinha o direito de examinar os abusos da administração passada, pois isso estava previsto na constituição⁴⁵⁷.

Francisco de Paula Araújo e Almeida que se mostrou também receoso em condescender com a anulação de títulos já concedidos, foi contrariado por Odorico Mendes, que não só afirmou que estava no direito do legislativo anular os atos ilegais, uma vez que o imperador não tinha o direito de conceder títulos antes que a assembléia os criasse, mas também discursou que

Demais creio que todo o Brazil quer esta reforma. Se há alguém a quem ella não agrade ou a quem a incommode, serão poucos, porque os titulares que mais merecem sel-o são, aquelles que não fazem caso de semelhantes titulos (*apoiados*), e os outros os estimão porque não tendo qualidades que os distingão querem figurar como os pavões pelas cores (*muitos apoiados*)⁴⁵⁸.

Retomando o discurso do 7 de abril como uma revolução, o que impunha que novas medidas fossem tomadas pela Câmara, Evaristo da Veiga

Accrescentou que a annullação dos titulos e das ordens imprimiria cunho á revolução e lhe poria termo, porque o povo conheceria que a camara quer a execução fiel da constituição e que não tolera abusos, muito menos aquelles que daqui a pouco podião ameaçar a liberdade da nação, e que muito concorrerão para corromper a moralidade publica, sendo um semelhante passo no principio dos trabalhos legislativos um indício da marcha que a camara quer seguir. [...] no Brazil que não apresentava razão alguma de conveniência para querer conservar esta nobresa ridícula com bem poucas excepções. [...] Advertio que todos

⁴⁵⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 163. Dessa forma, em relação aos títulos de nobreza, o deputado baiano acrescentava um novo posicionamento às suas atitudes tomadas na década anterior, ou seja, havia recusado o título de barão de Cachoeira em 1822 e sido contrário à nobilitação de Lord Cochrane em 1823, porém, em 1831, se pronunciava de modo favorável à manutenção dos títulos nobiliárquicos e, finalmente, em 1854, aceitaria o título de visconde de Jequitinhonha com grandeza concedido por d. Pedro II.

⁴⁵⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 162.

⁴⁵⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 163.

⁴⁵⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 160 e 164-165.

sabião que taes títulos tinham sido dados ilegalmente. [...] Concluo que estando provado que o governo não tinha direito para crear taes títulos, nem para dar as insígnias cumpria declarar-o, não devendo a camara ter estremecimento, quando procede com justiça e muito mais quando vai de accordo com a classe pensante da nação brasileira⁴⁵⁹.

Antes do encerramento da sessão de 20 de junho, Rebouças mais uma vez mostrou-se contrário à anulação dos títulos, alegando que não só o número de titulares era pequeno⁴⁶⁰, que a maioria deles havia prestado bons serviços e, finalmente, que, pela quantidade de requerimentos pedindo distinções, via-se o quanto as distinções ainda eram apreciadas. Além disso, dizia ele:

O Brazil todo quer reformas, porém reformas uteis, e os legisladores devem ter em vista que as leis sejam exequíveis e proporcionadas ás necessidades e interesses nacionaes. Não gosto destes títulos e distincções, sou contra ellas, nem posso ser tachado de idéas feudaes, mas elles irão cahindo em desprezo progressivamente segundo o augmento das luzes⁴⁶¹.

Na sessão de 22 de junho, houve a continuação da discussão sobre nulidade de títulos e ordens militares. Rebouças afirmou, mais uma vez em sua defesa da manutenção dos títulos, que como a fazenda nacional havia recebido dinheiro pelos títulos e ordens concedidos, se anulados, o dinheiro deveria ser devolvido para quem os pagou. Respondendo a última ponderação do representante baiano, o deputado José Joaquim Vieira Souto “lembrou que não se pagavam pela abolição nas repartições os direitos e emolumentos correspondentes aos officios que nellas exercião certas pessoas; e que menos portanto se devião restituir a estes agraciados”⁴⁶².

Na seqüência do debate, o deputado Dias⁴⁶³ disse que

havendo uma lei a qual determinava que aquelle que gozava das honras por um anno tinha perdido o dinheiro que dera pelos papeis respectivos a ellas, não tinha lugar a restituição: porém que a ser necessária a nação a faria gostosamente: que o espírito da revolução de 7 de abril fora democrático e que era preciso, segui-o e não guiar-se por 100, 200 ou 400 pedantes que queirão conservar a aristocracia: que a verdadeira honra e que unicamente tinha valor era a dos talentos e virtudes: que a nação era mais sensata do que outras que deixavão levar por exterioridades e nomes pomposos e que estamos por isso mui seguros. Lembrou que muitos títulos e honras que não davão honras, forão concedidas a falsificadores de moeda, como na Bahia, e a homens viciosos e perversos e até a prostitutas⁴⁶⁴.

Ao mencionar a concessão de títulos a falsificadores de moeda, a homens perversos e a prostitutas, o deputado Dias colocava mais uma vez em discussão, e com

⁴⁵⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 165.

⁴⁶⁰ Vale lembrar que, ao longo do Primeiro Reinado, 96 pessoas receberam as 150 distinções ofertadas por d. Pedro I.

⁴⁶¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho de 1831, p. 166.

⁴⁶² *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de junho de 1831, p. 172.

⁴⁶³ Havia dois deputados nessa legislatura com o sobrenome Dias, ambos eleitos por Minas Gerais, o primeiro deles era José Custódio Dias, padre, e o segundo era Custódio José Dias, capitão-mor.

⁴⁶⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de junho de 1831, p. 173.

palavras bem mais fortes, se a prática nobilitadora fora bem executada e quais os critérios utilizados pelo primeiro imperador. José Bento Leite Ferreira de Melo, por sua vez, com fins talvez a por fim ao debate (com vitória, é claro, daqueles que se mostravam contrários à nobilitação), propôs uma resolução para se anular as mercês concedidas, uma vez que já eram nulas de direito⁴⁶⁵; todavia, tal proposta não foi então discutida pelos colegas de plenário⁴⁶⁶.

Nas sessões seguintes, os deputados se detiveram nas questões envolvendo a reforma da Constituição de 1824, sendo que a temática da nobilitação, bem como a da anulação dos títulos já concedidos não mais retornaria à cena⁴⁶⁷. Segundo Andréa Slemian, já em maio de 1831, o deputado baiano Antonio Ferreira França defendia a necessidade de reforma da Constituição, tendo sido acompanhado por seus colegas de plenário que aprovaram o encaminhamento do projeto para uma comissão especial, da qual retornou para o debate em julho⁴⁶⁸.

O projeto propunha que a monarquia brasileira fosse federativa, extinguiu o Poder Moderador, instituía um regente único, abolia o Conselho de Estado, entre outras propostas. Após intenso debate entre os deputados, justamente por alguns deles considerarem que não estavam habilitados para discutirem a reforma constitucional, que deveria ser feita conforme o proposto pela Carta de 1824, isto é, que aos representantes daquela legislatura cabia apenas enumerar quais artigos seriam reformados, sendo então atribuição da legislatura seguinte, eleita com poderes específicos para reformar a carta, decidir o texto final dos artigos passíveis de alteração. Apesar dessas ponderações, o projeto com as referidas formulações foi debatido e aprovado pelos deputados,

⁴⁶⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de junho de 1831, p. 172.

⁴⁶⁶ Nos índices dos *Anais da Câmara dos Deputados*, não há informações indicando se o projeto foi tema de nova discussão.

⁴⁶⁷ Na sessão de 23 de junho de 1831, houve a leitura de um parecer sobre a extinção da secretaria das mercês, porém o parecer não foi transcrito nos *Anais da Câmara dos Deputados*, nem sua leitura foi seguida de debate. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 23 de junho de 1831, p. 174.

⁴⁶⁸ Andréa Slemian, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006, p. 231.

contemplando doze itens para serem reformados⁴⁶⁹, sendo então encaminhado para o Senado⁴⁷⁰.

Contudo, as discussões no Senado, embora bastante acirradas, alteraram significativamente o teor do projeto da Câmara dos Deputados. Segundo Miriam Dolhnikoff, os senadores propuseram e aprovaram diversas emendas, como a que retirava dos pontos passíveis de reforma o fim da vitaliciedade dos senadores, a extinção do Moderador e do Conselho de Estado, além de serem contrários ao primeiro artigo que fazia do Brasil uma monarquia federativa⁴⁷¹. Tais emendas dos senadores não passariam ilesas na Câmara dos Deputados.

Em 30 de julho de 1832, com o objetivo de impedir que as propostas do Senado sobre a reforma da constituição fossem aprovadas na Câmara, houve uma tentativa de um golpe de estado liderado pelo então ministro Feijó e apoiado por parte dos chamados moderados, entre eles Evaristo da Veiga, Custódio Dias e José Martiniano de Alencar, cuja proposta era converter a Câmara em Assembléia Nacional e jurar uma nova constituição, fosse uma versão reformada do diploma de 1824 ou a “Constituição de Pouso Alegre”. Tal tentativa, conforme aponta a historiografia, foi frustrada após a fala do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, na Câmara, defendendo a Constituição vigente⁴⁷².

⁴⁶⁹ De acordo com Andréa Slemian, “o projeto aprovado constava de doze itens que previam: a transformação do governo do Brasil numa ‘monarquia federativa’; o reconhecimento de apenas três poderes políticos (as atribuições do moderador ‘que forem conveniente conservar’ passariam para o Executivo); o Senado eletivo e temporário; a diminuição do tempo da legislatura para dois anos; a supressão do Conselho de Estado; a conversão dos Conselhos Gerais de Províncias em Assembléias Legislativas; a divisão das rendas públicas em ‘nacionais e provinciais’; e exigência para o Executivo apresentar por escrito as razões de uma eventual recusa à sanção de lei aprovada na Assembléia”. Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, p. 241-242.

⁴⁷⁰ Segundo Andréa Slemian, “a rapidez e a tranqüilidade com que foi aprovada uma proposta de reforma da Constituição, que expressava, sem dúvida, uma alteração substantiva no caráter do funcionamento institucional do regime monárquico no Brasil, só pôde acontecer porque a composição da Assembléia estava profundamente marcada pelo clima de expectativa que se abriu com a Abdicação de D. Pedro I, em 1831. Foi isso que permitiu aos deputados extrapolarem o previsto pela Constituição e aprovarem o teor das modificações que deveriam ser feitas, em vez de apenas indicar os artigos que necessitavam ser alterados. No entanto, a despeito de uma quase unanimidade pela transformação do regime sem sua sublevação completa, a defesa da Carta de 1824 como caminho da legalidade a ser seguido continuaria a desdobrar-se em posições distintas e contundentes na arena do jogo político”. Andréa Slemian, *Sob o império das leis*, p. 242.

⁴⁷¹ Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial*, p. 93-94.

⁴⁷² Segundo Miriam Dolhnikoff, “Em uma tentativa de impedir que as emendas do Senado fossem aprovadas, lideranças liberais que controlavam a Regência, entre elas Feijó, que era então ministro da Justiça, tentaram desferir um golpe de Estado, conhecido como golpe de 30 de julho, para aprovar o projeto tal qual saído da Câmara. No entanto, sem apoio da maioria dos deputados, a quem repudiava soluções fora da ordem constitucional, o golpe fracassou”. Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial*, p. 94. Sobre o golpe de 30 de julho de 1832, consultar, também, Octávio Tarquínio de Sousa, *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 96-106; Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana”; Andréa Slemian, *Sob o império das leis*; Bruno

A despeito do impacto que tal tentativa de golpe exerceu sobre os políticos, é interessante considerar o proposto pela Constituição de Pouso Alegre, uma vez que ela contemplava importantes mudanças se comparada com o texto da Constituição de 1824. Assim, a constituição de Pouso Alegre suprimia o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado e a concessão de títulos de nobreza⁴⁷³. Especificamente sobre a nobreza no Império, a Constituição de Pouso Alegre determinava que uma das atribuições do Executivo era “Conceder mercês, honras e distinções que pela assembléa geral forem estabelecidas para recompensa de serviços feitos ao estado; *excepto os títulos que nunca serão criados*”⁴⁷⁴, o que alterava de modo significativo o estabelecido pelo texto constitucional em vigência naquele momento.

Há que se destacar que, tal como previa a Constituição, senadores e deputados reuniram-se em Assembléia Geral para discutir o projeto de reforma da constituição, aprovado na forma da Lei de 12 de outubro de 1832. Desta forma coube à legislatura seguinte aprovar a reforma da carta, sob a forma da Lei de 12 de agosto de 1834, também conhecida como Ato Adicional à Constituição de 1824⁴⁷⁵. Deve-se ressaltar que nem a lei de 1832, nem o Ato Adicional mencionavam a questão dos títulos de nobreza.

Assim, apesar das propostas de abolição dos títulos e reformas desse ponto da Constituição, a única coisa que os representantes da nação conseguiram aprovar no início da década de 1830 foi a proibição da regência de conceder títulos e condecorações (sendo que, neste último caso, como colocado acima, a norma, partir de

Fabris Estefanes, *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1846)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2010, entre outros.

⁴⁷³ Octávio Tarquínio de Sousa, *Três Golpes de Estado*, p. 96-106.

⁴⁷⁴ Constituição de Pouso Alegre, título 5º, “Do Imperador”, capítulo 1, “Do Poder Executivo”, artigo 99, parágrafo 19, in Octávio Tarquínio de Sousa, *Três Golpes de Estado*, p. 181. (grifo nosso).

⁴⁷⁵ Em 14 de outubro de 1831, chegou no Senado o projeto de reforma da constituição que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. A partir desse projeto, foi elaborada a Lei de 12 de outubro de 1832, que permitiu a reforma da Constituição pela legislatura seguinte, resultando então no Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. É importante ressaltar que em meio aos debates que levaram à aprovação do Ato não houve referências à nobreza já titulada, nem à concessão de novos títulos. “Projeto para a reforma da Constituição” e “1832-N.129: Emendas aprovadas pelo Senado, ao Projeto vindo da Câmara dos Deputados, sobre a reforma da Constituição”, in José Murilo de Carvalho (org.), *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil). A Lei de 12 de outubro de 1832 está disponível em

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_11.pdf (acesso em 27/12/2011)

O Ato Adicional de 1834 está disponível em

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf (acesso em 27/12/2011)

Sobre o debate envolvendo o Ato Adicional de 1834 e o seu impacto na organização do Estado Imperial, ver Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial*.

1837, não foi obedecida). Tal proibição, vale lembrar, foi mantida mesmo após a reforma da Constituição que determinava, entre outras coisas, a eleição de um único regente; assim, somente com a Maioridade é que seria restabelecida a prática nobilitadora.

Ainda assim, o combate ativo de vários deputados à existência de distinções e privilégios no Brasil não deve ser subdimensionado. Em seu afã de proibir novas concessões ou até conseguir a anulação de títulos previamente concedidos, se utilizaram de argumentos centrados não só na falta de valor de muitos dos titulados, mas essencialmente na incompatibilidade da existência de uma aristocracia no país.

Figuras como Lino Coutinho e Francisco de Paula Sousa e Melo buscaram sensibilizar seus colegas de plenário, discursando acerca da incompatibilidade de honras e privilégios em um Estado constitucional; ademais afirmavam que os homens que haviam prestado bons serviços ao país deveriam ser estimados, mas não agraciados. Antes mesmo das discussões sobre as atribuições dos regentes, em 06 de maio de 1831, Lino Coutinho evidenciava sua opinião a respeito dos títulos de nobreza, ponderando que

as ordens e títulos haviam sido conferidos com pequenas exceções aos máos servidores da nação, sevandijas, inimigos da constituição e odiados na sociedade. Propugnou ainda mais pela reforma em todas as ordens e títulos, e pela conveniência de que estes fossem concedidos pela assembléa geral, que melhor conhecia os verdadeiros servidores da nação, e não pelo governo, que os quer dar a afilhados para o auxiliarem nas suas medidas despoticas⁴⁷⁶.

Vale destacar que ao utilizar a palavra “sevandijas”, isto é, parasitas, para nomear os nobilitados por d. Pedro I, Lino Coutinho indicava claramente seu entendimento – partilhado provavelmente por alguns de seus colegas de plenário – de que se tratava de pessoas que usufruíam de maneira deletéria do Estado monárquico, sem oferecer-lhe algo em contrapartida. Ademais, deixava também o deputado baiano clara a interpretação de que as nobilitações de tais parasitas visavam a reforçar o poder despótico do monarca. Nessa mesma ocasião, Paula Sousa, que, como dito, posicionava-se, neste assunto, de maneira semelhante ao colega, reforçou a imagem negativa dos nobres do primeiro reinado ao declarar que “o governo não só tinha dado títulos e ordens arvoradas contra a constituição, porém os havia conferido a pessoas que não tinham feito serviço algum (*Apoiados*)”⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 06 de maio de 1831, p. 14. Tal colocação foi feita em meio à discussão sobre a abolição da medalha de Pernambuco.

⁴⁷⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 06 de maio de 1831, p. 14.

Na mesma sessão, José Bento Leite Ferreira de Mello, eleito por Minas Gerais, defendeu a manutenção das ordens e títulos, não por identificar mérito e virtude nos agraciados, mas sim por ver nisso uma maneira de identificar facilmente aqueles que eram aliados do antigo imperador. Em suas palavras,

Declarou outrossim que não concordava em que por ora se tratasse da nullidade dos outros distinctivos, principalmente da ordem da Rosa, por ser bom que os inimigos figadaes do Brazil, aquelles que merecião a execração publica, andassem com este sobre-escripto, para serem bem conhecidos; sobre-escripto com que na ultima vez que estivera D. Pedro de Alcântara em Minas marcara todos os sevandijas (*Muitos apoiados*)⁴⁷⁸.

Assim, tais falas são exemplares de uma opinião corrente dentro da Câmara dos Deputados, justamente a da estratégia de nobilitação de d. Pedro I como uma forma de conquistar apoio para seu reinado, nobilitando pessoas sem méritos e virtudes e que se valiam do Estado para sua manutenção, ao menos é isso que parecia dizer Lino Coutinho ao chama-los parasitas. Assim, considerando as ponderações feitas pelos deputados em 1831 e as outras apresentadas anteriormente, bem como o contexto em que as nobilitações de d. Pedro I ocorreram, não é de se estranhar o interesse dos legisladores em questionar a manutenção da nobreza no Brasil e até, eventualmente, anular as concessões já feitas – consideradas, entre outras coisas, incompatíveis com a monarquia constitucional brasileira.

3.2. O Legislativo em meio a discussões sobre mercês e privilégios

O Período Regencial foi central para a organização da monarquia brasileira, tanto no que se refere à criação de novas instituições, como as Assembléias Legislativas Provinciais, quanto na reformulação da estrutura vigente, incluindo a extinção de normas e instituições que os representantes não mais consideravam adequadas, ou interessantes, para o país. Para além da discussão acerca da nobreza, logo nos primeiros meses após a abdicação, o Legislativo debruçou-se também sobre outras questões vistas como heranças do reinado de d. Pedro I (ou eventualmente da América portuguesa), como os morgados e o Conselho da Fazenda, além da organização do Tesouro Nacional.

Ainda que a discussão sobre o Tesouro Nacional pareça pouco relacionada à temática dos privilégios, na prática, tal debate implicava a abolição de um antigo privilégio transplantado da monarquia portuguesa para o Brasil junto com a vinda da

⁴⁷⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 06 de maio de 1831, p. 14.

Família Real em 1808, isto é, os assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda. Como já colocado anteriormente, tal mercê podia ser (e foi) ofertada pelo monarca aos agraciados com títulos de conde, marquês e duque, representando de fato um rendimento financeiro para esses titulados.

Contudo, a preocupação com o Conselho da Fazenda não surgiu em 1831. Já em 1827, no início do ano legislativo – poucos meses depois, portanto, do monarca ter ofertado 25 títulos de marquês, 20 deles acompanhados pelo assentamento pago pelo Conselho da Fazenda – foi proposta na Câmara dos Deputados a abolição do referido Conselho. Assim, possivelmente, a proposta de extinção do Conselho da Fazenda fosse uma tentativa de pôr fim ao rendimento financeiro de alguns marqueses, dentre eles os onze senadores agraciados em 1826⁴⁷⁹.

Foi Bernardo Pereira de Vasconcellos quem, em 20 de junho de 1827, apresentou este projeto à Câmara, encaminhado então para as comissões reunidas de legislação e fazenda. A primeira discussão deu-se já em 25 de agosto, sendo aprovado sem debate. As segunda e terceira discussões ocorreram, respectivamente, em 12 e 18 de setembro, aprovando-se para que fosse remetido à comissão de redação. No dia seguinte, o projeto de lei sobre a abolição do Conselho da Fazenda foi lido, aprovado e enviado para o Senado⁴⁸⁰.

No Senado, a discussão do projeto constava na ordem do dia de 02 de outubro, contudo, logo no início, José Antonio Rodrigues de Carvalho, nomeado pelo Ceará, fez a seguinte colocação, “Proponho que o projecto de extincção do Tribunal do Conselho da Fazenda fique adiado até a apresentação da lei da organização do Thesouro”. Tal colocação foi apoiada e aprovada pelos senadores, de tal forma que o projeto de extinção do Conselho da Fazenda sequer foi discutido na câmara alta⁴⁸¹.

A inclusão do debate sobre a extinção do Conselho em um projeto mais amplo fez com que, durante todo o restante do Primeiro Reinado, a questão não mais retornasse ao Senado. Somente em 1831, quando, possivelmente, dada à conjuntura política, é que o tema voltou ao plenário. Assim, com a abertura do Legislativo em 1831 e sem o imperador no trono, os senadores finalmente discutiram a abolição do Conselho

⁴⁷⁹ Deve-se destacar que esses vinte que receberam assentamento pago pelo Conselho da Fazenda não foram os únicos recompensados com tal mercê. Já em 1823, d. Pedro concedeu a Lord Cochrane o título de marquês do Maranhão com esta mercê; em 1825, tal mercê foi concedida a Francisco de Assis Mascarenhas, junto com seu título de marquês de São João da Palma, que também foi nomeado senador em 1826; e em 1826, foi a vez de d. Isabel Maria de Alcântara Brasileira recebe-la junto com seu título de duquesa de Goiás.

⁴⁸⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de junho, 25 de agosto, 12 e 18 de setembro de 1827.

⁴⁸¹ *Anais do Senado do Império*, sessão de 02 de outubro de 1827.

da Fazenda, de fato não mais como um projeto avulso (como proposta pela Câmara anos antes), mas sim como parte integrante da discussão sobre a organização do Tesouro Nacional. Fruto dessas discussões, em 04 de outubro de 1831, entrou em vigor a lei que estabelecia nova organização para o Tesouro Nacional e abolia o Conselho da Fazenda⁴⁸², os marqueses do Primeiro Reinado mantinham-se então com seus títulos, mas doravante sem os rendimentos que lhes haviam sido garantidos por mercê do imperador.

Mas esse “esquadrão de marqueses”, nas palavras proferidas pelo deputado Custódio Dias em 1828, ainda iria merecer novo e letal ataque por parte dos representantes, era necessário por fim a tal “fidalguia” e para tanto era mister acabar com a “pechincha dos morgados”⁴⁸³. Em 06 de outubro de 1835, o desejo do deputado Dias seria finalmente atendido com a aprovação da lei de abolição dos morgados e bens vinculados. Se a proposta de abolição do Conselho da Fazenda demorou quatro anos para se ver transformada em lei, a extinção dos morgados e bens vinculados teve uma história ainda mais longa. Já em 10 de junho de 1826, menos de dois meses depois de aberto o Legislativo no país, foi lido o projeto de lei, proposto pelo deputado Odorico Mendes:

- 1º Ninguém poderá estabelecer morgados, capellas e em geral, vínculos nenhum debaixo de qualquer fôrma ou denominação que seja.
- 2º Os vínculos que existem, acabarão [sic] com os actuaes possuidores.
- 3º Ficão revogadas todas as leis e determinações em contrario⁴⁸⁴.

Ainda que o projeto não tenha sido debatido nessa ocasião, dias depois, em 27 de junho, foi lido e aprovado o parecer da comissão de legislação sobre o projeto, além de aprovada a seguinte emenda para ser discutida:

Excepção-se as Capellas, ou quaesquer outros vínculos, que actualmente existirem, ou se houverem de instituir em casas, e dinheiro a favor de hospitais, seminários de educação de meninos e donzellas pobres, de expostos, e confrarias, que exercitem officios de caridade; ficando debaixo da immediata inspecção da autoridade publica, e podendo ser alterada a sua applicação, ou inteiramente abolida segundo convier⁴⁸⁵.

Contudo, apesar de o projeto ter sido proposto em junho de 1826, apenas dois anos depois é que ele mereceu nova discussão, aparecendo na sessão de 03 de junho de

⁴⁸² A Lei de 04 de outubro de 1831 pode ser consultada em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37582-4-outubro-1831-564543-publicacaooriginal-88471-pl.html (acesso em 09/05/2013)

⁴⁸³ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 69-70. Tal como já mencionado, havia dois deputados que podem ter sido o autor dessa fala, ambos eleitos por Minas Gerais, o primeiro deles era José Custódio Dias, padre, e o segundo era Custódio José Dias, capitão-mor.

⁴⁸⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de junho de 1826, p. 90.

⁴⁸⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de junho de 1826, p. 314.

1828, quando o deputado José da Cruz Ferreira, eleito pelo Rio de Janeiro, afirmou que os morgados eram maléficos ao país. Em 09 de junho de 1828, a discussão sobre o projeto foi retomada, levando o deputado Dias, como já mencionado, a condenar o

esquadrão de marquezes, que andão á pista de ver quanto possa perpetuar a sua fidalguia, e levar á mais remota posteridade os relevantes serviços que têm prestado ao Brazil. Bem vejo que o banco, a Cisplatina, e outras partes onde alguns deles têm mostrado o seu aferro á constituição, são monumentos que os hão de eternisar. Todavia quererei que se lhes tire a pechincha dos morgados; nada dessas concessões: laranjeiras os conhecemos, e laranjeiras passarão a mais remota posteridade⁴⁸⁶.

Logo no início da sessão, Holanda Cavalcanti e o bispo do Maranhão (d. Marcos Antonio de Sousa), eleito pela Bahia, defenderam a inutilidade do primeiro artigo do projeto, já que, para haver vínculos, era necessária a aprovação da Câmara, sendo, portanto, tal artigo repetitivo. Houve questionamento também sobre o que aconteceria com os morgados após a morte do último possuidor: passariam para os herdeiros como as heranças desvinculadas ou seriam devolvidos à fazenda nacional?⁴⁸⁷ Diante de tais questões, José Lino Coutinho, propôs uma emenda:

1º Que se supprima o 1º artigo.

2º Que o 2º artigo seja redigido com melhor doutrina.

3º Que finalmente se declare, que ficão existindo unicamente as capellas que pertencem aos hospitaes, casas de órphãos e outros estabelecimentos de caridade e beneficencia publica⁴⁸⁸.

José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, eleito por São Paulo, concordando com Lino Coutinho e vendo os males causados pelos morgados, afirmou que

a aristocracia é obra do tempo, e a hereditaria não convém ao Brazil, não só porque a herança de empregos não quadra com a natureza que não transmite sempre por geração a aptidão e talentos (*apoiados*), e ainda menos com a razão e justiça, que não conhece nem consente desigualdade sem motivo justificado (*apoiados*), como também pela falta de elementos históricos, que podem consolidar a instituição pelo respeito de prejuízos, que felizmente não existem. *Deixemos para a velha Europa semelhante instituição; já se passarão esses tempos em que Montesquieu dizia, que a moderação era o principio e o elemento da aristocracia; melhor julgou Voltaire quando ao contrario avançou, que a aristocracia não era fundada sobre a moderação e sim sobre o orgulho, a ambição e desejo de dominar (apoiados)*⁴⁸⁹.

Em seguida, os deputados discutiram se o projeto deveria seguir à comissão de legislação para ser reformulado ou não, votando-se favoravelmente a tal

⁴⁸⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 69-70. Tal como já mencionado, havia dois deputados que podem ter sido o autor dessa fala, ambos eleitos por Minas Gerais, o primeiro deles era José Custódio Dias, padre, e o segundo era Custódio José Dias, capitão-mor.

⁴⁸⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 64-66.

⁴⁸⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 67.

⁴⁸⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 67.

encaminhamento⁴⁹⁰. Na sessão de 25 de junho, há o registro de que o projeto retornou da comissão, sendo enviado para impressão⁴⁹¹. Em 02 de julho, foram lidos o parecer e o aditamento elaborados pela comissão; bem como um voto em separado sobre o projeto⁴⁹².

Após discussão, foram aprovados o aditamento da comissão e a emenda (não transcrita) proposta por Diogo Duarte e Silva, eleito por Santa Catarina⁴⁹³. Finalmente, em 10 de julho, a Câmara aprovou a redação do projeto de lei sobre os morgados⁴⁹⁴. Dias depois, em 12 de julho⁴⁹⁵, o Senado acusou o recebimento do diploma, mas só deu início às discussões em julho do ano seguinte.

Em 09 de julho de 1829, foi lido, na Câmara alta, o primeiro artigo do projeto: “Fica proibido o estabelecimento de Morgados, Capellas, e outros alguns vínculos de qualquer natureza ou denominação que seja”. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nomeado por Minas Gerais, foi o primeiro senador a se posicionar de modo favorável à lei, afirmando que “Convém que se prescrevam esses estabelecimentos, que se oppõe á industria e á moral publica. [...] É pois meu voto que a Lei passe, por que nenhum

⁴⁹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 70-72. Contudo, não há o registro dos nomes dos membros da referida comissão.

⁴⁹¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de junho de 1828, p. 200.

⁴⁹² O parecer da comissão possuía o seguinte conteúdo: “Os membros da comissão de justiça civil, abaixo assignados, tendo de redigir com mais clareza o art. 2º do projecto, que extingue em geral todos os vínculos, addicionando-lhe os artigos que forem necessários para estabelecer-se o destino que devem ter os bens que deixarem de ser vinculados, satisfazem da sua parte a determinação desta camara pela maneira seguinte: ‘Art. 2º: Os vínculos de qualquer natureza ou denominação, ora existentes acabarão com os actuaes administradores; sendo pessoas particulares por morte destes, sendo corporações por virtude dalguma lei que as extinga’; já o aditamento era o seguinte, “‘art. 3º Os bens que deixarem de ser vinculados por morte dos actuaes administradores, passarão aos herdeiros destes na fôrma das leis que regulão as heranças, com o encargo dos alimentos, a que taes bens estiverem sujeitos; os que deixarem de ser vinculados por extincção de corporações, ficarão pertencendo á fazenda publica’, Camara dos deputados, 11 de Junho de 1828. Jozé Cezário de Miranda Ribeiro, Antonio da Silva Telles, José da Cruz Ferreira”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 02 de julho de 1828, p. 30. Já o voto em separado, redigido por Antonio Augusto da Silva e J.R.C. Dormund, determinava que “os membros da comissão de justiça civil abaixo assignados, separando-se em opinião dos illustres collegas sobre o destino a dar aos bens dos morgados e capellas, pela extincção dos vínculos, julgão satisfazer, ao mandado desta camara pelo modo seguinte: ‘Art. 2º Os morgados e capellas (exceptuadas sómente as que têm por objeto obras de caridade) ficão abolidos desde a publicação da presente lei; e os bens de que os mesmos se compoem, são considerados allodiaes para poderem os actuaes possuidores, dispor delles como lhes parecer, nos termos de direito; salvo o encargo de alimentos; se o houver, e que continuará a cumprir-se na forma das instituições, durante a vida dos actuaes alimentados’. ‘Art. 3º No caso de serem pessoas estranhas os possuidores, serão os bens divididos entre os que se habilitarem mais próximos parentes dos instituidores em igual grão, ou dos primeiros administradores, a cujo favor forão instituídos os vínculos; para o que serão citados por edictos de 30 dias, que se publicarão e affixarão nos lugares dos mesmos vínculos, e naquelles onde residirão os instituidores; ou os primeiros administradores; e não apparecendo no prazo, marcado, quem se haja de habilitar serão os bens seqüestrados e vendidos pelo disposto no alvará de 14 de Janeiro de 1807’. Paço da camara dos deputados, 20 de Junho de 1827 - Antonio Augusto da Silva e J.R.C. Dormund”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 02 de julho de 1828, p. 30-31.

⁴⁹³ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 02 de julho de 1828, p. 32.

⁴⁹⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de julho de 1828, p. 88.

⁴⁹⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 12 de julho de 1828, p. 120-121.

argumento se póde formar contra ella, que não seja prompta e victoriosamente destruido”⁴⁹⁶.

Contudo, tal posicionamento não foi unânime na casa vitalícia. À fala de Vergueiro, seguiu-se a do marquês de Inhambupe (Antonio Luis Pereira da Cunha), que, apesar de não ter sido ouvida pelo taquígrafo, foi rebatida pelo marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), que, por sua vez, afirmou “guardava-me para votar a favor do Projecto; mas como vejo que apparece opposição, julgo indispensável mostrar a justiça em que ele está baseado”⁴⁹⁷, indicando, portanto, que Inhambupe talvez tenha se colocado contra o projeto e a favor da manutenção dos morgados.

Defendendo o projeto de lei e sua consonância com a Constituição, Caravelas questionava “Pergunto eu agora, qual é a base da nossa Constituição a esse respeito? Virtudes e talentos; eis o que o homem precisa para se enobrecer no Brasil. Portanto, digo que como os talentos e as virtudes não vêm pelo sangue, o melhor morgado e vínculo, que um pai pode dar a seu filho é a boa educação”⁴⁹⁸, ao mesmo tempo em que afirmava que o morgado, ao privilegiar o primogênito, colocava os demais filhos em condição de decadência. Para Caravelas e Vergueiro, como os morgados e outros bens vinculados eram passados de geração em geração, constituía-se um rol de proprietários/nobres sem vínculos com o Estado e sem necessidade de preservação do mérito, já que a herança estava assegurada, formando-se então um grupo de privilegiados, cujo privilégio, ademais, era, segundo eles, contrário ao previsto pela Constituição de 1824⁴⁹⁹. Vergueiro, respondendo mais uma vez a Inhambupe, que continuava “a fazer opposição ao Projecto”⁵⁰⁰, afirmou que

esta instituição de morgados é abominável por sua origem, é absurda, e até mesmo prejudicial aos seus fins, ao próprio administrador, á família, cujo lustro se pretende conservar, e á sociedade em geral; logo deve extinguir-se. [...] É opposta ao espírito da nossa Constituição, que prescreveu os privilegios pessoaes, que não são essencialmente ligados aos cargos. *Este privilegio é concedido a uma família, e portanto no espirito da Constituição é contrario a proscrição dos privilégios pessoaes*⁵⁰¹.

O senador por Minas Gerais concluiu seu aparte declarando que “O merecimento e a virtude não se herdam; logo não deve passar em herança privilegiada a nobreza dos

⁴⁹⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 72.

⁴⁹⁷ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 72.

⁴⁹⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 73.

⁴⁹⁹ Ver Título 8º - Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, artigo 179, parágrafo XVI. Constituição Política do Império do Brasil de 1824, p. 33.

⁵⁰⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 74.

⁵⁰¹ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 74.

pais nem ella pôde ser gloriosa recahindo em filhos privados de talentos e virtudes, como são quasi todos os que nascem morgados”⁵⁰².

Em meio às discussões sobre os morgados, alguns senadores fizeram questão de diferenciar os bens vinculados dos títulos de nobreza, destacando, por exemplo, que os títulos eram concedidos pelo Executivo e não eram hereditários, sendo uma decorrência dos méritos e virtudes dos nobilitados. Vale lembrar que a concessão de títulos de nobreza aos senadores havia sido uma estratégia política usada pelo primeiro imperador, não sendo estranho, portanto, que vários membros da Câmara alta tenham se dedicado a defender tal honraria e especialmente os méritos e virtudes dos agraciados.

Alegavam, assim, que, como a nobreza no Império era ligada ao indivíduo e não à sua família, isso garantia ao Estado controle sobre a distribuição de títulos, já que eles não poderiam ser passados aos herdeiros, evitando-se, portanto, o risco de que alguém sem o devido mérito fosse nobilitado.

Colocado em discussão, o primeiro artigo foi rejeitado, ainda que apenas Inhambupe tenha se colocado claramente contrário ao projeto⁵⁰³. Após essa votação, os senadores discutiram se, com a rejeição do primeiro artigo, todo o projeto estaria automaticamente rejeitado ou não. Vergueiro e Caravelas defenderam que o projeto não ficava prejudicado, podendo, portanto, ser discutido, já Inhambupe, seguido por João Evangelista de Faria Lobato, nomeado por Minas Gerais, defendeu que, sem o primeiro artigo, não era possível dar sequência ao debate. Terminada a discussão, votou-se que o projeto não ficara prejudicado, passando-se então para o segundo artigo, que previa que “Todos os vinculos de qualquer denominação, ora existentes, acabaram com os actuaes e legítimos administradores; sendo pessoas particulares, por morte destes; sendo corporações, por virtude de alguma Lei, que os extinga”⁵⁰⁴.

As posições se mantiveram, Vergueiro a favor do projeto e Inhambupe contra. Sobre a fala de Inhambupe, há o seguinte comentário feito pelo taquígrafo:

Não se pôde colher bem o seu discurso; mas percebe-se que sustentou a conservação dos morgados; e entre outros motivos que deu, há este: que tendo a Camara votado contra o artigo 1º, em que se queria prohibir o futuro estabelecimento de vínculos, não era possível agora votar pela extincção dos que já existem, pois que fora consentirem que se criem; mas desaparecendo os que estão criado. Que tudo o que se dizia em favor do artigo laborava em circulo vicioso: e que o resto dos artigos devia cahir, porque faltava a base do Projecto, que o 1º artigo que se não approvara⁵⁰⁵.

⁵⁰² *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 75.

⁵⁰³ Não aparece registrado, nos *Anais do Senado*, o nome dos outros senadores que foram contrários ao projeto.

⁵⁰⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 78.

⁵⁰⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 09 de julho de 1829, p. 79.

Em 10 de julho, a discussão foi retomada e Vergueiro, novamente, iniciou o debate, expondo sua opinião acerca da legitimidade de uma nobreza do merecimento e não da família.

A nossa Constituição não reconhece distincção se não numa família, e é para essa que se deve dar todas as considerações da Nação; não estabelece famílias intermédias entre a Família Imperante, e as famílias mais pobres ou de menos representação. Não há famílias intermédias, como bem explicou um illustre orador, e a única nobreza que a nossa Constituição reconhece é a do merecimento. A nossa Constituição reconheceu na verdade esta nobreza, mas não reconhece a nobreza de famílias. E, como pode existir esta nobreza das famílias, se a Constituição diz: – todos são iguaes? – Quando não existe privilegio algum de pessoa? Quando diz que todos têm o mesmo direito aos empregos públicos? Como pôde haver nobreza de famílias? Quaes são as qualidades que a devem distinguir? Só se forem os talentos e virtudes, ou a demonstração de serviços á Patria⁵⁰⁶.

Na sessão seguinte, 11 de julho, o debate foi retomado. José Inácio Borges, nomeado por Pernambuco, e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, nomeado por Minas Gerais, defenderam o projeto de lei⁵⁰⁷, todavia, João Evangelista de Faria Lobato, nomeado por Minas Gerais, que não foi ouvido, deve ter defendido a existência de uma nobreza hereditária, já que este foi o tema da fala de Borges em resposta à fala do senador anterior. Evangelista, em seguida, defendeu os vínculos, por não ver contradição com a constituição, votando, portanto, contra o projeto⁵⁰⁸. Caravelas e Vergueiro se colocaram, mais uma vez, a favor do projeto e contra os morgados⁵⁰⁹.

Finalmente, em 14 de julho, iniciou-se a última discussão do segundo artigo. Inaugurando o debate, o visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), nomeado pela Bahia, defendeu a manutenção dos morgados, como uma prerrogativa do imperador, afirmando que “como nenhum Governo pôde pagar todos os serviços com remunerações pecuniarias, não se pôde expoliar ao Imperador da prerrogativa de conceder a alguns eminentes servidores a mercê de vincular bens, para perpetuar a memória illustre da família”⁵¹⁰, concluindo que “se alguns morgados estão a acabar, não seja o Senado que lhes dê o Golpe de Graça”⁵¹¹.

Após a fala de Cairu, o marquês de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama), nomeado por Minas Gerais, também se colocou no debate, incluindo um argumento novo: “eu já disse que achava um grande defeito nesta Lei; e elle consiste em ser contrario ao direito de propriedade; direito tão particularmente marcado na

⁵⁰⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 10 de julho de 1829, p. 81.

⁵⁰⁷ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 11 de julho de 1829, p. 85-86.

⁵⁰⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 10 de julho de 1829, p. 86-88.

⁵⁰⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 10 de julho de 1829, p. 90-91.

⁵¹⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 95.

⁵¹¹ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 98.

Constituição, e até garantido em toda a sua plenitude”⁵¹², concluindo que “não coarctemos pois o direito de propriedade, e a isto limito todo o meu argumento agora: tudo o que for coarctar a liberdade do cidadão no emprego e determinação aos seus bens, é um mal que se faz e nós não devemos fazer Leis que se opponham á plenitude do direito de propriedade, garantida tão solemnemente pela Constituição”⁵¹³.

Vergueiro, discordando de seu colega de plenário, afirmou que “a instituição dos morgados constitue um privilégio de família, logo estão prohibidos pela Constituição, e isto nos compete declarar”⁵¹⁴, sendo secundado por Borges, que também discordou de Baependi.

Caravelas, defendendo o projeto, afirmou que a Constituição não aceitava privilégios hereditários, como os morgados. Cairu fez nova colocação, ponderando que “eu não affirmei que a nobreza hereditária, e de bens vinculados, fossem Ordem separada do Estado; só disse que ella era conveniente ao Imperio para perpetuar Lusitãam [sic], especiaes honras, e titulos da nobiliarchia, propria das Monarchias, ainda constitucionaes”⁵¹⁵. O artigo foi então posto em votação e, tal como ocorrera com o primeiro, foi rejeitado. Finalmente, os senadores decidiram que, com os dois artigos rejeitados, o projeto de lei também estava rejeitado⁵¹⁶.

Entre aqueles que se pronunciaram, colocaram-se favoravelmente ao projeto os senadores Vergueiro, José Inácio Borges, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e o marquês de Caravelas. Opuseram-se claramente ao proposto, por sua vez, os marqueses de Inhambupe e Baependi, o visconde de Cairu e João Evangelista de Faria Lobato. Assim, entre aqueles que se pronunciaram de modo favorável à abolição dos morgados, merece destaque, ao menos, a fala de dois senadores, a de Vergueiro e a do marquês de Caravelas.

A fala de Vergueiro deve ser destacada, pois ele foi membro da Câmara dos Deputados na primeira legislatura, tendo, portanto, acompanhado os primeiros debates sobre o projeto de abolição dos morgados, além de ter sido um dos líderes da oposição a d. Pedro I; situação completamente diferente daquela do marquês de Caravelas, que havia sido nomeado senador pela Bahia, sua província natal, em 1826, mesmo ano em que foi nobilitado com o marquesado, acompanhado pelo assentamento pago pelo

⁵¹² *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 98.

⁵¹³ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 99.

⁵¹⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 100.

⁵¹⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 104.

⁵¹⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 14 de julho de 1829, p. 105. Contudo, não há registro de quantos votos foram favoráveis e contrários ao projeto.

Conselho da Fazenda. Apesar dessas diferenças, os dois senadores se posicionaram de modo semelhante, sendo favoráveis ao projeto de lei⁵¹⁷.

Ao contrário de Vergueiro e Caravelas, Cairu e Baependi foram contrários ao projeto, porém fizeram uso de argumentos distintos. Baependi pautou sua fala na defesa da propriedade, de forma que, se os morgados fossem abolidos, o direito à propriedade seria afetado. Os próprios senadores, contudo, responderam à sua ponderação, mostrando o quanto a colocação era falaciosa, pois mesmo que os bens fossem desvinculados, eles ficariam com a família, mas doravante obdecendo às leis de sucessão que regiam as propriedades em geral no país. Já Cairu defendeu a manutenção dos morgados, alegando ser justamente essa uma prerrogativa do monarca; nesse sentido, o visconde se colocava francamente favorável à manutenção de um instituto de origem medieval e que visava à manutenção dos grandes de Portugal, ou seja, de uma nobreza/ aristocracia hereditária, e desta forma atuava como defensor da prerrogativa do rei de se colocar, eventualmente, acima da Constituição⁵¹⁸.

Em 16 de julho de 1829, a Câmara dos Deputados acusou o recebimento do ofício do Senado, em que se informava da rejeição do projeto⁵¹⁹. Contudo, a câmara baixa só voltaria a tratar da questão no ano seguinte, em 26 de junho, quando Odorico

⁵¹⁷ Apesar da opinião semelhante na temática em discussão, as diferentes trajetórias políticas de Vergueiro e Caravelas refletiram também nas suas opiniões sobre a composição da casa vitalícia. Na sessão de 11 de julho de 1829, Caravelas afirmou que “a nossa Constituição admitindo base do merecimento pessoal na nobreza desta Camara, teve em vistas a força moral, que com ella vem, e assim em consequencia a força physica. *Este corpo sendo nomeado pelo povo, mostra a confiança que nelle tem a Nação*. Se os seus membros fossem tirados de morgados, nenhuma influencia teriam”. Já para Vergueiro, “entre nós tudo se acha desequilibrado, e nessa Camara está o corpo intermédio, pois que *cada um dos seus membros não só teve a aprovação do povo como tambem a do Monarcha*. Portanto, tudo o que se disse a respeito da aristocracia não vem para o nosso caso”. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 11 de julho de 1829, p. 91. (grifos nossos)

⁵¹⁸ Os morgados eram bens vinculados, concedidos pelo monarca, que não eram passados por herança e sim sucedidos. Desta forma, tais bens contribuíam para a manutenção do patrimônio dos grandes em Portugal, já que eram indivisíveis e sucedidos por apenas uma pessoa, conforme graça do monarca. Sobre os morgados, ver Nuno Gonçalo de Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003, p. 61-62; Antonio Manuel Hespanha, *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 122; Monica Duarte Dantas, “Povoamento e ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)”, *Revista Penélope*, n. 23, 2000, p. 9-30, especialmente, as notas 16 e 68; além da definição no dicionário de Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino*, Coimbra: 1712-1718, volume 5, p. 580 (disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/morgado> - acesso em 24/04/2013).

⁵¹⁹ Sobre o recebimento do ofício, consultar *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de julho de 1829, p. 121. É digno de ressalva que essa proposta da Câmara dos Deputados não foi a única a ser rejeitada no Senado, de tal forma que, nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 1829, há uma tabela com propostas feitas pela Câmara, que não foram aprovadas pelo Senado, seja em votação separada, seja em conjunto, contemplando, inclusive o projeto de abolição de morgados e bens vinculados.

Mendes apresentou novamente um projeto de abolição dos morgados⁵²⁰, mas sem que se seguisse uma nova discussão⁵²¹.

Anos se passaram sem que o tema dos morgados e bens vinculados voltasse ao plenário; na verdade, não se sabe sequer qual teria sido o encaminhamento dado ao projeto na Câmara dos Deputados, tampouco se chegou a ser enviado ao Senado⁵²². Após esse longo silêncio, a questão retornou ao Legislativo, mas desta vez na Câmara alta. Em 27 de setembro de 1834, Vergueiro apresentou um projeto de lei abolindo os morgados, de teor semelhante àquele apresentado pela Câmara anteriormente⁵²³. Em 08 de maio de 1835, constava na ordem do dia a primeira discussão do projeto de Vergueiro, porém, nos *Anais do Senado*, há a seguinte observação, “continuou por consequência a matéria em 1ª discussão, e não pedindo ninguém a palavra, deu-se por discutido, e posto à votação, foi rejeitado”⁵²⁴. Mas, com o encaminhamento das discussões, o futuro do projeto seria distinto daquele do decênio anterior.

Novamente, não houve um posicionamento unânime entre os senadores, contudo diversos argumentos apresentados em 1829 foram retomados. Assim, Baependi e José Saturnino da Costa Pereira, nomeado pelo Mato Grosso, foram contrários à abolição dos

⁵²⁰ O projeto apresentado por Odorico Mendes em 26 de junho de 1830 era o seguinte “A assembléa geral legislativa decreta: Art. 1º: Fica prohibido o estabelecimento de morgados, capellas e outros alguns vínculos de qualquer natureza ou denominação que sejam. Art. 2º: Todos os vínculos de qualquer natureza e denominação, ora existentes, acabarão com os actuaes e legítimos administradores; sendo pessoas particulares por morte destes, sendo corporações por virtude de alguma lei que as extinga. Art. 3º: Os bens que deixarem de ser vinculados por morte dos actuaes administradores, passam aos herdeiros destes na fórma das leis que regulão as heranças, salvo o encargo de alimentos, se os houver, durante a vida dos actuaes alimentos; e os que deixarem de ser vinculados por extinção de corporações, ficarão pertencendo á fazenda publica. Art. 4º: Os vínculos que por falta de administradores legítimos, estiverem na administração de administradores dativos a que as leis não dão lugar, ficam extintos na data desta lei e desde logo pertencendo á fazenda publica, os bens que deixam de ser vinculados. Art. 5º: Ficam revogadas todas as leis em contrario. – *Manoel Odorico Mendes*”. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de junho de 1830, p. 495.

⁵²¹ Acompanhando os debates a respeito do projeto de abolição dos morgados, é possível perceber, tal como demonstrado no capítulo anterior, o modo de atuação do Senado, isto é, como retaguarda do imperador, já que o projeto foi apresentado na Câmara em 1826, enviado para o Senado em 1828, mas discutido apenas em 1829, quando foi rejeitado pelos senadores.

⁵²² Deve-se ressaltar que, nos índices da Câmara dos Deputados de 1831 a 1834, não há referências sobre este projeto de lei.

⁵²³ O projeto de Vergueiro, apresentado em 27 de setembro de 1834, continha apenas um artigo: “A Assembléa Geral Legislativa decreta: art. 1º Fica prohibido o estabelecimento de Morgados, Capellas e quaesquer outros vínculos de qualquer natureza ou denominação que sejam”.

⁵²⁴ Nicolau Vergueiro, apesar de ter figurado na lista tríplice de 1826, sendo o 1º da lista de São Paulo e o 17º de Minas Gerais, só foi nomeado para o Senado, por Minas Gerais, em abril de 1828, sendo o 2º da lista, em substituição ao marquês do Sabará, falecido em 02 de julho de 1827. Vergueiro foi, durante a primeira legislatura, líder da oposição ao imperador na Câmara dos Deputados, e mesmo não sendo um aliado de d. Pedro I, foi nomeado para o Senado em 1828, quando o imperador já havia conquistado apoio dentro do Senado com as nomeações em 1826 e buscava agora apoio dos liberais, nomeando, não só Vergueiro para o Senado, como também um gabinete de ministros mais afeito à oposição. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 08 de maio de 1835, p. 24.

morgados, baseando a argumentação na defesa da propriedade; além deles, João Evangelista argumentou que a medida era “impolítica e anticonstitucional”; e João Antonio Rodrigues de Carvalho, nomeado pelo Ceará, sem se referir aos morgados já existentes, argumentou que a lei não era necessária, uma vez que, para ter morgados, era preciso a aprovação da assembleia, de forma que quando houvesse pedidos de morgados, bastava que a assembleia negasse. Já Vergueiro, Caravelas e Francisco Carneiro de Campos foram favoráveis ao projeto, retomando seus argumentos de 1829, e afirmando que os morgados eram contrários à constituição⁵²⁵.

Contudo, o Senado de maio de 1835 não era o mesmo de 1829. Além de uma maioria de senadores nomeados por d. Pedro I, agora havia também outros oito já nomeados pela Regência; figuras que não eram exatamente caras ao antigo imperador, e que haviam substituído sete senadores nomeados em 1826 e outro em 1827. Eram eles, José Martiniano de Alencar, Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Sousa e Melo, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, José Bento Leite Ferreira de Melo, Antonio Pedro da Costa Ferreira, José Custódio Dias e Manuel dos Santos Martins Velasques⁵²⁶.

Dentre os novos nomeados, vale destacar o posicionamento de Paula Sousa no debate. Necessário, porém, retomar brevemente sua atuação política na década de 1820. Paula Sousa foi eleito deputado para as Cortes de Lisboa, contudo, por motivo de doença, não viajou para Portugal. Depois da Independência, ocupou assento não só na Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823, como foi eleito para as primeiras legislaturas do Império. Segundo Miriam Dolhnikoff, a partir da abdicação, “esteve entre aqueles que lideraram a majoritária bancada reformista na Câmara, obtendo a aprovação das reformas que tornavam realidade o projeto liberal”⁵²⁷. Assim, era

⁵²⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessões de 14 e 15 de maio de 1835.

⁵²⁶ Em abril de 1832, José Martiniano de Alencar foi nomeado pelo Ceará, substituindo o marquês de Aracati, exonerado em maio de 1831; em julho de 1833, Diogo Antonio Feijó foi nomeado pelo Rio de Janeiro, substituindo o marquês de Santo Amaro, falecido em agosto de 1832; em julho de 1833, Francisco de Paula Sousa e Melo foi nomeado por São Paulo, substituindo d. José Caetano da Silva Coutinho (Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-mór), falecido em janeiro de 1833; em janeiro de 1834, Manuel de Carvalho Pais de Andrade foi nomeado pela Paraíba do Norte, substituindo Estevão José Carneiro da Cunha, falecido em outubro de 1832; em agosto de 1834, José Bento Leite Ferreira de Melo foi nomeado por Minas Gerais, substituindo Jacinto Furtado de Mendonça, falecido em janeiro de 1834; em dezembro de 1834, Antonio Pedro da Costa Ferreira foi nomeado pelo Maranhão, substituindo o visconde de Alcântara, falecido em fevereiro de 1834; em agosto de 1835, José Custódio Dias foi nomeado por Minas Gerais, substituindo Antonio Gonçalves Gomide, falecido em fevereiro de 1835; em agosto de 1835, Manuel dos Santos Martins Velasques foi nomeado pela Bahia, substituindo Luís Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça (nomeado em 1827) e falecido em novembro de 1834. Ainda que a Regência tenha nomeado outros senadores, registramos aqui apenas os senadores nomeados até outubro de 1835, e que puderam participar dos debates envolvendo a lei de abolição dos morgados. Affonso de E. Taunay, *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

⁵²⁷ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, p. 29-31.

coerente com sua trajetória política que Paula Sousa demonstrasse ser favorável ao artigo, defendendo que o “Governo do Brasil [era] Governo Nacional, e não Governo especial”⁵²⁸. Essa diferença na composição do Senado refletiu-se no desfecho não só na aprovação do primeiro artigo em segunda discussão, mas também do projeto como um todo.

Em 15 de maio, os senadores, aprovado o primeiro artigo, passaram, então, a discutir o segundo⁵²⁹. Paula Sousa propôs a seguinte emenda ao segundo artigo, “Em lugar de todos os Vinculos de qualquer natureza, etc., diga-se, todos os Morgados, Capellas e Vinculos de qualquer natureza, etc.”⁵³⁰, que foi aprovada, juntamente com o segundo artigo.

Em 16 de maio, o terceiro artigo⁵³¹ foi discutido e aprovado com emenda proposta por José Saturnino da Costa Pereira, nomeado pelo Mato Grosso, estipulando que “depois da palavra herança, acrescente-se, não podendo fazer delas testamento”⁵³². Finalmente, os artigos 4º e 5º foram discutidos conjuntamente, já que o quarto artigo previa que “Os vínculos que por falta de administradores legítimos estiverem na administração de administradores dativos, a que as leis não dão lugar, ficam extintas da data desta lei, e desde logo pertencendo à Fazenda Pública os bens que deixam de ser vinculados” e o quinto previa que “Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais resoluções em contrário”. Esses dois artigos foram aprovados com duas emendas, uma de Borges, que propôs que “Depois da palavra vínculos, diga-se, mencionados no art. 1º: o mais como no artigo: salva a redação”, e outra de Vergueiro, que sugeriu que “Depois das palavras, a que as Leis não dão lugar, acrescente-se, ou de Administradores com o título de legítimos sem lhes competir. Salva a redação”⁵³³.

Nessa mesma sessão, José Teixeira da Mata Bacellar, nomeado por Sergipe, propôs um artigo aditivo, devidamente aprovado, que previa que “Não são contemplados na disposição da presente Lei os bens vinculados, que administraram as

⁵²⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 15 de maio de 1835, p. 42.

⁵²⁹ “Art. 2º Todos os vínculos de qualquer natureza ou denominação, ora existentes, acabarão com os atuais e legítimos Administradores”. Contudo, este artigo não aparece transcrito no projeto de Vergueiro do ano anterior. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 15 de maio de 1835, p. 42.

⁵³⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 15 de maio de 1835, p. 42.

⁵³¹ “Art. 3º Os bens que deixarem de serem vinculados por morte dos atuais Administradores, passarão aos herdeiros destes na forma das leis que regulam as heranças, salvo o encargo de alimentos, se houver, durante a vida dos atuais alimentados”. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 16 de maio de 1835, p. 43.

⁵³² *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 16 de maio de 1835, p. 45.

⁵³³ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 16 de maio de 1835, p. 45.

corporações de mão-morta, cujos rendimentos são aplicados para as necessidades e socorros públicos. Salva a redação”.⁵³⁴

Em 22 de maio, entrou em última discussão a “resolução” sobre a abolição dos morgados, mas, sendo adiada pela hora, foi retomada e aprovada nas sessões de 23 e 25 de maio⁵³⁵. Finalmente, em 02 de junho, foi aprovada a redação do texto, sendo encaminhado para a Câmara; em 02 de outubro, foi lido o ofício do secretário da Câmara informando os senadores de que os deputados haviam aprovado o projeto de abolição de vínculos e morgados, de forma que poderia ser encaminhado para a sanção⁵³⁶, sendo transformado na lei de 06 de outubro de 1835⁵³⁷, abolindo definitivamente os morgados e bens vinculados. Finalmente, na sessão do Senado de 15 de outubro, foi lido o ofício que informava os senadores da sanção da lei de 06 de outubro⁵³⁸.

Assim, ainda que a abolição dos morgados e do Conselho da Fazenda tenham sido propostas nos primeiros anos de funcionamento do Legislativo, não foram aprovadas durante o Primeiro Reinado. Contudo, retornaram ao debate na Regência, em meio a outras discussões, tais como, a referente aos poderes que seriam conferidos aos regentes e sobre a reforma do texto constitucional, em um contexto, portanto, bastante diferente daquele vivida na década de 1820.

Aos deputados brasileiros não passara, portanto, despercebida a íntima relação existente entre títulos de nobreza, bens vinculados e mercês pecuniárias, e a força que, conjuntamente, representavam em termos de fortalecimento do poder do monarca. Uma aristocracia de mérito era uma coisa, uma aristocracia de privilégios, outra completamente distinta, e muito pouco afeita ao liberalismo presente na Constituição de 1824, e que seria devidamente reformulada, de acordo com os antigos opositores ao monarca, a partir das leis aprovadas no Período Regencial.

⁵³⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 16 de maio de 1835, p. 45.

⁵³⁵ Nessas duas últimas sessões, ocorreu a terceira discussão desse projeto, sendo que os três primeiros artigos foram lidos e aprovados tal qual estavam, o quarto artigo foi aprovado com a emenda proposta por Vergueiro e com a emenda proposta por Carneiro de Campos, “Fica em vigor a abolição dos vínculos em poder dos administradores dativos, ou legítimos caídos em comisso: salva a redação”, finalmente, o artigo aditivo não foi aprovado. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessões de 23 e 25 de maio de 1835, p. 64-67. Contudo, nos índices dos *Anais de Câmara dos Deputados* de 1835, não há referências ao encaminhamento do projeto de lei, após a discussão do Senado e antes de ter sido transformado em lei.

⁵³⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessões de 02 de junho e 02 de outubro de 1831.

⁵³⁷ Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial – sua desagregação”, in *idem*, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 32. O texto integral da lei de 06 de outubro de 1835 está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-57-6-outubro-1835-562581-publicacaooriginal-86660-pl.html> - acesso em 30/03/2013.

⁵³⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 15 de outubro de 1835, p. 514.

Dessa forma, se o legislativo, durante a Regência, não aprovou a anulação dos títulos já concedidos ou mesmo aboliu a nobreza no país, os representantes ainda assim alteraram significativamente suas características, retirando completamente a possibilidade dos títulos serem acompanhados por mercês financeiras, e que alguns dos nobres, além do título, pudessem contar com privilégios como a manutenção de seus extensos morgados. Desta feita, ao inaugurar-se o Segundo Reinado, seria possível restabelecer a prática nobilitadora, mas já não mais aquela dos reinados de d. João e d. Pedro I.

3.3. Uma nobreza constitucional para um Estado monárquico liberal

Em 1840, a prática nobilitadora seria retomada no Império brasileiro, antes disso, porém, como mencionado anteriormente, outra das práticas supostamente suspensas pela regência (até a assunção do novo imperador) foi curiosamente reinstituída. A lei de 14 de junho de 1831, em seu artigo 19, determinava que a regência não poderia “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares e Distinções”. Tal proibição havia sido fruto de intensos debates no Legislativo nos meses que se seguiram à abdicação, momento em que se discutiam quais seriam as atribuições dos regentes. Assim, quando a regência trina permanente assumiu o governo brasileiro em 17 de junho de 1831, seus poderes já estavam estabelecidos pela referida lei. Contudo, segundo Marco Morel, em 1837 a concessão de condecorações foi restaurada pelo primeiro regente uno, Diogo Antonio Feijó.

Naquele ano, o regente Feijó, um paulista umbilicalmente ligado aos liberais, seus conterrâneos, que haviam sido tão centrais nas discussões acerca dos morgados e das nobilitações praticadas no Primeiro Reinado, foi o primeiro a reinstaurar a prática de se conceder condecorações, em retribuição àquelas ofertadas por países estrangeiros ao jovem Pedro II de países estrangeiros, concedendo, segundo Marco Morel, apenas duas condecorações⁵³⁹.

Porém, ainda que o paulista tenha de fato sido o primeiro regente a recuperar uma prática supostamente abolida pela lei de 1831, Marco Morel destaca que foi seu sucessor, Pedro de Araújo Lima quem realmente lançou mão, de forma mais freqüente,

⁵³⁹ Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos*, p. 197. Deve-se ressaltar que, apesar de a concessão de comendas ter, segundo esse historiador, sido retomada por Feijó, o maior número de concessões ocorreu justamente em 1839, durante a regência de Pedro de Araújo Lima.

de tal expediente. Araújo Lima, ainda que não tenha concedido nenhuma condecoração em 1838, fez 15 concessões em 1839 e 198 em 1840⁵⁴⁰.

Se esta foi então uma das práticas correntes no reinado de Pedro I, e que supostamente não deveria ocorrer na Regência, ela não foi, contudo, a única. A abdicação levava também à suspensão da prática do beija-mão e de outras cerimônias muito identificadas com o regime monárquico, ou, dir-se-ia até, com a sacralidade da figura do imperador.

Em 1837, durante a regência interina de Araújo Lima, segundo Roderick Barman, “em um evento público” ele se “ajoelhou e beijou a mão do imperador. Esse ato restaurou o beija-mão, uma cerimônia herdada da prática portuguesa e símbolo da subordinação e obediência de cada súdito ao monarca”⁵⁴¹. De acordo com Barman, as comemorações do 12º aniversário de d. Pedro II também se diferenciaram das ocorridas nos anos anteriores, a tal ponto de serem registradas em carta de Leopold von Daiser-Silbach a Metternich. A carta do ministro austríaco afirmava que “Em 2 de dezembro de 1837, o décimo segundo aniversário de Sua Majestade o Imperador foi celebrado com muito mais pompa do que em anos anteriores, [a cerimônia do beija-mão] foi mais bem freqüentada do que de costume, e muitos indivíduos que há muito tempo se abstinham de vir à corte foram vistos por lá”⁵⁴².

A prática do beija-mão, realizada inclusive pelo regente, tinha, segundo Marcello Basile, o objetivo de aproximar o imperador de seus súditos⁵⁴³. Além disso, de acordo com Paulo Pereira de Castro,

Em oposição à singeleza ascética do tempo das Regências Trinas e de Feijó, esmerou-se Araújo Lima em realçar a pompa real em suntuosas solenidades públicas e deliberadamente recolhia-se à penumbra, permitindo que o prestígio do Príncipe fizesse esquecida sua própria posição. Foi restabelecido o beija-mão, saudação que simboliza o reconhecimento do monarca como senhor natural de seus súditos. [...] A pompa, a etiqueta, o protocolo, ao mesmo tempo em que deviam acenar para a imaginação popular, tinham também outra função. Tornavam o Imperador mais inacessível⁵⁴⁴.

Araújo Lima havia assumido a direção dos negócios do Executivo em 18 de setembro de 1837, quando, sendo ele ministro do Império, frente à renúncia de Feijó, ficou responsável interinamente pela Regência. Pouco tempo depois, contudo, sendo

⁵⁴⁰ Dessas 198, não fica claro, no texto de Morel quantas teriam de fato ocorrido antes da Maioridade, ou seja, pelas mãos do último regente. Ademais, o historiador não menciona quem teriam sido os condecorados no período de 1837-1840. Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos*, p. 197.

⁵⁴¹ Roderick Barman, *Imperador cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 103.

⁵⁴² *Apud* Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 104.

⁵⁴³ Marcello Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 94.

⁵⁴⁴ Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana”, p. 61-62.

feitas novas eleições, em razão do ocorrido, em março de 1838, o pernambucano ganhou o pleito, deixando para trás concorrentes como Holanda Cavalcanti e Antonio Carlos⁵⁴⁵.

Ainda que não seja objeto do presente trabalho analisar o chamado Regresso Conservador, para que se possa compreender um pouco melhor as atitudes do segundo regente uno, vale mencionar brevemente que os “conservadores”, ao se tornarem, segundo Miriam Dolhnikoff, maioria na Câmara dos Deputados, na terceira legislatura, iniciaram uma intensa oposição ao então regente Feijó, que veio a renunciar ao cargo. O movimento do Regresso tinha como uma de suas principais metas a reforma de algumas leis aprovadas na Regência, como o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional. Em meio às principais lideranças conservadoras na Câmara, estavam homens como Honório Hermeto Carneiro Leão, José Joaquim Rodrigues Torres, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José Soares de Sousa⁵⁴⁶.

Nesse novo quadro político, a restauração dessas cerimônias, visava, de acordo com Roderick Barman, reforçar a imagem do imperador, colocando-o acima dos regentes e tentando unir o império, tão convulsionado por inúmeras disputas políticas. Para os oposicionistas, contudo, uma prática como o beija-mão, como indica Marcello Basile, “patenteava o caráter aristocrático do Regresso”⁵⁴⁷.

A concessão de condecorações, o beija-mão e as suntuosas cerimônias em honra ao jovem monarca teriam sido, contudo, o limite possível de restabelecimento de certas práticas tão comuns ao reinado de Pedro I⁵⁴⁸. Não foi possível a Araújo Lima – e nem sabemos se sequer foi tentado – retomar a concessão de títulos pela regência, tampouco restaurar mercês e privilégios como o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda e a instituição de bens vinculados, especificamente os morgados.

⁵⁴⁵ Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 107-108.

⁵⁴⁶ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, p. 134-135.

⁵⁴⁷ Marcello Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, p. 94.

⁵⁴⁸ Curiosamente, anos depois, o próprio d. Pedro II, ainda que mantendo a prática da nobilitação, viria ele mesmo a abolir o beija-mão. Quanto a outras cerimônias ou práticas de Corte, como ressalta Roderick Barman, d. Pedro II era “indiferente aos tradicionais símbolos de poder e privilégio”. Tal indiferença pode ser vista no fato de, a partir de 1852, d. Pedro II não ter organizado nenhum baile solene, fazendo com que o palácio deixasse de ser “centro de atividade social”. Além disso, para o imperador, manter o palácio e a corte gerava muitas despesas, de tal forma que, em seu diário de 1862, ele indicava como preferência efetuar seus gastos, “Conversei com o [Antonio de Araújo Ferreira] Jacobina [adjunto de Paulo Barbosa como mordomo] a respeito das economias da Casa a fim de eu poder dar pelo menos 100 contos [um oitavo de sua anuidade] a bem da agricultura”. De acordo com José Murilo de Carvalho, a abolição do beija-mão ocorreu em 1872, após retornar de sua primeira viagem à Europa. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 96. Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 206-207. “Diário de 1862”, p. 88, *apud* Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 207.

Contudo, nos anos finais da Regência, o esforço de Araújo Lima para impor a figura do monarca – por meio de tais cerimônias - sobre o país e os brasileiros em geral, a despeito de, a priori, ter desagradado, como aponta Basile, os opositores do Regresso, também não lhes passou despercebido como força política. Segundo José Murilo de Carvalho, “após sete anos agitados de governo regencial, [tratava-se] de retomar a tradição monárquica. Com o gesto, Araújo Lima começou a puxar o imperador para o prosclênio da política. Embora mantido até então em segundo plano, d. Pedro era uma carta política importante, que já podia ser jogada por qualquer uma das facções em luta”⁵⁴⁹.

Não tardou muito para que os opositores do Regresso vissem, então, na figura do monarca sua chance de retornar ao poder. Pela Constituição, o imperador estaria apto para governar aos 18 anos, o que ocorreria em 02 de dezembro de 1843, entretanto, a fim de antecipar a maioridade, esses políticos se organizaram no chamado Clube da Maioridade.

A primeira reunião do Clube da Maioridade, em 15 de abril de 1840, ocorreu na casa de José Martiniano de Alencar e entre seus membros estavam Antonio Carlos de Andrada e Silva e seu irmão Martim Francisco, Francisco de Paula Cavalcanti, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Aureliano Coutinho, Nicolau Vergueiro, Francisco de Lima e Silva, entre outros⁵⁵⁰. Muitos dos homens que formaram o Clube da Maioridade foram membros do Legislativo do Primeiro Reinado e da Regência, opondo-se ativamente à política do primeiro monarca; ademais, alguns, como visto, foram favoráveis à abolição dos privilégios no Império do Brasil (caso dos morgados), discutindo também a existência da nobreza no Brasil (e até a validade das nobilitações feitas por Pedro I). Vale destacar ainda, que uma figura como Francisco Gê Acaiaba de Montezuma havia, no pós-Independência, negado um título ofertado pelo primeiro imperador; atitude que teve também José Bonifácio, irmão de dois membros do Clube, Martim Francisco e Antonio Carlos. Contudo, ainda que tenham feito oposição a d. Pedro I, defendiam, agora, a ascensão de d. Pedro II ao trono, com vistas a afastar do governo os fautores do Regresso Conservador; viam, assim, na instauração de um Segundo Reinado sua chance de retornarem ao poder.

⁵⁴⁹ José Murilo de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 35.

⁵⁵⁰ De acordo com Marcello Basile, esses homens que se articularam em torno da antecipação da maioridade eram *progressistas*, em oposição aos que estavam no governo, os *regressistas*. Marcello Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, p. 94-95 (grifos do autor). Ver também Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos*, p. 285. Sobre o Clube da Maioridade, consultar também Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 112-115.

Após se certificarem da vontade do imperador de assumir o trono, os membros do Clube da Maioridade, em 09 de maio de 1840, concordaram em apresentar na próxima sessão do Senado um projeto de lei que visava a antecipar a maioridade de Pedro II. Antes mesmo de ser discutida no Senado, a antecipação da maioridade do jovem monarca não teve boa acolhida na Câmara dos Deputados, uma vez que vários representantes tentavam protelar por mais tempo o início do Segundo Reinado; Honório Hermeto Carneiro Leão chegou até a apresentar, em 17 de maio, na Câmara baixa um projeto contra a maioridade imediata. Dias depois, o Senado discutiu o projeto dos maioristas e ainda que na Câmara alta o projeto tenha sido derrotado, a votação foi apertada, perdendo por apenas dois votos, mas tendo contado com o apoio do presidente da casa, o marquês de Paranaguá. Dadas as dificuldades de manter seu projeto, em 18 de julho, na Câmara, Carneiro Leão retirou o seu projeto de lei, abrindo caminho para os maioristas.

Assim, em 22 de julho, Antonio Carlos apresentou um novo projeto na Câmara de Deputados que declarava o imperador imediatamente maior. O projeto, contudo, sequer chegou a ser colocado na ordem do dia, pois, sendo nomeado, pelo regente, Bernardo Pereira de Vasconcelos para a pasta do Império, sua primeira atitude foi a de suspender a legislatura até 20 de novembro – visando adiar a declaração da maioridade para quando o imperador completasse 15 anos. Tal decisão provocou grande impacto nas duas casas do Legislativo, mas, a despeito da ordem do ministério, o Senado manteve-se em funcionamento. Em sequência, senadores e deputados defensores da antecipação da maioridade assinaram uma moção convocando o imperador a assumir o trono. Uma delegação de oito membros levou a moção até d. Pedro II, questionando-o se queria assumir o trono naquela ocasião ou em seu aniversário de 15 anos, ao que teria respondido “quero já”⁵⁵¹.

⁵⁵¹ As informações referentes ao Golpe da Maioridade foram extraídas de Roderick Barman, *Imperador Cidadão*, p. 113-117, todavia, não há menção aos nomes dos homens que compuseram a delegação. Sobre o “quero já”, ver José Murilo de Carvalho, *d. Pedro II*, p. 40; e Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891). Ascensão (1825-1870)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, p. 70. Além da influência do Clube da Maioridade, houve também a influência de políticos que estavam na corte, próximos ao jovem imperador e que ficaram conhecidos como Clube da Joana, que era a reunião de homens como Aureliano de Sousa Coutinho, Saturnino de Oliveira, Paulo Barbosa, Odorico Mendes, Ernesto de Verna Magalhães, entre outros, na chácara da Joana, propriedade de Paulo Barbosa. Assim, em 23 de julho de 1840, d. Pedro II assumiu o trono imperial, com 15 anos incompletos, inaugurando o Segundo Reinado e detendo todas as atribuições do Moderador – poder privativo do monarca –, e chefiando o Executivo, exercido pelos ministros. Américo Jacobina Lacombe, *O Mordomo do Imperador*, p. 103.

Assim, em 23 de julho, d. Pedro II assumiu o trono imperial, iniciando o Segundo Reinado, e afastando do poder, ainda que por um curto espaço de tempo, os chamados regressistas, já que seu primeiro gabinete seria formado por homens que haviam defendido a antecipação de sua maioridade.

Logo após ter sua maioridade declarada, d. Pedro II, em 24 de julho de 1840, nomeou seu primeiro gabinete de ministros, conhecido como “gabinete maiorista”, formado pelos “membros” do Clube da Maioridade, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁵⁵².

Ao assumir o trono imperial, d. Pedro II tinha em suas mãos todas as prerrogativas previstas pela Constituição de 1824, no que se referia ao exercício do Moderador e à chefia do Executivo, podendo, portanto, conceder títulos de nobreza, prática suspensa desde a Abdicação de seu pai. Assim, em 02 de dezembro de 1840, data do primeiro aniversário do jovem Pedro como imperador, houve a concessão de dois títulos de nobreza⁵⁵³, o de conde de Iguaçu para Pedro Caldeira Brant⁵⁵⁴, e o de conde de Sarapuí para Bento Antonio Vahia⁵⁵⁵. Essa atitude de d. Pedro II foi importante por afirmar o exercício de todas as atribuições do Executivo e do Moderador, e também por iniciar, de acordo com Barman, “o segundo período no manejo do processo de criar uma nobreza titulada”⁵⁵⁶, marcado pelas características estabelecidas pela Regência.

Os referidos condes, recebiam, então, pela primeira vez um título de nobreza (ou seja, alcançavam imediatamente uma hierarquia nobiliárquica razoavelmente alta). Atentando para suas trajetórias de vida, percebe-se que ambos haviam desempenhado

⁵⁵² Esses ministros ocuparam, respectivamente, as pastas do Império, Justiça, Estrangeiros, Fazenda, Marinha e Guerra. Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 79.

⁵⁵³ *Graças Honoríficas conferidas no Brasil, 1808-1891*.

⁵⁵⁴ Pedro Caldeira Brant nasceu em 20 de junho de 1814 e faleceu em 18 de fevereiro de 1881. Era filho do marquês de Barbacena, gentil-homem da Câmara Imperial, grã-cruz da Ordem de São Estanislau (Rússia) e comendador da Ordem de Cristo. Casou-se, em 1838, com d. Cecília Rosa de Araújo Vahia, filha de Bento Antonio Vahia, falecida em 09 de fevereiro de 1846. Em 1848, casou-se com d. Maria Isabel de Alcântara Brasileira, filha de d. Pedro I e da marquesa de Santos. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, vol. 3, p. 615, e *Archivo Nobiliarchico*, p. 185.

⁵⁵⁵ Bento Antonio Vahia nasceu em 08 de abril de 1780 e faleceu em 01 de dezembro de 1843. Casou-se com Rita Clara de Araújo e era sogro de Pedro Caldeira Brant. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 712-713, e *Archivo Nobiliarchico*, p. 434.

⁵⁵⁶ Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”, in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 11.

funções ligadas à corte. O conde de Iguazu, além de ser filho do marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), era gentil-homem da Imperial Câmara; enquanto o conde de Sarapuí era moço fidalgo da Casa Imperial e Guarda Roupa de Sua Majestade Imperial. Anotações feitas pelo próprio imperador sobre as duas concessões ocorridas em 02 de dezembro indicam que a justificativa para tais distinções teria sido o desempenho dessas funções, uma vez que o monarca escreveu “Pela fidelidade e amor com que me têm servido [Bento Antonio] Vahia e [Pedro Caldeira] Brant, nomeei o primeiro conde, com grandeza, de Sarapuí, ao segundo de Iguazu”⁵⁵⁷.

Contudo, esse primeiro gabinete de d. Pedro II teve curta duração⁵⁵⁸, sendo substituído, por um gabinete regressista, nomeado em 23 de março de 1841, e composto por Cândido José de Araújo Viana, Paulino José Soares de Sousa, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), José Clemente Pereira, mas com a manutenção de Aureliano Coutinho na pasta dos Negócios Estrangeiros⁵⁵⁹. Foi esse o gabinete responsável por organizar as cerimônias de coroação e sagração do jovem monarca, bem como as festas para comemoração do evento.

Se o primeiro gabinete de d. Pedro II concedeu apenas dois títulos de nobreza (em um espaço de oito meses), o gabinete de 23 de março de 1841 concedeu 19 títulos, sendo 13 de barão sem honras de grandeza, quatro de viscondes com honras de grandeza e duas honras de grandeza para viscondes já titulados, um número significativamente maior que o do gabinete anterior, ainda que ao longo de 22 meses. Há que se destacar que todos esses títulos foram concedidos no ano de 1841, sendo que um foi concedido em 02 de junho⁵⁶⁰; 16 foram ofertados em 18 de julho⁵⁶¹; um em 23 de agosto⁵⁶²; e um em 06 de outubro⁵⁶³.

⁵⁵⁷ *Apud* Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 131.

⁵⁵⁸ A historiografia atribui a queda do gabinete às chamadas “eleições do cacete”, ocorridas ainda em 1840. Devido a práticas fraudulentas e violência generalizada, que lhe renderam inclusive o apelido nada elogioso, esse gabinete teve seu prestígio ameaçado e, conseqüentemente vida curta, uma vez que, de acordo com Paulo Pereira de Castro, as eleições “indiretamente precipitaram a sua dissolução”. Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana”, p. 65-66. Octávio Tarquínio de Sousa coloca uma outra justificativa para a queda do gabinete maiorista, a de conter, em si mesmo, o “elemento dissolvente”, ou seja, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. *Três Golpes de Estado*.

⁵⁵⁹ Esses ministros ocuparam, respectivamente, as pastas do Império, Justiça, Fazenda, Marinha e Guerra. Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*, p. 83.

⁵⁶⁰ Lucas Antônio Monteiro de Barros, senador nomeado em 1826 e titulado por d. Pedro I, recebeu honras de grandeza em seu título de visconde de Congonhas do Campo.

⁵⁶¹ Os 16 agraciados em 18 de julho de 1841 foram Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde de Abrantes com honras de grandeza; Pedro de Araújo Lima, visconde de Olinda com honras de grandeza; Manuel de Sousa Martins, visconde de Parnaíba com honras de grandeza; José de Oliveira Barbosa, visconde do Rio Comprido com honras de grandeza; Luís Paulo de Araújo Bastos, barão de Fiais; João de

Não parece nada estranho – dadas as cores políticas do gabinete – que dentre os agraciados estivessem o segundo regente uno, Pedro de Araújo Lima e o ministro da Fazenda em exercício Miguel Calmon du Pin e Almeida, agraciados, respectivamente com os títulos de visconde de Olinda com grandeza e visconde de Abrantes com grandeza. Além deles, estavam também aliados circunstanciais do antigo regente, caso de Francisco do Rego Barros – nomeado presidente de Pernambuco por Araújo Lima em 02 de dezembro de 1837, cargo que exerceu até 03 de abril de 1841, e ao qual retornou meses depois, em 07 de dezembro, indicado pelo mesmo gabinete que o nobilitou –, e Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque – nomeado, por Araújo Lima, senador por Pernambuco em 1839 –; tornando-se, o primeiro barão de Boa Vista e, o segundo, barão de Suassuna⁵⁶⁴.

Contudo, entre os 19 agraciados pelo 2º gabinete maiorista, de cariz claramente regressista, havia também outro ex-regente, no caso Francisco de Lima e Silva, membro das regências trinas provisória e permanente, mas alinhado com os “liberais”⁵⁶⁵ e membro do Clube da Maioridade que atuou decididamente na antecipação da assunção de Pedro II ao trono, tirando portanto os regressistas do poder (aqueles mesmos que estavam à frente do gabinete de 23 de março). Porém, como dito, se a Araújo Lima fora ofertado o título de visconde de Olinda com honras de grandeza, a Lima e Silva⁵⁶⁶

Deus Mena Barreto, barão de São Gabriel; Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, barão de Suassuna; Manuel Inácio de Melo e Sousa, barão de Pontal; José Francisco de Mesquita, barão de Bonfim; Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias; Manuel Ribeiro Viana, barão de Santa Luzia; Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, barão de Cajaíba; Francisco de Lima e Silva, barão da Barra Grande; José Gonçalves de Moraes, barão de Piraí; Francisco do Rego Barros, barão de Boa Vista; e Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque foi agraciado com honras de grandeza ao título de visconde da Torre de Garcia d’Ávila que já possuía.

⁵⁶² José da Costa Carvalho, membro da regência trina permanente, foi agraciado com o título de barão de Monte Alegre.

⁵⁶³ Joaquim José Pereira de Faro, que seguiu carreira no exército, tornou-se barão do Rio Bonito.

⁵⁶⁴ Quanto à nobilitação de Rego Barros e de Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, explica Paulo Henrique Fontes Cadena “É importante perceber que Hollanda [Cavalcanti] defendia aquele projeto da maioridade com as assinaturas do ‘Clube da Maioridade’, incluindo a do seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que então fazia coro com os conservadores. Na verdade, o que vai parecendo é que os irmãos Cavalcanti de Albuquerque não estavam se alinhando com a política de Araújo Lima. As insatisfações pessoais também entravam no jogo, além de que, a situação ainda era cômoda para os dois: estavam fincados no Senado vitalício, e tinham o primo por presidente da Província de Pernambuco. Mesmo que Francisco do Rego Barros pareça estar do lado de Araújo Lima, e um tanto afastado dos Cavalcanti de Albuquerque, nesse momento, quando os primos precisavam da sua ajuda, ele estava por perto. Para não perderem o poder, resolviam tudo em família e seguiam mandando”. Paulo Henrique Fontes Cadena, *Ou há de ser Cavalcanti ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011, p. 138-139.

⁵⁶⁵ Cf. Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 347-353.

⁵⁶⁶ Francisco de Lima e Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 05 de julho de 1785, era descendente de família de militares e pai de Luís Alves de Lima e Silva (futuro duque de Caxias), assentou praça aos cinco anos como cadete no regimento de Bragança. Já na época da independência teria prestado, no Rio

sobrara apenas o título de barão da Barra Grande, o de mais baixa hierarquia nobiliárquica. Além dessa diferença, os decretos de concessão continham redações bastante distintas.

O decreto concessório do título de visconde de Olinda tinha a seguinte redação:

Attendendo aos importantes serviços prestados pelo Conselheiro Pedro de Araújo Lima, e querendo dar-lhe um testemunho da Minha Imperial Consideração: Hei por bem Fazer-lhe Mercê do Título de Visconde de Olinda, em sua vida, com as Honras de Grandeza. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de julho de mil oito centos quarenta e hum, Vigésimo da Independencia e do Imperio. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador – Candido Jose de Araújo Viana⁵⁶⁷.

Já o decreto de concessão do título de barão da Barra Grande para Francisco de Lima e Silva era:

Tomando em consideração os merecimentos e serviços do Marechal Francisco de Lima e Silva, e Querendo Eu por isso Distinguil-o, e Eleval-o: Hei por bem Fazer-lhe Mercê em sua vida do Titulo de Barão da Barra Grande. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de julho de mil oito centos quarenta e hum, Vigésimo da Independencia e do Imperio. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador – Candido Jose de Araújo Viana⁵⁶⁸.

Além dos títulos e dos decretos terem sido diferentes, chama a atenção a designação ofertada a cada um dos antigos regentes. Ao pernambucano Pedro de Araújo Lima, a designação de seu título, Olinda, era uma referência à sua província natal, já a designação Barra Grande, com que fora agraciado Francisco de Lima e Silva, remetia a uma derrota. Em 1824, com a eclosão da Confederação do Equador, Lima e Silva foi enviado para Pernambuco por d. Pedro I para reprimir os revoltosos. Lima e Silva cumpriu as ordens e conteve o movimento, adotando como estratégia o diálogo com os rebeldes e a prudência, evitando, portanto, o uso da violência como meio de pacificação dos rebeldes⁵⁶⁹.

Entretanto, d. Pedro I não estava satisfeito apenas com a pacificação do Norte, queria a punição exemplar dos líderes e ordenou a instauração de uma Comissão Militar, encarregada de investigações e punições dos envolvidos e que deveria ser presidida por Lima e Silva. Ele, contudo, desobedeceu às ordens do imperador, não

de Janeiro, serviços relevantes ao novo país. Após pôr fim à Confederação do Equador, recebeu a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1853. Joaquim Manoel de Macedo, *Ano Biográfico*, *op.cit.*, vol.2, p. 375; Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*, *op.cit.*, p. 287; Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 578; e S.A.Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, vol.1. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 359-367.

⁵⁶⁷ Arquivo Nacional, Fundo 53, Códice 15, volume 15, p. 127v.

⁵⁶⁸ Arquivo Nacional, Fundo 53, Códice 15, volume 15, p. 126.

⁵⁶⁹ Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias*, p. 143.

instaurou a Comissão e iniciou negociações paralelas com os rebeldes, pois entendia que o monarca deveria governar súditos e não “montões de ruínas e de cinzas”⁵⁷⁰.

Suas ações foram denunciadas na Corte por José Manoel de Moraes, em cartas escritas a Francisco Gomes da Silva, o Chalaça⁵⁷¹, o que gerou o descontentamento do imperador, que decretou a imediata instauração da Comissão Militar sob a presidência do próprio Lima e Silva, a despeito de sua reação anterior. Desta vez, ele acatou a ordem e, segundo Adriana Barreto de Souza, por ordem imperial de 18 de dezembro a comissão foi instaurada e em 13 de janeiro de 1825, frei Caneca foi executado; pouco tempo depois, outros integrantes do movimento também foram executados⁵⁷².

Assim, vítima de intrigas e com idéias diferentes do monarca, Lima e Silva foi responsabilizado pela duríssima repressão aos confederados e exonerado do cargo em 25 de fevereiro de 1825. Ao retornar à Corte, não receberia graças, nem distinções e, conforme Adriana Barreto de Souza, ocuparia postos incompatíveis com sua posição, por serem de baixo prestígio⁵⁷³. Retornaria à alta política, em 1831, quando d. Pedro I abdicou o trono, sendo Lima e Silva um dos responsáveis pela aclamação de d. Pedro II, então uma criança de cinco anos⁵⁷⁴. Dessa forma, o título ofertado em 18 de julho de

⁵⁷⁰ Tobias Monteiro, *História do Império: O Primeiro Reinado*. Belo Horizonte; [São Paulo]: Itatiaia: Ed. da USP, 1982, p. 174.

⁵⁷¹ Para a biografia de Francisco Gomes da Silva, ver nota 232 do capítulo 2.

⁵⁷² Em 21 de março de 1825, foi a vez de Agostinho Bezerra Cavalcante, e em 12 de abril desse mesmo ano, foi a vez de Antonio de Monte Oliveira, Nicolau Martins Pereira e James Heide Rodges. Sobre a instalação da Comissão Militar, as posições adotadas por Lima e Silva e as execuções, ver Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias*, p. 139-160; e Tobias Monteiro, *História do Império: O Primeiro Reinado*, vol.1, especialmente a segunda parte: “A Revolução de Vinte e Quatro”.

⁵⁷³ Nas palavras de Adriana Barreto de Souza, “ao abrir o cofre de suas graças, como normalmente acontecia após uma campanha militar bem sucedida, o único prêmio que encontrou para o general comandante-em-chefe do Exército Cooperador da Boa Ordem foi o título de grão-cruz da Ordem do Cruzeiro, mesma graça com que premiou outros oficiais generais. Distribuiu, com mão larga, títulos nobiliárquicos e patentes do Exército. Mas Francisco de Lima, ao contrário do que ocorreu com seus irmãos, após uma campanha muito menor na Bahia, não seria promovido nem no Exército nem na hierarquia da corte. Não se tornou ajudante-de-campo do imperador e também não foi nomeado fidalgo da casa real. Continuou com a patente de brigadeiro, e o único emprego encontrado para ele na cidade foi o de comandante-geral de recrutas da Praia Vermelha, onde, ressentido, teve de ‘sofrer 2000 irlandeses ébrios’ integrantes de um batalhão de mercenários lá alojado. Para os coetâneos, o local era um depósito de ‘escravos brancos’ ou, como preferiam alguns, de ‘vagabundos celerados’. Se lembramos mais uma vez que o brigadeiro era o primogênito dos Lima e considerarmos o peso dessa posição na época, é possível avaliar melhor a marca deixada por essas sucessivas desconsiderações do imperador. Não foi por outro motivo que, anos depois, quando d. Pedro II lhe concedeu o título de barão da Barra Grande – cidade centro de articulação das forças imperiais em Pernambuco –, ele não reconheceu a mercê. Aceitou-a. Como bom súdito não quis fazer uma desfeita ao jovem imperador, mas nunca fez uso do título. Esse era o prêmio que esperar ter recebido das mãos de d. Pedro I, pelos serviços prestados em 1825 na província”, *op.cit.*, p. 160-161. Apesar de “bom súdito”, Lima e Silva, como mencionado, redigiu uma extensa carta a d. Pedro II, expondo seus motivos para o não uso do título.

⁵⁷⁴ Sobre a abdicação de d. Pedro I, ver, entre outros, Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press; José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro:

1841 com a designação Barra Grande recuperava episódios desagradáveis ao antigo regente, remetendo justamente à cidade pernambucana, “centro de articulação das forças imperiais”⁵⁷⁵, às quais Lima e Silva havia sido contrário em 1824.

O ex-regente, marechal e senador (desde 1837) nunca chegaria de fato a ser nobre. Ele ter renunciado ao título de barão da Barra Grande, isto é, agradeceu a concessão, mas não realizou o encarte do título – documento que comprovava a titulação⁵⁷⁶. O título de barão teria lhe parecido uma ofensa, pois, nas palavras de Sebastien Auguste Sisson,

Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o título de regente do Império. Os indivíduos que aconselharam este proceder ao governo devem hoje gemer, pensando que sobre ele recai somente tão grande ingratidão, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio herói de Pernambuco, o primeiro regente do Império, com um título que o colocava abaixo de seus sucessores no governo, e de quem trazia ao peito a grã-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnaram pela integridade do Império⁵⁷⁷.

Sisson não foi o único autor oitocentista a abordar a recusa de Francisco de Lima e Silva. Joaquim Pinto de Campos, ao narrar a biografia de Luís Alves de Lima e Silva (futuro duque de Caxias), também menciona que seu pai “declinou respeitosamente o uso do título, que lhe foi conferido, de Barão da Barra Grande”⁵⁷⁸.

A oferta do título de barão da Barra Grande foi considerada tão ofensiva pelo ex-regente, que ele redigiu uma carta ao imperador em 24 de dezembro de 1841, fazendo um rico e detalhado relato de sua biografia, contando a sua participação em diversos momentos da história do Império e também algumas intrigas palacianas, das quais estaria sendo vítima.

Homens mal intencionados, e que me são desaffectedos, por que fui Regente, tentando desconceituar-me principalmente para com a Pessoa de Vossa Majestade Imperial tem athe pela Imprensa querido negar ou rebaixar os meus serviços, somente com o fito de ser-se por

Civilização Brasileira, 2003; e Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. 3 volumes. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

⁵⁷⁵ Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias*, p. 160-161.

⁵⁷⁶ De acordo com Eul-Soo Pang, “In fact, he [Francisco de Lima e Silva] and his son Luís Alves, were both ennobled on 18 July 1841, the first father and son team to be made barons on the same occasion. Although Caxias graciously accepted the title, the senior Lima e Silva simply failed to formalize his title of the Barão da Barra Grande; he did not register it with the imperial scribe. His two brother and two sons, all generals, held titles throughout their careers. Historians have speculated that Lima e Silva, the *père*, either refused the honor outright or simply declined to use it. One historian believed that he wanted a title of visconde at minimum and that the name Barra Grande was acceptable to him, for it was the beach where he and his troops landed in 1824 to quell the Pernambucan Revolution. Another historian offers an equipoise for the controversy: Lima e Silva never claimed the title by paying the necessary fees. The Barão da Barra Grande simply did not complete the notarial aspect of the title legitimization. The title was invalid”, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 186.

⁵⁷⁷ S.A.Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, vol.1, p. 366.

⁵⁷⁸ Joaquim Pinto de Campos, *Vida do grande cidadão brasileiro. Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 27.

este meio, conseguem afastar-me do lado de Vossa Majestade Imperial; pois conhecem que, inimigo da lisonja, e da falsidade, sou incapaz de iludir a Vossa Majestade Imperial, e deixar de faltar-lhe sempre com a voz da franquesa, e da verdade; que não convem a seus damnados intentos se aproximem ao Throno; por isso eu peço á Vossa Majestade Imperial Se Digne acceitar, e ler este rápido esboço de minha carreira militar, e dos serviços, que, durante ella, prestei a minha Pátria, e a Monarchia Constitucional, a fim de Vossa Majestade Imperial conheça-os melhor, e lhes dê o justo apreço que merecem. [...]

Logo depois da pacificação de Pernambuco fui nomeado Grão Cruz do Cruzeiro; mas essa mesma Graça foi concedida a outros, sendo os serviços de hum o ter assignado as ordens, que levei quando marchei para aquella expedição; e na criação dos títulos, esses mesmos agraciados forão contemplados, e em breve se virão elevados ao Marquesado!! Três Coroneis da mesma expedição forão agraciados com a Dignatária do Cruzeiro, e todos os Commandantes dos Corpos com a commenda, alem dos que fazião parte das forças de Pernambuco que estiverão em Barra Grande. Muitas outras graças honoríficas forão concedidas com mão larga alli, e nas Alagoas; pingues e rendosos officios forão concedidos a differentes pessoas pelos serviços, que eu fiz, e pelas minhas recommendações, e officios, e eu fiquei no mesmo posto em que tinha marchado! Porem se sentia ver tão mal recompensados nos meus relevantissimos serviços consolava-me a lisongeira ideia, que minha Patria não os desconhecia, e que já mais poderião me roubar a gloria, que adqueri na pacificação das Provincias do Norte, já como Militar, já como Administrador. [...]

São estes, Imperial Senhor, os serviços que prestei a minha Patria no decurso de 44 annos, desde que sentei praça de Cadete, athe me reformar. Servi sempre com honra e zelo; se a vil intriga e a negra inveja, que muitas veses para desgraça dos Povos, cerca os Thronos, e impede ao Monarcha de conhecer e premiar o verdadeiro merito, desviarão de mim as Graças, e Premios, que erão devidos aos meus serviços, ao mesmo tempo que chovião sobre os cortesãos, cujos serviços mais proeminentes erão as intrigas da Côrte, resta-me a gloria de que os Brasileiros conhecem meus serviços e sabem aprecia-los, pelas repetidas provas que sempre me hão dado de sua estima, nas occasiões em que ella podia ser manifestada, e que agora Vossa Majestade Imperial com conhecimento certo das cousas, e dos factos não deixará continuar por mais tempo a injustiça, e menos cabo com que para vergonha eterna do Brazil tenha sido athe agora tractado.

Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1841.

Francisco de Lima e Silva⁵⁷⁹

Nesta carta, Lima e Silva, ao narrar sua biografia, vincula sua trajetória política à história do Império, mostrando como sua participação fora decisiva para o Estado imperial. Lima e Silva pegou em armas para defender a independência do Brasil; foi contrário à dissolução da Assembléia Constituinte; reprimiu a Confederação do Equador em 1824 em Pernambuco; conteve o movimento dos irlandeses, no Rio de Janeiro em 1828⁵⁸⁰; atuou na aclamação de d. Pedro II, então uma criança, quando o primeiro imperador abdicou, em 07 de abril de 1831; foi membro das duas regências trinas; e nomeado senador em 1837; sendo, finalmente, um dos responsáveis pela antecipação da maioria daquele monarca ao qual então escrevia.

Ao fazê-lo, Lima e Silva se propunha ou bem a narrar uma história desconhecida por d. Pedro II, em razão de sua tenra idade, ou que lhe fora então contada em outros

⁵⁷⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, maço 103 – doc. 5064.

⁵⁸⁰ Sobre a revolta dos irlandeses no Rio de Janeiro em 1828, ver o trabalho de Gilmar de Paiva dos Santos Pozo, *Imigrantes Irlandeses no Rio de Janeiro: Cotidiano e Revolta no Primeiro Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2010.

termos; contada por homens a quem julgava responsáveis por várias intrigas e desejosos de o indispor com o jovem imperador. Assim, a leitura da carta sugere que, na visão de Lima e Silva, o título de barão da Barra Grande era incompatível com a sua trajetória política.

Curiosamente, tempos antes, pouco depois da declaração da maioridade⁵⁸¹, Lima e Silva já havia se dirigido ao monarca, daquela vez não para falar de um título em específico, mas para dar-lhe conselhos acerca de como proceder à frente do governo do país⁵⁸². Entre os conselhos, destacam-se aqueles sobre como considerava que o jovem imperador devia se comportar em relação a concessões de distinções. O antigo regente aconselhava que

o cofre inesgotável das graças honoríficas é um tesouro que a Constituição deixou à disposição de Vossa Majestade Imperial para premiar os serviços distintos prestados ao Estado, é dele que Vossa Majestade Imperial se deve tornar muito avaro não as distribuindo senão com muita parcimônia e sempre em remuneração de reconhecidos serviços à Nação, nunca jamais por suas afeições particulares, abuso excessivo de que se fez na passada monarquia trouxe desprezo e pouco caso que ainda hoje se observa; os títulos e condecorações só devem ser conferidos a quem fez os serviços e nunca com sucessão de pais a filhos; a Constituição é bem expressa e clara a este respeito, cinja-se Vossa Majestade Imperial a ela em tudo e por tudo⁵⁸³.

Lima e Silva aceitava como válidas as concessões de graças honoríficas, mas parecia querer alertar o jovem Pedro II para que este não procedesse como seu pai. Porém, se estava de acordo com a nobilitação, certas práticas do Primeiro Reinado, restauradas por um dos regentes, Pedro de Araújo Lima, lhe causavam horror. Recomendava assim ao monarca que

Seu primeiro ato de governo deverá ser uma anistia geral, sem restrições, chamando desta arte todos os brasileiros a um centro, quero dizer em torno do seu trono, o segundo, um

⁵⁸¹ Essa carta não apresenta a data em que foi escrita, porém é possível inferir que foi redigida logo depois da maioridade, pois Lima e Silva menciona a idade de d. Pedro II, “entra Vossa Majestade Imperial a governar com 14 anos, por ter a Assembléia Geral dispensado o resto da idade que lhe faltava para preencher a Constituição”. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, maço 100 – doc. 4941, p. 2. Devido ao estado de conservação deste documento, não foi possível ter acesso ao original, apenas à transcrição feita por Áurea Maria de Freitas Carvalho.

⁵⁸² Lima e Silva iniciou sua carta da seguinte forma: “Todo brasileiro honrado, amigo do seu país tem obrigação forçosa de ajudar a Vossa Majestade no começo de seu governo, com conselhos e reflexões e tudo o quanto possa instruir e guiar na muito árdua tarefa de governar o Império em tão pequena idade, muito mais eu, que além de ter tido oportunidade de nascer Vossa Majestade Imperial. Achando-me nesse feliz dia, de semana como viador de sua augusta e saudosa mãe, de quem era amigo, tocou-me a tarefa de o aclamar no campo de honra imperador do Brasil na manhã de 7 de abril de 1831 perante o povo e a tropa desta província na qualidade de governador das armas e, sendo no mesmo dia nomeado membro da Regência Provisória e depois Permanente até 12 de outubro de 1835, sustentei o seu trono, suas prerrogativas ao através de todos os obstáculos e partidos que se manifestaram como é notório; portanto, senhor, estou mais que ninguém, nas circunstâncias de falar com franqueza e verdade a Vossa Majestade”. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, maço 100 – doc. 4941, p. 1.

⁵⁸³ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, maço 100 – doc. 4941, p. 9.

decreto proibindo o uso do beija mão, costume bárbaro que as luzes do século 19 reprovam e que não [é] seguido nas cortes da Europa e nem mesmo hoje em Portugal⁵⁸⁴.

Consideradas ambas as cartas enviados pelo marechal, fica clara sua decepção com o título de barão da Barra Grande, duplamente depreciativo, primeiro em razão da própria designação (Barra Grande), mas também em comparação com outros títulos ofertados à época. A Araújo Lima, o segundo regente uno, fora, como mencionado, ofertado o título de visconde com honras de grandeza; já um baronato simples, o título mais baixo na hierarquia, havia sido concedido, nada mais, nada menos, do que ao próprio filho do ex-regente e marechal, Luis Alves de Lima e Silva. Talvez, para agravar ainda mais a situação, a designação do baronato do filho remetia, como no caso de Araújo Lima, a uma vitória, ou seja, ao grande marco da pacificação da província do Maranhão, a tomada da cidade de Caxias.

Dessa forma, Francisco de Lima e Silva se via no direito de recusar uma concessão feita pelo jovem monarca⁵⁸⁵. Se não recusou em público, talvez para não se atritar com o imperador, também não realizou o encarte do título, o que comprovaria sua aceitação, preferindo, assim, manter seu nome ligado à sua trajetória política, e não a um título nobiliárquico que considerava por demais inferior a tudo que já havia feito para o Império.

Finalmente, mal se inaugurava o Segundo Reinado e as concessões de títulos já sofriam um primeiro e importante revés, com a negativa de Francisco de Lima e Silva em meio à cerimônia de coroação e sagração de Pedro II. Tal atitude, ainda que não tenha servido de inspiração para outros políticos nos anos subseqüentes, talvez tenha deixado o monarca mais cauteloso em relação às nobilitações, já que, no ano seguinte, 1842, ninguém foi agraciado⁵⁸⁶.

⁵⁸⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, maço 100 – doc. 4941, p. 3.

⁵⁸⁵ Há que se destacar que, dada a idade do jovem monarca, não parece descabido considerar que a concessão de títulos em 1840 e 1841 tenha se devido em grande medida às vontades dos membros dos gabinetes. Segundo Paulo Pereira de Castro, Pedro II havia alcançado “uma maioria simplesmente nominal”. Já para Roderick Barman, ao longo da década de 1840, d. Pedro II foi adquirindo cada vez mais o controle do governo, e se desvencilhando dos homens palacianos, como Paulo Barbosa e Aureliano Coutinho, sendo que o primeiro partiu para a Europa em 1846, e o segundo renunciou à presidência do Rio de Janeiro em abril de 1848, abrindo caminhos um fortalecimento do poder do imperador. Além disso, ao criar a presidência do gabinete de ministros, em 1847, d. Pedro II reconhecia, segundo Barman, tanto a autonomia do Legislativo, quando a legitimidade do sistema de partidos. Paulo Pereira de Castro, “Política e Administração de 1840 a 1848” in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade, *op.cit.*, p. 511; e Roderick Barman, *Imperador cidadão*, p. 180-181.

⁵⁸⁶ O ano de 1842 marcou também a derrota da Revolta Liberal em São Paulo e Minas Gerais, contudo, nem mesmo o fim deste movimento foi motivo para que o governo imperial nobilitasse aqueles que haviam contribuído para a derrota dos rebeldes. Entre aqueles que reprimiram os rebeldes, estava Luis

Quanto ao gabinete de Cândido de Araújo Viana, nomeado em março de 1841, não houve outra oportunidade de ofertar novos títulos, além dos concedidos em 1841, já que foi substituído por um novo gabinete, em 23 de janeiro de 1843. O ministério seguinte, contando ainda com figuras do Regresso, concedeu, ao longo de sua vigência (de janeiro de 1843 a fevereiro de 1844), apenas seis títulos, número bastante inferior, portanto, ao de seu predecessor. Apesar dos poucos títulos concedidos no início do reinado de d. Pedro II, a nobreza imperial brasileira foi mantida por todo o Segundo Reinado⁵⁸⁷.

Todavia, a nobreza de d. Pedro II foi uma nobreza herdada das transformações aprovadas durante o Período Regencial, o que a diferenciava significativamente da nobreza dos períodos anteriores, isto é, do Primeiro Reinado e do Período Joanino. A primeira grande mudança se deu já na independência do Brasil, quando não mais foram concedidos títulos de juro e herdade ou títulos por mais de uma vida⁵⁸⁸. A segunda mudança viria com o texto constitucional que, no parágrafo 16 de seu artigo 179, determinava “Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica”⁵⁸⁹.

Tal mudança, como visto, não deve ser, contudo, superdimensionada, afinal o texto da lei de 20 de outubro de 1823 “declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes

Alves de Lima e Silva, barão de Caxias desde 18 de julho de 1841, mas nem mesmo ele teve seu título nobiliárquico elevado em recompensa pelos serviços prestados em São Paulo e Minas Gerais. De tal forma que um de seus biógrafos, Eugênio Vilhena de Moraes, afirma que “mal recompensado fora ele dos relevantes serviços das duas campanhas consecutivas de São Paulo e Minas, de onde, a toque de caixa, o tinham feito marchar para a guerra do sul”, ou seja, para pacificar a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Eugênio Vilhena de Moraes, *O Duque de Ferro. Novos Aspectos da Figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 252.

⁵⁸⁷ Durante o Segundo Reinado, incluindo as regências da princesa Isabel, foram ofertados 1138 títulos, inclusive as honras de grandeza para barões e viscondes. O ano de 1854 foi o primeiro ano do reinado de d. Pedro II a ter um número bastante elevado de concessões, ou seja, foi durante o chamado Gabinete da Conciliação que foram ofertados 62 títulos. Há que se destacar que, até então, o número de nobilitações por ano não havia alcançado sequer 20 títulos. Ainda que a quantidade de títulos concedidos tenha se elevado em alguns anos das décadas seguintes, a quantidade de títulos concedidos no ano de 1854 só foi superada nos dois últimos anos da monarquia, 1888 e 1889, quando foram ofertados, respectivamente, 115 e 123 títulos, sendo que tais concessões estavam relacionadas aos debates envolvendo a abolição da mão de obra escrava.

⁵⁸⁸ Os títulos de nobreza no Império do Brasil não eram hereditários, todavia, d. Pedro I ofertou duas vidas a homens já nobilitados por ele. Assim, Paulo José da Silva Gama, barão de Bagé, recebeu uma vida em seu título, que foi verificada na vida de seu filho, homônimo do pai, agraciado com o título de 2º barão de Bagé, e Francisco Vicente Viana, barão do Rio das Contas, também recebeu uma vida, verificada em seu filho, Frutuoso Vicente Viana, 2º barão do Rio das Contas. Há que se destacar que tal prática não teve continuação no reinado de Pedro II.

⁵⁸⁹ Constituição de 25 de março de 1824, título 8º, “Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros”.

Portuguezas que são especificados”⁵⁹⁰. Assim, o texto dessa lei, juntamente com o parágrafo 11, do artigo 102, da Constituição de 1824, que assegurava a concessão de mercês pecuniárias, independentemente da aprovação da Assembléia Geral, quando “estiverem já designadas, e taxadas por Lei”, garantiu brechas constitucionais para que o primeiro imperador pudesse conceder mercês pecuniárias⁵⁹¹. Desta forma, foi possível, durante anos, que continuassem a existir no país instituições como os morgados, além é claro, da manutenção da faculdade do imperador de conceder assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda a agraciados com títulos de marquês e duque.

Assim, se d. Pedro I procurou fazer da concessão dos títulos de nobreza previstos na Constituição um instrumento de sua política, ele não o fez seguindo o espírito de uma carta que abolia os privilégios e determinava que a distribuição de mercês pecuniárias era de atribuição da Assembléia Geral, e não do monarca. O primeiro imperador utilizou-se das brechas legais acima referidas para manter instituições e distribuir mercês típicas de Antigo Regime, curiosamente para auxiliá-lo em sua política de contenção de um poder tipicamente liberal, ou seja, o Legislativo; cujas atribuições haviam sido determinadas constitucionalmente (por uma carta por ele outorgada), e sem o qual, uma vez instalado, ele não podia governar. Como demonstrado, essa estratégia surtiu o efeito desejado pelo imperador, uma vez que os senadores por ele nobilitados com títulos de marquês, muitos dos quais acompanhados por assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda, conseguiram retardar várias das discussões propostas na Câmara dos Deputados.

Contudo, d. Pedro I não se preocupou, apenas, em nobilitar políticos. Ainda que em quantidades não tão significativas quanto a dos títulos ofertados a políticos, ele agraciou pessoas cujas trajetórias biográficas estavam ligadas ao exercício de funções de corte, filhos de senadores, negociantes e pessoas com vínculos afetivos com ele, como sua amante, Domitila de Castro, e sua filha fruto deste relacionamento, Isabel Maria de Alcântara Brasileira.

Ainda que nem todos esses agraciados tenham recebido mercês juntamente com seus títulos, muitas das concessões também se aproximavam mais de práticas de Antigo

⁵⁹⁰ Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996, vol. 1, p. 463.

⁵⁹¹ Conforme parágrafo 11, do artigo 102, “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei”. Constituição de 25 de março de 1824, título 5º, “Do Imperador”, capítulo 2, “Do Poder Executivo”.

Regime (do que de um Estado liberal) em razão das pessoas a quem haviam sido atribuídas e do porquê. Há que se lembrar que a carta de 1824 determinava que uma atribuição do Executivo era “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções *em recompensa de serviços feitos ao Estado*; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléa, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei”⁵⁹². Exemplos mais evidentes dessa distância em relação ao texto constitucional, tanto num sentido, como noutro, talvez sejam a nobilitação de sua amante e de sua filha.

À amante, Domitila de Castro, d. Pedro I concedeu, em 1825, o título de viscondessa de Santos com honras de grandeza, e elevou-a, no ano seguinte, para marquesa de Santos com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, já sua filha, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, d. Pedro não só a reconheceu como legítima, como conferiu a ela o tratamento de Alteza Imperial, e o título de duquesa de Goiás, também com assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Assim, se não bastasse nobilitar a amante e a filha ilegítima, então com dois anos de idade, o imperador ofertou a elas os mais elevados títulos da escala nobiliárquica e acompanhados de mercês pecuniárias.

A concessão de títulos nobiliárquicos acompanhados por mercês assemelhava a nobilitação de d. Pedro I daquela que havia sido praticada por seu pai, d. João, durante a sua permanência no Rio de Janeiro. Como mencionado, d. João, desde que chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, iniciou a concessão de títulos nobiliárquicos, sendo que alguns dos agraciados tiveram títulos de juro e herdade confirmados em suas vidas pelo monarca, outros receberam títulos com comendas e/ou com assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda. Por sinal, tal como faria seu filho depois dele, d. João também fez uso político da concessão de títulos de nobreza, procurando assegurar a unidade do império luso-brasileiro por meio da nobilitação. Para tanto, agraciou pessoas que acompanharam a Família Real na travessia do Atlântico, outras que permaneceram em terras lusitanas, filhos, ainda crianças, de políticos, e algumas pessoas, em número bem reduzido, que haviam auxiliado na manutenção da Corte no Rio de Janeiro e que possuíam seus interesses enraizados no Centro-Sul antes mesmo da chegada da Família Real.

Contudo, há que se destacar que as conjunturas políticas em que viveram, – à frente do governo – pai e filho, não eram as mesmas. Durante a regência e o reinado de d. João, o Brasil ainda fazia parte do império português, sendo elevado à categoria de

⁵⁹² Conforme parágrafo 11, do artigo 102, Constituição de 25 de março de 1824, título 5º, “Do Imperador”, capítulo 2, “Do Poder Executivo”. (grifo nosso)

Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815, de tal forma que a união com Portugal, bem como sua manutenção, serviram como norteadores para a política nobiliárquica de d. João. Já após a independência e o início do reinado de d. Pedro I, a preocupação que norteou grande parte da concessão de títulos nobiliárquicos foi a de conquistar um apoio capaz de sustentar a política imperial do primeiro imperador do Brasil. Além disso, o reinado de d. Pedro I foi marcado pela outorga de uma Constituição, a qual impunha uma mudança significativa na monarquia brasileira, se comparada com a monarquia anterior; mas, ainda assim, dadas as brechas mencionadas acima, o primeiro monarca pode, em vários momentos, se utilizar de práticas e instituições estranhas a uma monarquia representativa constitucional (ao menos nos termos de 1824).

Contudo, a abdicação, em 07 de abril de 1831, abriu caminhos para que a ordem até então vigente, envolvendo privilégios, mercês e títulos de nobreza, fosse discutida e até mesmo, alterada. Já em maio de 1831, a Câmara de Deputados propôs e discutiu o projeto de lei que limitava os poderes da regência. Após discussão, a lei, que entrou em vigor em 14 de junho daquele ano, não contemplava como prerrogativa dos regentes a concessão de títulos de nobreza. Além disso, após a aprovação dessa lei e a posse da regência permanente, os títulos de nobreza mereceram novos debates na Câmara dos Deputados, uma vez que vários deputados sugeriram a abolição dos títulos de nobreza na monarquia brasileira, bem como a anulação dos títulos concedidos pelo primeiro imperador. Desnecessário lembrar que o debate de tais propostas esteve centrado na Câmara baixa, não merecendo maior interesse dos senadores que dificilmente concordariam com tais sugestões, já que muitos dos integrantes da casa vitalícia eram nobres, agraciados por d. Pedro I.

É digno de nota que, em meio à conjuntura que envolveu a abdicação do imperador, a concessão de títulos de nobreza tenha sido merecedora de destaque, o que indicava, portanto, a importância que tal temática tinha para os contemporâneos, bem como as desconfianças que envolveram os títulos e, porque não, os critérios utilizados por d. Pedro I para nobilitar, e assim, angariar apoio político. Há que se lembrar que os coevos criticavam algumas concessões praticadas pelo primeiro imperador, por não verem mérito e virtude nos serviços prestados pelos agraciados (ou talvez, justamente, por seu maior mérito ser aquele de oferecer um apoio quase incondicional ao monarca).

Se não bastassem as discussões sobre os títulos de nobreza, o Legislativo colocou novamente em debate a abolição dos morgados e a extinção do Conselho da Fazenda (discutida juntamente com o projeto de organização do Tesouro Nacional).

Assim, essas discussões ocorreram paralelamente e em curto espaço de tempo, o que indicava que havia um grande interesse da parte dos legisladores de que algumas práticas e instituições – herdadas não só do Primeiro Reinado, mas, de fato, do período colonial – fossem alteradas ou mesmo abolidas. Se, já em 1827, o Conselho da Fazenda era foco de atenção dos deputados, que queriam sua extinção, isso só veio a ocorrer em outubro de 1831, quando da aprovação da lei que organizava o Tesouro Nacional. No caso dos morgados, a demora foi ainda maior, uma vez que o primeiro projeto de abolição surgiu na câmara baixa já em 1826, tornando-se realidade apenas anos depois, em 1835, e mediante a apresentação de um projeto diretamente no Senado (Senado, que, diga-se de passagem, já tinha uma formação um tanto distinta daquela com que primeiro funcionara quando da abertura dos trabalhos do Legislativo).

Dessa forma, a aprovação dessas leis colocou fim em dois resquícios do Antigo Regime ainda existentes no Império do Brasil, os morgados e o Conselho da Fazenda. Assim, ainda a nobreza tenha sido mantida, e que Pedro II (como seus ascendentes) também tenha feito uso político da distribuição de títulos, já não se tratava exatamente da mesma prática nobilitadora; a hierarquia, claro, era a mesma, mas não mais podia ser dada aos administradores de grandes morgados, como o visconde da Torre de Garcia d'Ávila, e, tampouco, podia ser acompanhada de uma mercê como o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, com o qual haviam sido brindados onze senadores nobilitados com seus marquesados em 1826. Com a maioria, o Brasil continuaria a ter uma nobreza, mas, doravante, uma nobreza de fato constitucional, uma nobreza afeita ao espírito liberal da carta que estabeleceria uma monarquia representativa no país.

Vale destacar que, durante todo o Segundo Reinado, apenas uma pessoa teve o privilégio de ser agraciada com o título nobiliárquico mais elevado, Luís Alves de Lima e Silva. Em reconhecimento aos relevantes serviços feitos para o Império, ele foi recompensado com os títulos de barão de Caxias, em 1841, pela pacificação do Maranhão; de conde, em 1845, pelo fim da Farroupilha; de marquês, em 1852, pela sua atuação nos conflitos do Prata; e de duque, em 1869, pela sua atuação na Guerra do Paraguai.

Contudo, apesar dos serviços prestados, Luís Alves de Lima e Silva foi agraciado apenas com distinções honoríficas, sem ter recebido qualquer espécie de privilégio fundiário, nem de rendimento financeiro (como os marqueses de outrora). Ainda que o único título de duque ofertado por d. Pedro II tenha sido o de Caxias, as características dos demais títulos concedidos pelo segundo imperador foram as mesmas

para todos aqueles por ele nobilitados, independentemente dos serviços prestados e da hierarquia do título.

Assim, os 1138 títulos de nobreza (incluindo as honras de grandeza para barões e viscondes) concedidos por d. Pedro II foram fruto dessas reformulações ocorridas na Regência, que, ao extinguirem os resquícios do Antigo Regime, imprimiram um caráter constitucional na nobreza do Segundo Reinado, diferenciando-a, portanto, da nobreza dos períodos anteriores, seja do Primeiro Reinado, seja do Período Joanino.

Anexo I: Manifesto de Joaquim Gonçalves Ledo contra a criação da nobreza brasileira, publicado em setembro de 1822

Guerra à Fidalguia

Algumas pessoas repararam que temos uma espécie de repugnância, ou aversão à Fidalguia, e como nossos familiares e amigos nos pediram a causa, e as razões suficientes donde proviesse uma tal antipatia, nós lhes teríamos, com o maior gosto, dado toda a satisfação, mas como não podíamos fazer isto com todos separadamente, assentamos fazer por um dos números da *Sentinela*.

Saibam, pois, que se a modéstia nunca excessiva, e o sábio preceito de ninguém falar em sim, não nos mandassem passar em silêncio o que é pessoal a este respeito, nós lhes poderíamos fazer um bem original e lastimável quadro da fidalguia, despida das riquezas necessárias e essenciais ao gozo da sua estimação; porém, em termos gerais lhes dizemos que um fidalgo, que não tem fortuna, há de necessariamente ser um sanguessuga da Sociedade; cheio de ufanía, não tem meios; acostumados a todos os vícios, faltam-lhes as fortunas; incapaz de fazer o útil, por que tudo considera como indecoroso ao seu estado; chocado e desprezado pelos fidalgos ricos há de, por força, procurar, sem fundamentos e sem razão, a zumbaia dos mais não fidalgos; aborrecido dos Grandes, que têm medo de se poluírem com ele, e dos pequenos que sabem que hão de por força serem por ele vexados e importunados, é o objeto da irrisão do opróbrio, da ignorância, e do vitupério universal.

Esta é uma das tantas razões porque somos inimigos declarados da fidalguia, que sempre pela estancável roda das coisas humanas, mais cedo, mais tarde, vai passar por este infeliz estado; porém, como conheçamos, que temos principiado por onde talvez havíamos de acabar, e que uma das tantas conseqüências do abuso não serve para dar aquela satisfação sobre a causa primária, sobre a fonte da nossa indignação, passaremos a satisfazê-los por princípios. E para tal efeito remontaremos à origem e nascimento das fidalguias ou nobrezas.

A fidalguia mais antiga, para nos estribarmos em noções mitológicas ou semi-fabulosas, é a que se instituiu em Roma nos tempos do Rômulo e Numa, e esta pertencia indistintamente a todos os que chegavam a ter uma certa quantia anual de rendimento prefixo, o que de outra forma quer dizer que era uma ordem da riqueza e da opulência, ou, aliás, uma aristocracia que separava os ricos dos mais indivíduos do corpo da mesma

Nação: qual, e quão pouca consideração se havia de fazer desta qualidade de fidalguia cujo merecimento consistia só no dinheiro, está conhecido, se se considerar o caso (até mesmo no dia de hoje, apesar de ser um tempo mais corrompido e relaxado) dos homens que não têm por si outras recomendações senão as das muitas riquezas e nada mais.

Depois desta fidalguia ou nobreza, cuja memória quase se extinguiu, temos tido outra que por ser de origem marcial, considerada simplesmente como pessoal, faz-se mais recomendável.

Esta é a que instituíram na Itália os Hunos, Godos, Visigodos, Vândalos e Lombardos, quase todos estes habitantes do gelado Norte, ao tempo da decadência do Império do Ocidente, e na irrupção que fizeram, ocuparam, como conquistadores todo aquele País, e o dividiram, repartindo-o entre si.

Três foram as graduações primitivas e três as hierárquicas: a primeira, dos Comandantes dos Exércitos – DUCES, donde vieram depois os *Duques*; a segunda, dos Demarcadores de Terras, - *marchiones*, donde saíram os *Marqueses*; a terceira, dos companheiros, dos Camaradas – COMTES, donde nasceram os *Condes*. Outros Nobres apareceram posteriormente e foram os *Viscondes*, os *Barões* e os *Cavalheiros*; e todas estas diferentes classes diversificavam entre si por várias maneiras. Havia então uns, que eram nobres de título unicamente, e que podiam ser tais, ainda não possuíssem domínios de terras; outros que o não podiam ser sem elas, e outros que ajuntavam ambos os requisitos. Os Duques, Marqueses, Condes, Viscondes e Cavalheiros, podiam ser titulares ainda mesmo sem posse, e os Barões, pelo contrário, deviam indispensavelmente possuir as Baronias.

No começo, os Condes eram estabelecidos nas fronteiras do Estado, e os seus Condados formavam a Barreira contra os Vizinhos. Os Ducados e Marquezados se achavam no centro. Não tardaram os Possuidores dos títulos a verem que, não sendo estes acompanhados com bens de fortuna, era ocos e vãos; e para que os bens que possuíam não se dividissem e se subdividissem ao infinito, nas heranças, reconheceram a necessidade de conservá-los integralmente em um só indivíduo. E daqui é que procede a origem dos *Morgados*.

Fácil coisa é perceber que os Morgados, dando tudo a uns deixam os outros sem nada, e que por conseguinte os segundos gênitos, ou Cadetes de famílias, que por nascerem de Pais nobres, no sistema das fidalguias hereditárias, não deixam de ser Nobres também, ou de sangue azul em lugar de vermelho, e chamados Cavaleiros

(EQUITÉS) são os seres mais desgraçados e infelizes do mundo, ao mesmo tempo que os mais nocivos, pesados e agravantes à Sociedade inteira.

Tendo-se concedido à fidalguia privilégios, isenções privativas, etc., todos têm sempre aspirado ser fidalgos; e por tal entre os descendentes dos primitivos, os que se foram criando gradualmente, e o grande número dos regressantes das guerras das Santas Cruzadas, os quais contemporaneamente foram promovidos à nobreza por todos os Soberanos da Cristandade, como recompensa dos trabalhos padecidos, tem aumentado e estendido a tanto (particularmente em certas Nações) que é dificultoso cuspir-se que não seja sobre algum *Titulado*, ou sobre algum homem da *casta privilegiada*. O ter-se enfim por muitos Monarcas recompensado os homens mais distintos em talentos literários, ou marciais, e mais poderosos em riqueza, com títulos de fidalguia que ficaram ao depois de conservados nas famílias, tem levado o excesso da gente fidalga ao ponto em que está no dia de hoje.

Ora pois, como tenhamos mostrado qual fosse a origem das fidalguias, salta bem claro aos olhos que os que estão gozando dos privilégios, foros, isenções, prerrogativas, etc., etc., etc., anexas àquela condição ou qualidade de Gente, sem ter outro particular ou pessoal merecimento, que o de descender dos... do *Senhor seu avô*, o qual descendia dos... do *Senhor seu avô*, que tinha sido um homem muito rico, ou um homem de talentos, ou um dos favoritos do Sr. Rei de tal não deve, não pode, e não há de gozar de tais foros, privilégios, isenções, etc., num Governo Constitucional Liberal, e num Império da Imparcialidade e da Justiça.

Quem atuará, nos Tempo em que vivemos, que o filho do seu vizinho, só por ser filho de fidalgo, entre em Cadete nas Tropas e passe logo a Oficial, donde tenha todo o ulterior acesso, quando o pobre haverá de entrar por Soldado, e lá acabar, ou quando muito a Sargento! Dois não cabem no mesmo assento. E os Senhores fidalguinhos, ainda que sem barba, hão de ser já pelo menos Capitão.

Quem atuará, no tempo presente, que os empregos lucrativos e honoríficos hajam de ser exclusivos dos Srs. Cadetes de famílias nobres, com o fim de que lhes proporcionarem meios a uma decente decorosa subsistência, acomodada ao estado do seu nascimento?

Quem atuará que na época atual não possam ser convencidos e trazidos em Juízo, sem se usarem e praticarem certas conveniências ou resguardados (dos que não gozam os mais) só por descenderem da casta privilegiada do Sr. Avô?

Quem aturará, debaixo do Reino da Lei, que esta mesma lei haja de ser diferentemente aplicada só por serem uns fidalgos e outros plebeus?

Quem aturará que no Império da liberdade e da igualdade de Direitos haja uma casta distinta, e que em bela linguagem inteligível a todos, quer dizer que os mais são tanta canalha, tanta plebe e tantas máquinas para respeitar, servir, obedecer e venerar essa gente de outra natureza?

Até aqui temos falado e considerado a nobreza ou a fidalguia pelo que é, pelo que merece, e pelo que deve ser prezado, e se não tivesse o Brasil esta maléfica praga, como enxames de mosquitos, nós nos teríamos poupado este trabalho e dos nossos Leitores a pena desta inojosa e repugnante exposição histórica, se não nos constasse que o santo defunto *Apostolado* meditasse, e tivesse por alvo criar tudo num dia, uma fidalguia nova, assentando que fosse o mesmo que semear na sua horta um canteiro de cebolinhas para daí a poucos dias transplantá-las nos outros lugares, aonde houvessem de crescer.

Não duvidamos que os mais astutos e sagazes de entre eles não conhecessem a impossibilidade ou a ineficacidade de tal projeto, mas como o fim era atrair gente para aquela facção e engrossar o partido, lisonjeando a vaidade dos *basófios* com promessas de marquezados, condados, baronias, etc., etc., etc., pouco se importavam com as conseqüências, mesmo sabendo, por teórica certeza que houvessem de resultar inversas ao assunto.

Uns porque tenham proposto fazer uma Constituição com duas Câmaras, e queriam levar ao fim as suas idéias esplêndidas, não procuravam senão criar os elementos de onde poder formar Câmara Alta, e por isso não havendo fidalgos (a unidade não tendo valor por axiomas), não pensavam senão amassá-los como *macarrão*; outros guiados pela ambição (*vanitas vanitum et omnia vanitas!*) e cansados de terem feito por tanto tempo dobradiça dos seus espinhaços, contavam se refazerem pela fereza e ufanía, com que ‘já se figuravam que poderiam tratar aos mais’; outros permitiam esta mola em ação para ver se sustentavam a iníqua carreira das arbitrariedades e dos despotismos que tinham empreendido, lisonjeando-se por este meio reduzir o Brasil ao estado primitivo, quero dizer, como antes de 26 de fevereiro, e todos juntos obravam para fazer mal, e nada de bom.

Ora pois, o que nos fica a dizer é, acerca do que acima expendemos sobre a ineficacidade e efeitos inversos, dos que os criadores da nova fidalguia se propunham,

tanto pela parte que resguarda o Monarca que repentinamente criasse uma nova casta de gente privilegiada, quanto pela que se insere à mesma casta de escolhidos.

Os nobres da velha Instituição, assim como temos mostrado, são pouco agradáveis aos olhos dos que não são nobres, mas como todos já são acostumados a considerá-los quais descendentes de um homem distinto pelas suas virtudes e talentos marciais ou literários, que tinham reunido também o grande requisito da probidade, e como o humano coração é mais disposto naturalmente a amar do que a odiar, e a mesma mente humana a supor o bem do que pensar o mal, crendo que estes possam ter herdado aquelas, ou porção daquelas virtudes, os toleram e nada mais; porém como é presumível que Pedro e Paulo, sendo iguais entre si no amanhecer, achando-se Pedro como *Marquês*, e Paulo ficando simples *Cidadãos*, como é presumível que (depois que a todos não podem distinguir títulos, aliás é o mesmo que não dá-los a ninguém) Paulo diga que não reconhece em Pedro maiores merecimentos que em si mesmo, não fique descontente com o distribuidor dos títulos? Como é provável que de bom amigo que era com Pedro, pelo ciúme, pela inveja, e pelo amor próprio chocado, não venha a ser inimigo, seu rival, ou pelo menos muito frio, ou muito indiferente para com ele? Estes sentimentos são tão inerentes ao coração do homem, que até nos parece que não houvessem de escapar à penetração dos nossos aspirantes à fidalguia sem merecimentos, para desejar de se separarem tudo num instante, do restante da Nação, com quem sempre tinham feito uma só e idêntica massa.

De homens talvez conceituados e bem quistos pelo Povo eis aí tantos sujeitos que vieram a ser aborrecidos, invejados e censurados. Tal é o negócio que podem fazer os fidalgos criados por tal forma, e feitos fidalgos só porque *houve quem pensasse que não pudesse existir um império sem fidalgos*, e só porque houve materiais com que fabricar um edifício com a arquitetura aristocrática vã, inútil e iníqua⁵⁹³.

⁵⁹³ Manifesto de Joaquim Gonçalves Ledo contra a criação da nobreza brasileira, publicado em setembro de 1822. Nicola Aslan, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, [1975], vol.2, p.259-264. (grifos originais)

Fontes

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

Lata 581, pasta 30 – Coleção Fernandes Pinheiro – Documentos para a biografia dos Andradas.

Lata 186, pastas 23 e 24 – Coleção Boulanger.

DL. 14.6 – Coleção IHGB – Montezuma.

Lata 192, pasta 38 – Coleção José Bonifácio – Auto psicologia de José Bonifácio (s/l e s/d).

Lata 347, pasta 4 – Coleção Instituto Histórico – Recordações da Confederação do Equador.

DL. 144.7 – Coleção Ourém – Biografia de Francisco de Lima e Silva.

Lata 4, pasta 10 – Coleção Instituto Histórico – Francisco de Lima e Silva.

Lata 146, pasta 21 – Coleção Ourém – Biografia do Visconde de Jequitinhonha (em francês).

Lata 634, env.43 – Dados bibliográficos de Montezuma.

Lata 316, doc.11 – Coleção Alencar Araripe – “O herói da independência”. Artigo do prof. Francisco de Assis Cintra sobre Joaquim Gonçalves Ledo. Recortes do “Correio Paulistano” de 05 de janeiro de 1920.

Lata 479, pasta 6 – Coleção Instituto Histórico – Documentos e notícias (cópia) sobre Joaquim Gonçalves Ledo.

Lata 477, pasta 24 – Coleção Instituto Histórico – Cópia de documentos e recortes de jornais sobre a ação da maçonaria e sua influência na independência do Brasil, pequena biografia de Joaquim Gonçalves Ledo e sua obra na independência (extraídos do “Jornal do Brasil”, “Brasil Histórico”, “Jornal do Recife”) e cópias das atas das sessões do Grande Oriente no ano de 1822.

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Série Interior:

+IJJ¹ 156 – Gabinete do Ministro - Livro de Corte 37 – abril de 1841 a 22/10/1841

+IJJ¹ 157 – Gabinete do Ministro - Livro de Corte 38 – 1841-1842.

+IJJ¹ 795 – Gabinete de Ministro

+IJJ¹ 648 – Gabinete de Ministro

+IJJ¹ 645 – Gabinete de Ministro

Fundo 37 – Fundo Graças Honoríficas

Francisco de Lima e Silva – GH-S – Caixa 10-S

Francisco de Lima e Silva – VII-83

José Bonifácio de Andrada e Silva – GH-S – Caixa 14-S

Joaquim Gonçalves Ledo – GH-L-L-3

Fundo Ministério do Império

Código 753, vol. 1 – Reservados do Gabinete de José Bonifácio – 1822-1823. (Está documento está no volume XXVI das publicações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Tip. Arquivo Nacional, 1930.)

Código 309 – Registro do Gabinete de Sua Excelência

Fundo Diversos códigos da antiga SDH

Código 551, vol.1 – Correspondência de Caxias.

Fundo QN

Itens documentais – notação 72.3 (antigo código 657) – Testamento de José Bonifácio.

Fundo Francisco de Lima e Silva (QN)

Mapoteca item 7 (antigo código 718) – Decretos e cartas patentes referentes ao marechal Francisco de Lima e Silva e ao capitão Carlos Miguel de Lima e Silva.

Fundo 53 - Decretos Gerais – Graças Honoríficas – registros de decretos

Código 15, volume 15.

Código 528, volume 4.

Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76.

Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos (Rio de Janeiro)

I – 32, 14, 31 – Esboço biográfico e necrológico do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: Na Tipografia Imparcial de P. Brito, 1838.

15, 04, 009 – Biografia de Ledo (sem data e sem autoria).

63, 04, 004 nº069 – Notas de Tobias Monteiro sobre política imperial brasileira.

63, 04, 004 nº059 – Notas de Tobias Monteiro sobre a atuação dos Andradas no governo.

63, 04, 005 nº139 – Correspondência de Aureliano Coutinho – 07 de setembro de 1841 e 03 de novembro de 1842.

63, 4, 02 nº117 – Memórias do Visconde de Sepetiba

64, 03, 001 nº005 – Artigo “O Patriarcha, numa carta do exílio, analisa os vícios políticos do Brasil”. Jornal de Petrópolis, 06/04/1838.

63, 04, 002 nº118 – Biografia do Visconde de Sepetiba

64, 01, 004 nº003 – Cartas de barão de Mareschal ao príncipe de Metternich, 1826.

C-0523-018 – Documentos sobre Luiz do Rego Barreto.

Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis – Rio de Janeiro)

I – POB – 03.02.1822 – Pl.B.cd – Correspondência trocada entre José Bonifácio e d. Pedro I no ano de 1822.

I – POB – 23.02.1825 Sil.c – Carta de José Bonifácio ao sobrinho.

I – POB – 29.09.1823 Men C 5 – Carta de Antonio Telles da Silva a d. Pedro I.

I – POB – 05.10.1821 Pl.B.pr – Manifesto de d. Pedro aos fluminenses

II – POB – 27.08.1823 Res.co 1-12 – Cartas datadas de 1823

I – POB – [1821] Pl.B.po – Cartas de Bonifácio a d. Pedro discutindo as cortes portuguesas.

I – POB – [1821] Pl.B.pr 1-2 – Documentos para serem lidos nas cortes portuguesas.

I – POB – [1821] Pl.B.pr 3 – Documentos sobre as cortes portuguesas.

I – POB 18.03.1822 Pl.B.do – Documento de d. Pedro I

I – POB 09.01.1822 Pl.B.c.1-7 – Cartas de d. Pedro I a d. João VI.

I – POB 00.04.1822 Pl.B.pr – Documento de d. Pedro I.

I – POB 17.06.1822 Pl.B.pr – Documento de d. Pedro I para os baianos.

I – POB 26.07.1822 Pl.B.do – Documentos sobre momentos anteriores à independência.

I – POB – [1823] Pl.B.do – Ordens sugeridas por d. Pedro I.

I – POB 01.08.1822 Ori.c – Trata da atuação dos irmãos Andradas nas cortes portuguesas.

Maço 103, doc.5064 – Carta de Francisco de Lima e Silva a d. Pedro II, datada de 24/12/1841.

Maço 103, doc.5034 – Carta de Paulo Barbosa a d. Pedro II, datada de 15/01/1841.

Maço 103, doc.5043 - Carta de Paulo Barbosa a d. Pedro II, datada de 02/06/1841.

Maço 100, doc.4941 – Carta de Francisco de Lima e Silva a d. Pedro II (sem data).

Arquivo do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Lata 174, maço 5, pasta 2 – correspondência recebida por Lecor de Vilanova Portugal. 1818 – 1820.

Lata 174, maço 5, pasta 4 – comunicações de d. João, assinadas por Vilanova Portugal para Lecor. 1816-1821.

Lara 179, maço 4, pasta 2 – correspondência recebida por Vilanova Portugal de Luís do Rego Barreto. 1819-1821.

Lata 195, maço 4, pasta 11 – correspondência de Vilanova Portugal e Rego Barreto. 1817-1820.

Estante 338, prateleira 2, volume 4 – correspondência reservada do conde de Palmela a Vilanova Portugal (jan/dez – 1820).

Lata 171, maço 5, pasta 7 – cartas de Rego Barreto referendadas pelo barão de Caçapava. 1820.

Lata 171, maço 2, pasta 4 – correspondência expedida por Vilanova Portugal ao conde de Arcos. 1814-1820.

Lata 172, maço 6, pasta 2 – correspondência expedida por Vilanova Portugal a Manuel J. Garcia. 1818-1820.

Lata 174, maço 7, pasta 1 – correspondência expedida por Vilanova Portugal a Lecor. 1818-1821.

Lata 181, maço 2 – cartas enviadas por Vilanova Portugal.

Bibliografia:

- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALFREDO, João, *Minha meninice & outros ensaios*. Recife/Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana/ CNPq, Comissão de Eventos Históricos, 1988.
- A rebeldia do Patriarca (textos escolhidos de José Bonifácio)*. Santos: Prodesan, 1994.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XIV, 1886-1887. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1890.
- Anais do Senado do Império do Brasil*. Segunda Sessão da primeira legislatura de 1 de Julho a 3 de Setembro de 1829, tomo segundo, Rio de Janeiro, 1914.
- ANDRADE, Manuel Correia de, *João Alfredo, o estadista da abolição*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.
- ARARIPE, Tristão de Alencar e LEAL, Aurelino, *O Golpe Parlamentar da Maioridade*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Um império, um reino e uma monarquia na América”, in István Jancsó (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec, FAPESP, 2005.
- ARMITAGE, John, *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- ASLAN, Nicola, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, [1975], 2 vol.
- AZEVEDO, Elciene, *Orfeu da Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- BAEPENDI, conde de, “Apontamentos biographicos da família Braz Carneiro Leão do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 43, parte II, 1880, p. 365-384.
- BARATA, Alexandre Mansur, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790 - 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- Barão de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII.
- BARBOSA, Silvana Mota, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001.
- BARMAN, Roderick, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- _____, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999.
- _____, *Imperador Cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012.
- _____, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”, in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BARRETO, Luiz do Rego, *Memória Justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco e presidente da junta constitucional da mesma província*.

- Offerecida à nação portuguesa*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822.
- BASILE, Marcello, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2004.
- _____, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BERBEL, Márcia Regina, *A nação como artefato: deputados brasileiros nas Cortes portuguesas. 1821-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, “A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador”, in Monica Duarte Dantas (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820 – 1822*. São Paulo: Hucitec, FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.
- BESOUCHET, Lúcia, *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista, “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2. São Paulo, novembro de 2005.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatômico, architectonico*, 1728.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996, vol. VIII.
- _____, *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996, vol. 1.
- BRANDÃO, Raul, *Vida e Morte de Gomes Freire*. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1990.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes, *Ou há de ser Cavalcanti ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011.
- CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de, *Vida do grande cidadão brasileiro. Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de, *Frei Caneca: gesta da liberdade, 1779-1825*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____, *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____, (org.), *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil)
- CARVALHO, José Vilhena de, *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra*. Rio de Janeiro: J. V. Carvalho, 2002.
- CASTRO, Therezinha de, *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.
- CASTRO, Paulo Pereira de, “A experiência republicana”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil

- Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- _____, “Política e Administração de 1840 a 1848” in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- Correspondência entre D. Pedro II e barão do Rio Branco* (Apresentação de Miguel do Rio Branco). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- COSTA, Emília Viotti da, “José Bonifácio: Mito e História”, in idem *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Wilma Peres, *A Espada de Dâmocles*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora UNICAMP, 1996.
- CUNHA, Rui Vieira da, *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministérios da Justiça, Arquivo Nacional, 1975.
- DANTAS, Monica Duarte, “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”, in Instituto Prometeus (org.), *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometeus, 2010, v. 1.
- _____, “Povoamento e ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)”, *Revista Penélope*, n.23, 2000, pp.9-30.
- _____, (org.), *Revolutas, Motins e Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, 3 vol.
- Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Espanha: Publicações Alfa, 1986, vol. 2.
- DOLHNIKOFF, Miriam, *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____, (org.), *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DREYFUS, Jenny, “A Quinta da Boa Vista – uma dádiva graciosa”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1965, vol. XV.
- ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Elogio Histórico de Luiz do Rego Barreto por G.X.S.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.
- ESTEFANES, Bruno Fabris, *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1846)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2010.
- FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, Dóli de Castro, *Tomás Antônio Vilanova Portugal: um ministro de D. João VI (1817-1821)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2004.

- FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João, *O Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790- c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”, in István Jancsó (org.), *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.
- HERMANN, Jacqueline, “Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820)”, in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- HESPANHA, Antonio Manuel, *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, “A Herança Colonial – Sua Desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II: O Brasil Monárquico, volume 1: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____, *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____, “O barão de Iguape”, in idem, *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____, *O Brasil Monárquico*, vol.7: *Do Império à República*. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2; v.7.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- JARNAGIN, Laura, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.
- JAVARI, Barão de, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- LACOMBE, Américo Jacobina, *O Mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- LACOMBE, Lourenço Luis, *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Império*. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia, *Da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Campinas (SP): Papirus, 1988.
- LEITE, Glacyra Lazzari, *Pernambuco 1817: Estrutura e comportamento sociais*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.
- LEMONS, Nathalia Gama, “Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821)”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008, p. 16-26.
- LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LIMA, Oliveira, D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- “Luis do Rego Barreto e a posteridade”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 24, 1861.

- LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYRA, Heitor, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, 3 vol.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- MACEDO, Joaquim Manuel de, *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- _____, *Suplemento do Anno Biographico*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1880.
- MACHADO, Maria Helena, *O Plano e o Pânico: os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- _____, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida, *O visconde de Abaeté*. Editora Nacional, 1939.
- MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005.
- MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva, *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MATTOS, Hebe Maria, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.
- _____, “Laços de família e direitos no final da escravidão”, in Luis Felipe Alencastro (org.), *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____, “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de, “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política”. Revista Almanack Braziliense, maio de 2005, número 1.
- _____, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, Kátia de Queirós, *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____, *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.

- _____, “O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2, São Paulo, novembro de 2005.
- MONTEIRO, Tobias, *História do Império: a elaboração da independência*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, 2 vol.
- _____, *História do Império: o Primeiro Reinado*. Belo Horizonte; [São Paulo]: Itatiaia: Ed. da USP, 1982, 2 vol.
- MORAES, Alexandre José de Mello, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, 2 vol.
- MORAES, Eugênio Vilhena de, *O Duque de Ferro. Novos Aspectos da Figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.
- MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____, *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/ Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 vol.
- NEEDELL, Jeffrey, *The Party of Order*. California: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Lúcia, “Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821 – 1860)”, in José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org), *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.
- _____, “Estado e Política na Independência”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.
- Notícia dos Senadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- NOVAIS, Fernando e MOTA, Carlos Guilherme, *A Independência Política do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996, 2ª edição.
- NOVAIS, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honras, Mercês e Venalidade em Portugal (1641 – 1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de, “São Paulo em meio à remodelação da estrutura financeira provincial no início do Império: alguns apontamentos sobre as leis de 15 de novembro de 1830, 4 de outubro de 1831 e 24 de outubro de 1832”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles, *A Astúcia Liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.
- _____, “Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a Questão da ‘Independência’”, in Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Sâmará e Ida Lewkowicz (org.), *Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero, FAPESP, s/d.
- PALACIOS, Guillermo, “Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820”, in Monica Duarte Dantas, (org.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 97-129.

- PANG, Eul-Soo, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PEDREIRA, Jorge Miguel, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992 (2º-3º), p. 407-440.
- PENA, Eduardo Spiller, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.
- PEREIRA, Aline Pinto, *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFF, 2012.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues, *Cartas ao Irmão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- PEREIRA, Vantuil, *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- POZO, Gilmar de Paiva dos Santos, *Imigrantes Irlandeses no Rio de Janeiro: Cotidiano e Revolta no Primeiro Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2010.
- PRADO Júnior, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, Eder da Silva, “O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I”: um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado (1826-1831). Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFF, 2010.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, “Nação e cidadania no jornal *O Tamoyo*. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823”, in idem (org.), *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 37-63.
- RIBEIRO, Gladys Sabina e PEREIRA, Vantuil, “O Primeiro Reinado em revisão”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial, vol. I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRIGUES, José Honório, *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____, *Atas do Segundo Conselho de Estado, 1822-1834*.
- SALGADO, Graça (coord.), *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.
- SALLES, Ricardo, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos, *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1981, 2 vol.
- SCHULTZ, Kirsten, “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821”, *Tempo*, vol.12, nº 24. Niterói, 2008.

- _____, *Versalhes Tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol.VII: A instauração do liberalismo (1807-1832). Lisboa: Verbo, 2003.
- “Sessão especial em 05 de abril de 1838, comemorativa do falecimento de José Bonifácio, o Patriarca”. *Revista do IHGB*, volume 173, 1938, p.660-681.
- SILVA, Antonio Moraes, *Diccionario da língua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora*, 1789.
- SILVA, Camila Borges da, *O Símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza, “Esboço biográfico de José Bonifácio”. *Revista do IHGB*, tomo LIV, parte I, 1891.
- SILVA, João Manuel Pereira da, *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brazil. Narrativa Histórica*. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro Editora, 1871.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.
- SISSON, S.A., *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. Coleção Brasil 500 anos, 2 vol.
- SLEMIAN, Andréa, *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808 – 1824)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.
- _____, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de, *Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988.
- _____, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio* (volume 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- _____, *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____, *Vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1972.
- SOUZA, Adriana Barreto de, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- TAUNAY, Affonso de E., *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TORRES, João Camillo de Oliveira, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- VAINFAS, Ronaldo (org), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (visconde de Porto Seguro), *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- VASCONCELOS, Francisco de, *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, s/d.
- VIANNA, Hélio, “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.244, jul./set. 1959.
- WANDERLEY PINHO, José, *Cartas do imperador d. Pedro II ao barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- _____, *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1937.

_____, *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959, 3ª ed.

ZUQUETE, Afonso (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, 3 vol.